

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**ASSENTAMENTO RURAL I TABAIANA: UMA
PERSPECTIVA DE “EMANCIPAÇÃO” A PARTIR DA
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.**

Carla Catarina dos Santos Nascimento

Maceió
2010

CARLA CATARINA DOS SANTOS NASCIMENTO

**ASSENTAMENTO RURAL I TABAIANA: UMA
PERSPECTIVA DE “EMANCIPAÇÃO” A PARTIR DA
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.**

Dissertação apresentada ao
programa de Pós-Graduação em
Sociologia, pela Universidade
Federal de Alagoas como
requisito parcial para obtenção
do título de mestre em
Sociologia.

Orientador: **Prof. Dr. Cezar Nonato Candeias**

MACEIÓ, MAIO DE 2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

N244a Nascimento, Carla Catarina dos Santos .
Assentamento rural Itabaiana : uma perspectiva de "emancipação" a partir
da participação política / Carla Catarina dos Santos Nascimento. – 2010.
217 f.

Orientador: Cezar Nonato Candeias
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 161-170.

Anexos: f. 171-217.

1. Sociedade civil. 2. Movimentos sociais. 3. Reforma agrária. 4. Assenta-
mentos rurais. 5. Participação política. I. Título.

CDU: 316 35



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS



TERMO DE APROVAÇÃO

CARLA CATARINA DOS SANTOS NASCIMENTO

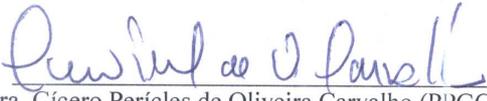
Título do Trabalho: **ASSENTAMENTO ITABAIANA: UMA PERSPECTIVA DE EMANCIPAÇÃO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Cezar Nonato Candeias (PPGS/UFAL)

Examinadores:

Prof. Dr. Ciro Bezerra (PPGS/UFAL)

Prof. Dra. Cícero Pericles de Oliveira Carvalho (PPGCS/UFRN)

Maceió, Maio de 2010.

AGRADECIMENTOS

Ao meu estimado Professor e Orientador Dr. Cezar Nonato Candeias, por seu estímulo, disponibilidade, paciência, qualidade profissional e principalmente pela compreensão que sempre demonstrou ao longo do desenvolvimento do trabalho, o que tornou possível a sua realização.

Ao Programa de Mestrado em Sociologia- PPGS-UFAL, pela oportunidade e pelas possibilidades de realizar um sonho, pelos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, de um valor inestimável, que contribuíram para a minha formação humanística.

A todos os professores do Programa que, de forma direta e indireta, contribuíram para a possível realização deste trabalho, em especial aos Professores Ciro Bezerra e Ruth Vasconcelos, pelas aulas que tanto aprendi.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas- Fapeal, pelo apoio financeiro que tornou possível o desenvolvimento do trabalho.

A toda a minha família, minha amada mãe, filhos, e, por fim, a Deus, por ter posto em meu caminho todos aqueles que ajudaram a não desanimar.

RESUMO

Investigamos, no presente estudo, os impactos políticos dos assentamentos rurais do município de Maragogi, tendo como objeto de estudo, em especial, o assentamento de Itabaiana. Buscamos, mediante abordagem histórico-estrutural, refletir com maior densidade sobre as possíveis mudanças ocorridas, no assentamento ou na vida dos assentados, a partir de sua constituição. A pesquisa apresenta um estudo monográfico que privilegiará questões relacionadas à participação política do assentamento e identificar o papel dos seus “mediadores”, principalmente dos movimentos sociais na execução de políticas públicas. Buscaremos compreender, dentro desse contexto, as implicações dessa participação e suas mediações a partir das variáveis: mudanças sociais e políticas, e mudanças subjetivas na vida dos assentados e/ou do assentamento. Para tal, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (liberdade para desenvolver a pergunta de acordo com o que se considere adequado para a pesquisa) com lideranças políticas locais, presidente da Associação do Assentamento Rural de Itabaiana, Secretarias Municipais, líderes dos movimentos sociais, e também com dirigentes locais da Cooperativa de Assistência Técnica e Serviços (COATS). Nas entrevistas, abordamos questões pertinentes aos objetivos do trabalho, que podem ser divididas em duas preocupações – Na primeira, destacamos o panorama atual dos assentamentos de Maragogi, o perfil dos assentados e as redes sociais que se formaram a partir de suas demandas; a segunda envolve a pré-história do assentamento Itabaiana, das ocupações, dos acampamentos, da criação do assentamento, sua organização interna, perfil dos assentados, e as relações políticas com os mediadores antes e depois de assentados.

Palavras-chave: Sociedade civil. Movimentos sociais. Reforma agrária. Assentamentos rurais. Emancipação. Participação política.

ABSTRACT

Investigated in this study, the policy impacts of rural settlements in the municipality of Maragogi, having as object of study in particular the settlement of Itabaiana. We seek, through historical-structural approach, reflecting the highest density on the possible changes in the settlement or the life of the settlers, from its constitution. The research presents a monographic study which focuses on issues related to political participation of the settlement and identify the role of its "mediators," especially of social movements in the implementation of public policies. We will seek to understand, in this context, the implications of their participation and mediation from the variables: social and political changes, and subjective changes in the lives of settlers and / or settlement. To this end, we conducted semi-structured (freedom to develop the question according to what is considered appropriate for the research) with local political leaders, the president of the Association of Rural Settlement Itabaiana, Municipal, leaders of social movements, and also with local leaders of the Cooperative for Assistance and Services (COATS). In interviews, discussing issues relevant to the objectives of the work, which can be divided into two concerns - First, we highlight the current situation of the settlements of Maragogi, the profile of the settlers and the social networks that are formed from their demands, the second involves the prehistory of the settlement Itabaiana, occupation, camps, the creation of the settlement, its internal organization, the profile of the settlers, and political relations with the mediators before and after settlers.

Keywords: Civil Society, Social Movements, Land Reform, Rural Settlements, Emancipation And Political Participation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS.	14
1.1 Sociedade Civil como lugar da política.	15
1.2 Atualidade do conceito de Sociedade Civil em Gramsci.....	18
a. Sociedade Civil em Gramsci.....	18
b. Sociedade Civil como lócus da Emancipação do Subalterno.	22
1.3 Os movimentos sociais na construção de outra sociabilidade.....	29
a. Conceito de movimento social.	29
b. Articulação dos movimentos sociais com a teoria Gramsciana.	33
2 AS CONTRADIÇÕES DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL	41
2.1 Principais embates e desafios políticos sobre a Reforma Agrária no Brasil.....	42
2.2 MST: protagonismo transformador.....	54
2.3 Constituição dos Assentamentos Rurais no Brasil.....	59
2.3 Reforma Agrária em Alagoas.	63
3 MARAGOGI UMA ÁREA REFORMADA.....	71
3.1 Aspectos históricos e atuais do município de Maragogi.....	72
3.2 Origem e constituição dos assentamentos rurais em Maragogi: desafios e impasses políticos.....	77
4ASSENTAMENTO ITABAIANA: UMA PERSPECTIVA DE “EMANCIPAÇÃO” A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.	103
4.1 Impasses sociais e políticos: De quem estamos falando: agricultores familiares? Campesinato? Qual o perfil e a origem dos assentados?.....	104

4.2 Instalação e reprodução do Assentamento Itabaiana e os “grupos de mediadores”.....	114
4.3 O assentamento como condição de acesso a uma nova vida.....	132
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXOS.....	146

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem assistido à constituição e proliferação de assentamentos rurais, fruto de vários fatores políticos e socioeconômicos, o que desperta a atenção de diversos seguimentos da sociedade: universidades, institutos de pesquisas, organizações governamentais e não governamentais.

Os assentamentos rurais são, por excelência, objetos de políticas públicas devido às demandas que surgem com a sua constituição. Essa característica tem permitido analisar os impactos que tem causado na região onde são inseridos, em cujos casos observam-se certo deslocamento do eixo das relações de poder local.

Os assentamentos rurais têm igualmente provocado o padrão de distribuição da população rural, que traz modificações onde eles são implantados, resultando na emergência de novas demandas de infra-estrutura com a consequente pressão sobre o poder público Municipal, Estadual e Federal. A condição de assentado possibilita o reconhecimento a um direito que vai além da posse da terra - uma rede de relações sociais se cria para responder as suas necessidades. Trata-se, agora, de lutar para se reproduzirem socialmente, redimensionando o acesso às políticas públicas.

A presente dissertação tem como finalidade estudar os impactos políticos dos assentamentos rurais no Município de Maragogi, em especial do assentamento de Itabaiana. O propósito de dissertar sobre o tema surgiu por Alagoas se tornar, nas últimas décadas, um dos Estados com maior número de conflitos fundiários, cujas ocupações e acampamentos organizados por movimentos sociais do campo, conjugados com a reestruturação do setor canavieiro, provocaram a proliferação de assentamentos rurais. Atualmente, o Estado tem uma das maiores áreas reformadas de assentamentos rurais, proporcionalmente, localizada no Município de Maragogi.

Inicialmente a proposta estava centrada na região do município de Maragogi, porém percebemos que o objeto de pesquisa era de proporção considerável, o que levaria muito mais tempo do que tínhamos disponível. Assim, optamos por escolher apenas um assentamento rural. A escolha do assentamento Itabaiana foi devido, principalmente, à maior acessibilidade, tanto no sentido da distância percorrida da estrada principal- BR-AL 101, até o assentamento,

como também pela disposição dos assentados em contribuir com os objetivos do presente estudo.

A noção de impacto dos assentamentos rurais adotada no texto parte-se de uma concepção cunhada por Medeiros (1998; 2003; 2004) e Leite (1998; 2003), entendida como mudanças moleculares ou profundas, que ocorrem a partir da relação do assentamento com seu entorno. Este se constitui na “região do assentamento”, a qual se refere ao conjunto de relações que envolvem assentados e os novos atores nos novos processos reivindicatórios, que se inauguram com a sua constituição.

O reconhecimento do direito a um determinado pedaço de terra se configura na primeira dimensão do impacto político dos assentamentos rurais o que traz para a esfera do direito um amplo setor de “excluídos”. Diversos atores entram em cena, envolvidos no processo de reprodução dos assentamentos, que não necessariamente os assentados. Nesse sentido, o assentamento rural representa uma ruptura com uma situação anterior, trazendo novas demandas e novas possibilidades de acesso a recursos antes inexistentes, surgindo uma rede de relacionamentos, que provocam novas formas de lidar com o Estado.

Recortado o objeto de pesquisa, optamos por investigar o assentamento sob um ângulo político, daí o título deste trabalho - “Assentamento Itabaiana: uma perspectiva de emancipação a partir da participação política” resume nosso propósito de refletir, com maior densidade, as possíveis mudanças ocorridas no assentamento ou na vida dos assentados a partir de sua constituição. Baseando-nos em Medeiros e Leite (2004), não temos o intuito de atribuir uma valoração positiva ou negativa relacionada às mudanças possivelmente observadas na região contemplada, mas buscamos desenvolver, dentro do possível, segundo os dados colhidos da pesquisa, uma análise desses efeitos, a partir do que mencionamos, precisamente relacionado a uma “comparação da situação atual dos assentados com sua situação anterior, tanto em termos objetivos (posse de bens, por exemplo), como subjetivos (solicitando aos informantes uma avaliação sobre sua atual condição de vida e de trabalho confrontada com a experiência pretérita)” (Idem,p.24 e 25).

Baseando-nos em Medeiros e Leite (2004), não temos o intuito de atribuir uma valoração positiva ou negativa relacionada às mudanças possivelmente observadas na região contemplada, mas buscamos desenvolver, dentro do possível, segundo os dados colhidos da pesquisa, uma análise desses efeitos, a partir do que mencionamos, precisamente relacionado a uma “comparação da situação atual dos assentados com sua situação anterior, tanto em

termos objetivos (posse de bens, por exemplo), como subjetivos (solicitando aos informantes uma avaliação sobre sua atual condição de vida e de trabalho confrontada com a experiência pretérita)” (Idem,p.24 e 25).

A análise de tais mudanças foi construída em bases teórico-metodológicas que possibilitem tal reflexão em contextos locais, mas sem perder de vista as múltiplas influências estruturais, principalmente históricas. Por final faremos uma reflexão das possíveis mudanças analisadas à luz do conceito de emancipação (humana) e política nos moldes gramscianos. Entretanto, não compreendemos o conceito de emancipação humana como algo acabado, e sim como um processo inacabável, sempre passível de ser reelaborado. Sendo assim, a partir dos resultados deste estudo, poder-se-á fazer uma análise das possibilidades e limites da emancipação do assentamento dentro da ordem vigente, através ou não de sua participação política.

Por entendermos que a constituição dos assentamentos rurais é resultado das lutas sociais do campo, conjugadas com fatores econômicos e políticos, este trabalho resume também nosso propósito de refletir com maior densidade esses processos de mudanças ocorridas nas últimas décadas. Para isso, o trabalho está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, abordaremos a relação entre a sociedade civil e os movimentos sociais, enfocando os limites de emancipação humana relacionada com a cidadania política. Nesse caso, adotaremos uma análise histórico-estrutural como a metodologia mais adequada para a interpretação da realidade social, levando em conta tanto as condições objetivas como subjetivas. Assim, a matriz teórica que delimita nossa análise é o pensamento político de Gramsci, pois inúmeras reflexões de suas obras e os problemas que abordou continuam a ser relevantes para a compreensão política do mundo atual, pelo fato de que foi intérprete de um passado que, em sua essência, continua a ser o nosso mundo contemporâneo – ainda que sob novas formas.

A opção teórica pelo autor se justifica pelas análises macro objetivas na relação com a totalidade no sistema do qual estamos inseridos. Contudo, o autor trabalha também com micro processos subjetivos, relacionados aos níveis de consciência, do senso comum (difuso e incoerente) ao bom senso – percepção da realidade a partir do qual poderia desenvolver o espírito crítico. O autor nos auxilia na pesquisa, quando esta não se propõe cortar a realidade com a finalidade de alcançar um quadro estático a ser examinado minuciosamente. Pelo contrário, os instrumentos analíticos gramscianos detêm ferramentas que possibilitam a

compreensão dos fenômenos sociais em seu movimento, no âmago de seus múltiplos aspectos da rede de relacionamentos que constitui o tecido social. Entretanto, fazemos a observação de que o propósito deste trabalho não é discutir os fundamentos das categorias do autor, mas “adequá-las” aos fins a que nos propusemos.

No segundo capítulo, faremos uma breve reflexão dos principais embates da luta pela terra no Brasil, nas últimas décadas, até a constituição dos assentamentos rurais. Para tal, baseamo-nos nos estudos de alguns autores, entre os quais: MEDEIROS (1998; 2003; 2004) e LEITE (1998; 2003). Estes nos direcionaram no caminho quanto à metodologia de estudo do assentamento rural; do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual de São Paulo e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Também nos respaldamos em autores que consideramos essenciais, quanto ao entendimento do desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil, a exemplo de Florestan Fernandes e mais especificamente no Nordeste, Manuel Correia de Andrade e Gilberto Freyre. Este nos norteou quanto à compreensão da influência da monocultura da cana-de-açúcar em nossa Cultura.

No mesmo capítulo, enfocaremos a importância do MST, que emerge como um novo ator peculiar – no qual desempenha a função de um partido¹, na medida em que elabora uma visão de mundo, capaz de direcionar os grupos subalternos a tornar mais críticas as atividades já existentes.

Em seguida, faremos uma breve descrição da história econômica de Alagoas e sua relação com a reforma agrária até a constituição dos assentamentos rurais. A literatura foi baseada nos trabalhos de MELLO (2002), SOUZA (2001), LIMA (1997) e CARVALHO (2001) relacionados às transformações no mundo rural em Alagoas.

A análise dos dados da pesquisa de campo se encontra mais densamente a partir do terceiro capítulo. Nesse sentido, fazemos uma retrospectiva histórica da região pesquisada, enfocando, o processo socioeconômico e político que se configuraram na constituição dos assentamentos rurais do município de Maragogi; as demandas e o perfil social dos assentados; os movimentos sociais que estavam na vanguarda das ocupações; o movimento social que atualmente tem uma maior força política nos assentamentos rurais de Maragogi – o MLST; as possíveis políticas públicas adotadas pelo Governo Federal em parceria com o Município; e as

¹ É pertinente ressaltar que baseamos essa afirmação na dissertação de mestrado de Oliveira (2008).

mediações políticas dos novos protagonistas com os assentamentos rurais. É pertinente ressaltarmos que, ao longo do terceiro e último capítulo, ao analisarmos a relação entre os movimentos sociais que lutam pela terra, e os demandantes de terra, nos baseamos também nos estudos de Martins (1996, 2003 e 2004)) e Navarro (2002).

E no último capítulo, conforme destacamos, nos concentraremos na instalação e reprodução do assentamento Itabaiana (sua organização interna), avaliando em que as mudanças políticas influenciaram ou não na reprodução do assentamento e/ou na vida dos assentados. Contudo iremos abordar algumas hipóteses que nortearão a análise de tais mudanças: as especificidades e origens dos assentados, que podem ou não acentuar as dificuldades estruturais que se impõem tanto na reprodução do assentamento na organização política deste. As questões observadas no assentamento têm como base a pouca participação política nas decisões que afetam na reprodução do assentamento. Para tal, buscamos responder: são agricultores familiares? Qual o perfil e origem dos assentados? Qual o papel dos atores que emergem com a constituição do assentamento? Qual a relação e/ou mediação política que existe ou que ainda persiste entre o movimento que estava na vanguarda da ocupação? O que o INCRA compreende por emancipação do assentamento? Para verificar tais questões, trataremos da “formação objetiva dos grupos sociais subalternos, pelo desenvolvimento e pelas transformações que se verificam no mundo da produção econômica” (Gramsci, 2005, p 130), nesse caso da origem do campesinato no Brasil e especificamente em Alagoas. Por último, faremos uma reflexão sobre o sentido de emancipação humana possível dentro da ordem vigente.

Para isso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (liberdade para desenvolver a pergunta de acordo com o que se considere adequado para a pesquisa) com lideranças políticas locais, presidente da Associação do Assentamento Rural de Itabaiana, Secretarias Municipais, líderes dos movimentos sociais, e também com dirigentes locais da Cooperativa de Assistência Técnica e Serviços (COATS). Nas entrevistas, abordamos questões pertinentes aos objetivos do trabalho, que podem ser divididas em duas preocupações – Na primeira destacamos o panorama atual dos assentamentos de Maragogi, o perfil dos assentados e as redes sociais que se formaram a partir de suas demandas. E a segunda envolve a pré-história do assentamento Itabaiana, das ocupações, dos acampamentos, da criação do assentamento, sua organização interna, perfil dos assentados, e as relações políticas com os mediadores antes e depois de assentados. É importante destacar que a metodologia adotada de estudo do assentamento pesquisado baseou-se nos estudos de Medeiros e Leite.

1 SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS

“É verdade que a conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor de outra coisa; e que, na realidade, somente nesta coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política” (CC, 1, 314).

O que nos chama atenção nas sociedades contemporâneas é a legitimação do Estado Moderno baseado no conjunto de cidadãos. Por outro lado, tem posto em debate nos meios acadêmicos, categorias como classes sociais e sua aparente dissolução, como determinante nas análises da constituição social, conflitos e reivindicações. O Estado organizado institucionalmente nos apresenta como se a sociedade não fosse dividida em classes sociais, e ainda, como se a luta de classes não existisse.

Dentro desse contexto, pretendemos neste capítulo, compreender as mudanças relevantes relacionadas ao debate do papel e do significado da sociedade civil, sua articulação com a cidadania e os movimentos sociais, na América Latina, mais especificamente no Brasil, nas últimas décadas. Também procuraremos entender a relação, os limites e as possibilidades da emancipação humana dentro desse contexto.

As sociedades latino-americanas, nas últimas décadas, têm manifestado um relevante desenvolvimento da sociedade civil, trazendo para o cenário velhas e também novas reivindicações, estas de caráter étnico, político, cultural e de gênero. Quando afirmamos velhas reivindicações, referimo-nos as suas peculiaridades econômicas e sociais de que foram vitimados seus povos ao longo de sua história. Em outro momento buscamos compreender o papel dos “novos” movimentos sociais na construção ou não de uma nova **sociabilidade**².

Uma vez que o capitalismo e suas formas de sociabilidade não desapareceram julgamos as contribuições gramscianas atuais. Sem ignorar as teorias recentes, optamos por uma compreensão da totalidade, como caminho para captar, ou pelo menos tentar, a

² Conforme Simmel (1983, p. 166), aqui compreendida como “sociedade propriamente dita é o estar com o outro, para um outro, contra um outro, que através do veículo dos impulsos ou propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo, ganham vida própria. São liberados de todos os laços com conteúdos; existem por si mesmo e pelo fascínio que difundem pela própria liberação desses laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos de sociabilidade”. Nesse sentido, entendemos a sociabilidade como uma condição inerente e gerada pelas formas sociais, as quais são resultantes das múltiplas combinações interacionais acionadas pelos propósitos, impulsos e desejos dos indivíduos e dos grupos e classes sociais sintetizadas na própria formação de uma dada sociedade.

complexidade de nossas realidades, sem perder de vista a múltipla dimensão da sociedade que, em última instância, a percebemos como uma sociedade de classes.

1.1 Sociedade Civil como lugar da política³.

Em meio a inúmeras ambiguidades de significados ou sentidos do conceito de sociedade civil, Schiochet (2005) sustenta o conceito da noção instrumentalizada de sociedade civil intrinsecamente relacionada ao processo de politização do social para interpretar as múltiplas formas de sociabilidade e homogeneizar diversos segmentos sociais, cujos “atores” dos chamados setores dominados se organizam politicamente para reivindicar suas demandas.

Nessa concepção, parte-se da proposição epistemológica “de que todo campo temático, noção ou conceito sofre o impacto da conjuntura sócio-histórica” (Idem, p.20). Assim trata-se de um significado similar em que a sociedade civil seria um conceito contingente, cujo sentido ou conteúdo variaria de acordo com os processos históricos de uma dada sociedade e não apenas um conjunto de conceitos elaborados individualmente, mas propostos por uma unidade entre teoria e prática. Isso não constitui uma diminuição da teoria. O seu valor é estabelecido porque ela é capaz de fornecer um esclarecimento e/ ou “resposta” sobre a realidade, que não é uma explicação metafísica.

No entanto, se dirigirmos o olhar para os processos sociais que vêm marcando a modernidade ocidental, não podemos passar despercebidos que o debate conceitual de sociedade civil está relacionado à nova “investida político-cultural”, a partir dos anos 70, com a chamada “revolução neoliberal”. A própria dinâmica sócio-política e econômica contribuíram para a impressão do colapso do marxismo. Partidos de esquerda renunciam o paradigma de interpretação da realidade baseado na contradição de lutas de classes. Assim a noção de sociedade civil ressurgiu num cenário teórico e político dos anos 80, ligada ao esgotamento de organização política baseada na tradição marxista, e também a uma reavaliação, sob a influência de alguns estudiosos.⁴

Dessa forma a emergência nas últimas décadas dos debates conceituais acerca de sociedade civil no mundo acadêmico esteve diretamente relacionada a acontecimentos históricos diversos, tais como: na Europa Ocidental (nas sociedades liberal-democráticas), a crise do *welfare State*; a expansão da cultura democrática, de caráter participativo com suas

³ Conforme análise de Coutinho (2003), sobre o conceito de política em Gramsci, é identificada como todas as formas de práxis humana, que superam a simples recepção passiva das idéias, e que se dirigem conscientemente para totalidade das relações objetivas e subjetivas.

⁴ Cohen e Arauto (1992), Keane (1988) e Wolfe (1992).

reivindicações de direitos civis e políticos; na América Latina, a resistência contra os regimes autoritários, que geraram suas próprias contradições- surgindo às lutas populares; a emergência dos chamados novos movimentos sociais e também a derrocada do sistema socialista do Leste europeu.

Por outro lado, o abandono do paradigma marxista de interpretação da realidade pela nova esquerda abriu espaços para uma cultura de direita, ou de cunho liberal. O novo termo difundido - a cidadania, em substituição ao de classes sociais, passa a ser crucial para a compreensão de uma nova percepção de sociedade civil. Em consequência, observamos uma maior atuação da sociedade civil sobre outras esferas sociais, reduzindo a responsabilidade do Estado. A fórmula da democratização, juntamente com a expansão e fortalecimento da sociedade civil se conjugaram numa postura de abandono do Estado, como rejeição da política institucional. Nessa conjuntura, a sociedade civil “sofreu uma transfiguração: deslocou-se de seu campo principal (o da organização de novas hegemonias) e se converteu num espaço de cooperação, gerenciamento da crise e implementação de políticas.” (NOGUEIRA, 2003, p. 218).

A atuação política de “novos sujeitos” e a absorção do espaço público, como lugar de reivindicação, tem redimensionado o papel da sociedade civil. Não só os “novos” movimentos sociais, e também a expansão do associativismo, como as organizações não governamentais (ONGS), enfim, a pluralidade de movimentos, lutas coletivas dispersas vêm se constituindo num terreno não regulamentado pelo Estado e desvinculado de partidos políticos. Nesses termos, a sociedade civil emerge, não apenas como sinônimo de sociedade, mas como uma forma de percebê-la e pensá-la, sob uma nova perspectiva relacionada à cidadania, à autonomia, à participação, às conquistas de direitos civis e políticos. Desse modo, a expressão de sociedade civil é intrinsecamente relacionada a uma terceira esfera independente do Estado e firmada no associativismo dos cidadãos.

Nogueira (2003), ao analisar o momento atual, vislumbra três idéias de sociedade civil que cabem no mundo contemporâneo- a primeira seria nos termos gramsciano de Estado ampliado (sociedade política mais sociedade civil), que a chama de sociedade civil *democrático radical*, “nela a luta comanda; luta social e luta institucional caminham abraçadas, articulando-se a partir de uma estratégia de poder e hegemonia” (Idem, p 223). É na sociedade civil que grupos e concepções ideológico-culturais, na sua pluralidade e multiplicidade, competem uns com os outros.

A segunda *-Sociedade civil liberal-* na qual o mercado comanda, ou seja, a sociedade civil aparece desconexa do Estado. A luta social é percebida em termos competitivos, em que os interesses egoístas atuam com vistas à maximização dos interesses particulares e privados. A vida é apenas compreendida dentro dos termos econômicos, onde atinge seu ápice, com a expansão do capitalismo por todo o mundo (globalização). Essa idéia de sociedade civil nos faz lembrar o laudatício discurso de Marx (2006, p. 31) sobre a burguesia: “Sob a ameaça da ruína, obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir assim a chamada civilização, quer dizer a se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo a sua imagem e semelhança”.

A terceira idéia o autor chama de *sociedade civil social*. Nesta, apesar de a política estar num lugar de destaque, muitas vezes exclui a luta institucional, dificultando um projeto mais amplo de estratégias de poder. Nessa idéia, a sociedade civil é vista como uma alternativa aos outros âmbitos da sociedade, como o Estado, partidos políticos e mercado. Podemos exemplificar os novos movimentos sociais, atuando nas questões dos direitos civis, tais como os movimentos étnicos, culturais, de gênero, religiosos, entre outros. O campo de luta se dá em termos de reformas sociais- “por este caminho, a sociedade civil social se despoja do político e se separa do Estado. Há política nela [...] mas se trata de uma política convertida em ética, que não se põe como poder e dominação [...]” (Idem, p.226).

Em parte, concordamos com o autor quanto às “oscilações” no mundo contemporâneo dessas três modalidades de idéia de sociedade civil, pois, as instituições criaram condições para que as classes sociais já não tivessem centralidade num mundo de hoje. Nesse sentido, a centralidade de classes sociais encontra-se num “vazio”, já não sendo um ponto de referência essencial para a compreensão dos conflitos sociais no mundo contemporâneo (ocidental).

Os conflitos, apesar de serem uma constante, não significam que pressupõem uma mudança brusca; pelo contrário, as mudanças advindas são mais de caráter reformista, provenientes de cima, para atenuá-los e não torná-los propensos a mudanças estruturais. Se por um lado é visível que, no mundo moderno, os conflitos, já não têm mais o caráter de revolucionar, no sentido de mudança brusca e estrutural, por outra via, vislumbramos a possibilidade de resgatar o conceito de revolução, não como uma mudança irreversível, todavia sob um lento e diligente processo de ruptura com qualquer tipo de relação baseada na opressão e desigualdade.

De certa forma, essa “simbiose” no mundo atual, da sociedade civil, é um aspecto positivo, porquanto nos mostra que, apesar de o Estado Moderno tratar de assegurar o consenso por via da emancipação política, com a intenção de expandir sua percepção oficial de mundo, não alcança, em tempo nenhum, um resultado integral. Se obtivesse êxito por completo, seria o fim da história, e não seria possível nenhum plano de ação ou uma posição contra hegemônica sobre a ordem vigente. Então, pretendemos buscar uma interpretação da sociedade civil e da cidadania que não se pode confundir nos marcos em que se limita a redução dos direitos formais. Nesse sentido, a sociedade civil é a esfera em que diferentes concepções de mundo se opõem umas as outras e disputam o apoio das pessoas, produzem consentimento, constroem o consenso e mobilizam o apoio popular.

Assim, percebemos a diversidade de significados que carrega a noção de sociedade civil, de acordo com pontos de vista específicos. Contudo, não é nosso intuito esgotar os diferentes conceitos, e sim fundamentar, para efeito do trabalho, tal categoria. Sendo assim, buscamos resgatar a atualidade do conceito de Sociedade Civil em Gramsci.

1.2 Atualidade do conceito de Sociedade Civil em Gramsci.

a. Sociedade Civil em Gramsci.

O conceito de Sociedade Civil é um dos temas mais controvertidos da teoria do Estado e se tornou mais relevante com os jusnaturalistas⁵. Estes consideravam o “Estado ou sociedade política, em relação ao estado de natureza (ou sociedade natural), como momento supremo e definitivo da vida comum e coletiva do homem, ser racional” (Bobbio2002, p. 43). Isto é, a sociedade civil era sinônimo de estado politicamente organizado, em oposição à sociedade pré-estatal.

Em Gramsci, consiste numa inovação relacionada a toda tradição marxista, contribuindo significativamente para uma nova abordagem metodológica, o que reclama

⁵ "Jusnaturalismo é a teoria do direito natural configurada nos séculos XVII e XVIII a partir de Hugo Grócio (1583 - 1645), também representada por Hobbes (1588 - 1679) e por Pufendorf (1632 - 1694). Essa doutrina, cujos defensores formam um grande contingente de autores dedicados às ciências políticas, serviu de fundamento à reivindicação das duas conquistas fundamentais do mundo moderno no campo político: o princípio da tolerância religiosa e o da limitação dos poderes do Estado. Desses princípios, nasceu de fato o Estado liberal moderno. O Jusnaturalismo distingue-se da teoria tradicional do direito natural por não considerar que o direito natural represente a participação humana numa ordem universal perfeita, que seria Deus (como os estóicos julgavam) ou viria de Deus (como julgaram os escritores medievais), mas que ele é a regulamentação necessária das relações humanas, a que se chega através da razão, sendo, pois, independente da vontade de Deus. Assim, o Jusnaturalismo representa, no campo moral e político, reivindicação da autonomia da razão que o cartesianismo afirmava no campo filosófico e científico" (Abbgnano, p. 1).

permanente menção à realidade social em sua totalidade. Cumpre oportuno citar Marx, quanto a sua contribuição para o entendimento de Sociedade Civil em Gramsci. O autor, utilizando-se do conceito hegeliano, circunscreveu-se à esfera das relações inter individuais que estão à margem ou fora do Estado. Para Marx, a sociedade civil coincide com a sociedade burguesa. Tomamos um exemplo de seus escritos que define claramente o seu pensamento sobre tal assunto.

A forma determinada de relações das forças produtivas existentes em todos os estágios históricos que se sucederam até hoje, e que por sua vez as determina, é a sociedade civil [...]. já se pode ver aqui que essa sociedade civil é o verdadeiro centro, o teatro de toda história; e pode-se ver como é absurda a concepção da história até hoje corrente, que se limita às ações de líderes e de Estados e deixa de lado as relações reais [...]. a sociedade civil compreende todo o conjunto das relações materiais entre os indivíduos, no interior de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas [...] (p. 79, 1985).

É evidente que, para Marx, a Sociedade Civil representa a estrutura, ou seja, a sociedade civil e a estrutura econômica são a mesma coisa, a base sobre o qual se ergue toda uma superestrutura política e jurídica. Estes são o resultado da sociedade civil e não uma esfera independente. Ora, se Marx afirma que a sociedade civil é o conjunto de todas as relações materiais, observamos que a sociedade civil, em última instância, é o momento do desenvolvimento das relações econômicas, que antecede o momento político. Sendo assim, toda ordem política é um fator subordinado, já que a sociedade civil se identifica com a estrutura - “verdadeiro teatro, de toda a história”, o elemento decisivo, ativo do desenvolvimento histórico.

Conforme Bobbio (2003), a diferença fundamental entre ambos, no que diz respeito à concepção de sociedade civil, se encontra na distinção entre a estrutura e superestrutura. Ao passo que para Marx a estrutura é o momento primário e subordinante, a superestrutura é o momento secundário e subordinado. “Em Gramsci, é precisamente o inverso” (p. 58).

Não obstante o ponto de partida do conceito de sociedade civil esteja relacionado com a tradição política burguesa e liberal, Gramsci opera uma nova interpretação que a diferencia da tradição jusnaturalista, conduzindo para além dos horizontes desenhados por Hegel, Croce e o próprio Marx.

Pensando assim, tomemos também uma passagem dos *Cadernos*:

Podem se fixados, por enquanto, dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil”, ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado. E eles correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e a do domínio direto

ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico”. (GRAMSCI, p. 481).⁶

Diferentemente de Marx, que a interpreta como o conjunto das relações econômicas, o autor italiano defende que a sociedade civil não pertence à estrutura, decerto que, ao campo da superestrutura, ou seja, como um complexo da superestrutura ideológica. Conforme Gramsci, a sociedade civil corresponde à trama das relações que seres-humanos estabelecem em instituições, tais como, sindicatos, partidos, igreja, escola, entre outros. Ainda, segundo o autor, essas instituições da sociedade civil têm uma função vital para a classe que aspira à **hegemonia**, pois é por intermédio delas, que poderão difundir ideais, valores éticos, visão de mundo, formando, assim, uma unidade moral e intelectual. Conforme análise de Fontana (2003, p. 120),

[...] Gramsci usa a hegemonia para indicar um sistema de alianças entre vários grupos, em que o grupo dominante exerce o poder graças à sua capacidade de transformar os interesses particulares em gerais ou universais. A direção no Estado e na sociedade depende da manutenção de tal sistema de aliados e associados, o que, por sua vez, depende da generalização e universalização de interesses comuns e bens públicos.

Dado o exposto, conforme o autor, que a base para um determinado grupo se tornar hegemônico é se tornar dirigente antes mesmo da conquista do poder, convencendo-se da capacidade que tem de resolver as questões da vida social. Em *Cadernos do Cárcere*, Gramsci põe em foco a relevância das questões relacionadas à direção cultural e moral que uma determinada classe incute ao ser social. O princípio de Hegemonia em Gramsci nos indica a supremacia de um determinado grupo ou classes sobre outro grupo. Cabe ressaltar que o autor opõe a sociedade civil à sociedade política. Ambas correspondem a dois momentos da superestrutura, que se relacionam permanentemente. Enquanto a primeira é por meio do qual se obtêm o consenso, a direção moral e intelectual, a segunda é por meio do qual se obtêm o domínio e a coerção. Em virtude disso, notamos que, para o autor, a História não se resume apenas no desenvolvimento das forças produtivas, mas também na luta entre dois princípios hegemônicos em oposição: a sociedade civil e a sociedade política. Esta corresponde à função de dominação, que se cristaliza no Estado ou governo jurídico; a sociedade civil é a esfera que, além de se produzir consentimento e consenso, é também o lugar onde se luta, onde se ocorrem os conflitos. Nas palavras de Fontana sobre essa análise (2003, p. 117),

⁶ Embora a obra do autor seja vastíssima, até certo ponto fragmentária e também escrita em um período histórico determinado, concordo com BUEY (2003) quando busca “[...] promover o diálogo entre gerações e no interior de uma tradição emancipadora comum [...]”.

De fato, é aqui que se conduz a dialética entre conflito e produção de objetivos comuns. Gramsci opõe o que chama de econômico-corporativo ao político. Tal oposição ocorre e, em última análise, se resolve na sociedade civil. O econômico-corporativo se refere aos bens e vantagens particulares e puramente econômicos, relativos aos interesses de um dado grupo; e o político se refere a bens que transcendem o puramente econômico e particular bens que são universais, uma vez que abrangem os interesses de vários outros grupos. O movimento do particular para o universal, do econômico para o político, é precisamente um movimento hegemônico, no qual se estabelece uma multiplicidade de grupos e exerce a direção moral e intelectual.

Gramsci (1975), ao aprofundar seus estudos sobre o Estado Moderno e seu modo de produção capitalista, propõe estratégias que contêm potencialidades de transformação social. Pensamos que para o autor a hegemonia não apenas se refere à hegemonia burguesa, decerto também às classes subalternas. O autor afirma que, para se tornar um grupo hegemônico, tem que haver a capacidade de subordinar intelectualmente outros grupos sociais, ou as demais classes sociais. E as instituições são a peça chave para difundir uma nova concepção de mundo, visando à criação de um novo bloco cultural, que corresponde a uma nova concepção de mundo. Contudo, para conquistar a hegemonia, não basta apenas difundir uma nova concepção de mundo, mas que esta se apresente e atenda aos interesses e valores de toda a sociedade, alcançando o consentimento espontâneo, embora que não haja uma sociedade em que o consenso atinja sua totalidade. Ainda convém lembrar que, para Gramsci, hegemonia não se confunde com corporativismo. Todo grupo hegemônico deve ter a capacidade de se converter em classe nacional, ou seja, capaz de envolver todos socialmente em um mesmo projeto, atraindo para si as reivindicações dos demais grupos ou classes sociais.

Levando-se em conta o que observamos, entendemos que a sociedade civil, de acordo com Gramsci, é um “complexo da estrutura ideológica”, que o autor usa para definir a direção intelectual e moral de um sistema social. É a esfera onde se luta pela hegemonia, isto é, pela difusão de uma determinada concepção de mundo junto aos grupos sociais, e suas respectivas instituições sociais, tornando tal concepção consenso, graças a sua capacidade de transformar os interesses particulares em universais. Na realidade, a sociedade civil é a esfera onde, por vezes, se chocam e se dão diversos interesses e contradições de diversos grupos, onde, sob certas condições, há possibilidades de se obter consenso.

b. Sociedade Civil como lócus da Emancipação do Subalterno.

Mais do que nunca, assistimos às múltiplas iniciativas, traçadas pela economia global, despolitizando relações sociais, aprofundando e, simultaneamente, ocultando as desigualdades

sociais dos grupos subalternos⁷. Nesse sentido, a sociedade civil tem se tornado um terreno cada vez mais complexo e contraditório de lutas ideológicas. É importante destacarmos que vivemos em sociedades cada vez mais fragmentadas, diversificadas, competitivas e desagregadas, fruto das relações mercantilizadas⁸. Assim constituíram-se novos atores, em diminuição da classe “unificadora” (operária). Nessa direção o termo cidadão ganha status, tornando o indivíduo emancipado politicamente e portador de direitos universais.

Assim sendo, o Estado Moderno mediante a igualdade jurídica, garante a cidadania para todos os seres humanos, transformando o direito do indivíduo num direito universal. Sobre essa questão, Marx argumenta que “a vida política declara-se como simples meio, cuja finalidade é a vida na sociedade civil” (burguesa) (MARX, 2004, p. 34). Aqui fica explícito o papel do direito como mediador e criador de uma ética de cunho liberal burguesa.

O autor, ao analisar a questão judaica, reconhece a importância da emancipação política, mas também os seus limites, não constituindo a *forma final de emancipação humana*, argumentando que

[...] ninguém deve iludir-se quanto aos limites da emancipação política. A junção do homem em *pessoa pública e pessoa privada*, o deslocamento da religião do Estado para a sociedade civil, não é uma fase, mas a *consumação* da emancipação política. Assim, a emancipação política não revoga, nem sequer procura abolir, a religiosidade *real* do homem (Idem, p.22).

Para o autor, essa emancipação não tinha significado, além de instituir o direito do Estado de proteger e fazer cumprir os direitos privados, nesse caso, da religião. Conforme o autor, apenas uma emancipação completa aboliria a religião, mas não sendo possível na ordem mundial existente. Como indivíduos que pressupõem ser livres política e espiritualmente num estado secular, podem estar presos às restrições materiais sobre a sua liberdade, nas desigualdades de rendas. Isso significava resguardar, as contradições reais que estavam subjacente a tais questões “privadas”, no âmbito da sociedade civil.

⁷ Nossa intenção aqui não é examinar com aprofundamento o conceito de “Subalterno” em Gramsci, mas propusemos, dentro desse complexo mundo atual, introduzir o conceito gramsciano de grupos ou classes subalternas para referir à função social de variados grupos ou camadas sociais. Conforme Monal (2003, p. 197), este conceito ampliado de “subalterno” incluiria as classes exploradas e, em geral, o conjunto de oprimidos e dos marginalizados, que, em grande medida, atuam como parte desses movimentos sociais e de sociedade civil; mas não incluiria os casos de desvios etnicistas, religiosos (fundamentalistas), culturalistas, etc., que não constituem na realidade forças de transformação progressistas ou revolucionárias, mas, em muitos casos, levam a caminhos que não apresentam verdadeiras perspectivas de superação ou liquidação da exploração e da opressão. “Por isso, não podem se constituir em claras frentes de luta pela emancipação e pela justiça social”.

⁸ “A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade” (MARX, 2006, p. 14).

Da mesma forma que Marx alegava que a emancipação política não aboliu a religião, também a substituição de classes sociais pelo termo cidadão não anula as contradições inerentes do sistema capitalista e nem as desigualdades sociais, apenas se trocam as palavras para encobrir a realidade das coisas. O Estado Moderno irá se legitimar, apoiado no conjunto de cidadãos e não se legitimando nas classes sociais. Pensamos que, ao contrário do que se alega, é uma igualdade abstrata, pois camufla as desigualdades sociais existentes. Nessa perspectiva o termo cidadania não passa de um sofismo, quando se pretende igualar todos politicamente, e sim encobre a contradição das lutas de classes.

Marx já apontava que a emancipação mediada pelo Estado burguês, produziu uma “dupla existência”. Esse argumento está no que Bauer, conforme Marx, dizia sobre os indivíduos em relação à religião. Os indivíduos negam a sua religião para se tornarem cidadãos na esfera pública⁹, enquanto afirmam suas crenças na vida privada. Nos termos postos por Marx, essa dupla cisão era mais ampla, dizia respeito à “vida genérica” do ser humano em oposição à “vida egoísta”. Uma dupla existência, uma “na comunidade política”, em cujo meio é considerado como um ser comunitário e a outra na sociedade civil (burguesa), onde age e se reconhece apenas como indivíduo. A cisão para o autor não é restrita apenas ao indivíduo religioso, mas manifesta uma dualidade dos indivíduos como membros da sociedade civil (burguesa) ou indivíduos com direitos políticos em relação ao Estado.

É importante assinalar que o direito civil e político, por ter um caráter individual são compatíveis com o modo de produzir capitalista. Mais do que uma constatação do autor, esse caráter da sociedade capitalista é funcional. Manifesta-se por meio político a pretensão de universalidade de uma classe específica, a burguesia. Mas se por um lado os seres humanos se tornam genéricos por intermédio do Estado, como membros da sociedade civil, por outro é na vida das relações de intercâmbio, nas quais assumem posições, que de fato as diferenciam no interior dessa igualdade genérica. Nas relações de intercâmbio assumem-se como proprietários dos meios de produção, e/ou como vendedores de força de trabalho. Conforme o autor, a identidade como cidadãos é um campo de universalidade possível daquilo que, na vida real do intercâmbio material, é fundamento do conflito.

Para Marx, a atual forma de associação produzida pelos seres humanos exigia uma instituição sólida que consolidasse e legalizasse a dominação de uma classe sobre a outra: o Estado. Podemos perceber naquilo que Gramsci (2005, p.97) atribui à função educativa do

⁹ Significado denotativo.

Estado de “criar novos tipos de ‘civilização’ e a moralidade das massas populares mais amplas às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparato econômico de produção [...]”. Essa atmosfera política de “cidadãos livres e iguais” é uma condição para a expansão da sociabilidade capitalista, legitimado pelo Estado e também essencial para compreensão da sociedade civil.

Por outro lado, Gramsci (1986, p.13) nos aponta um novo horizonte ao problematizar a filosofia¹⁰ como concepção de mundo,

É preferível ao homem ser mero receptor de concepções de mundo que me são impostas mecanicamente pelo mundo exterior? Ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente, escolher a própria esfera da atividade, participar na produção da história do mundo?

Para o autor, a filosofia posta como concepção de mundo deve ser concebida não apenas como uma elaboração individual de conceitos, mas como uma luta cultural por um novo humanismo, com base na crítica dos costumes, dos sentimentos, da estética e da arte. Para ele toda filosofia, em menor ou em maior grau, torna-se concepção de mundo. Nessa direção, o posicionamento de alguns filósofos ou intelectuais, que percebem a filosofia apenas como atividade ordenadora ou receptiva, contribui para fortalecer o senso comum fragmentário, no qual a filosofia não possui um vínculo com a realidade, o que cria um modo a - histórico de perceber ou compreender a vida e as relações de poder. Para contrapor-se a esse tipo de visão da filosofia, o autor propõe uma filosofia criativa, que possua uma atividade comprometida com a prática ou política. O autor responde que é preferível a elaboração de um novo projeto teórico-político e histórico-cultural em que os grupos “subalternos” buscassem desenvolver uma visão de mundo global. E dentro do contexto em que vivem e dos meios que têm à disposição, planejar uma ação com vistas a construir uma alternativa hegemônica de sociedade, uma “total, e integral civilização” (Q, 11, 1434).

Na filosofia da práxis, tal como o autor denomina o marxismo, há como ponto de partida a superação do modo de pensar precedente (senso comum), mas inovando e tornando crítica a atividade já existente. Gramsci nos dá um fio condutor da questão da emancipação humana, ao questionar a importância da vontade e da atividade concreta do homem na criação de si mesmo e de sua vida. A questão está condicionada a determinadas maneiras de considerar a vida e o homem. O autor faz uma comparação com a concepção do que a Igreja Católica tem do homem com a filosofia, respondendo que ambas têm a mesma concepção,

¹⁰ A importância da filosofia fora da história e da práxis humana, a seu ver, não era importante.

como indivíduo limitado e definido. Nesse ponto, deve ser reformado, ou seja, deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas, no qual se a individualidade tem grande importância, não é o único critério a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos, tais como: o indivíduo, os outros homens e a natureza. O indivíduo é a síntese das relações existentes, mas também das histórias dessas relações, resultado de todo seu passado.

Para o autor, a “natureza humana”¹¹ é o conjunto de todas as relações existentes e que não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em todo o gênero humano. O homem se relaciona ativamente por meio de todas as relações existentes, seja do trabalho, da técnica, da filosofia e/ou da política. Gramsci defende uma concepção de filosofia imanente e histórica, dissociada de toda metafísica, de qualquer relação que fomente a submissão, a passividade, a alienação e mistificação. Se o autor defende uma nova concepção de mundo, significa dizer que não exista nada no ser social que não seja passível de mudança e que a totalidade do ser humano é sempre resultado de todas as suas ações. Logo se deduz que nenhuma ordem social pode tomar para si o título de insuperável.

Nesse sentido, propõe que as classes subalternas elaborem uma proposta de alternativa de mundo, universal, e superadora da ordem existente. Mas que, para isso, conforme a análise de Roio (2007, p.70),

Seria imprescindível conhecer/transformar suas culturas particulares e fragmentárias que se expressavam como folclore, como religião, como senso comum, e, por meio de “um progresso intelectual de massas”, gerar uma nova cultura, invólucro de uma nova hegemonia [...] Para tudo isso, a formação de uma camada de intelectuais orgânicos seria imprescindível.

Deve-se observar que filosofia da práxis é compreendida como uma alternativa de mundo possível, a partir da construção de um novo projeto das próprias classes subalternas, fundamentado em novas práticas políticas, culturais e econômicas. É a vontade concreta do homem, “isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam esta vontade” (GRAMSCI, 1986, p.47). Não há dúvida de que para o autor a classe subalterna, juntamente com seus intelectuais, se organiza para superar o imediatismo e a visão desumanizadora das classes dominantes.

¹¹ Conforme o autor (1986), a natureza humana é a história no sentido do devenir.

Sem subtrair o peso das estruturas econômicas¹², Gramsci se concentra na análise da cultura, para entender a legitimação e governabilidade consensual do capitalismo. Indica-nos que a formação da subjetividade não é dada mecanicamente pela própria condição social que o indivíduo ocupa no mundo produtivo, todavia incide no processo de construção de uma nova hegemonia, sendo que esta requer um longo e laborioso trabalho político cultural.

Nesses termos, a questão da subjetividade assume um importante papel na história humana, relacionada ao devir. Então, ela não é o princípio, e sim sempre o resultado da ação humana na história. É importante frisar que, para Gramsci, a cultura tem um papel decisivo na hegemonia. Se assim não fosse, tal poder da classe dominante seria relativamente “fácil” de ser revertido, por exemplo, bastava tomar o poder pela luta armada. Entretanto, esse poder é garantido fundamentalmente por meio da hegemonia cultural. Esta seria o conjunto das instituições religiosas, dos meios de comunicação e do sistema educacional. Por intermédio desses mecanismos de controle, a classe dominante difunde sua forma de viver e de se relacionar com o mundo, como se fosse universal. Assim se constitui um “bloco histórico” que agrupa todas as classes sociais no projeto de vida burguês. O autor insiste na construção de novos sujeitos históricos, ativos, que se organizam e que procuram conquistar a hegemonia. Isso implica construir um projeto de vida não subordinado e nem fundamentado nos projetos alheios, mas elaborar sua própria visão de mundo

Portanto, de uma visão histórica da existência humana, partimos de três afirmações: primeiro, que o ser - humano constrói sua própria natureza, ou seja, produz a si mesmo; segundo, a ordem social é uma progressiva produção humana; e terceiro, a existência de qualquer ordem social é singularmente produto da atividade humana.

Certamente que as lutas sociais se modificaram na ordem vigente, multiplicidades de atores se organizam. Surgem novos atores na esfera política, mas sem esquecermos que o potencial mobilizador da sociedade civil se intensifica na medida em que se desloca a ação política do âmbito das instituições para o seu seio, ou seja, para uma diversidade de organizações sociais dos setores populares. Nessa perspectiva, o autor nos aponta uma relação dialética entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, uma relação entre as condições objetivas da realidade e a vontade de sujeitos ativos serem capazes de construir um ideal emancipador.

¹² “erro do materialismo histórico - reside no fato de considerar todo ato político, imediatamente, como determinado pela estrutura, ou seja, como reflexo de uma real e permanente [...] modificação da estrutura” (C.C. v. 7, 872).

Mesmo reconhecendo a limitação da emancipação política, e também reconhecendo que as lutas das classes sociais já não têm talvez a centralidade de antes, parece-nos possível a articulação entre ambas, sem prejuízo de negar a realidade. Com efeito, o termo cidadania pressupõe igualdade política e, se classes sociais é sinônimo de desigualdade material entre seres humanos, cidadania e classes sociais não têm que necessariamente estar em oposição. Uma não tem que anular a outra. Ao lutar pela cidadania, não tem que, necessariamente, camuflar as classes sociais e as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Apesar de o autor também considerar que os direitos políticos e civis mascaravam as contradições da realidade, já que não derivava da razão autônoma dos povos, por outro lado, parece-nos também possível que a interpretação da cidadania não tem que estar apenas circunscrita à formalidade de direitos. A novidade está naquilo que Gramsci atribui como uma “*reforma intelectual e moral*”. A despeito disso, se o autor relacionava a política com a totalidade social, ou melhor, se todas as esferas do ser social são perpassadas pela política, particularmente a cidadania pode ser um instrumento de estratégia política, podendo conter em si horizontes de um projeto mais amplo.

Se os direitos que adquirimos são, em primeira instância, históricos, nesse sentido, procura-se resgatar a sociedade civil dentro do conceito gramsciano, relacionada a um *projeto político e cultural* e, com efeito, transformar a realidade. A sociedade civil estaria no campo de ação das múltiplas expressões de subjetividades e não apenas um campo exclusivo do poder econômico e suas formas de dominação. Logo, esse espaço tem o poder de transformar-se num terreno singular onde as classes subalternas se unem e/ou se articulam, se organizam, criam as suas associações, fazem alianças, enfim, lutam pela hegemonia.

Mas, o que dizer das sociedades latino-americanas, especificamente a brasileira, como pensar a sua realidade atual, se, aos nossos olhos, é visível a desigualdade social que reina na maior parte de sua população. Os processos de mudanças relacionados com o aumento da mobilização das lutas sociais e políticas dos anos 60-70 e início dos anos 80 conflagraram-se num desenvolvimento institucional com vistas à estabilização e uma liberdade política considerável. Por outro lado, a partir da década de 90, assistimos ao triunfo da cultura “antiestado”. Em outras palavras, a destituição de seu caráter público com as medidas

adotadas pelo consenso de Washington¹³ e “impostas” aos países sul americanos¹⁴ trouxe mudanças marcantes, uma vez que o liberalismo de mercado passa a vigorar no continente.

A partir do que expusemos, pensamos na insistência da formação de grupos que aglutinem os interesses populares, fundamentados num ideal emancipador. Sobre tal afirmativa, observamos um ponto de convergência entre Gramsci e Santos (1996). O segundo nos revela que, diante do progresso hegemônico do capitalismo, fazem-se necessárias novas formas de “conhecimento emancipatório”, porém construído num longo processo social, que não se baseie no utopismo automático da tecnologia. Por uma nova invenção social, o autor nos aponta a invenção de um novo senso comum emancipatório. Nas palavras do próprio autor, a invenção de um novo senso comum perpassa pelo rompimento “[...] com o senso comum conservador, mistificado e mistificador, não para criar uma forma autônoma e isolada de conhecimento superior, mas para se transformar a si mesmo num senso comum novo e emancipatório” (1996, p. 107).

Segundo o autor, as experiências de participação democráticas se constituem na principal pedagogia da emancipação, contendo as potencialidades de uma nova reinvenção da emancipação social. Tanto quanto para o autor italiano, como para Santos, percebemos que a participação política possui um papel fundamental nesse processo, principalmente quando o segundo autor nos indica a possível articulação da democracia participativa com a democracia representativa. A coexistência de ambas as democracias poderá conter um potencial emancipatório nas sociedades contemporâneas.

¹³ “[...] Por decisão do Congresso Norte Americano, as medidas do consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação da dívida externa dos países latino americanos. Acabaram tornando-se o modelo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para todo o planeta...O neoliberalismo prega que o funcionamento da economia deve ser entregue às leis de mercado...algumas de suas características são: abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros; amplas privatizações; redução de subsídios e gastos sociais por parte do governo; desregulamentação do mercado de trabalho, para permitir de contratação que reduzam os custos das empresas.”(PIMENTEL, José. Disponível em, acessado as 18:27 de 16 de junho de 2008 <http://www.arturbruno.com.br/atualidades/mundo/texto.asp?id=990>)

¹⁴ Referimos aos países que, na metade do último século, têm mostrado um desenvolvimento demarcado pelo processo de modernização econômica, social e política, a exemplo do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Quero assinalar também que o processo de globalização não é algo novo, pelo contrário, faz parte de um projeto que se iniciou há séculos, mas, nas últimas décadas, tem adquirido uma expansão sem igual.

1.3 Os movimentos sociais na construção de outra sociabilidade

a- Conceito de movimento social

Inegavelmente, nas últimas décadas, várias são as questões teóricas interpretativas dos movimentos sociais, devido a sua maior visibilidade a partir dos anos 60, concomitante ao desenvolvimento de teorias sobre as ações coletivas e do deslocamento de interesse do Estado para a sociedade civil. Essas teorias partem do pressuposto de que o paradigma que explicavam a sociedade industrial clássica já não é mais capaz de explicar as sociedades atuais, denominadas por alguns de pós-industrial; por outros, pós-moderna, e/ou complexa. Dessa forma, as estruturas sociais, políticas e conceituais em crise estimulam o aumento do conhecimento empírico e redefinição das categorias analíticas.

Embora as abordagens sejam distintas, não pretendemos fazer uma discussão teórica sobre o conceito ou noção de movimentos sociais, uma vez que diversos estudos analisam essas questões. Por exemplo, Gonh (2003) faz um itinerário histórico-conceitual de diversos paradigmas dos movimentos sociais, argumentando que não há uma única definição de movimento social, mas vários de acordo o paradigma utilizado.

Conforme a autora os paradigmas nos meios acadêmicos que se sobressaíram, nas últimas décadas, foram os paradigmas norte-americanos, com a escola de Chicago, conhecido como Mobilização de Recursos e Mobilização Política. As produções européias que se destacaram foram os chamados neomarxistas. E as que mais se consagraram, nas últimas duas décadas, foram as teorias focadas em micro processos da vida cotidiana, nos chamados “novos” movimentos sociais.

As categorias básicas de análise adotadas pela Mobilização de Recursos são: sistema, organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais e integração social e os conceitos mais usados tais como: escolhas racionais, mobilização de recursos, institucionalização de recursos, entre outros. As categorias básicas de análise dos “novos movimentos sociais” são: cultura, identidade, subjetividade, interação política e novos conceitos como identidade coletiva, solidariedade, redes sociais, entre outros. A partir dessas categorias e conceitos, percebemos que as categorias analíticas clássicas já não têm mais a centralidade de antes.

Em outro exemplo, citamos Melluci (1987), que parte do pressuposto de que as teorias clássicas já não conseguem mais dar conta das “sociedades complexas”. Ao abandonar o

marxismo, o autor direciona seus estudos dentro de uma dimensão pessoal da vida social. Em sua análise sobre os movimentos sociais contemporâneos, diz que estes não lutam simplesmente por bens materiais ou para tornar maior sua participação no sistema, todavia lutam por projetos políticos simbólicos e culturais. Afirma que a vida humana não é apenas moldada por condições estruturais. O autor apresenta uma nova definição de movimentos sociais, pautada em três dimensões que os caracterizam como uma forma de ação coletiva, tais como: da solidariedade, do conflito e de ruptura com os limites do sistema em que ocorre a ação. Para o autor, se faltar uma dessas dimensões, a ação coletiva não pode ser entendida como movimento social. Assim, "os movimentos sociais são construções sociais (...) são sistemas de ação no sentido de que suas estruturas são construídas por objetivos, crenças, decisões e intercâmbios, todos eles operando em um campo sistêmico" (p. 38). A produção teórica do autor está mais centrada no plano micro, dando um enfoque mais psicossocial, que combina a análise das subjetividades das pessoas com a análise das condições político-ideológicas em um determinado contexto histórico.

E, finalmente, o paradigma Latino Americano, que teve abordagens marxistas, nos anos 70, focando a questão da hegemonia (nos termos gramsciano), contradições urbanas e lutas sociais. Nos anos 80, sobressaem-se os “novos” movimentos sociais- autonomia e identidades são categorias-chave em sua análise. Nos anos 90, uma nova releitura de “novos sujeitos” históricos, quando a cidadania, a exclusão, a inclusão social e a participação se tornam alvo analítico. Dessa forma, percebemos um recuo dos protestos e da militância, que se configuraram nos anos 70 e 80.

Um ponto que deve ser ressaltado é o conceito de movimento social sob o ângulo de sua formação, de sua dinâmica interna e seu projeto de sociabilidade, que o caracteriza de outras formas de ações coletivas¹⁵. Para Gohn, por “novos” movimentos sociais compreendem-se os movimentos sociais destituídos ou distanciados do caráter classista que se caracterizava nos movimentos operários em torno do mundo do trabalho e nos movimentos sindicais. Os “novos” movimentos sociais se contrapõem aos “velhos” e historicamente tradicionais movimentos sociais em suas práticas e objetivos. Todavia, não significa que, em determinadas situações, não possam estar em oposição à ordem econômica vigente.

¹⁵ Como visto em Melluci. Entretanto, foi apenas um exemplo entre tantas definições que o caracterizam como movimento social.

Diante das diversidades do conceito de movimento social, adotamos, neste trabalho, as palavras da autora (Idem. p. 251):

Ações coletivas sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios, disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum.

Nessa análise da mesma, os movimentos sociais se caracterizam fundamentalmente em torno de dois elementos: pela natureza da classe social e pelo caráter que imprimem a sua luta, quer seja reformista, reacionário, revolucionário ou ainda conservador.

Voltando ao cenário da América Latina, queremos assinalar que a “abertura democrática” do Continente Latino Americano não deve ser entendida apenas como resultado das reivindicações populares. Decerto que podemos compreender como um processo mais amplo relacionado à própria lógica de desenvolvimento atual do capitalismo. E também podemos observar que as recentes reivindicações na América Latina deixaram marcas que apontam a ordem capitalista neoliberal como a afirmação de um mundo excludente e injusto.

Conforme as condições de desigualdade sociais a que está submetida grande parte de sua população, não podemos ignorar as disparidades sociais que se configuram entre as diferentes classes sociais. Uma vez que assistimos à acumulação de riquezas concentradas numa parcela cada vez menor da população, a consciência dessa situação de pobreza e exclusão social torna inteligível a existência de muitos movimentos sociais do continente latino americano. Contudo, não podemos ignorar a presença de movimentos que se caracterizam por outra natureza, tais como: movimentos ambientalistas¹⁶, culturais, de gênero, pela paz, ética na política, entre outros.

É certo que os “novos” movimentos sociais foram ousados e ao mesmo tempo louváveis ao introduzirem novas questões além de religiosas e étnicas e ao serem encarregados de apresentar uma nova sociabilidade, no sentido de um novo modelo de existência social. Entretanto, essa particularidade dos “novos” movimentos sociais focada na dimensão da identidade, é dissociada de questões relacionadas à dimensão estrutural da sociedade. Pensamos que essas novas questões abordadas e introduzidas pelos novos

¹⁶ A questão ambiental não pode ser dissociada do desenvolvimento do Capitalismo, em sua ânsia de explorar todos os recursos naturais.

movimentos sociais provocaram, de certa forma, uma divisão social, não no âmbito econômico, e sim no âmbito privado dos direitos políticos. Não uma divisão social nos termos de classe, mas aludimos aos movimentos que lutam por uma cultura libertária, do reconhecimento e do direito às diferenças. São interesses e normas incomensuráveis que vão surgindo conforme as “necessidades” privadas dos indivíduos. São “[...] outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens, etc.) [...] na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido”. (ANTUNES, p.). É como se essa nova divisão encobrisse ou substituísse a divisão de classe social.

Essa nova percepção de movimento social, distanciado de um projeto social mais amplo, certamente pode até expressar uma preocupação com a individualidade, mas a subjetividade do indivíduo não nasceu do nada, manifesta-se numa teia de relações sociais, em que grande parte da população vive o cotidiano sob a exploração econômica. Portanto, qualquer movimento social, designados por novos ou velhos, que não tenha em vista objetivos para além da ruptura com a exploração, podem ser absorvidos por meio de reformas institucionais, com uma ilusória participação social na estrutura do poder.

Ao contrário, não assumimos uma teoria importada em todas as suas dimensões para uma realidade específica como a nossa, sem levar em conta as estruturas sociais que marcaram ou que ainda insistem em marcar a nossa realidade. Apesar de as classes sociais não terem mais um papel central nos diagnósticos das sociedades atuais, as contradições de classe não deixaram de existir, mas são sufocadas por outras questões mais imediatas da vida cotidiana. Por exemplo, os movimentos sociais que lutam pela terra, os movimentos sociais dos indígenas e os movimentos dos sem teto, neles, a natureza da ação coletiva é constituída indissociavelmente por aspectos estruturais, e um desses aspectos é a classe social. A ação coletiva reúne elementos não só políticos, mas também sociais. Certamente que neles não há mais um conflito clássico entre o capital e o trabalho como o das sociedades industriais, entretanto negamos o desaparecimento dos conflitos de classe em outros termos. Assumimos que empiricamente podemos observar, ou não, tanto velhos elementos que motivam a ação coletiva, como também novos elementos que a motivam.

Podemos analisar a ação coletiva como um tipo, cuja natureza pode ser constituída também por aspectos estruturais. E também não assumimos uma definição genérica dos “novos” movimentos sociais que excluam as possibilidades de uma análise estrutural.

Todavia, sem negar as condições subjetivas, entendidas como “aquelas dependentes da opção humana, a capacidade de construir a história em parte, no contexto das condições objetivas” (DEMO, 1995, p. 94). A experiência humana não se reduz na vivência das relações produtivas ou ainda na vivência de classe, mas também traduzem outras dimensões que, até certo ponto, acabam influenciando na forma como as pessoas decidem sobre o que fazer diante de sua situação social.

b. Articulação dos movimentos sociais com a teoria Gramsciana.

Em Gramsci, identificamos instrumentos de análise para apreender melhor o novo panorama, especialmente no Brasil, em relação aos movimentos sociais. Conforme explicitamos acima, a sociedade civil é o local das lutas pela hegemonia, atravessada por conflitos e contrastes. De modo geral podemos também concluir que a característica e o papel das sociedades civis não diminuem a importância do Estado e nem das organizações político-partidárias. Embora os grupos subalternos estejam marginalizados em face das estruturas socioeconômicas, poderão, mediante um laborioso processo de criação, tornar-se sujeitos políticos capazes de conduzir e de serem “organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade plena, civil e política” (CC, 2, 24).

Particularmente na América Latina, nas últimas décadas, a participação das forças subalternas nas lutas pela hegemonia tem se convertido em uma força política considerável, como é o caso dos movimentos sociais, que têm se empenhado na luta pela conquista de direitos civis, ou ainda aqueles que têm em vista transformações radicais e que acreditam na possibilidade de um mundo com mais justiça social.

Uma tendência observável no Brasil, e em vários países da América Latina dos anos 70 aos 80, é a emergência dos movimentos sociais populares, conjugados com o processo de reabertura política. Nesse sentido, observamos dentro do contexto sócio-político, nas últimas décadas, uma grande agitação social e política, principalmente com a crise do modelo neoliberal, o que vem possibilitando o surgimento dos movimentos sociais. Surgidos no interior da sociedade civil, especialmente no Brasil, como a exemplo do MST, têm tido um papel crucial no cenário político nacional. Embora reconheçamos que os movimentos sociais têm um longo e difícil caminho, por outro lado, vêm se constituindo uma considerável frente contra-hegemônica.

É importante assinalar que os movimentos sociais na América Latina nesse período, têm algumas características peculiares. Primeiro, a religiosidade que se manifesta sob uma perspectiva libertadora, nesse caso a Teologia da Libertação. A opção pelos pobres marcou a ação da Igreja Católica a partir dos anos 60, na formação de Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base, contribuindo para a constituição e reivindicações dos movimentos populares. Segundo, os movimentos sociais na América Latina surgiram em um cenário político, cuja raiz social é marcada por tradições de relações clientelistas e autoritárias, “a tradição de cultura política democrática é quase inexistente” (GOHN, 2003, p.27), os “novos” movimentos sociais na América Latina são fruto de uma conjuntura política específica em sociedades marcadas por desigualdades sociais elementares à sobrevivência humana.

Minha mãe nasceu numa aldeia indígena, meu pai nasceu em Maceió, mas “caboco”, mas de origem africana. Então me orgulho muito de manter minhas raízes. E eu faço parte de família de agricultores. Meus avôs, minha mãe ainda hoje cultiva suas origens. Eu antes de fazer parte do movimento, passei por um processo, já trabalhei no campo, em usinas de açúcar. Então eu cortei cana, cortei mato, trabalhei em usina, trabalhei na AGRISA, em Joaquim Gomes, na minha região, ali na usina AGRISA e peixe foi meu pólo de convivência na minha adolescência e foi de lá que sai pro movimento e continuo até hoje... Então eu com muito jovem do campo passei algumas dificuldades, mas hoje faço parte dessa grande família do Brasil chamada sem terra... Mas antes de fazer parte do movimento, fui parte de movimento de igreja... Teve uma reunião na paróquia de Joaquim Gomes e como eu filho de agricultor não tinha condições de ter acesso a terra, a não ser lutando por ela, me ingressou no movimento. Isso nunca vou esquecer, sei até a data, no dia 19 de fevereiro de 1991, onde ocupei com meus companheiros e outras famílias a fazenda caldeirões no município de Flexeiras.¹⁷

Na fala acima, podemos observar a influência de elementos que caracterizaram o surgimento dos movimentos sociais na América Latina. Os interesses compartilhados pelo grupo, normas e valores são elementos que podem definir a cultura do movimento e manter sua unidade. Na interpretação da realidade, deve-se levar também em consideração o processo de formação do ser - humano, observando os elementos culturais que nele interferem e por intermédio dele se produzem. O indivíduo nasce dentro de uma sociedade com uma determinada visão de mundo, com uma organização social historicamente determinada, que influenciará a consciência individual ao longo de seu desenvolvimento. A constituição da Identidade do indivíduo está relacionada com a estrutura social em que está inserida. Assim, todo ser - humano é um complexo de unidade natural e cultural, movido por necessidades, desejos, paixões e racionalidades.

¹⁷ Fala de um dos líderes do Movimento de Libertação dos Sem Terra em Alagoas. Entrevista concedida em 2008.

O ser humano não é algo estático, e isso significa dizer que é o vir a ser. Na medida em que a Igreja e os movimentos sociais preenchem espaços sociais de decisão e práticas políticas, como intelectuais orgânicos¹⁸, ambos possibilitam uma visão de mundo questionadora e exercem um importante papel no processo de reprodução social. Quando o entrevistado toma consciência de si próprio, de sua realidade, de seu presente, evidenciado não só pelas necessidades materiais, mas também por suas condições subjetivas, suscita o questionamento de sua posição social. Ao perceber que o acesso a terra está condicionado à luta por esta, daí se constata a principal função dos movimentos sociais na formação de uma nova percepção de mundo, o que Gramsci nos mostra, conforme mencionamos, como uma nova moral e uma nova cultura, e/ou ainda como uma contra hegemonia.

Não se pode desconsiderar a complexa interioridade que vai sendo modelada sob a cultura à qual pertence. Demo (1995, p.96) aponta o exemplo da pobreza, como uma condição objetiva, mas não sendo o suficiente para fazer sozinha o “revolucionário”. É necessário perceber a pobreza como causa de injustiça social, ou ainda, como um tipo de opressão e, partindo daí, “construir caminho próprio de conquista de autopromoção”.

Gramsci, ao analisar o papel político do ser- humano diante da sociedade, argumenta:

Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão, e um erro, supor que o ‘melhoramento’ ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é ‘individual’, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das relações externas, desde com a natureza e com os outros homens – em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive – até à relação máxima, que abraça todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente ‘político’, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua ‘humanidade’, a sua ‘natureza humana’ (Gramsci, 1995: 47-8).

Embora a prática política possua dimensões individuais, já que se trata da participação de cada um na vida pública, é transformadora, na medida em que se torna coletiva. É nesse contexto que o autor tem a clara compreensão de que a estrutura social é potencialmente determinada por ideias e valores, e não apenas a partir do campo econômico. Por isso, afirmamos anteriormente que a luta pela hegemonia também diz respeito a um debate sobre a cultura.

Inegavelmente, especialmente no Brasil, diversos estudos apontam a cultura política do país marcada por relações sociais conservadoras, paternalistas e assistencialistas e a

¹⁸ Gramsci define duas categorias de intelectuais. Aqui nos referimos ao intelectual orgânico proveniente da classe que o gerou, nesse caso o movimento dos sem terra, tornando-se especialista, organizador e homogeneizador de sua base.

reprodução dessas relações, não só em nível político-institucional, mas também nas relações sociais do cotidiano. Sales (1993) faz uma ponte dessas relações com a noção de cidadania. A “cidadania concedida”, formulada por Sales, parte da análise da relação de “mando/subserviência” que caracterizou, nos primeiros séculos, a formação da sociedade brasileira, onde o aspecto da centralidade do mundo rural foi um elemento fundamental para compreender não só o chamado Brasil tradicional, mas também “trazê-lo” para um Brasil recente, principalmente no Nordeste, onde a reprodução da desigualdade social pode ser compreendida no bojo do seu passado. Dessa forma, a cidadania adjetivada pela autora,

[...] está na gênese da construção de nossa cidadania, está vinculada, contraditoriamente, à não-cidadania do homem livre e pobre, que dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares de cidadania civil. O rompimento com essa cidadania concedida se daria apenas com o amplo processo de expulsão do trabalhador rural para fora do grande domínio territorial. À Abolição da Escravatura, que poderia ser um marco para esse rompimento, seguiu-se o compromisso coronelista, ou, mais genericamente, os mecanismos de patronagem e clientelismo que marcaram toda a nossa Primeira República, contribuindo para fazer perpetuar as bases sociais da cidadania concedida (Idem, p.1).

Não é novidade que o tecido social do País foi moldado dentro de uma cultura excludente. A formulação da noção de “cidadania concedida” pode ser relacionada como uma cidadania feita de “cima para baixo”. Daí essa noção de “cidadania concedida” ser interessante na medida em que aponta essa continuidade. Esta, nesse caso, está relacionada, em sua origem, na figura do provedor que se personaliza, na tríade aqui referenciada pelo senhor do engenho, posteriormente pelos coronéis, e por último, nos políticos locais. Pode-se afirmar que essas relações vêm tendo uma nova roupagem na articulação das políticas locais e na reprodução das relações sociais.

Nesse sentido, vários estudos sobre os novos movimentos sociais apontam que eles trouxeram para os espaços públicos¹⁹ uma prática avessa à “cidadania concedida”. Os movimentos sociais têm cumprido um papel importante no desenvolvimento de uma política pautada na participação popular.

O modelo clássico de interpretação dos movimentos sociais esteve atrelado à idéia de revolução²⁰, eram entendidos como mobilizações de massa visando à tomada do poder das mãos de um Estado antagônico. Alguns estudiosos²¹ têm apontado a importância dos

¹⁹ Significado denotativo, espaço comum a todos.

²⁰ Entretanto resgatamos o sentido de revolução de outra forma, ver pág. 26 a 40.

²¹ MELUCCI (1996), LACLAU (1990) e TOURAINE (1992).

aspectos subjetivos na compreensão da ação coletiva, mas sem descartar as mudanças macroestruturais e sua relação na formação, criação e/ou crescimento da subjetividade.

Abarcar as utopias pessoais de cada um equilibrando com as utopias do movimento, é um desafio para a construção de uma utopia coletiva que envolva também as aspirações mais imediatas dos atores sociais. A dimensão afetiva de pertencimento ao grupo é uma das características mobilizadoras do movimento. A mística do movimento social é uma forma sedutora de mobilizar os desejos dos atores sociais, que promovem processos de subjetivação. Por exemplo, a mística religiosa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde as lutas sociais são articuladas aos ritos cristãos. A participação também implica questionamento sobre a própria condição social, sobre valores pautados nos quais foi fundamento o tipo de sociedade à que o sujeito pertence, nesse caso, poderia se relacionar com os movimentos sociais que lutam pela terra, onde a história do latifúndio no país sempre esteve atrelada a formas tuteladas de cidadania, como a já referenciada “cidadania concedida”, que funcionava como um instrumento de controle da vida cotidiana. A atuação participativa de novos atores, culminando nas conquistas e não mais em concessões, remete a adjetivação de “cidadania ativa”, que tem como pressuposto a atuação participativa.

Os movimentos sociais foram especificamente marcados por uma capacidade de construir identidades políticas próprias e certa autonomia frente às representações políticas oficiais. Nesse sentido, os movimentos sociais têm tido um papel relevante na construção de uma nova sociabilidade. No processo de construção de uma nova percepção do cotidiano, trata-se de construir uma nova cidadania, fundamentada numa reelaboração daquelas condições de vida que se encontram na gênese da formação social brasileira.

A idéia de cidadania redefinida pelos movimentos sociais, através da luta pela ampliação e conquistas de direitos sociais, ultrapassa o conceito de cidadania liberal²². Não basta sentir-se parte do sistema político,

mas de participar da própria definição desse sistema. Ou seja, de definir, de participar da definição daquilo no qual nós queremos ser incluídos, naquilo do qual nós, efetivamente, queremos ser membros-o que evidentemente, significa afirmar o direito de participar da definição da própria sociedade, apontando, em última instância, para a invenção de uma nova sociedade (DAGNINO, 2004, p.5).

²² A cidadania liberal parte do pressuposto da necessidade do indivíduo de pertencimento ao sistema político e da sociedade. Visando oferecer tais condições para tal pertencimento, a autora propõe uma nova redefinição de cidadania vinculada à idéia de participação (DAGNINO, 2004, p.4.).

Isso implica uma nova concepção de cidadania, presente no debate brasileiro a partir da segunda metade da década de 80, como estratégia para a ampliação da democracia. Nesse contexto, parece-nos fundamental a idéia de se tornarem “dirigentes”. O que “significa que é dada a todos a possibilidade concreta de se tornarem autodirigentes, de serem sujeitos políticos [...] são organizados em torno de um projeto de democracia popular, capazes de conduzir em conjunto a democracia”(SEMERARO, 2003, p. 272).

Por outro lado, enquanto se identificam os anos 80 como uma década de grande pulsação de movimentos sociais (considerando a própria conjuntura de abertura política, via perspectiva de um país mais democrático), nos anos 90, podemos identificar, de certa forma, um refluxo por parte desses movimentos, tendência marcada pela conjuntura política e econômica. Esta, fruto da reestruturação produtiva e aquela, fruto do crescimento da política neoliberal. Ambas contribuíram para a intensificação do processo de acumulação, agora flexibilizado. Podemos assistir, nesse período, ao dismantelamento do Estado, mudanças no mundo no trabalho, crise do sindicalismo, desemprego estrutural, entre outros. Dagnino se refere à política neoliberal como o projeto do Estado mínimo pelo qual “configura-se com o encolhimento das suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil, como maneira de programar os ajustes estruturais exigidos pelo FMI” (Idem, p.6).

O ideário neoliberal trata de ampliar o seu projeto disseminando uma nova vinculação da cidadania e da participação da sociedade civil. Se na década de 80, sociedade civil é o lócus da luta política por parte dos movimentos sociais, na década seguinte, apesar de o discurso ser sedutor, essas categorias assumem outra face. Seguindo o ideário neoliberal, a sociedade civil vincula-se à idéia de terceiro setor. Essa idéia foi cunhada pelos teóricos reformistas para ressignificar o seu papel, limitando ao conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos, sem objetivos lucrativos.

Conforme Dagnino, essa redefinição da sociedade civil redimensiona a participação para o terreno privado da moral, do voluntariado, promovendo a despolitização da participação, e a cidadania passa também a ter outro sentido, de integração ou reintegração do indivíduo ao mercado.

Se, por um lado, a agenda da crítica neoliberal ao Estado o coloca numa situação mínima, por outro, a participação deixa de ser um confronto com o Estado, caracterizando-se agora pela negociação e disputa de distintos projetos, em processo de co gestão entre o Estado e os novos espaços públicos de participação.

Apesar de a autora ver com desconfiança a participação institucional nas instâncias de co-gestão com o Estado, alegando problemas e dificuldades nesse processo, é interessante ressaltar que boa parte dos movimentos sociais usa esses espaços para suas reivindicações e ainda esses espaços são, até certo, ponto resultado da luta por eles.

Na “consolidação” da democracia no Brasil, no sentido do reconhecimento dos direitos civis, tais como: sufrágio universal do voto, liberdades civis, organização político partidário e garantias de participação popular, a noção de sociedade civil homogeneizadora, tanto como do Estado, já não cabe nesse contexto. As diferenças vêm à tona, mostrando uma sociedade civil heterogênea e complexa. Agora as articulações entre Estado e Sociedade Civil se processam sob novos mecanismos de gestão pública de caráter participativo. A oposição entre Estado e sociedade civil, verificada anteriormente, é menos combatida, cedendo lugar a novas relações com vistas a construir instituições sob uma ótica mais participativa e que, de fato, representem as demandas e anseios da população.

A participação da sociedade civil, se percebida, de um lado, como uma real possibilidade na construção da democracia, no sentido de compartilhar o poder de decisão com o Estado, de outro, pode existir o limite dado ao caráter do projeto neoliberal. Esse ocultamento que o ideário neoliberal dá ao projeto democratizador da sociedade civil deve ser um ponto significativo para a avaliação dos diferentes espaços públicos.

Assim, nos anos 90, ocorreram outras formas de organização popular mais institucionalizada. Se nos anos 90 o receituário neoliberal significou, até certo ponto, um refluxo dos movimentos sociais, e também do movimento sindical (diferentemente dos anos 80), é nesse contexto que se fortalecem os movimentos sociais ligados a terra. A questão agrária brasileira e a condução da luta pela terra (principalmente a partir da década de 90) se apresentam como uma das bandeiras de luta da questão social, sendo ambas as expressões das desigualdades, produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo.

Como já observamos, nas últimas décadas, a sociedade civil tomou novos rumos, para além das concepções clássicas, tais como a jusnaturalista e marxista. O termo passa a ser concebido com a idéia de terceiro setor, fundada no associativismo, sem a preocupação de se projetarem no âmbito do poder estatal. Nesse sentido, sociedade civil passa a ser sinônimo do voluntariado, e de movimentos “defensivos” de caráter mais comunitário. Entendemos que essa concepção de sociedade civil está relacionada a uma investida “ideológica, político e

cultural”, com vistas ao declínio do Estado, reduzindo as suas funções, em nível do guardião da lei, com tendência a ser mais liberal-representativo do que democrático e participativo.

Por outra via, compreendemos que historicamente a relação do Estado com as reivindicações populares (na consolidação do capitalismo), assinalou-se naquilo que Sales²³ nos apontou como “cidadania concedida”, ou seja, feita de cima para baixo, o que contribuiu na esfera política para uma exclusão de participação popular.

Em vista dos argumentos apresentados, percebemos que a emergência dos movimentos sociais no Brasil, que representam o interesse das classes subalternas, é resultado de um processo sociopolítico e cultural, concomitante ao desenvolvimento e as contradições do capitalismo. Nesse sentido, observamos que a exclusão social²⁴, vivida por milhares de brasileiros, se configurou numa questão além de social, pública, emergindo uma sociedade civil, onde a política teve lugar de destaque. Observamos a sociedade civil como a esfera onde as classes subalternas ganham visibilidade e lutam por seus interesses, pela elaboração e difusão de uma cultura e tomam consciência dos conflitos e das contradições sociais, mesmo que em nível do senso comum. Entendemos que o senso comum, mesmo que de forma limitada, nos dá a resposta imediata da realidade, mas não uma resposta metafísica, de outro mundo; há certo empirismo, aí que reside o bom senso.

Por todos esses aspectos, a sociedade civil não é o lugar exclusivo da classe dominante, todavia o espaço de luta para a construção da hegemonia pelos grupos subalternos. A conquista da hegemonia se dá no terreno de luta do Estado e nas complexas instituições ou ramificações da sociedade civil. Depreende-se disso que os movimentos sociais, com suas inovações, lutas, pressões políticas e interlocuções com outras instâncias seriam um campo de alternativas na sociedade civil, no que diz respeito às lutas contra hegemônicas. Assim, concluímos que os movimentos sociais contêm potencialidades de se tornarem instrumentos fundamentais de resistência e questionamento político, aqui entendido como uma prática coletiva, o que poderá possibilitar a construção de uma nova **sociabilidade** para a emancipação humana.

²³ Página, 45.

²⁴ Compreendemos por exclusão social, todos aqueles que não têm acesso aos bens materiais e culturais que a sociedade produz, vive na linha da pobreza, e que, muitas vezes, não tem o mínimo para sobreviverem. Entretanto, uma vez incluídos no sistema, não significa que se livrem da exploração capitalista, pelo contrário, a inclusão social é uma forma de exploração, mas de uma forma camuflada, já que, ao se incluir, vão continuar afirmando o tipo de sociedade em que vive. A diferença está na medida em que torna essa inclusão uma arma de luta política, ao descortiná-la, para lutar contra a ordem vigente.

2 AS CONTRADIÇÕES DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Todo fato social se caracteriza por ser um nexo de relações sociais. São relações, desdobrando-se em processos e estruturas, que engendram a especificidade do social. O homem se constitui como ser social no processo por meio do qual se constitui a sociabilidade. (FERNANDES, 2004, p.30).

Embora a luta pela terra não seja algo novo no país²⁵, ela vem se exacerbando depois da primeira metade do século XX e início do século XXI, quando os trabalhadores e trabalhadoras do campo passaram a se organizar para reivindicar ora direito e maior difusão das políticas públicas, ora lutando por uma reforma agrária. (ANDRADE, 2005). Esta, em relação a sua forma e conteúdo, nem sempre é consenso entre o governo, demandantes e suas entidades representativas. Todavia, a luta pela terra vem acontecendo de forma diversa nas várias regiões geográficas do país, com mais intensidade em alguns estados e, em outros, com menos.

A reforma agrária é apenas uma das questões agrárias no Brasil, não se resumem tão somente nela; dizem respeito à forma como se deram o uso e a propriedade da terra. Refere-se também “ao conjunto de inter relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural” (MENDONÇA, 2006, p.78).

A luta pela terra aconteceu muito antes de se falar propriamente sobre a reforma agrária; refere-se ao longo processo histórico, envolvendo as lutas sociais pela terra. Como processo histórico, significa afirmar que podemos vislumbrar as continuidades e descontinuidades da ação humana no tempo e espaço. Não uma ação sem sentido, mas intencional, com vistas a efetuar um resultado no presente. Mudar, transformar e/ou permanecer não podem estar dissociados do processo histórico. Neste, o que há de “natural” é o tornar-se diferente do que já foi, é um movimento permanente, é o devir humano, ou seja, o ser humano se transforma em meio ao mundo que constrói. Dessa forma entendemos que a luta pela terra é um fenômeno tipicamente histórico.

Na implementação da reforma agrária, participam diferentes instituições, enquanto que a luta pela terra é feita essencialmente pelos trabalhadores rurais. A “reforma agrária”, no

²⁵ Conforme o autor, desde a época da colonização, a luta pela terra vem dividindo os habitantes em duas facções, as dos proprietários de terra e a dos trabalhadores.

primeiro momento, apareceu no cenário nacional ainda na primeira metade do século 20, atrelada ao advento da industrialização e, posteriormente, ganhando força política com o movimento das ligas camponesas. Entretanto, apesar de ser um tema discutido há muito, veio à tona mais uma vez ao cenário nacional, principalmente no início da década de 80, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse sentido, também procuramos enfatizar o papel e a importância dos movimentos sociais na luta pela terra e na reforma agrária.

Neste capítulo, pretendemos, não de modo esgotável, expor os principais embates e desafios políticos da luta pela terra e a questão da reforma agrária no Brasil nos últimos 30 anos. Justificamos que, apesar das especificidades regionais, o surgimento dos movimentos sociais (que lutam pela reforma agrária) e posteriormente a constituição dos assentamentos rurais são resultados do legado histórico de uma estrutura fundiária concentrada, conjugada a outros processos econômicos, políticos e sociais.

2.1 Principais embates e desafios políticos sobre a Reforma Agrária no Brasil.

O conceito e a aplicação da reforma agrária, como proposta de redistribuição de terra ou ainda política fundiária do Estado, nem sempre é um consenso, até mesmo no campo acadêmico. Todavia, não se pode negar que, de fato a reforma agrária se deu nas últimas décadas a partir de vários conflitos sociais no campo. Conforme Medeiros (2003), o revigoramento da luta pela terra ²⁶, a partir da década de 70 e início dos anos 80, se deu sob vários aspectos.

²⁶ A reforma agrária no Brasil não é um debate novo no cenário político, como mencionado, vem atrelado ao processo de industrialização, com fluxos e refluxos ao longo da história. Com a expansão da industrialização no país, em concomitância com a proliferação da classe operária, os partidos de esquerda ganharam espaço no cenário político. O movimento tenentista traz para o cenário político o debate acerca da reforma agrária, culpando as oligarquias rurais pelo atraso no campo, e a urgência de uma possível mudança. Os partidos de esquerda, principalmente o Partido Comunista Brasileiro, com o ideário comunista e a ala progressista da Igreja Católica, temendo a expansão desse ideário, trataram de atrair para si “as massas camponesas”, percebendo que a participação da massa rural na política poderia alterar de fato a correlação de força subjacente à estrutura de poder do Estado, ambas incentivando a formação de sindicatos rurais, e também a formação das Ligas Camponesas. Como novidade, estas traziam a mobilização para a *esfera pública*, realizando passeatas e comícios. Num primeiro momento, as Ligas Camponesas reivindicavam a extinção de velhas conhecidas relações de trabalho no campo brasileiro, como o foro, cambão e o barracão, e, num sentido mais amplo, começaram a lutar pela reforma agrária (MEDEIROS, 2003).

A conjuntura política pelo qual passava o país, *projeto democratizante*²⁷ *participativo*, inaugurou a participação política das camadas populares como imprescindível para a tomada de decisões quanto à direção das políticas públicas possivelmente adotadas pelo governo.

Por outro lado, desde a ditadura militar, as políticas estatais deram início a uma abrangente transformação social, econômica e tecnológica na agricultura e na indústria. O Estado Brasileiro implementa uma política de modernização da agricultura, “visando ao desenvolvimento das indústrias de bens de produção e insumos, bem como da indústria de transformação dos produtos agrícolas” (NORDER, 2004, p. 5). Essa política é conhecida pelos estudiosos como *modernização conservadora*.

A partir da década de 60, o processo de modernização toma um novo impulso, as atividades agrícolas são subordinadas às exigências da reprodução e acumulação do capital. Destaca-se a consolidação do complexo-industrial, e “o mais incisivo mecanismo promotor da modernização agrícola, o sistema estatal de crédito rural, acoplado a um conjunto de políticas agrícolas” (Idem, p. 52). Essas medidas impulsionam, sobretudo, a mecanização do campo. A consolidação do complexo-industrial é vista como a base do projeto do processo de *modernização conservadora* da agricultura brasileira. A partir daí, decorre uma vinculação crescente da agricultura à indústria, o que provocou modificações na base técnica da produção agrícola.

Entretanto, a articulação entre o capital industrial e a modernização do campo não aconteceu de forma homogênea em todo o país, pelo contrário, em vez de integrar economicamente os espaços econômicos, aprofundou as desigualdades já existentes. Um processo altamente excludente, não se manifestando na mesma ordem, serviu também para aprofundar os desníveis tecnológicos existente entre os grandes e pequenos estabelecimentos.

A agricultura brasileira efetivamente se moderniza, mas de uma forma seletiva. Se a modernização privilegiou a expansão da pecuária e culturas, como a soja, a cana-de-açúcar, incentivando a exportação, com efeito, trouxe, em seu bojo, complicadores de ordem sócioeconômicas. E associados às políticas mais gerais de desenvolvimento econômico (respeitando a especificidade de cada região), é possível dimensionar a base dos conflitos fundiários e a emergência dos movimentos sociais ligados a terra, no seio da sociedade civil.

²⁷ Ver primeiro capítulo, página 47 a 50.

Sintetizando, a *modernização conservadora* da agricultura implicou o aprofundamento da concentração fundiária; o crescimento do trabalho assalariado em detrimento das velhas formas de denominação do interior das grandes propriedades; o crescimento do trabalho assalariado temporário; e o enfraquecimento da pequena propriedade, o que contribuiu para a crescente elevação no custo de vida e para o aumento dos conflitos no campo.

No final dos anos 70, o mundo rural se modificou substancialmente com a rápida e intensa proletarianização, pois boa parte das grandes propriedades foi convertida em modernas empresas agropecuárias. Como resultado dessas mudanças, intensificou-se o êxodo rural. Do ponto de vista da lógica capitalista, a *modernização conservadora* foi um sucesso, mas, do ponto de vista social, um caos, pois a intervenção do Estado, na modernização do campo, não interveio no perfil de redistribuição de terra e sim na manutenção.

Apesar de observarmos um recuo da cidadania no campo, a própria conjuntura política de redemocratização do país, conjugados com “os resultados do processo de modernização, da ruptura de relações sociais e de novos valores que passam a ser disseminados em especial pela igreja” (MEDEIROS, 2003, p.29), favoreceram a reorganização dos movimentos sociais do campo. Ao mesmo tempo, o Estado passa a tirar, de forma gradual e supervisionada, os mecanismos de regulação instituídos na década anterior. Dessa forma, “o arrefecimento da “fúria regulatória” do Estado no processo de modernização agrícola foi simultâneo ao arrefecimento da “fúria repressiva” no plano das liberdades civis e políticas” (NORDER, 2005, p. 58).

A luta pela volta à redemocratização do Brasil coincide com o revigoramento das lutas pela terra. Nesse momento tratava-se de fazer política, no sentido de participar, de decidir e questionar a natureza desse processo e os seus resultados. Vários atores²⁸ emergem na luta pela terra, a demanda pela reforma agrária. Trata-se também da demanda por direitos, nesse novo cenário, de um lado marcado pelos condicionantes sociais e, de outro, pelas possibilidades institucionais. Neste, particularmente a luta pela democracia e a consolidação, enfim, de um ambiente democrático, os movimentos sociais do campo foram se consolidando, tendo destaque o Movimento dos Sem Terra, e também a Comissão Pastoral da Terra.

²⁸ Aqui entendida como distinção do indivíduo consciente do seu papel ativo (protagonismo) no processo de mudanças sociais e políticas da sociedade civil e da sociedade política (Estado), na busca pela hegemonia.

A reforma agrária, mais uma vez contagiada pela própria conjuntura, tomava novo fôlego, trazendo para a sociedade civil, velhos atores e também novos ²⁹adeptos para a luta-atingidos por barragens³⁰-afetados pelo desenvolvimento do setor elétrico aliado aos setores de bens de capital, “visava o fornecimento de uma infra-estrutura capaz de atender às necessidades do rápido crescimento urbano-industrial e agropecuário do país” (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p. 22). No Norte do país, cresceram as reivindicações contra o desmatamento dos seringais, resistindo à expansão dos pastos. No Sul do país, os atingidos pelos processos de modernização do campo.

A ocupação dos espaços públicos pelos movimentos sociais acenou para a incorporação de diversos projetos políticos. A reforma agrária vem à cena política, mais uma vez somada à herança histórica de uma estrutura fundiária concentrada, conjugado com a intervenção modernizadora do Estado na agricultura (a partir dos anos 60³¹). Em meio à luta contra o regime militar, envolvendo diversos setores populares, a exclusão social do campo emergia como resultado de uma ampla transformação nas relações de trabalho.

No final da década de 70 e 80, as lutas políticas pela terra surgiram de forma isolada nos Estados do Sul e Mato Grosso do Sul. Mas com a crescente

[...] articulação política entre várias iniciativas de luta pela terra resultou na realização do Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no município de Cascavel (PR), e na fundação do MST em 1985. Com o apoio da Igreja Católica, inspirada pela Teologia da Libertação, o MST começaria a se difundir gradualmente para vários outros pontos do país” (NORDER, 2004, p.61).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, aos poucos foram se organizando, atraindo para si a legitimidade de representar “os pobres do campo”. No decorrer dos anos 80, o MST se expande para outros estados, e suas formas de lutas e manifestações tornam-se identidade própria e símbolo por excelência da demanda por reforma agrária.

Se, nos anos 90, os movimentos sociais ligados a terra apresentam um caráter expansivo, num período marcado pela crise de refluxo para a maioria dos movimentos sociais,

²⁹ A emergência de novos atores por diversas reivindicações se deve à complexidade que tomou o campo brasileiro quanto à questão agrária, como consequência da modernização do campo.

³⁰ Para saber mais, ver, BERGAMASCO e NORDER. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

³¹ A intervenção estatal na agricultura não é algo novo. Ao longo da história do país, percebe-se o quanto o Estado brasileiro sempre serviu às elites fundiárias. A partir da industrialização no país, a modernização do campo começou a ser discutida como objeto de políticas públicas estatais.

Segundo Norder (2004), as tendências já existentes no período anterior foram apenas aceleradas e contempladas, mas, em certa medida, redirecionadas e redimensionadas pelos governos militares.

isso se deve também, em parte, à disposição do MST em “continuar a luta pela reforma agrária e combater a política neoliberal do governo”³². Essa ofensiva política, de proporções inéditas, faz com que os sem terra ocupem um lugar de destaque no cenário político brasileiro, com o apoio de setores populares urbanos.

Assim, as ocupações em grandes fazendas se tornaram estratégias políticas por parte dos trabalhadores rurais para alcançar o principal objetivo - o acesso a terra. Daí, ao longo dos anos 80, foi se difundindo a concepção de que os assentamentos rurais foram constituídos, na maior parte dos casos, como decorrência de conflitos sociais.

O debate pela reforma agrária tomava novos rumos, não só pela constituição de novos sujeitos, como também pelos posicionamentos de algumas instituições³³ dando um novo impulso ao debate nacional. De fato levou uma crescente visibilidade dos conflitos fundiários e também a intervenção estatal sobre a reforma agrária, tendo agora como pano de fundo o Plano Nacional de Reforma Agrária.

O PNRA foi anunciado em 1985 no IV Congresso dos Trabalhadores Rurais, num período em que o país vivia o “apogeu” da redemocratização. Todavia, acirraram-se as discussões em torno do plano entre entidades que representavam a agroindústria³⁴, “[...] que polarizavam entre os que não aceitavam a princípio nenhum tipo de reforma agrária e os que não aceitavam aquele projeto de reforma agrária” (MENDONÇA, 2006, p.91). Houve uma crescente mobilização por parte desses segmentos, totalmente contra qualquer tipo de reforma agrária, se destacava a Sociedade Rural Brasileira, e a Sociedade Nacional de Agricultores, pela sua própria base social, colocou-se favorável a algum tipo de reforma agrária.

O PNRA, inicialmente, buscava atender às demandas mais pontuais e mais urgentes, visando desapropriar áreas de maiores conflitos, sobretudo no Norte e Nordeste, a primeira no Pará e a segunda no Maranhão. Beneficiava posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários, tinha como finalidade agilizar o Estatuto da Terra.

³² Editorial do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, agosto de 1995.

³³ O apoio da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), em 1980, com o documento “Igreja e problemas da terra”, influenciados pela Teologia da Libertação, paralelamente a uma ação cotidiana das pastorais. Organizações não governamentais e outras séries de entidades que deram visibilidade aos conflitos no campo e emergência de uma reforma agrária.

³⁴ Para entender os embates e posições sobre a Sociedade Rural Brasileira, Sociedade Nacional de Agricultores e a União Democrática Ruralista, ler “A questão Agrária no Brasil”, v.5.

Todavia, no mesmo ano, foi criada a União Democrática Ruralista. Um de seus princípios era defender a propriedade da terra e reivindicava participar das tomadas de decisões relacionadas às políticas fundiárias e agrícolas. Para tanto, traçou um plano de ação, visando ao reconhecimento interno, da própria classe, “[...] mediante tentativa de se ver legitimada como canal hegemônico de representação de interesses dos proprietários rurais” (Idem, p.40). Assim, adquiriu legitimidade no âmbito da sociedade civil para agir e falar em nome do setor. É importante ressaltar que a UDR surgiu em meio às disputas entre os setores dominantes agrários.

A UDR ³⁵penetrou na Câmara e no Senado da República por intermédio de seus representantes, mostrando a sua força tanto na desconfiguração do Plano, como também no sentido de impor emendas na Constituição que fizeram o Estatuto da Terra retroceder.

O Plano Nacional de Reforma Agrária tinha o compromisso de alterar a estrutura fundiária. Foi elaborado no início da Nova República com a colaboração de especialistas na questão agrária brasileira, como também contou com a colaboração da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) e outras entidades representativas dos trabalhadores. Contudo o MST não concordou com a proposta, como também a Central Única dos Trabalhadores, polarizando os principais representantes dos trabalhadores rurais. Enquanto a CONTAG apoiava o Plano descartando as ocupações, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ao contrário as intensificou. De certa forma, o MST com essa atitude além de demonstrar a desconfiança quanto ao governo de implantar a reforma agrária, também queria demonstrar quem de fato representava “os pobres do campo”.

No período de transição democrática, conforme Medeiros (2003), podemos sintetizar alguns pontos que nos situarão quanto às principais tendências do debate. Num primeiro momento, vislumbramos o surgimento de novas organizações na luta pela terra, no qual se sobressai o MST, o que o torna, ao longo dos anos, como um dos principais protagonistas na luta pela reforma agrária. O inovador do MST diz respeito às ocupações, um instrumento imprescindível para ganhar visibilidade na arena política do país. A Igreja também teve uma presença marcante dando legitimidade à luta pela terra. Por outro lado, os proprietários de terra, reaparecendo no cenário político, através de seus representantes, procuraram defender seus direitos de propriedade, alegando o atraso que seria a desconcentração fundiária em favor

³⁵ Mais uma vez, sugiro a pesquisa de Mendonça sobre os desdobramentos da UDR e a Constituição de 1988, no livro: A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária- natureza e comportamento 1964-1990. (org.) João Pedro Stedile. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

da “produtividade”, e a continuação da lógica de desapropriação em áreas de conflitos, como forma de eliminar os focos de tensões.

Portanto, nos anos 80, apesar de algumas derrotas, o debate em torno da reforma agrária teve novos termos, agora partindo da representação dos trabalhadores do campo, por diversas entidades, sinalizando avanços políticos significativos cujos reflexos se desdobram até o presente.

Nos anos 90, a reforma agrária foi marcada pela violência no campo, pelas intensas mobilizações do MST e por uma nova reorientação de reforma agrária adotada pelo Estado. As ocupações de terras foram reafirmadas como principal instrumento de luta pela reforma agrária no segundo Congresso do MST, sendo também um de seus objetivos conquistarem aliados e simpatizantes da reforma agrária como algo indispensável- “o ponto alto dessa iniciativa foi à organização da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” (Idem, p.49).

Na mesma década, iniciam-se as reformas estatais aceleradas no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em que foi criado um Ministério exclusivamente para esse fim. A partir daí, começa um complexo conjunto de reformas estatais.

As pressões sociais, como os Massacres de Corumbina e de Eldorado dos Carajás, geraram forte repercussão nacional e internacional, e as intensificações das ocupações e acampamentos do MST imprimiram novos rumos nas ações do governo, que, em 1996, criou o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). Medeiros aponta os esforços dessa iniciativa direcionados para reduzir a força política do MST e dá continuidade à reforma agrária, mas com uma nova orientação- a descentralização estatal, atribuindo competência aos estados e municípios, mas sob a lógica do mercado.

De acordo com Dagnino³⁶ sobre os dois projetos de democracia, o segundo, intensificado no Brasil, a partir da década de 90, influenciou diretamente nas implementações das políticas fundiárias no governo de Fernando Henrique Cardoso. O ideário liberal tratava também de ampliar seu projeto, por intermédio do Banco Mundial, numa nova reorientação política para a reforma agrária. De fato, o governo reconhecia a necessidade de mudanças direcionadas à desconcentração da propriedade da terra no país e no fortalecimento da

³⁶ Capítulo anterior da dissertação, página 33 a 45.

agricultura familiar. Mas, ao contrário, o que diferia o seu projeto dos movimentos sociais³⁷ era a forma e o conteúdo do plano, pois não se colocava em pauta a transformação da estrutura fundiária do país e nem a democratização do poder político.

As políticas fundiárias do governo FHC faziam parte das diretrizes do Banco Mundial em viabilizar as políticas agrárias aos parâmetros neoliberais. Para operacionalizar tais medidas, a instituição inicia simultaneamente uma crítica ao tipo de reforma agrária vigente em alguns países, incluindo o Brasil, e traça um plano de ação para aplicar o seu modelo (Modelo de Reforma Agrária de Mercado).

Em suas críticas, o Banco argumenta que o primeiro denominado de “reforma agrária tradicional” ou “conduzido pelo Estado”, no qual este desempenhava uma função central, fundamentada na desapropriação de propriedades rurais que não cumprem sua função social, suas políticas eram consideradas coercitivas, dirigidas e portadoras de um aspecto confiscatório, na medida em que as terras eram, muitas vezes, pagas abaixo dos preços de mercado e parte em dinheiro, parte em títulos públicos.

No modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM), a terra é vista como um mero fator de produção, sem levar em conta aspectos políticos e culturais inerentes às especificidades locais das diversas formas em que se desenvolveu o seu uso. Entendemos que a reforma agrária ultrapassa o aspecto meramente econômico. Não podemos esquecer que, no Brasil, a propriedade e o uso da terra, historicamente, estão enraizados nas relações de poder.

Já a reforma agrária redistributiva tem um efeito de democratizar o acesso a terra, pois redistribuiu uma parcela significativa de terras privadas por uma classe de grandes latifundiários. SAUER E PEREIRA (2005) ressaltam o caráter “punitivo”, ou seja, indenização abaixo do preço de mercado, da desapropriação de terras privadas que não cumprem sua função social.³⁸

Todavia, é necessário o fortalecimento do Estado para aplicação da reforma agrária redistributiva no sentido de não apenas democratizar o acesso a terra, mas também

³⁷ De acordo com SAUER e PEREIRA (2005), ao contrário da reforma agrária com a lógica do mercado os movimentos sociais a entendiam também como ampliação e fortalecimento do mercado interno e redistribuição substantiva de renda e riquezas, e não a reforma agrária orientada pelo Banco Mundial, tratava-se da realização pontual e dispersas de assentamentos de trabalhadores sem terra de amenizar a pobreza rural

³⁸ Na prática nem sempre isso ocorre. A exemplo disso, conforme Duarte (2006), é a desapropriação de terras das usinas Agroindustrial Serrana LTDA e Companhia Conceição do Peixe em Alagoas, das 36 propriedades, 22 foram avaliadas em 65 milhões.

impulsionar políticas públicas direcionadas para as condições de melhorias de vidas dos assentados. Evidentemente que as críticas do Banco Mundial a esse modelo foram de forma abstrata, sem levar em consideração as formas implementadas às políticas de reforma agrária em cada país.

Na realidade brasileira, a reforma agrária sempre foi tema com que o jogo de interesses de diversos grupos se chocava, e que nem sempre facilitou a desconcentração fundiária, pelo contrário. Não concordar com o segundo modelo não implica não reconhecer a falta de uma política realmente voltada para uma reforma agrária eficiente, e isso pode ser exemplificado por vários motivos conjugados, como a cultura autoritária e paternalista que fundamentou a formação da nossa sociedade.

Como mencionamos, as mudanças institucionais foram acompanhadas de várias medidas adotadas pelo governo para descentralizar suas ações. Obviamente que a reforma estatal inseriu-se em sentido mais amplo que a reforma agrária propriamente dita, mas, em seu conjunto, agilizaram as ações relativas às políticas fundiárias³⁹.

Foram adotadas medidas que pudessem acelerar a obtenção de terras para a realização de assentamentos rurais. Visavam reprimir as ocupações de terra, entre as quais, caso os movimentos sociais ocupassem alguma propriedade, esta não poderia ser desapropriada; descentralização da reforma agrária para as esferas estaduais e municipais; e introduziu o modelo de reforma agrária do Banco Mundial no Brasil (como já citamos). Essas medidas tinham uma explícita finalidade de inibir as iniciativas políticas dos movimentos sociais de luta pela terra.

Merece destaque alguns projetos financiados e orientados pelo Banco Mundial, o primeiro implementado pelo governo do Ceará, no ano de 1997, conhecido como Projeto São José ou “Reforma Agrária Solidária”. Segundo Pereira (2007), foi investido o total de R\$ 10 milhões, durante o ano na compra de 44 imóveis por 694 famílias, totalizando 23.622 hectares, sendo R\$ 6 milhões financiados pelo Banco Mundial. Já o Cédula da Terra ampliou-se para outros estados-Pernambuco, Bahia, Ceará, Maranhão e norte de Minas Gerais, teve um custo maior no total de US\$ 121,3 milhões, financiou a compra de 398.732 hectare por 15.267 famílias. O projeto foi concluído em 2002. Finalmente, o terceiro projeto, o Banco da Terra,

³⁹ Medeiros (2003) descreve e traça com rigor as medidas decorrentes da descentralização das ações administrativas do governo federal referente às políticas fundiárias. Para saber mais, ver o livro da autora “Reforma Agrária no Brasil”.

“financiou entre 1999 e 2002 a compra de terras por 29.715 famílias, com um gasto total de R\$636.567.464,00, em 17 estados da federação” (PEREIRA, 2007, p.1).

Tais ações do governo não foram vistas com “bons olhos” pelos movimentos sociais de luta pela terra, pela CONTAG e outras organizações sociais eram entendidas como instrumentos de substituição da reforma agrária. Eles se articularam por meio do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo⁴⁰. Apesar de terem formas de agir e pensar diferentes, e algumas delas disputarem entre si a legitimidade de representação de determinados segmentos de trabalhadores do campo, entraram num consenso e traçaram um plano de ação não só nacional, mas também chamaram atenção para os organismos internacionais. Estavam na pauta das ações:

a) denúncia ao Ministério Público Federal sobre suspeitas de superfaturamento e corrupção; b) envio de documentos para o BIRD, denunciando o descumprimento de suas próprias normas; c) *lobby* junto aos governos dos Estados Unidos e da Europa denunciando as irregularidades e a finalidade política do Cédula da Terra, para que pressionassem o BIRD e apoiassem o pedido de inspeção (SAUER, 2005, p.4).

O Fórum foi fundamental para chamar a atenção de determinados segmentos da sociedade, para as discussões sobre a reforma agrária impostas pelo governo, sintetizando principalmente suas críticas ao Projeto Cédula da Terra. Esse conjunto de ações teve repercussões e reflexos bastante amplos, cujo apoio da CONTAG foi fundamental para legitimar o Fórum, “que vinha sofrendo ataques de várias entidades da sociedade e acabou por reviver a antiga disputa pelo direito de falar pelos trabalhadores do campo” (MEDEIROS, 2003, p.3).

A CONTAG se reconhecia com legitimidade de representar os trabalhadores do campo no “Grito da Terra-Brasil”. A demanda por crédito fundiário estava na pauta, o que abriu as negociações com o governo e o Banco Mundial. Em suma, foi fechado um acordo no

⁴⁰ “Constituiu-se em espaço de debate e intervenção em esferas diversas, congregando um amplo leque de organizações não-governamentais, organismos religiosos, entidades de representação e a Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores” (MEDEIROS, 2003, p.64).

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, o Fórum foi criado em 1995, tendo um caráter amplo e pluripartidário. O Fórum é responsável pela Campanha da Emenda Constitucional que Estabelece um Limite Máximo a Propriedade da Terra no Brasil. “Em 2003, o Fórum lançou a Carta da Terra, e no final do ano realizou a Marcha pela Reforma Agrária, que percorreu de Goiânia a Brasília. Como resultado desta iniciativa, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Reforma Agrária” Disponível em <http://www.cptnac.com.br/?System=news&eid=44>.

qual desviou o apoio ao Banco da Terra em torno do Programa de Crédito Fundiário. Segundo o governo, o Programa de Crédito Fundiário “é resultado de acordo de empréstimo com o Banco Mundial. O Crédito fundiário é executado de forma descentralizada, em parceria com os governos estaduais e com o movimento sindical de trabalhadores rurais”⁴¹.

O programa deixa claro o isolamento dos movimentos sociais quanto à representatividade diante do público alvo a atingir. O Fórum, de certa forma perdeu sua unidade, alegava também o direito de participar e negociar o que acreditavam ser melhor para suas bases, criticou o novo programa do governo, justificando que de novo só havia o nome, pois continuava em sua essência orientada aos moldes do Banco Mundial.

Conforme analisamos, o campo brasileiro passa pela modernização. Também se considerou que, no início dos anos 80, recomeça a luta pela terra, mas com um quadro diferente no campo, junto o agro negócio, expandindo-se cada vez mais. Nesse novo cenário, percebemos como os trabalhadores vão se organizando com diversas exigências, inclusive o dinheiro público passa também a ser reivindicado.

Ao longo dos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, algumas tendências se fizeram visíveis, tais como: aumento da pressão dos movimentos sociais, o que causou disputas políticas em torno da questão da terra; novos atores emergem a partir dos programas estatais como o PRONAF⁴² (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), consagrando a categoria dos agricultores familiares; descentralização das ações relacionadas à reforma agrária, expandido-se para as esferas municipais e estaduais.

Entendemos que as políticas públicas⁴³ relacionadas à reforma agrária, adotadas nas últimas décadas, representam uma longa história de reformas conservadoras, que têm como tradição excluir das decisões políticas aqueles que mais são afetados: os grupos subalternos. Ora se tais iniciativas de mudanças, a exemplo da *modernização conservadora*, não tiveram a participação da população pobre do campo, parece-nos possível percebê-la como uma *revolução passiva*⁴⁴-feita a partir de cima, pela qual o grupo dirigente altera lentamente as

⁴¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional do Crédito Fundiário.

⁴² A consolidação do termo “agricultura familiar” está relacionado à formalização do PRONAF, estabelecendo critérios para definir o que seria “agricultor familiar”, para a implementação de suas políticas públicas voltadas para essa categoria.

⁴³ No próximo tópico, discutiremos com mais probidade à “política de assentamentos rurais”.

⁴⁴ Gramsci (2005, p.77) “tomou” esse conceito de um historiador italiano, e o reelaborou, o que passou a ser instrumento de análise das conjunturas contemporâneas.

relações de forças para neutralizar os seus adversários. Os grupos hegemônicos, nas palavras do próprio Gramsci, procuram “meter no bolso” os seus opositores políticos, atendendo ou incorporando parte de suas reivindicações, de forma que afaste todo o perigo revolucionário.

No bojo dessas reformas, encontra-se um projeto de “mudança”, mas estruturado dentro de um processo mais amplo em que foi marcado o início da modernidade brasileira, entendida por Fernandes⁴⁵ (2004, p.425) como processo de revolução burguesa no Brasil. Esta “[...] denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de evolução industrial”.

Segundo o autor, o que muitos chamam de crise oligárquica apresenta-nos como uma recomposição das estruturas do poder.

[...] a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível (Idem, p. 427).

Dessa forma, Fernandes ressalta que foi a oligarquia quem determinou em quais condições seria a hegemonia burguesa na sociedade brasileira, o que

[...] se poderia chamar de consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia – como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos altos negócios, comerciais financeiros, mas também industriais) –logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa (Idem, p.433).

Depreende-se disso que, na prática, não houve uma revolução burguesa apta a obscurecer as antigas classes no poder, pelo contrário, apesar dos discursos que entremeavam o imaginário burguês, tais como adjetivos de classe revolucionária e nacionalista. Na prática,

⁴⁵ Conforme o autor, o processo de mudança econômica era um imperativo ao desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, já que a expansão do modelo vigente de industrialização vigorava nos países centrais do capitalismo, e estes, na competição por mercados, percebia, nos países periféricos novos pólos de consumidores. Assim, até então os países que lhes servia apenas como fornecedores de matéria prima, passaram a ser vistos como potenciais consumidores, mas para isso precisavam-se fazer alguns reajustes estruturais. A abolição da escravatura era essencial para a instituição e consolidação do trabalho assalariado, ao mesmo tempo os países periféricos tinham que desenvolver seus parques industriais para se inserirem dentro da economia capitalista, dessa forma, exportava alguns de seus produtos e gerava dividendos. Entretanto, segundo o mesmo autor, as medidas adotadas tinham um único objetivo de preparar o terreno para que as transformações econômicas tomassem gradualmente uma maior rapidez, de forma que tirasse qualquer possibilidade de uma revolução política se integrar ao mesmo processo.

quem delineou as formas de dominação burguesa foi a classe oligárquica. Esta adota “novos” hábitos e comportamentos, todavia conservando os mecanismos tradicionais de poder. Se compararmos com as revoluções burguesas européias, perceberemos que a burguesia emergente destituiu a classe oligárquica da sua condição de hegemonia. Ao contrário, no Brasil, a oligarquia, para “garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política” (Idem, p.435), criou condições que, além de não ser destituída, se encontrava numa posição justaposta com a própria classe burguesa. Assim, conforme o autor, a revolução burguesa que coube ao Brasil foi uma “revolução encapuçada”- uma revolução dentro da ordem.

Justificamos que a “revolução encapuçada”

Pode ser aplicado ao conceito de revolução passiva, [...] o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição de forças precedente, tornando-se, então matrizes de novas modificações.

No caso do Brasil, a *revolução passiva* aconteceu de forma tutelada pelo Estado, transformando gradualmente a economia sem alterar as estruturas do poder político. Assim excluiu os grupos subalternos do processo, desviando-os de qualquer possibilidade de cisão violenta. De fato, compreendemos Sales⁴⁶, quando argumenta o tipo de “cidadania concedida”, em que as classes subalternas foram alijadas do processo de participação democrática na história do país. Isso, por si só, justifica a forma de os movimentos sociais do campo agirem, ocupando terras como um instrumento mais adequado de visibilidade tanto no sentido de que sua voz se faça ouvir, como, também, trazer para o seio da sociedade civil suas demandas obscurecidas do debate público.

2.2 MST: protagonismo transformador

Conforme salientamos, a questão agrária persiste ao longo dos anos. Além de ser uma questão social, perpassa por uma dimensão eminentemente política, que se tornou evidente nas últimas décadas com as ações coletivas dos movimentos sociais ligados a terra, principalmente o MST. Ainda que com uma nova roupagem, a luta pela terra tem se travado em outros termos, diferentemente das ocorridas especialmente nas décadas de 50 e 60- por intermédio das Ligas Camponesas. As do presente apresentam aspectos peculiares, substrato

⁴⁶ Ver capítulo I.

de um conjunto de relações socioeconômicas, advindas do avanço do capitalismo no campo, marcado por novos modelos de exploração agrícola.

Falar em reforma agrária, dentro do contexto de mudanças econômicas e sociais, significa levar em consideração o papel dos movimentos sociais na consolidação de tais políticas públicas. É corrente, na sociedade brasileira, fazer referência aos Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra, quando se fala em conflitos sociais no campo.

A trajetória do Movimento e também suas inovações na luta pela terra têm chamado atenção de diversos estudiosos do tema, quanto a sua forma de atuar que o singularizam diante de outros atores na sociedade civil. Ora, uns o denominam de organização; outros o caracterizam como movimento social. A nomeação do MST, como movimento ou organização, não é consensual entre os estudiosos do assunto.

Navarro (2002, p. 189 a 232) tem apontado essa novidade em tom de denúncia, propondo uma nova abordagem para a análise do MST, destacando que a maior parte das análises nas ciências sociais é marcada por um idealismo e por uma interpretação acrítica dos registros de suas ações internas, como “às improváveis potencialidades revolucionárias”. Conforme o autor, o MST se tornou, na última década, uma organização política de militantes sem precedentes na história do país, cada vez mais profissionalizados.

Para Martins (1996), também o MST se tornou uma “organização política”,

Ele (MST) tem uma estrutura, um corpo de funcionários. Já não tem as características de um movimento social. A tendência dos movimentos sociais é a de desaparecerem, uma vez que atingidos ou esgotados seus objetivos ou sua capacidade de pressionar, ou se transformarem em organizações políticas partidárias ou de outro tipo [...] Trata-se de uma organização poderosa. Eu diria que ele é o primeiro e único partido popular agrário que temos no Brasil, apesar de não ter um programa e organização propriamente partidários [...] E esse é o lado positivo, não negativo do movimento.

Contudo, não é possível ignorar a relevância do movimento como uma via, senão única, de as classes subalternas alcançarem suas demandas. Gohn (1997, p.247) nos dá uma luz quanto ao entendimento da institucionalização do movimento. Para a autora, quando se institucionaliza, deixa de ser um movimento *stricto sensu*.

Os movimentos sociais são fluídos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais [...] se quebram facilmente, dada a sua fragilidade [...] uma ONG, por exemplo, embora possa continuar como parte de um movimento. Uma associação de moradores se institucionaliza, é uma organização social. Mas faz parte de um movimento mais amplo que é o movimento comunitário de bairros.

Consideramos que o MST se tornou uma organização social e política, quando passou a atuar dentro de um projeto mais amplo, extrapolando o caráter temporário e o perfil comum dos movimentos sociais. Dessa forma, o MST, quando se institucionaliza, deixa de ser um movimento *strictu sensu*. Entretanto, sua importância está naquilo que lhe incute um caráter permanente de movimento- sua estrutura organizativa. Esta dá sustentação ao movimento, pelo fato de que a luta pela terra, não é feita por representação e sim pelos próprios trabalhadores.

A articulação do movimento com sua base permite se projetarem dentro de um projeto político mais amplo. Nesse sentido, entendemos que o movimento não é apenas um instrumento organizacional⁴⁷, mas um tipo de intelectual coletivo, cuja mensagem é passada às massas por meio de um quadro de líderes intermediários. É um tipo de empreendimento coletivo, de mobilização e protagonismo em torno de um projeto ideológico e reivindicatório.

Conforme destacamos, a formação do MST como movimento social nasceu da combinação da situação social dos trabalhadores do campo – pressões objetivas – derivadas do avanço do capitalismo⁴⁸ e de fatores de natureza sociocultural e política⁴⁹. Esse período que vai de sua formação até o primeiro congresso nacional é marcado especialmente pelas mediações de agentes pastorais e, no “geral, selecionou ações de pressão menos confrontacionais, optando freqüentemente pela negociação e tendo como interlocutor os governos estaduais- até 1985” (NAVARRO, 2002, p.8).

Segundo Stédile e Maçano (1999), o movimento se define por três características principais: a primeira se refere à de ser um movimento popular, e de massa⁵⁰, pode entrar todo mundo. Isso significa dizer que, para lutar por reforma agrária, não precisa ser necessariamente “camponês”, por isso entra todo mundo. Assim, compreendemos que a base do MST é bastante heterogenia em relação às origens dos grupos subalternos. À medida que o movimento inclui a todos, adquire uma potencialidade considerável. A exemplo disso, a participação das mulheres, imprimindo um caráter igualitário de participação no movimento.

⁴⁷ De acordo com Navarro.

⁴⁸ Ver modernização conservadora no mesmo capítulo.

⁴⁹ A influência da teologia da libertação nas Comunidades Eclesiais de Base e o processo de redemocratização do Brasil.

⁵⁰ “O MST é um movimento de massa que pressupõe a participação de todos os seus integrantes nos momentos de luta: mulheres e homens, jovens, adultos e crianças. Consegue congrega números expressivos de pessoas nas mobilizações que organiza, mostrando grande capacidade de organização”. (VENDRAMINI, 2000, p.53). É pertinente salientar que o MST abarcou para si todos os grupos subalternos do campo que não eram assistidos pelos sindicatos rurais, já que estes apenas representavam os trabalhadores regulares.

A segunda característica diz respeito ao sentido corporativo da luta, ou seja, luta por demandas específicas, não se resumindo à luta pela terra, mas também após a conquista dela, na luta pela viabilidade dos assentamentos. Estes precisam, no cotidiano, concretizar esforços, para que possam se consolidar economicamente. Nesse sentido, os primeiros anos de vida do MST foram marcados por lutas mais imediatas, focadas mais nos ganhos econômicos.⁵¹

Por último, o componente eminentemente político do movimento, que fundamenta sua luta, como sendo uma luta de classes. Essa postura ficou evidenciada em seu primeiro congresso, onde se consolidou nacionalmente, pela sua estrutura organizacional e seu programa político, levantando a bandeira “*ocupação é a única solução*”. O movimento tinha convicção de que a luta pela reforma agrária só avançaria com as ocupações (MORISSAWA, 2001, p.141). Isso nos indica que o movimento opta por assumir perante a sociedade uma postura de luta, e de independência, em relação aos seus apoiadores⁵² e ao governo. Nesse momento, o MST se constitui como uma organização social e política dentro de um movimento de massas.

A partir das características expostas, o movimento tinha como objetivos

Lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa, fraternal e pelo fim do capitalismo; incluir os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros e pequenos agricultores na categoria, trabalhador sem terra; garantir que a terra seja de quem nela trabalha e viva. [...] Ficou então Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo como sigla as três iniciais. MST, de uso mais prático (BRANFOR e ROCHA, 2004, p.42 e 43).

Instituídos os princípios, o movimento tratou de construir uma organização nacional, expandindo-se do Sul para o Norte e Nordeste do país, enviando seus principais articuladores do movimento. Nos anos posteriores, o MST amplia seu projeto de luta que fica claramente definido como um “movimento de massa de caráter sindical, popular e político”. “Cujo objetivo não é apenas lutar por reforma agrária, mas construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital” (MORISSAWA, 2001, 153). Assim fica evidenciada a ampliação do projeto político do MST⁵³ que ultrapassa a luta corporativa, com a ambição de construir um projeto alternativo de sociedade.

⁵¹ Podemos referir em termos gramscianos (1999) como interesses econômico-corporativo imediatos.

⁵² No encontro de Cascavel, após longas discussões, ficou decida a independência do movimento com relação à igreja, aos partidos políticos e sindicatos. O movimento seria conduzido pelos próprios trabalhadores sem terra (BRANFOR e ROCHA, 2004, p.42).

⁵³ O trabalho de Rodrigues (2007), sobre os movimentos dos sem teto, confirma a articulação do MST com o movimento, na organização e ocupação de prédios públicos. Também constatei, em pesquisa, no trabalho apresentado pelo CISO (2007), a importância do apoio e da participação do MST, na composição de forças,

Nesse sentido, a reflexão de Gramsci (1999, p.314) é pertinente ao nos indicar a relação entre economia e política ou entre o “mero econômico – corporativo” e o “momento ético - político”, no processo de constituição dos sujeitos sociais.

[...] a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do 'objetivo ao subjetivo'. A estrutura, a força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas.

O grupo social que pretende ser dirigente deve, antes de tudo, elaborar sua própria cultura, mas isso não é o suficiente, também se deve organizar para difundir essa cultura entre as “massas”. Aí reside aquilo que o autor nos aponta como a função dos intelectuais e do partido. Nesses termos, o MST, ao superar a luta corporativa para o momento ético político, desempenha a função de um partido⁵⁴. O MST ultrapassa o predomínio da esfera econômica, contudo não são apenas as questões políticas e/ou culturais que são levadas em consideração nas especificidades e determinações da luta pela terra, mas antes o princípio da totalidade. Assim, o MST sempre procurou desenvolver, em sua base, a compreensão da reforma agrária sob um aspecto estrutural da luta. Diz Gramsci, ao explicar a história das classes subalternas, que estas “por definição não são unificadas [...] sua história está entrelaçada à história da sociedade civil, é uma função desagregada e descontínua [...]” (Gramsci, 2007, p. 129). E mais adiante, “[...] não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social tem sua própria casta de intelectuais ou tende a formá-la” (Idem, p.131).

O autor tinha idéia exata da capacidade da política para inovar e transformar o subalterno num sujeito ativo⁵⁵, superando suas próprias fraquezas e limitações. Nesse caso, o sem terra não nasce como sujeito ativo, pronto, pelo simples ato da criação do movimento. Mas ao perceber que os problemas enfrentados no seu cotidiano não são apenas porque ele não tem terra, mas por conta de causas que são estruturais, tal nível de consciência permite aos grupos subalternos estabelecer metas e programas políticos concretos, abandonando a sua *função desagregada e descontínua*. A participação efetiva dos grupos subalternos na luta pela hegemonia não se realiza sem um sujeito histórico e, nesse caso, o MST se constitui através

durante o processo de greve dos professores de educação do Estado de Alagoas, que desencadeou na ocupação da secretaria da fazenda do Estado. A via camponesa é outro exemplo das articulações do MST com todos, médios e pequenos trabalhadores rurais, incluindo também os povos indígenas dos quatro continentes.

⁵⁴ Oliveira (2008) nos indica que um partido não se define apenas pela sua ação política no sentido estrito, decerto também pela função que desempenha.

⁵⁵ Ver capítulo I.

de suas lutas, superando as suas desagregações, convertendo-se em força política contra hegemônica. Para o autor, é fundamental forjar uma consciência teórica e política, como uma condição para a autonomia dos grupos subalternos.

2.3 Constituição dos Assentamentos Rurais no Brasil

O debate sobre a reforma agrária se difundiu e consolidou-se no país, e já é um fato com a constituição de projetos de assentamentos rurais, resultantes de diversas políticas fundiárias, sem esquecer obviamente a relevância dos movimentos sociais do campo na redefinição desses projetos.

A criação de assentamentos rurais está vinculada a inúmeros conflitos na luta pela terra. Como vimos, essas lutas se acirraram a partir dos anos 80, propiciadas pela abertura política, contando com o apoio de diversos setores da sociedade civil organizada, inclusive pela Igreja. Assim, os movimentos sociais de luta pela terra nos anos 80 e 90 ganharam novo fôlego. O discurso da reforma agrária, como forma de garantir o acesso a terra tornou-se palavra de ordem nos assuntos correntes da sociedade brasileira.

Segundo destacamos, à frente dessas lutas se sobressaíram os movimentos dos atingidos por barragens, consequência das construções das hidrelétricas, tendo a CONTAG, e a CPT como mediadores. Posteriormente, como resultado da política da modernização da agricultura, no Sul do país surgiu o MST. Diante dessas diversidades de lutas, podemos classificar os assentamentos rurais, de acordo com suas origens, como

projetos de colonização formulados durante o regime militar, visando à ocupação de áreas devolutas e à expansão da fronteira agrícola; reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória, programas de reforma agrária através da desapropriação por interesse social e a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades voltadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis” (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p.8).

Os demandantes de terra no Brasil foram influenciados por diferentes entidades, tais como o MST, a CPT, sindicatos dos trabalhadores rurais e outras entidades que, ao longo das últimas décadas, foram criadas, cujas representatividades apresentam um complexo jogo de disputas políticas.

A dimensão dos assentamentos rurais no Brasil significa uma área reformada que não se pode ignorar em relação aos seus impactos políticos, econômicos e sociais nas áreas e adjacências onde são implantados. Como bem analisa Leite (1994), no sentido de ressaltar os assentamentos rurais como objeto de estudo peculiar dado um conjunto de características que

marcam a gênese dessas unidades produtivas, diferentemente do que aconteceu no bojo da modernização agrícola.

Várias pesquisas, segundo o autor, valorizaram o recorte econômico, mostrando que os assentamentos rurais foram eficazes na promoção do desenvolvimento rural de fixação do homem no campo. Por outro lado aponta a heterogeneidade no interior dos assentamentos em relação a questões envolvidas com o que produzirem, e estas muitas vezes, provocam a posterior desestruturação do assentamento. O autor nos mostra outro dado importante quanto ao viés político de algumas pesquisas, com o objetivo de apontar o fracasso ou o sucesso dos assentamentos rurais, de certa forma, influenciando quanto às possibilidades de uma política para a reforma agrária.

Medeiros e Leite (1997) enfocam alguns estudos do ponto de vista sociológicos e antropológicos. Ressaltam as dimensões internas dos assentamentos e as trajetórias dos assentados, cujos resultados têm mostrado os assentamentos também como espaços de disputas internas e tensões que rompem com uma tendência marcada pelo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos.

Os autores destacam as redes de relações que são estabelecidas antes e depois da formação dos assentamentos, o processo de formação de novas identidades dos assentados, os diversos protagonistas envolvidos, nas diferentes formas de intervenção do Estado. A rede de relações que se criam é complexa, tanto do ponto de vista da trajetória dos assentados, como também das diversas entidades que os representam, e as diversas concepções que carregam as distintas políticas públicas governamentais quanto à consolidação e à constituição dos assentamentos rurais, que são criados

[...] no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, tais como compras de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas (Idem, p.17).

Para alguns estudiosos, como Fernandes (2001), por exemplo, não existe reforma agrária; reconhece a maior parte dos assentamentos como decorrentes das lutas dos movimentos sociais pela terra.

Embora alguns estudiosos denominem essa política de assentamentos rurais como uma política de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra. Assim, pela inexistência da reforma agrária, as ocupações têm a principal forma de acesso a terra. (Idem, p.21).

Já para Martins, segundo Fernandes, reforma agrária “é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseados nos interesses pactados da sociedade” (Idem, p.34).

Percebemos que os assentamentos rurais são resultado de um processo, em que a questão social tem um lugar fundamental para a sua compreensão, talvez até mais pelo fato de que a marginalidade social, em que vive parte significativa da população brasileira, não diz respeito unicamente à questão da luta pela propriedade da terra. Assim, entendemos que os movimentos sociais têm um papel fundamental na constituição dos assentamentos rurais, são eles que pressionam o poder público, quanto à desconcentração da propriedade da terra. Mas não podemos descartar e nem ignorar as especificidades de cada região em que a luta pela terra foi travada. Entretanto, independentemente dos assentamentos serem ou não decorrentes da intervenção dos movimentos sociais ou programa de reforma agrária do governo, o importante é ressaltar que os assentamentos rurais hoje são um segmento social que dialoga com o Estado e com a sociedade, de forma bem direcionada e específica, visando ter acesso a direitos fundamentais da cidadania.

LEITE (2004) observa os diversos atores envolvidos na constituição ou formação dos assentamentos rurais, desde a atuação do Estado, representados pelos seus órgãos específicos, como o INCRA, poder judiciário, prefeituras, ONGS, entidades vinculadas à igreja e entidades representativas dos assentados, como sindicatos e movimentos sociais.

Para além dos diversos personagens envolvidos e diversos beneficiários, o autor destaca que do ponto de vista das políticas públicas, a constituição dos assentamentos rurais segue uma lógica de intervenções pontuais em áreas de conflitos fundiários, e não como uma opção prévia de coordenação, mas respondendo a critérios tais como a gravidade do conflito e interesses envolvidos nas desapropriações. E nem sempre são criados sem quase ou nenhuma infra-estrutura, dificultando, até mesmo, o escoamento de seus produtos. Isso se constata principalmente em locais onde há maiores concentrações de *manchas*, as quais se referem às regiões com maior quantidade e densidade de famílias assentadas.⁵⁶ Todavia, apesar da baixa

⁵⁶ Em entrevista ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, os pesquisadores esclarecem o estudo que desenvolveram sobre o meio rural brasileiro, enfocando os projetos de assentamentos em áreas consideradas *manchas*-“ Em primeiro lugar, é interessante ressaltar que a observação dos mapas de distribuição dos assentamentos no Brasil aponta claramente a existência de áreas vazias, onde não há praticamente nenhuma presença de assentamentos, e de outras partes do país, onde há uma concentração de

infra-estrutura, podemos observar uma elevação da qualidade de vida das famílias assentadas e uma maior organização política.

Do ponto de vista político, podemos afirmar que a criação de assentamentos rurais apresenta um impacto significativo na relação de poder local e também na formação de políticas públicas. A demanda e a proliferação de bandeiras no campo são bastante heterogêneas e, cada bandeira luta por políticas públicas específicas. Os assentamentos demandam necessidades-“a transformação do latifúndio em assentamento é construção de um novo território. É outra lógica de organização do espaço geográfico” (Idem, p.41).

Nessa perspectiva, os assentamentos rurais se tornam, por excelência, objetos de políticas públicas, já que agora é um direito a terra reconhecido por parte do Estado, e isso implica outras demandas. Conforme Medeiros e Leite (1997), os assentamentos por ser objeto de políticas públicas governamentais e não governamentais, muitas vezes se tornam objeto de disputa política, causando um novo jogo de correlação de forças entre diversos atores. Do ponto de vista político, o assentamento em si implica resultado de relação de poder,

daí deriva uma das primeiras dimensões do que se poderia chamar “impacto” dos assentamentos: trazer determinados segmentos para a experiência com o mundo dos direitos, na medida em que o assentamento em si mesmo implica o reconhecimento do direito a um determinado pedaço de terra o que é diferente do reconhecimento do direito a terra em geral (LEITE, 1998, p.7).

Os mesmos autores, mediante, de estudos definem os impactos dos assentamentos rurais, “como resultados de mudanças de curto, médio e longos prazos, fazem-se sentir tanto na vida dos assentados e do assentamento como também fundamentalmente para fora deles”(MEDEIROS e LEITE, 2004, p.21). Impactos dos assentamentos rurais se referem a uma rede de relações sociais que se cria para responder as necessidades dos assentados. A região do assentamento “é um objeto construído a partir dos enfrentamentos históricos entre

projetos, indicando uma espécie de “territorialização” da reforma agrária. Optamos por denominar estas áreas de “manchas”, porque elas aparecem como partes mais escuras nos mapas, e porque elas não necessariamente coincidem com outros recortes regionais preexistentes, às vezes abrangendo uma pequena parte de um estado, outras vezes envolvendo partes de dois ou três estados da federação. A existência dessas áreas também não se explica pela lógica das políticas federais de reforma agrária, que se pautaram por desapropriações isoladas. Como a preocupação central da pesquisa era de analisar os impactos provocados pelos assentamentos nas regiões onde estão inseridos, ou seja, no seu entorno, acreditamos que tomar como foco áreas com elevada concentração de projetos e de famílias assentadas traria uma maior apreensão dos processos de mudança em curso nas regiões”(PESQUISADORES,2004).Disponível em <http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?noticia=1078&boletim=230>.

diferentes sujeitos sociais e distintos projetos de sociedade” (ALETENJANO, 1997, p.21). A partir do momento da instalação dos assentamentos, novas questões se colocam, como por exemplo, crédito do governo, escolas, moradias, saúde, entre outros.

Trazem os assentados para novas redes de relações sociais, constituindo espaços de formulação de demandas (...) aprendem determinadas regras de representação/delegação, que podem ou não reproduzir antigas relações (de clientela por exemplo),constituem-se novos parâmetros para a vida em conjunto,exploram-se caminhos de sobrevivência.É nesse processo que se delimita “a região do assentamento (Idem, p.3).

A região do assentamento se refere ao conjunto de relações que envolvem assentados e os novos atores nos novos processos reivindicatórios, que se inauguram com a sua constituição. Os assentamentos rurais intensificam disputas políticas por conta das novas reivindicações que surgem com a sua implantação. A relação com o Estado implica a incorporação de uma rede de relações, que possibilitam sua atuação política.

2.3 Reforma Agrária em Alagoas

A história econômica de Alagoas é fundamentada nas atividades agrícolas e agroindustriais, com raízes culturais ligadas à monocultura da cana-de-açúcar. Devido ao Estado abarcar um conjunto de elementos naturais, propiciou a expansão dos canaviais, e a agroindústria se transformou em sua principal atividade econômica. Até os dias atuais, Alagoas apresenta ainda grande quantidade de trabalhadores rurais nas zonas canavieiras. Este aspecto pode estar diretamente imbricado no fato de o Estado ser considerado um dos mais pobres do país⁵⁷. A estrutura econômica, por muito tempo ficou dependente da agricultura, concomitante a concentração fundiária, que contribuiu para elevar a desigualdade social, com uma excessiva concentração de renda. Dessa forma, entendemos ser essencial conhecer as repercussões do setor sucroalcooleiro no tecido social, político e econômico, que influenciaram nos processos da luta pela terra no Estado.

A renda mensal média no meio rural situa-se em torno de um salário mínimo; do total dos ocupados no setor agrícola, cerca de 79% são empregados temporários 94% dos quais não possuem nenhuma proteção social, indivíduos que estão no trabalho informal.⁵⁸

Não é por acaso que 10% dos mais ricos neste Estado detem 7,9 vezes mais renda do que os 40% mais pobres.Estes 40% mais pobres detém apenas 6,88% da renda

⁵⁷ Andrade (2004, p. 62) salienta que [...] “os grandes desníveis econômicos entre a população rural, uma vez que há, ao lado de grande massa de trabalhadores rurais assalariados, pequeno número de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida [...] acreditamos que uma das causas que mais contribuem para agravar este problema é a estrutura fundiária dominantes desde a colonização [...]”

⁵⁸ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. 2006, p.6.

total, enquanto os 10% mais ricos detêm 54,03%. Isto significa, sem dúvida, uma das piores distribuições de renda do País e provavelmente até o mundo.⁵⁹

Segundo dados do IBGE (2007),⁶⁰ o Estado ainda mantém uma estrutura fundiária concentrada, que tem suas raízes na forma em que se desenvolveram a propriedade e o uso da terra em seu território, que, ao longo dos anos, vêm sendo modificados dos engenhos de açúcar aos engenhos centrais, as usinas e ao Programa Nacional do Álcool. Mais recentemente, a desregulamentação e reestruturação do setor sucroalcooleiro, e a constituição dos assentamentos rurais. Esses vêm democratizando o acesso a terra e isso nos mostra que o Estado vem passando por um processo de mudança, mesmo que ainda lento, com a possibilidade do fortalecimento da agricultura familiar.

Em decorrência da política implantada pelos militares, iniciou-se, em Alagoas, novo processo de modernização do setor sucroalcooleiro, que se realizou no bojo da *modernização conservadora*. Nesse contexto, é criado o Proálcool⁶¹, cujo objetivo, além de desenvolver a produção e comercialização do álcool, geraria empregos, contenção do êxodo rural e diminuição das disparidades regionais.

Entretanto, o programa privilegiou os grandes projetos, concentrando terras e capitais, expulsou pequenos proprietários, intensificou taxas de exploração do trabalho assalariado, sem aumentar a oferta de emprego, algo já previsto por conta da mecanização agrícola. O aumento da produtividade, aliada à intensa utilização de adubos químicos e à posterior vinda das destilarias para os tabuleiros transformaram a base territorial alagoana num *autêntico eldorado* para os usineiros de toda a região. Salientando-se que, antes do Proálcool, a reprodução socioeconômica, em grande medida, era garantida pelas chamadas relações de morada (LIMA, 1998).

Conforme Mello (2002), a expansão do Proálcool em Alagoas significou uma brusca mudança nas relações sociais de trabalho- antes, trabalhadores residindo no interior das propriedades, ficam completamente destituídos dos meios de produção. Com isso, acelera-se o processo de expulsão e retirada dos trabalhadores/moradores. A destruição de suas casas os forçou a migrarem para as periferias dos núcleos urbanos. Esses trabalhadores, antes moradores, passam a ficar à mercê de trabalhos temporários nas próprias usinas e nas

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Para se aprofundar sobre o Proálcool em Alagoas ver, Lima (1998).

propriedades fornecedoras de cana-de-açúcar e, no tempo livre, se mantêm com os “bicos” ou na construção civil.

Até meados da década de 80, as relações de trabalho são caracterizadas por uma alta rotatividade de trabalhos temporários, substituindo “o velho padrão de dominação assentado na imobilização de trabalhadores e em relações pessoais realizadas desde a morada” (Idem, p. 84).

Alagoas se insere nas transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, especialmente a partir do final da década de 80, cujas mutações ocorridas foram decorrentes do receituário neoliberal nas mais distintas esferas sociopolíticas. Conforme vimos, a partir dos anos 80 e 90, o Estado brasileiro, seguindo as orientações do *Consenso de Washington*, opta por uma política de ajuste fiscal, com várias medidas de política econômica adotadas. Entre elas, a redução do seu papel como principal financiador do setor sucroalcooleiro. As áreas canavieiras alagoanas, com o reajuste estrutural, foram atingidas profundamente. Dessa forma, o processo produtivo foi caracterizado pelo enfraquecimento da participação do Estado, tendo agora o setor sucro alcooleiro que se adaptar a novas relações com o mercado. O Estado alagoano, ainda tentando intervir, faz o conhecido “acordo dos Usineiros”, mas foi suspenso em março de 1998, com a pressão da sociedade civil organizada.

Alagoas, sem a ajuda do governo federal e estadual, procura se adaptar às novas leis de mercado, mas a concorrência com

as demais regiões do país provocou fechamento de algumas usinas e fez com que as que permaneceram produzindo passassem por uma reestruturação, que inclui entre outros aspectos, a intensificação do uso das novas tecnologias disponíveis para o setor, a redução na utilização da mão-de-obra, a fusão entre grupos empresariais, a instalação de unidades produtivas em outras regiões do país e os investimentos em outros setores (CAVALCANTE, 207, p.49).

Marx (2006) já nos indicava, em seus escritos, que uma das forças que move o capitalismo é o crescimento cada vez maior da base técnica via investimentos em tecnologia e ciência. As transformações ocorridas no plano das organizações do universo do trabalho tornaram o cenário cada vez mais adverso à classe trabalhadora, ficando “[...] expostos a todas as vicissitudes da competição, a todas as flutuações do mercado” (Idem, p.20).

Segundo SOUZA (2001), Alagoas, na década de 80 beneficiou-se dentro do projeto do governo federal de modernização da agricultura e “desenvolvimento integrado do Nordeste”, visando legalizar o uso e a posse da terra para quem nela vivesse e trabalhasse. Além dos

recursos financiados pelo BIRD, o Estado celebrou convênio com o INCRA. Para tanto, elaborou sua própria legislação fundiária⁶², todavia o autor aponta os fracassos que atingiu a maior parte dos projetos fundiários desse período, fazendo com que muitos abandonassem ou vendessem as terras, provocando o êxodo rural.

Em 1987, o MST, seguindo sua política de expansão, chegou a Alagoas. Para isso, o sindicato dos trabalhadores rurais de Inhapi esteve presente ao 1º Congresso Nacional do MST, possibilitando a organização e expansão do movimento. No ano seguinte, discutem-se, no encontro regional em Inhapi, a situação fundiária do estado e as tomadas de decisões quanto às formas de luta.

A partir da segunda metade da década de 80, o movimento se expande para Alagoas.

[...] nos anos 80 [...] tinha um governo quase feudal, dominado por um punhado de famílias ricas, proprietários dos engenhos de açúcar. Dois trabalhadores rurais de Inhapi, no Sertão, haviam participado do congresso em Curitiba e voltaram cheios de entusiasmo. No entanto, levaram dois anos para organizar a primeira ocupação. Finalmente, em 26 de Janeiro de 1987, 66 arrendatários ocuparam a fazenda Pebá, depois de superar os problemas criados por um suposto proprietário daquelas terras. Em 1985, quando parecia que o governo Sarney estava a ponto de lançar um extenso programa de reforma agrária, o tal fazendeiro que se proclamava proprietário de vasta área improdutiva, apesar de não ter nenhum documento, arrendou espertamente a gleba, de forma a evitar a expropriação, alegando que a área era produtiva. Mas, quando o programa de reforma agrária malogrou, as famílias arrendatárias tornaram-se inúteis a ele, que, em 1986, depois de ter estabelecido uma sucursal da UDR, soltou o gado sobre as plantações de milho, feijão, algodão, batata e arroz cultivados pelas famílias, na tentativa de desalojá-las. A resposta veio em janeiro de 1987, com a ocupação das terras (BRANFOR e ROCHA, 2004, p.71).

A partir de então, começa a proliferação de conflitos fundiários, de ocupações, e acampamentos rurais. Em 1988, outras entidades, como a Comissão Pastoral da Terra e a Central Única dos trabalhadores e o MST realizaram a primeira romaria da Terra em Alagoas (MORISSAWA, 2001, p. 183-184). A partir da segunda metade da década de 80, o movimento se expande para o norte/nordeste, em Alagoas,

Desde meados da década de 90, que a Reforma Agrária em Alagoas vem ocupando os espaços dos debates públicos. Vários fatores conjugados contribuíram para este debate, tais como, a proliferação dos conflitos no campo, o desemprego nas cidades e, principalmente, os problemas sociais que se intensificaram em Alagoas com “os impactos causados pela desregulamentação estatal juntamente com a reestruturação produtiva e organizacional” (MELLO, 2002, p. 187) do setor canavieiro. O autor ressalta que, apesar de aumentar a

⁶² Lei de Terras nº44. 417, de 21.12.1982. Para saber mais ver SOUZA (2000) Reforma Agrária: as experiências em Alagoas(1980/2000).

produtividade do trabalho, não aumentou o nível de emprego, afetando as relações sociais no mundo do trabalho em áreas historicamente marcadas pela monocultura da cana-de-açúcar.

Ainda, o processo de desconcentração industrial em tradicionais áreas canavieiras, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de lutas pelas terras improdutivas e reivindicações com o fim de viabilizá-las após a conquista. E também os resultados das relações de trabalhos provocados desde a *modernização conservadora* e ainda o desemprego tecnológico,

associado a novas modalidades de controle de gestão do trabalho impõe a necessidade de capacitação e novas formas de mobilização para enfrentamento, a luta pela terra em novas bases concorre para uma expansão local de movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra” (Idem, p.85).

O autor aponta a dificuldade de os sindicatos rurais, em nível de representação, responder às demandas dos excluídos do processo produtivo, principalmente em regiões cujas usinas foram desativadas. Nessa direção, os movimentos sociais começam a atuar representando-os, com novas formas de luta, ocupando áreas até então pertencentes à monocultura da cana-de-açúcar.

Resumindo, a reestruturação do setor sucroalcooleiro, conforme a análise do autor, marcada pela desregulamentação estatal, reajustes estruturais, modernização da base técnica, transferências e falências de usinas, provocando destruição de moradias, desemprego estrutural, deterioração das condições de vida dos trabalhadores rurais, enfraquecimento do monopólio da representação sindical em municípios onde usinas foram fechadas, contribuiu para a emergência de novos protagonistas na luta pela terra como forma de re inclusão social.

Se você conhece um pouco da história agrária desse estado, se você verificar que há vinte anos, foram expulsos 50 mil, nem chega vinte anos, há quinze anos [...] Nesses últimos vinte anos, foram destruídas cinquenta mil casas e as famílias foram expulsas, elas vão pra onde? elas vão sem qualificação, sem perspectiva pra cidade, veja o que é Maceió hoje, eu lembro de Maceió como uma cidade bem bucolicazinha, a gente ia pra praça do Rex, ficava a vontade passeando, tomando sorvete depois de assistir um filme...essa não é a causa da violência, mas também é, quando você expulsa uma massa desqualificada, sem perspectiva e reúne numa condição sub humana em Maceió, ai vamos ver, se for verificar a maioria dessas pessoas que foram assentadas, se você puxar quem foi sua mãe, seu avô...você vai ver que a maioria das pessoas foram expulsas do campo⁶³.

O relato acima tanto nos revela, como também nos denuncia, uma realidade que se apresenta como resultado de um processo histórico. A dinâmica econômica do setor sucroalcooleiro, conjugada com o avanço tecnológico, no mundo do trabalho, influi de modo

⁶³ Fala de um dos representantes do governo municipal de Maragogi. Entrevista concedida em 2008.

que não se pode desprezar o aumento ou a redução populacional de alguns municípios⁶⁴, cujas plantas de usinas foram transferidas ou fechadas. Os “camponeses” expropriados de tudo migram para cidades, buscando uma alternativa de sobrevivência. Tanto no campo, como nas cidades, podemos observar parcela significativa da população que vive à margem do que a sociedade produz, e muitos, quando têm acesso, são absorvidos pelo sistema institucional de forma precária. Quanto a esse aspecto, (correndo o risco de ser repetitivo), a questão da luta pela terra se apresenta muito mais como uma questão social, do que pela propriedade da terra.

Os movimentos sociais ligados a terra trataram de atrair para si uma massa de “excluídos” do campo, que se confunde com as massas de “excluídos” urbanos, em grande parte resultado do êxodo rural. Como indivíduos que necessitam se reproduzir socialmente e se sentem alijados e “excluídos” desse processo veem nos movimentos sociais uma forma de luta para se reintegrar à sociedade.

Conforme os dados do MDA (2006), Alagoas é considerada o segundo Estado com maior número de conflitos fundiários. As principais zonas de conflitos fundiários se localizam em regiões tidas como privilegiadas na Zona da Mata e Litorânea do Estado. Além do MST, outros movimentos sociais que lutam pela terra atuam nessas áreas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra e Liberdade (MTL), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

O *Complexo Rural Agrisa* é o exemplo mais recente do que vem acontecendo em tradicionais áreas canavieiras. O complexo é distribuído por três municípios: Joaquim Gomes, Flecheiras e São Luiz do Quintunde, localizados a cerca de 60 Km de Maceió, no Norte de Alagoas (região da zona da mata). Conforme dados do Instituto de Terras de Alagoas⁶⁵, é a maior área de desapropriação de terras da história recente do Estado, no total de 23 mil hectares, com o objetivo de assentar 2,4 mil famílias. Em 2007, já tinham desapropriado 10 mil hectares de terras para serem entregues a mil famílias “camponesas”. Isso implica uma série de ações articuladas entre o poder público e as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para garantir e efetivar os direitos básicos de cidadania. Para isso, as

⁶⁴ Voltaremos a tratar dessa questão no próximo capítulo, ao constatar, em pesquisa de campo, o impacto populacional no município de Maragogi.

⁶⁵ “Complexo Agrisa /Peixe: plantar sementes de um empreendimento socialmente justo e ambientalmente responsável. Texto para discussão no dia 11 de Setembro de 2007 no Instituto de Reforma Agrária do Estado de Alagoas”.

instituições relacionadas à reforma agrária no Estado formaram um consórcio, propondo um conjunto de operações que irão contemplar,

a) a forma de organização dos assentados (associação, cooperativa); b) o modelo de produção (diversificado, com cana-de-açúcar ou diversificado sem cana); c) a forma da assistência técnica (cooperativada, estatal, parcerias, etc.); d) o esquema de financiamento (Pronaf e crédito cooperativo); e) e os canais de comercialização (Conab, feiras municipais, redes de supermercados, etc.) para sua futura produção (Iternal, 2007, p.2).

Na prática, trata-se de um grande desafio, exigindo o fortalecimento do aparato estatal e também dos próprios movimentos sociais envolvidos. O modelo de uma cultura, diversificada e sustentável, ainda precisa ser reconsiderado, não é uma mera substituição de cultura, já que os demandantes são integrados a cultura da cana e assalariados. A transição de modelo de cultura exige, sobretudo um trabalho difícil e lento, uma vez que o plantio da cana-de-açúcar tem resultados a curto prazo.

Desde então, os movimentos de luta pela terra são vistos como uma alternativa de luta por melhores condições de vida por parte daqueles que, de uma forma ou de outra, foram excluídos do processo produtivo ou do mundo do trabalho, e muitos foram viver nas periferias urbanas. A partir da década de 90, a proliferação de conflitos fundiários, de ocupações, acampamentos rurais tem sido uma constante em antigas áreas canavieiras, provocando uma nova reocupação dos espaços canavieiros com a constituição dos assentamentos rurais. De acordo com dados do MDA (2006), são 112 projetos de assentamentos rurais, com capacidade para 8.732 famílias. Atualmente 7.547 famílias foram assentadas, numa área de 70.754,95 hectares.

Tendo em vista os aspectos observados ao longo do capítulo, concluímos que a luta pela terra não pode ser compreendida isoladamente, sem levar em conta os aspectos estruturais do país, mas também sem ignorar as especificidades da região/ou do lugar em que a luta é travada. A luta pela terra e a emergência da reforma agrária estão imbricadas dentro de um contexto em que se consolidou o capitalismo no Brasil. Este apresentou nuances específicas por conta da formação histórica, política e cultural da sociedade brasileira. Percebemos que os movimentos sociais, principalmente o MST, tiveram lugar de destaque na consolidação da luta pela terra, dando voz aos grupos subalternos trazendo-os para a esfera do direito.

A diversidade das condições históricas que influenciaram a constituição dos assentamentos rurais reafirma a relevância da análise histórica de cada situação local, e sua

relação com a totalidade. Os assentamentos provocaram uma nova reordenação dos espaços onde estão inseridos, e também atraiu para si uma rede de relações, surgindo novos e velhos atores na intermediação da reprodução do assentamento.

3 MARAGOGI UMA ÁREA REFORMADA.

[...] E não falemos aqui da distância social imensa que a monocultura aprofundou, como nenhuma outra força, entre dois grupos de homens – os que trabalham no fabrico de açúcar e os que vivem mal ou voluptuosamente dele (FREIRE, 2004).

Vimos, no capítulo anterior, que é imprescindível não falar da expansão da cana de açúcar no espaço alagoano, se quisermos compreender suas consequências sobre o uso e a propriedade da terra nas relações sociais. Conforme observamos, em Alagoas, a monocultura encontrou condições naturais para sua expansão. Transformou-se em sua principal atividade econômica. Adequou-se ao longo de vários ciclos, de acordo com a conjuntura nacional e mundial, não só por meio dos avanços técnicos, mas também mediante subsídios dos governos.

Andrade (2004), em um minucioso estudo, nos orienta quanto à compreensão das implicações da monocultura da cana de açúcar no Nordeste. Segundo o autor, a atividade agrícola da *plantation*, além de influir sobre a economia, também se manifestou desordenadamente no uso do solo, na distribuição da população e na concentração fundiária.

Após analisarmos os processos sociais, políticos e econômicos em que se desencadeou a luta pela terra no Brasil, nas últimas décadas, e feita a introdução a respeito do contexto ao qual estão vinculadas a emergência dos movimentos sociais, origem e constituição dos assentamentos rurais em Alagoas, o nosso intuito, a partir deste capítulo, é nos aproximarmos com mais intimidade do objeto de pesquisa. Para tanto, iremos conhecer os aspectos estruturais do Município de Maragogi e a região em que está inserido.

A partir de meados da década de 90, o município vem assistindo às transformações nitidamente marcadas pelas ocupações, acampamentos e conflitos no campo, que desembocaram na redistribuição de terras por parte do Estado com o objetivo de, além de regularizar áreas ocupadas, também diminuir os conflitos fundiários no município. As terras nas áreas de conflito, antes marcada pela monocultura da cana-de-açúcar, cuja produção abastecia até então a Usina Central Barreiros, agora se constitui em assentamentos rurais, modificando tanto a paisagem local, como até certo ponto, as relações sociais que agora emergem a partir da reprodução dos assentamentos rurais.

Inicialmente faremos uma abordagem histórica, situando as transformações que sofreu o Município, relacionadas à monocultura da cana. Em seguida analisamos o processo político, econômico e social por intermédio do qual se constituíram mais de 17 assentamentos

rurais no Município, envolvendo um pouco mais de 1350 famílias. E, por último, enfocaremos os principais embates e desafios políticos que demanda uma área de assentamentos, proporcionalmente uma das maiores do país. Enfocaremos as “políticas públicas” voltadas para a implantação dos assentamentos rurais, analisando a forma em que se constituíram, e os atores envolvidos nesse processo, pois entendemos que, a partir do momento em que o Estado reconhece uma situação de conflito e intervém, nesse caso regularizando áreas ocupadas, implica uma reordenação de relações no plano local. Daí surge uma série de atores envolvidos na reprodução do assentamento, contudo não apenas os próprios assentados, mas também novos e velhos atores que emergem a partir das demandas dos assentamentos.

Em visita a Maragogi, constatamos que uma rede de relações se constituiu, não só como associação, mas também muitos dos líderes das associações fazem parte de algum movimento social ligado a terra e/ou ainda são filiados a partidos políticos. O MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) mantém intermediação política na maior parte dos assentamentos locais. Assim, pretendemos também, neste capítulo compreender a correlação de forças do MLST na região.

3.1 Aspectos históricos e atuais do Município de Maragogi

Conforme Lindoso (2000, p. 36), a Sesmaria de Cristofher Liz data de 1575, e compreendia uma longa faixa de terras agricultáveis que ia do Rio Manguaba, ao Sul, ao Cabo de Santo Agostinho, ao Norte. Na parte alagoana, compreende vários municípios atuais: metade de Jundiá, entre outros e Maragogi.

Ainda, conforme o autor, na parte norte do território alagoano, desenvolveu-se um modelo de colonização com uma estrutura social bem definida, marcada pela presença da mão-de-obra escrava africana e ausência de elementos democráticos. Nesse tipo de sociedade, não houve espaço para qualquer outro tipo de economia, que não fosse a *plantation*. Por sua vez, a concessão de cultura de subsistência, como forma de reduzir os custos e facilitar a reprodução da mão-de-obra escrava, não significou nenhuma alteração na base econômica e nem na hierarquia social.

O processo de povoamento do Estado de Alagoas, segundo mencionamos, especificamente a zona da mata, foi impulsionado pela monocultura açucareira, iniciando-se pelo colonizador português, cujo território pertencia à capitania de Pernambuco. Assim, atribuímos como marca do processo de colonização da parte Norte do Estado a cultura da

cana-de-açúcar que, como legado, nos deixou a contínua degradação da Mata Atlântica. A ação antrópica causada pela expansão açucareira, ao longo de décadas, para não falar em séculos, aumentou o uso desordenado dos recursos naturais até chegar aos tabuleiros⁶⁶. Não precisamos ser estudiosos do assunto para constatarmos essa afirmação; basta viajarmos pelo litoral norte, para percebermos o quanto o cultivo da monocultura da cana vem impactando a paisagem alagoana.

Outro aspecto pertinente na monocultura da cana em Alagoas é sua influência na vida cotidiana das pessoas. A sua expansão vai além do domínio dos espaços alagoanos, esconde por uma série de relações que vem, ao longo dos tempos, se perpetuando nas diversas esferas sociais. A monocultura da cana, além de modificar a paisagem, intermediou a ocupação dos espaços por diferentes povos, concomitante à desestruturação de laços culturais que acabaram por imprimir uma realidade social que, de fato, justificasse sua dominação. A aculturação e “submissão” tanto dos nativos, como dos africanos escravizados, e também posteriormente dos trabalhadores rurais, “criou condições de vida, de habitação e de alimentação particularmente favoráveis [...] para o desenvolvimento da sociedade açucareira” (FREIRE, p.122, 2004). “Acostumados” com a estrutura social a que foram submetidos, e também acostumados com o corte da cana-de-açúcar, que não exigia maiores conhecimentos da terra, são influenciados até hoje em seu modo de ser, de viver e em sua forma de lidar com a terra.

Podemos, em síntese, salientar que, a estrutura social e a concentração fundiária na parte norte do território alagoano é consequência do caráter essencialmente comercial da grande lavoura- a cana-de-açúcar, “esta fome de terras iria dar origem ao agravamento do problema do latifúndio [...]” (ANDRADE, 2005, p.117) em todo espaço ou quase todo território alagoano.

Com o avanço do capitalismo no campo, os trabalhadores assalariados começaram a se constituir imensa maioria dos trabalhadores rurais na área açucareira. A partir da década de 80 começou o processo de modernização do setor, destacando-se o programa do PROALCOOL como um dos impulsionadores da expansão açucareira. Em 1985, Alagoas detinha 27 usinas. Segundo Andrade (2004, p.131), de acordo com a fixação do trabalhador, a terra e a dependência ao proprietário,

⁶⁶ O avanço da cana de açúcar para os tabuleiros foi resultado do avanço de novas tecnologias, que permitiram o desenvolvimento de novas técnicas no campo, a exemplo da mecanização e uso de fertilizantes, ampliando a concentração fundiária na região (CAVALCANTES, 2007).

podem ser agrupados em três categorias: os moradores que residem na propriedade onde trabalham; os trabalhadores “de fora”, que vivem nas cidades, vilas e povoações da zona, constituindo a maioria da população das mesmas; e os “corumbas” ou “catingueiros” que residem no Agreste e Sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, a fim de participar da colheita. [...] Os primeiros são moradores que residem em engenhos ou fazendas e recebem uma casa pra morar e um pedaço de terra para lavoura de subsistência.

À medida que a usina vai aumentando sua produção, aliada ao avanço da técnica, a tendência do homem do campo é ficar mais pobre, sendo um dos motivos, senão o único de os trabalhadores não se fixarem mais. Em busca de lucros, as empresas açucareiras avançam sobre as culturas, identidades, terra, hábitos e até códigos genéticos da cana, como se tudo pudesse ser invadido e destruído.

Segundo o MDA (2006), a parte Norte do Estado Alagoano, ainda tem a base agrícola na exploração da cultura da cana-de-açúcar. A agroindústria sucroalcooleira predomina na região, entretanto a área é considerada frágil economicamente, devido entre outros fatores, aos prejuízos sociais, como o êxodo rural, e a apropriação de grandes proporções de terra. A cultura da cana-de-açúcar se estende por quase todo o litoral, cujo produto é explorado por proprietários de terras que o fornecem para as usinas e destilarias de álcool. As principais culturas exploradas na região são: mandioca, batata doce e fruticultura. Produtos como a mandioca, banana, coco e laranja vêm despontando com maior relevância para a agricultura familiar, incluindo as culturas temporárias, como batata-doce, feijão e milho, que não têm apresentado grande expansão nas áreas agricultáveis.

Maragogi se insere na Zona da Mata, “dominação dada, no Nordeste brasileiro, à faixa litorânea de clima quente e úmido, que se estende desde o Rio Grande do Norte até o norte da Bahia” (LEITE, et. al. 2004). O município se localiza ao Norte do Estado de Alagoas, a 125 km da Capital, e a 125 km da Capital pernambucana. Insere-se também na zona canavieira do

Nordeste, correspondente à parte da zona da mata edificada sob forte influência da cana-de-açúcar, desde o período da colonização.

Localização Geográfica⁶⁷ do Município de Maragogi:

O município era chamado de Gamela. Segundo os historiadores, foi alçado à



categoria de Distrito, mudando de nome para Isabel, em 1796. Posteriormente, foi desmembrado de Porto Calvo elevado à categoria de Vila em 24 de abril de 1875. No ano seguinte, a Vila Isabel passou a ser denominada de Maragogi, por causa do rio que banha o local. Segundo dados do IBGE (2009), atualmente o município é constituído de dois distritos: Maragogi e Barra Grande, perfazendo uma área territorial de 334 Km².

Em pesquisa no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, o que nos chamou a atenção foram os nomes dos antigos engenhos de açúcar, atualmente pertencentes às áreas reformadas do município. Apesar da desconcentração fundiária, os nomes dos assentamentos rurais ainda fazem parte de um passado que se encontra presente na vida de muitos assentados, por mais de um século. A maior parte das fazendas que atualmente pertence à área reformada do município eram antigos engenhos de açúcar, datados precisamente do final do século XIX. Exemplificamos os nomes dos engenhos de açúcar que atualmente são áreas de assentamentos rurais.

Engenhos Existentes á margem esquerda do Rio Maragogy [...] movido a água [...]1. Boa Vista. Engenhos á margem direita do Rio Maragogy, e terras apropriadas para construção de novos, São Pedro, movido com animais[...] 22. Samba, montado a vapor, a duas léguas da vila... 23. São Pedro. 24. Espírito Santo, movido a água... Segunda parte entre Rios Paus e Persinunga[...] 36. Mangibura[...] Engenhos e Sítios a margem direita do Salgado: Itabaiana, a três léguas e meia de Peroba, montado a vapor[...] Santa Rita[...] Massangano. Estes engenhos embarcam em peroba, ou em São José da Coroa Grande da província de Pernambuco”.

“Há no município de Maragogy quarenta e um (41) engenhos de fabricar assucar, safrejando 66:700 pães: são movidos a água 24=idem a vapor 10=idem a animais 7: tem quatro (4) de fogo morto que poderiam safrejar 2:5 dos pães:era, movidos a água 3-e a animais.Há ainda diversos sítios que dão para levantar nove (9) engenhos com proporções para safrejar 20...Vila de Maragogi 24 de Março de 1885.”⁶⁸

Isso nos prova a indiscutível relevância da monocultura da cana de açúcar na região. Andrade (1997) nos indica que, final do século XIX, a monocultura começa a se reestruturar com a abolição da escravatura, contudo o autor nos chama a atenção para duas questões: primeiro, que, apesar da mão de obra escrava não ser expressiva nos engenhos, a empresa açucareira não estava apta para introduzir o trabalho livre. E segundo, essa tendência do trabalho livre fortaleceu o sistema do lavrador e morador.

A respeito dessa questão, Martins (2003, p.168 e 169) observa que o resultado do fortalecimento dessas relações de trabalho está imbricado na falta de reconhecimento da

⁶⁸ Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Documento nº 00990. Caixa 13. Pacote: 03. C.o.c: 02.

“necessidade social e histórica de uma legislação de trabalho e dos direitos do trabalhador⁶⁹”, por parte dos grandes fazendeiros, nesse caso, particularmente a empresa açucareira. “Criaram a liberdade relativa do trabalhador, sem, de fato, emancipá-lo, sem criar a contratualidade das relações de trabalho com base na sua efetiva igualdade jurídica” (Idem). Certamente que a empresa açucareira, ao manter essa relação de trabalho, manteve seus privilégios, na medida em que excluiu a classe trabalhadora de seus direitos, além de mantê-los num regime de trabalho dependente, e numa exploração econômica amparada numa relação social de sujeição. Ainda, segundo as reflexões desse autor, a questão gerou contradições que permaneceram ocultas, dissimuladas por longo tempo, expandindo-se, por fim, ruidosamente, como um dos problemas sociais do nosso tempo.

Como já afirmado, os laços tradicionais de trabalho vão sendo desfeitos com a reestruturação do setor, principalmente à medida que o capitalismo vai se consolidando no campo e os trabalhadores não se fixam mais, “nada possuindo, trabalhando hoje em um engenho, amanhã em outro” (ANDRADE, 2004, p. 130). Apesar do êxodo rural provocado pela reestruturação do setor, os trabalhadores do campo não perderam seu vínculo com a monocultura da cana, ficando à mercê de trabalhos sazonais nas lavouras de cana de açúcar e das usinas, apenas no período da colheita e da moagem, mas sob outra condição – de trabalhadores temporários. Segundo Cavalcante (2007), passado o período da colheita e moagem, sem alternativa de trabalho, migra para as periferias urbanas, submetendo-se a trabalhos ocasionais.

Dessa forma, compreendemos que o homem do campo, ao trabalhar ocasionalmente, se transforma em um trabalhador marginal, pois já chega às áreas urbanas sentindo o peso da exclusão social, relegado a funções onde a remuneração está abaixo de sua reprodução social. Mas por outro lado, é também uma tentativa de se “auto-incluir”, “numa ética que opõe o trabalho a vadiagem” (ORGANISTA, p. 19. 2006). Este ressalta que, no Brasil, o trabalho tem um forte significado simbólico, relacionado a questões valorativas da dignidade humana, como um dever moral.

Pensamos, que no Nordeste, essas questões tenham uma conotação mais significativa, pois o homem ainda é visto como o provedor e mantenedor da família. O homem sem trabalho não só afeta a sua reprodução material, mas também os seus valores. As

⁶⁹ A Consolidação das Leis de Trabalho, no final da era Vargas, restringiu-se aos trabalhadores urbanos. “[...] mantendo as relações de trabalho rurais no âmbito da tradição e os trabalhadores rurais como uma espécie de categoria residual da sociedade brasileira” (MARTINS, 2003, p.169).

transformações no mundo do trabalho, além de afetar a vida material, afeta todas as esferas do ser social, principalmente quando é vitimado pelo desemprego e atinge essencialmente seu mundo interior, despertando uma vida de incertezas. É pelo trabalho e através dele, que “os sujeitos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitáveis” (Idem, p.20). Então, isso nos ajuda a compreender o complexo movimento entre o trabalho e a reprodução social, mas por intermédio de outras “mediações” – a emergência dos movimentos sociais, que ao lutar por terra, impõe questões valorativas, como, por exemplo, o direito a uma vida digna.

3.2 Origem e constituição dos assentamentos rurais em Maragogi: desafios e impasses políticos

Como visto a partir da segunda metade da década de 90, os movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária, se intensificam com a elevada redução na utilização de trabalhadores e trabalhadoras do setor sucroalcooleiro, proporcionada pelo processo de reestruturação do setor. Algumas usinas são fechadas, principalmente na zona da mata e no Litoral Norte de Alagoas. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras passam então a atuar junto a esses movimentos, buscando encontrar alternativa à exclusão social a eles imposta (CAVALCANTE, 2007, p.57).

Em meados dos anos 90, o MST se rearticula no Estado, coincidindo com a reestruturação do setor canavieiro -“O INCRA em 1995 já tinha iniciado um processo de negociação, mas o movimento fez ocupação para pressionar, e toda fazenda livre na região de Maragogi foi ocupada, na época era o MST,”⁷⁰ que estava à frente da maior parte das ocupações. As ocupações nessa região foram intensas a partir de meados da década de 90, seguidas de vários conflitos, culminando posteriormente com a implantação de assentamentos rurais.

O município de Maragogi se tornou um dos focos de luta pela terra, com o fechamento da Usina Central Barreiros. Segundo Andrade (2004, p.65), a partir da metade do século vinte, a concentração fundiária concomitante ao “aumento constante dos lucros, as facilidades de crédito e o emprego de capitais oriundos de outras atividades” permitiram o processo de concentração industrial, culminando na organização de grupos econômicos que controlavam várias usinas.

⁷⁰ Fala de um dos líderes do MLST em Alagoas.

A Usina Central Barreiros fazia parte do grupo econômico Bezerra de Melo, que adquiriu outras usinas – a de Santo Antonio em Pernambuco e a Santana em Alagoas, tornando-se os maiores produtores de açúcar da região Nordeste até a década de 80. A Central Barreiro ficava localizada no Estado de Pernambuco, com sede no município de Barreiros, localizado na parte Sul de Pernambuco, na divisa com Alagoas, vizinho ao município de Maragogi.

Para termos uma idéia da dimensão das terras ocupadas, o grupo Bezerra de Melo, até 1995, dispunha de uma área de mais de “[...]70 mil hectares em terras contínuas com uma produção de perto de 3 milhões de sacos de açúcar por ano [...] estendendo suas terras até a praia, possuía um departamento destinado a supervisionar e tratar do coqueiral de sua propriedade, que correspondia a cerca de 100.000 pés” (Idem, p. 119 e 138). Ainda, conforme o autor, a mão de obra empregada nos coqueirais era mínima, além de sazonal, feita por trabalhadores que residiam nas cidades e vilas do litoral, sendo o pagamento por diária ou por tarefa.

Posteriormente, nos anos 90, com a reestruturação do setor, o grupo entra em decadência, culminando na desativação de suas usinas. A proliferação de assentamentos rurais no município de Maragogi está diretamente relacionada à reorganização dos espaços canavieiros, favorecida pelas transformações do setor sucroalcooleiro local.

[...] no início do ano 96, quando o movimento começou a avançar na região de Branquinha e Atalaia, e em seguida começamos em Maragogi, com o aumento da crise da usina em Alagoas e em Pernambuco [...] o movimento conseguiu expandir, por exemplo, Branquinha tinha usina, Atalaia, Usina Uricuri e Maragogi pegava a Usina Central barreiros e, em 96, o movimento conseguiu fazer a primeira ocupação na fazenda Junco, em seguida, Pau Amarelo e depois conseguimos ocupar a Fazenda Itabaiana e Fazenda Massangana no mesmo dia numa ocupação (Idem).

Os movimentos sociais encontraram um quadro “favorável” para sua atuação em Maragogi, “gerando um “campo de forças” políticas. Significa afirmar que a “Reforma Agrária” no município foi “parcial”, até certo ponto “consentida”. Com a desativação da usina, a desapropriação das terras interessava também aos donos. Contudo, é necessário buscarmos uma visão mais ampla que justifique uma conjuntura “favorável” para a expansão dos movimentos sociais do campo em Alagoas e, especificamente, em Maragogi. Além da reestruturação do setor sucroalcooleiro, o Estado se encontrava num período delicado politicamente, durante o mandato de Suruagy.

No início do terceiro ano de seu terceiro mandato como governador, Suruagy comanda um Estado caótico, com a folha de pagamento do funcionalismo atrasada há oito meses e, para piorar, virou um dos principais personagens do escândalo dos precatórios. Emitiu R\$ 301 milhões em títulos públicos com a desculpa de pagar

dívidas judiciais, mas usou o dinheiro para engordar a conta de empreiteiros. Apenas entre março e abril do ano passado, R\$ 80 milhões foram destinados para saldar débitos com construtoras como a OAS, Queiroz Galvão, Sérvia e a Companhia de Engenharia S.A (Coesa). Enquanto o governador gasta seu tempo em articulações para não ser afastado do cargo, como pede uma CPI da Assembléia Legislativa que investigou a maracutaia, Alagoas vive uma de suas piores crises. O ano letivo de 1996 ainda não acabou para 100 mil dos 211 mil alunos da rede pública de ensino por conta da greve dos professores que durou seis meses e só terminou na última semana. [...] A decadência da economia alagoana não é coisa recente, se arrasta desde a década de 80. Contribuiu pesadamente para a queda de receita o famoso acordo com os usineiros, feito em 1988, quando Collor era governador. Os produtores de açúcar e álcool ganharam em 1986 no Supremo Tribunal Federal o direito de não pagar mais o ICMS sobre a cana própria e ainda exigiram que o governo alagoano devolvesse a eles todo o dinheiro arrecadado durante dez anos. Uma dívida que seria paga em 120 meses a partir de 1988. Ótimo para os usineiros, o acordo foi péssimo para Alagoas. Até 1986, o setor sucroalcooleiro participava com 56% no bolo tributário. Hoje, o percentual baixou para 4%” (ANDRADE, 1997).

Os movimentos sociais, ao atrair para si uma grande “massa de excluídos” do processo produtivo, traduziram suas carências em demandas e estas legitimando-as em reivindicações por meio de ações coletivas, resultou na “força social” (GOHN, 2003) e expansão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na região. Entretanto isso não significa que o processo de luta pela terra na região de Maragogi aconteceu de uma forma pacífica, sem conflitos; pelo contrário, houve sucessivas ondas de despejos, ameaças e ainda, até o presente, existem acampamentos pendentes com mais de 10 anos de existência⁷¹. Nesse período, como citamos- fase delicada política e economicamente do Estado – a sociedade civil pressionava o governo pela retirada do “acordo dos usineiros” e por outro lado, pelo pagamento do funcionalismo público.

[...] na época de Suruagy, depois Manuel Gomes de Barros, quem mandava na região no começo das ocupações era o ex Coronel Cavalcante. Era um clima tenso, foi ele que assumiu o quartel em Maragogi, era o quartel da policia militar na região de Maragogi. Isso quem mandava era o coronel Cavalcante na época, mas graças às ocupações, graças ao processo porque estava passando o estado, houve uma intervenção com a saída de Suruagy. Com a queda e, por sorte nossa e dos trabalhadores, quem assumiu a região, foi um coronel do exército [...] que assumia as negociações com os sem terra e isso evitou conflitos fortes, mas houve despejo da fazenda Itabaiana, houve despejo da fazenda Junco, do Samba, enfim, houve despejos e depois retornamos às ocupações, na época eu tive ordem de prisão [...] passei uns trinta dias longe da região [...]⁷²

Maragogi é um município, que “assistiu” às transformações nas últimas décadas explicitadas acima, que desembocaram em crises que “influiriam no processo de concentração de assentamentos rurais [...] levando à conformação de *manchas*” (LEITE, et. 2004). O Município vem alterando, de maneira significativa, não só sua paisagem rural, como as

⁷¹ Segundo as informações coletadas na pesquisa de campo.

⁷² Fala de um dos líderes do MLST em Alagoas, que na época pertencia ao MST.

relações sociais praticadas com o advento dos assentamentos rurais, abrindo um campo de luta, projetando-os para o conjunto da sociedade.

Apesar da diversidade de fatores que desembocaram na constituição dos assentamentos rurais em Maragogi, o histórico da região permite afirmar que o motor das ocupações e desapropriações foram iniciativas dos movimentos sociais. Essa afirmação não ignora outros elementos explicitados. A *mancha* na região nasceu a partir dos conflitos em torno da terra, mas não necessariamente se refere ao uso da violência, mas à disputa pela terra. A estreita ligação entre desapropriações, trabalhadores rurais, movimentos sociais e poder público, fornecem elementos que permitem entender em quais circunstâncias o poder público atua por iniciativa própria ou sob pressão social. Os assentamentos rurais em Maragogi seguem a lógica de constituição da maior parte dos assentamentos no Brasil- intervenções pontuais em áreas de conflitos, sem nenhuma política pública prévia.

No início do governo Lula tinham 13 assentamentos, hoje existem 20. Aquidabã é uma área de conflito de despejo que é recente, aquidabã, samba, houve conflito não foi nada pacífico não, e aqui no município há cinco anos, o que existia de despejo, era uma coisa absurda. Ainda existem áreas em samba que não ta resolvida ainda, por inércia do governo do estado, não é culpa do governo Téo vilela, é dos governos... Não existe uma política pública de assentamento, isso vai acontecendo por acaso... pra você ter uma idéia, a assistência técnica não existia... não existia infra-estrutura, energia, água... você não tinha assistência técnica, você não tinha estradas. O que se fazia? Você pegava o povo e jogava numa área e que não tinha condições nem de escoar.⁷³

Os assentamentos rurais em Maragogi foram surgindo sem nenhum tipo de planejamento prévio. Não houve um plano de reforma agrária, mas, diante da realidade dos assentados, os esforços têm que ser voltados para a reprodução dos assentamentos. Novos desafios se impõem-surgem novas demandas e uma rede de relações sociais, nas quais muitos atores querem para si a tutela dos assentamentos. Dessa forma 2/3 do município pertence à área reformada, constituindo-se proporcionalmente no município de maior área reformada no Brasil. É importante salientar que os demandantes de terras no município se constituem de várias camadas sociais, é uma população diversificada, mas boa parte é de trabalhadores ligados ao corte da cana-de-açúcar.

Mesmo diante das dificuldades de atender à demanda social dos assentamentos rurais, comparando o período do governo de Fernando Henrique Cardoso com a atual gestão do governo federal, as condições dos assentamentos têm melhorado, com os programas sociais do Governo Federal em parceria com os Estados e Municípios,

⁷³ Fala de um dos representantes da prefeitura do município.

[...] agora com o “Território da Cidadania”, a gente vai fazer uma discussão pra que se asfalte uma estrada mãe, pra chegar com mais facilidade, a produção seja melhor escoada, você não sabe qual a produção verdadeira dos assentamentos, se produz muita banana, se produz muito maracujá, eu já vi várias vezes, era bom que se fizesse um censo, a maior parte do que é produzido aqui é consumido em Recife.⁷⁴

Conforme informações do SIT (Sistemas de Informações Territoriais) do MDA, o município de Maragogi pertence ao território do Litoral Norte desde 2004, também passando a se integrar ao “Território da Cidadania”.

O programa criado pelo governo federal, em parceria com os Estados e Municípios, tem como objetivo diminuir as desigualdades sociais e regionais, com fins de melhorar a qualidade de vida das populações atendidas. Como o nome já diz (bem sugestivo por sinal), procura levar cidadania- direitos básicos- a lugares carentes, cuja escolha de tais regiões foi fundamentada num conjunto de requisitos: menor IDH, maior concentração de agricultores e assentamentos da Reforma Agrária, maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família, maior número de município com baixo dinamismo econômico, entre outros.

O programa é um conjunto de políticas públicas, que abrange o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Luz para Todos e ampliação de outros programas sociais, combinadas com ações integradas dos governos federal, estaduais e municipais. Conforme o Ministério de Desenvolvimento Agrário, a integração do conjunto de políticas públicas e dos investimentos previstos contribuirá para melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais.

Encontram-se entre as propostas do programa para o Município de Maragogi: asfalto nas estradas dos assentamentos rurais; ampliação de creches na zona rural, doações de cestas básicas com produtos da agricultura familiar; Escola Técnica Rural; casa de apoio para o agricultor; coleta de lixo na zona rural; restaurante popular e escola de ensino fundamental na zona rural.

Os principais atores envolvidos nos programas do Governo Federal, além das instituições governamentais, são os movimentos sociais que atuam na região: Movimento de Libertação dos Sem Terra, Movimento dos Sem Terra, Movimento Terra e Liberdade e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, respectivamente, MLST, MST, MTL e MMTR, além de Organizações não governamentais, Cooperativas, Associações de Assentamentos e o SEBRAE.

⁷⁴ Idem.

A tabela abaixo representa o perfil da demanda social do Município de Maragogi, o qual concentra a maior parte de assentamentos rurais do Litoral Norte, e do Estado, cujo número até o momento é de vinte, vivendo no total de 1.357 famílias assentadas. Por sua vez, um terço de suas terras passou a pertencer a assentamentos rurais, o que não é nada desprezível no impacto populacional, elevando aproximadamente 40% da população.

Litoral Norte – AL (Demanda Social do Município de Maragogi)					
População	Agricultores	Famílias	Nº de Assentamentos	Pescadores	Quilombolas
Total	Familiares	Assentadas			
25726	67	1.357	20	747	0
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1995/96); MDA/INCRA/SIR (30/09/2007)					

A maior parte da área reformada pertencia à Usina Central Barreiros, de onde se originou boa parte das famílias assentadas, “toda essa área produzia pra Central Barreiros, inclusive fazendas particulares, que foi desapropriada posteriormente, viviam da produção de cana, que produzia pra central barreiros [...]”⁷⁵. Sobre esse aspecto Andrade (p.123) destaca que a “usina deu margem ao aparecimento de uma nova figura na paisagem açucareira do Nordeste, a do fornecedor de cana, sucessor do banguzeiro”. Entretanto, boa parte dos assentamentos rurais em Maragogi pertencia à usina. Essa tendência de as grandes usinas eliminarem os fornecedores foi indicada pelo autor (p.124), pois, além do lucro industrial, interessava também a elas o lucro agrícola.

Grande parte das famílias assentadas é oriunda do trabalho relativo à monocultura da cana-de-açúcar, trabalhadores rurais da própria região, muitos também são desempregados instalados na periferia do município. Entretanto, “veio gente de tudo que é lugar, gente de outros estados, de Penedo, de Piaçabuçu [...] foram acrescentadas mais de dez mil pessoas ao Município com a constituição dos assentamentos rurais”⁷⁶, inclusive da parte sul de Alagoas, das cidades de Penedo e Piaçabussu e também de outros estados, principalmente Pernambuco. Um exemplo de assentamento, cujas origens dos assentados são da parte Sul do Estado, é o Bom Jesus. Este tem um aspecto interessante, que é um dos menores em área, mas um dos

⁷⁵ Fala de um dos secretários municipais do Município.

⁷⁶ Idem.

assentamentos mais produtivos da região. Por conta da área, adotou-se um sistema semi-coletivo do uso da terra, pois não daria para assentar todas as famílias. Então eles concordaram. Nesse assentamento, a produção está voltada para a fruticultura, produz-se principalmente graviola, maracujá e acerola. O assentamento foi beneficiado por uma casa de resfriamento para a produção de polpas de frutas, mas o município é deficitário para atender as demandas de todos os assentamentos, principalmente no que diz respeito à questão do transporte, para escoar a produção.

No gráfico abaixo, podemos observar uma das primeiras dimensões dos impactos dos assentamentos, pois, se os assentamentos são realizados com pessoas também de “fora”, há alterações demográficas, que se refletem no aumento da população e que podem também refletir no colégio eleitoral, “o que pode significar mudanças na disputa eleitoral municipal, bem como o nascimento de novas forças políticas” (LEITE, 2008).

Variação Populacional do Município de Maragogi.



Fonte: IBGE, 2007.

Uma vez que 2/3 da população de Maragogi equivale ao número de pessoas assentadas, e não houve um planejamento prévio para a reprodução social dos que passam a viver na zona rural do Município, isso implica uma série de demandas, desde estradas pavimentadas, a serviços básicos como saúde e educação. Estas trazem os assentados para uma nova rede de relações sociais, emergindo novos protagonistas. Agências estatais explicitadas acima passam a atuar em parceria com movimentos sociais, ONGS, e forças políticas locais. Se os assentamentos rurais constituídos no Município de Maragogi foram resultado de um processo de luta, implicando o aprendizado político, subentende-se não só a formação de lideranças, mas também o reconhecimento por parte dos assentados da ruptura de uma situação anterior. Amplo setor de “excluídos”, reconhecido pelo Estado, as demandas surgem como direitos relacionados às emergências de políticas públicas.

O levantamento dos dados da pesquisa de campo não surpreende quanto ao aspecto estrutural dos assentamentos rurais no Município de Maragogi. Todas as estradas que levam aos assentamentos rurais na região são de barro, há assentamento que dista 45 km da zona urbana do município⁷⁷, tornando o deslocamento dos assentados uma tarefa nem sempre fácil, principalmente no período de chuvas.

Não existe uma precisão sobre o que se produz nos assentamentos rurais, nunca foi feito um censo para, de fato, saber o que se produz, escoado parte para Maceió, parte fica no Município e outra para a capital de Pernambuco, mas não existe uma precisão também sobre o escoamento da produção dos assentamentos rurais.

[...] o que não consegue é viabilizar tudo! o que nós estamos fazendo? Já existe uma cooperativa aqui que é das irmãs- a COPEAGRO, que ela recebe a produção de um grupo de assentados e comercializa. O Governo Federal através do MDA ta liberando, e está aprovado para liberar uma casa para servir de venda, semelhante à COPEAGRO, um balcão de vendas, para os agricultores venderem seu produto [...] é um absurdo, você não tem uma coisa regular, ainda não existe uma coisa padronizada.⁷⁸

Outro ponto importante, que escapa do Governo Federal, é na área cultural e lazer dos assentamentos rurais- “tem aquela música que diz assim, gente não só quer comida, a gente

⁷⁷ Informação coletada da pesquisa de campo.

⁷⁸ Fala de um dos representantes da prefeitura do município.

quer comida, diversão, não é verdade? Não existe uma política pública voltada para o desenvolvimento cultural e nem lazer nos assentamentos rurais”.⁷⁹

Maragogi já foi identificada pelo Governo Federal como o terceiro maior polo de assentamento rural do País (proporcionalmente). O município adquiriu o status no governo atual de ser um dos 65 municípios indutores de turismo no Brasil e já foram feitos levantamentos pela Fundação Getúlio Vargas sobre as demandas existentes locais. Existe o projeto de construir um aeroporto, inclusive numa área de assentamento, as famílias (3), posteriormente, irão ser desajoladas e remanejadas. Mas, diante desse “privilégio” durante todo o governo atual, o entrevistado questiona a falta de comprometimento do Governo Federal no sentido de viabilizar, pôr em prática o que já está no papel.

Por que nunca veio o ministro aqui, o ministro da reforma agrária vem aqui e não visitar Maragogi [...] como é que existe um plano, que identifica a reunião de maior assentamento rural e não tem prioridade? A questão da logística se torna mais fácil, por que não se tem um plano de tomar Maragogi como um projeto piloto em turismo [...] eu acho muito insipiente, eu acho que o governo brinca de fazer reforma agrária [...]⁸⁰

O Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário esteve em Alagoas, em março de 2008, para lançar o programa “Território da Cidadania”. Ao todo foram 60 territórios lançados no ano, dos quais 29 ficam no Nordeste e 3 se localizam em Alagoas. Apesar de Maragogi ser um *locus* de assentamentos rurais e está inserido dentro do programa, não houve nenhuma atenção especial do governo, em sua visita ao Estado.

As demandas dos assentamentos rurais são muitas, sem tirar a responsabilidade do poder local, mas nenhuma prefeitura do porte do Município de Maragogi tem recursos financeiros para acrescentar mais de dez mil pessoas à zona rural, sem implementação das políticas públicas do Governo Federal. Se os assentamentos rurais do ponto de vista do Governo Federal, são políticas públicas, voltadas para a desconcentração fundiária e melhoria de vida dos homens e mulheres do campo, nessa perspectiva, os assentamentos são da tutela do Governo Federal, representado pelo INCRA. É possível pensar que tais elementos, ao mesmo tempo, impõem aos assentados novas relações políticas, inclusive político-partidárias, através do processo eleitoral, e também impõem possibilidades pelo poder. Os assentamentos podem ou não se tornarem alvos de reprodução das relações políticas locais por se tornar uma ameaça ou não as lideranças tradicionais locais.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

A maioria dos presidentes das associações faz parte de algum movimento social ligado a terra e/ou ainda são filiados a partidos políticos. O Movimento de Libertação dos Sem Terra foi o movimento social que estava à frente no início das ocupações no Município, entretanto desavenças políticas provocaram a saída de lideranças, que levaram também boa parte da representação política dos assentamentos locais para o MLST. Atualmente o MLST mantém intermediação política na maior parte dos assentamentos locais em Maragogi e ainda apóia a administração da prefeitura local. Observamos uma “disputa” política entre os próprios movimentos sociais em relação à mediação política entre os assentamentos e os poderes públicos municipal, estadual e federal.

Entretanto, desde que os assentamentos rurais foram constituídos, alguns têm mais de dez anos, isso equivale a quase três eleições municipais. Não se conseguiu, nesse período, eleger representantes na câmara de vereadores, mas não foi por falta de candidatos oriundos dos assentamentos. Nessa última eleição, o candidato apoiado pelas associações dos assentamentos rurais, inclusive um próprio assentado, não conseguiu o votos necessários para se eleger como vereador.

[...] na verdade hoje em Maragogi, nós representamos 56% dos votos de Maragogi, vem da zona rural. Vamos dizer que os candidatos copa de mundo que só aparecem de quatro em quatro anos, ai vem compra um bujão, paga a energia de outro. Infelizmente não tem um decreto uma lei, um pai de família preso um mês, para eles aprenderem, como eu vejo passar quatro anos, ninguém vem em minha casa, ninguém me conhece, dá os votos de minha família [...] isso não aceito, mas assim infelizmente é uma realidade [...] fizemos campanha, arregaçamos a manga, infelizmente não fizemos nenhum vereador, mas a gente não vai descansar, a gente vai continuar lutando, por que parar, não.⁸¹

Possivelmente os assentamentos têm se tornado objeto de interesse por parte dos políticos tradicionais locais, pela possibilidade de se constituírem em novo *locus* de relações de patronagem, assistencialismo e clientelismo. Infelizmente o voto é ainda visto como moeda de troca. Na troca de voto por pequenos favores, observa-se um sinônimo de “lealdade” entre o político e o assentado, tornando-se um ciclo vicioso.

Relação promíscua, Reis (1988) a identifica como parte da política dos municípios brasileiros, cuja centralidade da patronagem leva a uma identidade altamente politizada, baseada na valorização do poder do voto, como moeda de troca, para ter acesso aos recursos básicos inerentes à reprodução humana, nesse caso a reprodução dos assentados.

⁸¹ Fala da presidenta da associação do assentamento Itabaiana.

O tipo de trabalho desempenhado pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais da zona canavieira exige, sobretudo, muita disposição e força física para o corte da cana-de-açúcar, não exigindo dos homens e mulheres do campo conhecimentos e práticas ligadas à agricultura familiar, além de serem assalariados. Essas características têm dificultado o assentado a se adequar à nova vida de agricultor familiar.

A história social do assentado, entre seu passado e o seu presente, implica uma superposição de identidades. Identidade anterior, como o exemplo do cortador de cana, e agora tendo que se adequar à “nova identidade”- do “agricultor familiar”. Essa face ambivalente do assentado, “diversamente do que se faz supor nos embates políticos, não tem uma face coerente e unívoca” (MARTINS, 2003, p.10). O sujeito social da reforma agrária tem uma trajetória de vida que, muitas vezes, é cheia de desencontros, de contradições, pois é um ser humano real e não vai ser um assentamento que vai mudar, em um curto espaço de tempo, sua forma de ser e de viver, enfim a sua subjetividade. Os assentados são o que são e mais aquilo que poderão vir a ser, delineados pelo movimento de suas contradições internas, visto que, ao se fazerem, antecipam em si as características daquilo que poderão ser. Assim, o comportamento social do assentado diante dessa nova vida, é, em parte, a manifestação daquilo que são e, em outra parte, a antecipação daquilo que querem alcançar. As identidades dos assentados apresentam expectativa de continuidade histórica ainda por ser realizada. A realidade presente do assentado é uma sequência que aponta para o futuro.

Um ponto central no trato desse tema é relativo ao que vimos no primeiro capítulo, quando Gramsci nos orienta quanto à formação da subjetividade compreendida como um processo. Isto significa que nada existe no ser humano, como ser social, que não seja passível de mudança, que nenhuma ordem social é insuperável, daí a formação de uma nova subjetividade relacionada ao devir - o ser humano agindo em sua própria vida, mas de forma autônoma. Decerto que as diferenças se impõem no cotidiano do assentamento, até então ocultas no processo de socialização das ocupações e acampamentos, a desconformidade entre a vida de acampado e assentado vem à tona, pois este tem pela frente um desafio permanente, inclusive projetos de vida que, muitas vezes, se chocam com o projeto do movimento social que está à frente da luta. Esses desencontros tiram o véu de uma reforma agrária muitas vezes idealizada pelos movimentos sociais. Mas isso não descarta a possibilidade de se construir permanentemente uma nova subjetividade, vista como um processo cotidiano, até pelo fato de que os assentados não querem apenas sobreviver, ou viver de qualquer jeito. A pesquisa tem apontado que os assentados almejam ter uma vida digna, acessível aos bens que a sociedade

produz. O senso comum, muitas vezes, nos mostra um assentado da reforma agrária, como se fosse um ser não pensante sobre sua vida, que se satisfaz apenas com uma casa e um pedaço de terra, como se isso fosse o suficiente.

Podemos fazer uma analogia da formação de uma nova subjetividade ao processo que Martins (2003) chama de ressocialização - o momento de estabelecer as bases espaciais e sociais de convivência, ao chegar ao assentamento. Na reprodução do assentamento, a urgência que impõe o cotidiano dos assentados vem à tona, como bem aponta o autor (2003, p. 123) - “a nova condição de assentados pede preenchimentos cotidianos, em primeiro lugar, e não preenchimentos históricos”. Mas a identidade do assentado não se esgota na representação do agora, do momento presente, mas envolve o vir a ser, isto é, no sentido que as expectativas criam para o futuro. O assentamento é um lugar conquistado e, mesmo que o assentado tenha uma relativa autonomia sobre o espaço, é o lugar onde vai buscar viver suas vidas tentando harmonizá-las com seus sonhos. O assentamento se torna não apenas um lugar de morada, mas abre um leque de possibilidades antes excluídas- educação, saúde- e isso poderá despertar grandes potencialidades para uma maior participação política, conforme visto antes. O assentamento ao impor uma série de medidas urgentes para a sua reprodução, poderá se converter num espaço pedagógico.

Contudo, as políticas públicas, ao mesmo tempo em que são essenciais no sentido de incentivar os assentados a uma nova vida, a ambivalência dessa advêm, sobretudo dos programas de reforma agrária - quando se depara com essa nova vicissitude, passando de uma situação social de trabalhador, a uma situação social de proprietário. São “essas polarizações que marcam profundamente [...] a maioria dos protagonistas da chamada agricultura familiar” (Idem, p.11) Entendemos que o assentamento é um lugar extremamente complexo do ponto de vista político e social, onde diferentes atores interagem, a exemplo do Estado e dos movimentos sociais. O primeiro, muitas vezes impõe políticas públicas aos assentados, e o segundo, “testando” novas formas de organização social, onde ora o individualismo familiar se sobressai, ora em outros assentamentos assumem uma dimensão mais comunitária nas formas de organização.

Essa peculiaridade é sentida nos assentamentos rurais em Maragogi e tem despertado a atenção por parte dos próprios demandantes que estão à frente das associações dos assentamentos, das ONGS e dos movimentos sociais. A evasão dos assentamentos rurais também tem preocupado. Muitas vezes, diante do endividamento, sem crédito, ficam desanimados, uns se desfazem das parcelas, “vendendo” as benfeitorias para outra família

interessada, outros abandonam e muitos sem nenhuma ou quase nenhuma alternativa de trabalho, voltam para o corte da cana⁸². Tais características constatadas nos assentamentos, conforme o autor (Idem. p.12), está em desacordo com a ideologização que diversas mediações lhes imputam, tornando o “*sujeito oculto e invisível* da reforma agrária”. Uma coisa é o momento da luta pela terra, onde se deixa claro a oposição de classes sociais; é após a conquista da terra, que o põe em outra situação.

Complicada porque sociologicamente ambígua marcada pela indefinição situacional própria de uma inserção social duplamente orientada, dividida entre trabalhador e a de proprietário de terra, entre subsistir e lucrar. Essa ambigüidade carrega referências de classe social contraposto e leva, não raro, a uma problemática prática bifronte, de dupla orientação (Idem, p.12).

A compreensão das implicações da reprodução dos assentamentos, como uma questão social, está relacionada também à origem dos assentados, ou *sujeito social*. A diversidade de suas origens são resíduos de um processo histórico, grupos subalternos descartados das velhas relações de trabalho, sem esquecer a grande massa de desvalidos das cidades, desempregados urbanos que procuram uma brecha de inserção social, constatação que contraria uma clientela da reforma agrária exclusivamente relacionada ao processo de desagregação das relações sociais e de trabalho do mundo rural. Mas, se olharmos por outra via, essa clientela, oriunda do meio urbano, é de gerações, cujas famílias foram expulsas do campo, desenraizadas⁸³ de suas origens.

Outro ponto a ser destacado é sobre a COATS (Cooperativa agrícola de assistência técnica e serviços), fundada por técnicos formados pela Escola Agrotécnica de Barreiros, que já militavam nos movimentos sociais e presta assessoria aos assentamentos rurais praticamente há cinco anos. Em 2004, a cooperativa celebrou convênio com a Assessoria Técnica Social e Ambiental do INCRA, prestando assessoria técnica por três anos a uma média de 1428 famílias. Em Maragogi, inicialmente, prestava assessoria a 12 assentamentos e depois se ampliou o número de assentamentos atendidos. A localização da sede em Barreiros se deve ao acesso de mão de obra qualificada na localidade por conta da Escola Agrotécnica Federal. A COATS presta assessoria também em Pernambuco, Norte e Sertão do Estado de Alagoas.

É interessante observar que a COATS é ligada atualmente ao MLST.

⁸² Iremos tratar mais densamente no próximo capítulo.

⁸³ Palavra usada por Martins (2003).

[...] eu também sou do movimento, por que a nossa parceria a gente tem todo um elo, uma ligação, também faz parte e representa a bandeira do movimento onde a gente está, onde tem um técnico da COATS, tem o movimento representado nas nossas ações, onde a gente ta trabalhando diretamente com as famílias, então é assim o trabalho que a gente desenvolve no campo, quanto a ATES que trabalha a assessoria técnica social e Ambiental está voltado para o agrupamento da família como todo, não só a parte produtiva no campo, mas também o jovem, a mulher, todo o convívio da família a cooperativa ta participando, por que o quadro é formado por profissionais de diversos seguimentos [...]⁸⁴

Quando questionado sobre o número de assentamentos rurais no município,

São vinte, desses vinte, quatorze são do MLST, outra parte do MTL, três e outra parte e três MST. Hoje temos uma parceria com uma cooperativa de técnicos da região, que acompanham e dão assistência técnica, mesmo com algumas dificuldades tem parceria com o INCRA e também com a prefeitura.⁸⁵

Mediante desses elementos, percebemos a influência dos movimentos sociais, nesse caso o MLST, como mediadores na implementação das políticas públicas, relacionadas aos assentamentos rurais. Os próprios dirigentes da COATS fazem parte do MLST e também são oriundos dos assentamentos rurais. A força política do MLST na região se deve, principalmente, à saída de alguns líderes do MST, como um deles aponta:

Na verdade não foi um racha, mas a gente que faz parte de movimento popular, a gente procura aquilo que é prioritário por que a questão prioritária é a qualidade de vida das famílias e quando a gente percebe que alguns movimentos não tava procurando esses interesses e sim pessoais, fui pra um movimento que me identificasse quanto militante, quanta pessoa e quanto à questão da qualidade de vida das pessoas. Então não é um racha de pular de sigla pra sigla, mas um racha pensando na qualidade de vida das pessoas. É uma questão ideológica, política, então a gente imagina que o MLST tem uma ideologia diferenciada dentro do Estado.⁸⁶

Nos últimos anos, a COATS, como assessoria técnica, vem prestando trabalho na implementação de políticas públicas. Os resultados têm sido positivos nos assentamentos rurais e na vida dos assentados, como por exemplo, na cidade de Barreiros - PE (a cerca de 30 minutos de Maragogi), onde existem cotas para alunos oriundos dos assentamentos rurais, através de convênios entre a COATS, INCRA E O MLST. A COATS, como assessoria técnica, tem, nos últimos anos, mediado as renegociações da inadimplência de alguns assentados junto aos credores (bancos) em parceria com a ATES (Assessoria Técnica e

⁸⁴ Fala de um dos representantes da COATS.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem

Ambiental do INCRA). Conforme a cooperativa, conseguiu-se “[...] renegociar algumas dívidas, que eram ao todo 9 milhões e baixamos para 2 milhões a inadimplência [...]”⁸⁷.

Assim, encerramos que a COATS, além de ser uma organização econômica, é também uma organização política, por ter ligações restritas com o MLST, logo, visa também a objetivos políticos. Na medida em que atua, prestando assessoria econômica nos assentamentos, amplia sua força política como mediador nesse tema de assentamentos rurais e políticas públicas.

É pertinente destacarmos que alguns assentados inadimplentes arrendam “ suas terras”, ou são subsidiados por usinas de açúcar para serem fornecedores da matéria prima (cana-de-açúcar)⁸⁸. Esse dado chama a atenção, já que alguns assentados não têm alternativas (pelo menos uma melhor) e vêem a possibilidade de se ter um ganho mais seguro, e manter a sua reprodução. Isso não é apenas uma prática de alguns assentamentos rurais de Maragogi, Martins (2003, p.36) constatou, em São Paulo, o arrendamento da terra às usinas que

mais do que os benefícios sociais da reforma agrária, mostra um novo meio de modernização no relacionamento entre o capital e a renda da terra, em que a usina paga ao assentado um tributo ínfimo e lucrativo para usar a terra produtivamente.

Conforme a análise do mesmo autor, as usinas, à custa da reforma social, incrementa nos lucros privados e na racionalidade da empresa agroindustrial. Isso mostra que, por parte dos assentados, é uma forma de sobrevivência econômica, mas as lutas sociais do campo ficam, até certo ponto comprometidas por uma cultura de inserção econômica que não emancipa.

Outro ponto a ser salientado diz respeito à disputa política entre os próprios movimentos sociais relacionados às mediações dos assentamentos. Líderes da cooperativa ligada ao MLST são ex-militantes do MST, que se desligaram deste, segundo entrevista concedida por um de seus integrantes, por motivos “ideológicos”. Assim, como já mencionamos, com a perda do espaço político do MST nessa área de assentamentos rurais, na mesma proporção, o MLST tem conquistado um espaço político nos assentamentos.

Conforme Martins (1990, p.35), não é um fato novo. Em sua opinião, o processo de luta do campesinato e os diferentes grupos (sindicatos, igrejas, partidos de esquerdas, associações, movimentos sociais), que buscaram resgatar e dar uma dimensão política à luta

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem.

do campesinato tinha a preocupação de evitar uma “revolução”. Para o autor, a “história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato”.

Ainda, segundo o mesmo, o “camponês” sempre esteve nos projetos políticos dos outros, sendo objeto de disputa política pelos partidos de esquerdas, pela igreja e, posteriormente, pelos movimentos sociais. Apesar da análise de Martins estar referenciada dentro de um contexto político específico, isto é, mesmo que as circunstâncias políticas tenham mudado, depreendemos que, sem esses “grupos de mediações⁸⁹”, seriam pouco prováveis as mudanças sociais relativas ao acesso a terra por uma via democrática.

Navarro⁹⁰, mais contundente que Martins, faz a distinção entre o discurso histórico, dos que estão à frente dos movimentos sociais e a realidade de vida dos que são atraídos para o movimento e posteriormente são contemplados na política de assentamentos rurais. A distância que existe entre a ideologização dos mediadores e a prática cotidiana dos assentamentos rurais está aquém da noção de emancipação⁹¹ adotada pelo autor. E isso se torna nítido quando se volta especificamente para a vivência dos assentamentos rurais, trata-se também de uma analogia à reprodução clientelista da política brasileira, “sob uma nova modalidade de sujeição ideológica de patronagem” (MARTINS, 2003, p.27).

Pensamos que o uso da expressão “grupos de mediadores”, de certa forma encobre a luta pela terra por aqueles que de fato representou⁹² os grupos subalternos do campo ao longo de décadas, a exemplo das Ligas Camponesas. E, nesse caso, dos atuais movimentos sociais que lutam por reforma agrária. Como grupos de mediadores (e o Estado pode ser um deles), não podemos equiparar o papel do Estado com o dos movimentos sociais, representantes dos pobres do campo.

Acreditamos que discernir a mediação da representação é fundamental. Primeiro, porque, como Estado apenas mediador, concomitantemente equipara o seu papel aos dos

⁸⁹ Termo usado pelo autor (2003).

⁹⁰ Ver capítulo anterior.

⁹¹ A idéia de emancipação conforme o autor, é informada por uma dimensão essencialmente política, “Refere-se às chances das classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, constroem de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesse e, mais relevante, adentrarem no campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimento politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários (2002, p.4).

⁹² Esse termo é usado por Justos (2000). Representar significa tomar partido a favor dos grupos subalternos do campo e não ser um mero mediador.

movimentos sociais (já que estes são também mediadores). Segundo, extingue qualquer responsabilidade histórica do protagonismo de ambos no processo da luta pela terra. Ao passo que o primeiro contribuiu decididamente para o estado de miséria em que se configurou a vida dos pobres do campo, pela opção de representar as elites do país, o segundo se originou de tal escolha. Não queremos ignorar com essa afirmação o papel do Estado na medição dos conflitos, quando é interpelado para desapropriar as terras ocupadas. Contudo, mesmo nessas circunstâncias, o Estado ainda é omissivo, lento no processo, sem citar a supervalorização das terras. O exemplo mais recente no Estado é o complexo Agrisa e Peixe, consoante mencionamos anteriormente.

O que há de novo nessas ações coletivas é sua oposição nitidamente ao estado das coisas, é dizer não a situação de pobreza que se tornou a vida da maior parte dos que vivem do trabalho. Entendemos que esses “grupos de mediações”, nesse caso, particularmente os movimentos sociais, são como um tipo de intelectual coletivo. E estes não estão separados da “massa”, mas forma um conjunto. Os intelectuais representam as massas, enquanto as massas são à base de sustentação para que existam os chamados intelectuais. Contudo não queremos afirmar que os grupos subalternos não tenham sua própria concepção de mundo, mas trata-se de inovar uma concepção coerente de mundo, comprometida com a crítica do senso comum. Daí percebemos que os movimentos sociais, conforme enfatizamos no capítulo anterior, têm um papel crucial nesse sentido, pois aumenta as potencialidades emancipatórias⁹³ dos grupos subalternos.

Mas, por outro lado, pensamos que a representação e/ou mediação⁹⁴ dos grupos subalternos nos exige uma maior reflexão, principalmente quando há a possibilidade de um distanciamento entre o que de fato a base quer para si e os ideais de quem os representam. Como já expomos antes, a expansão da luta pela terra no país, tem acarretado uma estrutura organizativa de alguns movimentos, o que tem exigido uma maior profissionalização das lideranças, além de uma hierarquia interna. Poderá ocorrer certo distanciamento da cúpula do movimento com sua base, à medida que a liderança dirige o movimento segundo as suas convicções. Essa constatação além de ser observada por Martins e Navarro, tem sido verificada por outros pesquisadores, a exemplo de Marques (2000), que atribui aos líderes também a função de mediadores. Num estudo sobre o processo de assentamentos de famílias sem terra, a autora observa que são correntes os agentes de mediadores buscarem prestígio

⁹³ Emancipação nos moldes gramscianos.

⁹⁴ Usaremos as palavras como sinônimas para não abstrair a relevância dos movimentos sociais.

peçoal, nas lideranças de alguns assentamentos, encaminham a luta, defendem suas próprias convicções, não obstante falam em nome do público que diz representar. Mediação para a autora significa o ato de traduzir falas e/ou introduzir falas e linguagens, o que poderá pressupor desconformidades culturais e um discurso assimétrico do ponto de vista político e econômico entre os agentes e os assentados.

Mas também não podemos ignorar que as lideranças são necessárias, pois são elas as responsáveis pela reunião em massa dos grupos subalternos e pela organização e formação do movimento. É por parte das lideranças que se abrem as potencialidades dos espaços de formação e discussão política, ao mesmo tempo em que dão voz as camadas populares, isto é, estimulam o processo de uma nova subjetividade. Mais uma vez recorremos a Gramsci⁹⁵ quanto ao entendimento dessa relação.

Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de o uma nova cultura, de um novo direito etc (Q 12, 1513).

Gramsci discute o papel dos intelectuais e sua conexão com as diferentes classes sociais, possibilitando uma visão de mundo mais unitária. O autor salienta que todas as camadas sociais possuem seus intelectuais, ou seja, toda camada social que possui uma função no mundo da produção forma seus próprios intelectuais. E que estes são independentes de sua formação escolar e/ou formação acadêmica específica, mas dependente de sua ação social, capaz de fazer um nexu entre a superestrutura e infra-estrutura. Seria um tipo de intelectual orgânico diretamente ligado ao “lugar” que ocupa nas relações materiais/sociais de uma determinada sociedade.

Assim, na medida em que ocupam espaços sociais de decisão prática/teórica, o intelectual tem uma importante função orgânica na reprodução social. Entendemos que seria um tipo de relação recíproca ensino-aprendizagem entre o intelectual e o mundo que o circunda, de modo que geraria um processo de uma nova subjetivação – tanto do intelectual, quanto do grupo ao qual pertence – “A personalidade histórica de um filósofo resulta também da relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage

⁹⁵ O autor consciente da centralidade dos intelectuais no mundo contemporâneo, vivenciou essa experiência na figura do intelectual militante.

sobre o filósofo e, obrigando-o a uma contínua autocrítica, funciona como mestre” (Q. 10, 1331). O autor nos alerta que o processo educativo é essencial na formação humana, ou seja, a escola não é o único espaço de difusão de uma determinada cultura, mas também os partidos, as igrejas, as organizações não governamentais e aqui, particularmente, os “grupos de mediações”, conforme destaca Martins e os outros autores.

Entretanto, o intelectual orgânico não atua separadamente dos setores populares, pois sua capacidade intelectual não é privilégio de alguns, mas pertence a toda a coletividade. “[...] Por que não existe atividade humana da qual se possa excluir alguma intervenção intelectual” (Q. 12, 1516). Ou seja, o “homem do povo”, mesmo que não saiba argumentar para sustentar suas próprias razões, em face de um adversário, “ideologicamente superior”, nem por isso adere à argumentação do outro, porque se solidariza com o grupo social ao qual pertence. Relembra-se da argumentação convincente de alguém de seu grupo, “não recorda os argumentos, concretamente, não poderia repeti-los, mas sabe que existem, porque já lhes ouviu a convincente exposição” (GRAMSCI, 1997, p. 1391). Mesmo quando amplos setores da população de um país ficam reduzidos às formas mais empobrecidas e limitadas do “senso comum”, não se deve perder de vista que eles ainda continuam a ser sujeitos humanos. Inferimos que a alternativa que o mundo nos oferece presume não somente a atuação dos chamados “intelectuais” de cima, mas também abre um leque de possibilidades de intervenção ativa de sujeitos conscientes, dando voz aos que vêm de “baixo”. Daí a preocupação de tentar compreender se os “grupos de mediadores” exercem sua capacidade de atuação político-pedagógica, que de fato auxilie os grupos subalternos a manifestar-se criticamente diante do seu cotidiano, na reprodução de suas vidas. Quanto maior essa mobilização, menor é a coerção do Estado na medida em que aumentam as potencialidades de emancipação nas camadas populares. Entretanto, se sua atuação (liderança) prática/teórica reflete posições pessoais em prejuízo da reprodução de vida dos assentados, as possibilidades de suceder os rachas ou disjunções internas são maiores. A teoria tem que corresponder à prática, e esta se encontra no cotidiano de vida, nesse caso dos assentamentos rurais.

Conforme apontamos, a “pulverização” de movimentos sociais no Município de Maragogi é considerável. É pertinente ressaltarmos alguns pontos sobre a gênese do MLST, já que este mantém a mediação política da maior parte dos assentamentos no município. O estudo de Mitidiero (2002) sobre o movimento vem constatar que, apesar de sua origem não estar relacionada diretamente dos conflitos internos do MST, decerto que, no processo de seu desenvolvimento, se constituiu desses conflitos. Nas palavras do autor,

O MLST é fruto de um esforço feito pelos seus coordenadores que conseguiram unificar grupos de trabalhadores rurais sem terra independentes e localizados regionalmente em sete Estados da Federação. Por ordem de importância no desenvolvimento do movimento são os estados de Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, São Paulo e Bahia. Na verdade, por meio do trabalho de algumas pessoas, o movimento surgiu para unificar focos de luta isolados, grupos independentes e grupos de trabalhadores rurais sem terra dissidentes de outros movimentos, formando um movimento nacional de luta pela Reforma Agrária e pelo Socialismo. Foi neste momento de aglutinação das lutas municipais e regionais que as outras duas lideranças (João Batista e Barroso) começaram a fazer parte do movimento (p. 145)

Ainda, conforme o autor, o MLST surgiu no período do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, ao contrário do MST⁹⁶. Seu principal idealizador tem origem urbana, fez parte da fundação do PT, articulou-se nacionalmente para a formação do MLST, por acreditar na impossibilidade de representação do movimento em grupos isolados regionalmente. O MLST se diferencia do MST em sua gênese, pois abarcou as lutas pela terra, que já tinham sido iniciadas por famílias sem terra, e deu uma nova conotação ideológica, ou seja, as famílias já organizadas aceitaram fazer parte do movimento. Mas ambos os movimentos têm características políticas semelhantes, isto é, de fazer uma transformação política e social a partir do campo. Inicialmente o movimento se articulou em quatro estados da federação – Pernambuco, onde teve mais força política, devido ao principal idealizador ser de lá, além de pertencer a uma família influente politicamente no Estado; em Minas Gerais, o movimento surgiu mais organizado, por conta de um número maior de militantes atuando no campo, na região do triângulo mineiro; em São Paulo, onde se concentrou a parte burocrática do movimento – Secretaria Nacional do MLST, que produz toda documentação para ser distribuída nacionalmente, e, em Natal, se expandiu da articulação de um ex militante do MST, organizando os acampamentos e ocupações em nome do movimento. Posteriormente se expandiu para outros Estados.

O MSLT se caracteriza por ser um movimento mais radical, talvez pelo fato de ser um movimento relativamente pequeno quando comparado ao MST. Sua estrutura é semelhante à de um partido, já que as lideranças, isto é, a cúpula do movimento organiza as ações, pensa o movimento e centraliza as decisões. O movimento possui uma identidade de esquerda, devido à história de vida de seus idealizadores, e estes pertencem à ala mais radical do PT.

De acordo com entrevistas concedidas por um dos coordenadores estaduais do movimento em Alagoas, os principais objetivos do movimento são: articular os trabalhadores

⁹⁶ Vimos que esse movimento surgiu do processo cumulativo de conflitos no campo, proporcionada pelo avanço do capitalismo.

rurais, e também os trabalhadores urbanos na luta pela conquista da reforma agrária no país; lutar por uma reforma agrária que articule a ocupação de terra, visando à autonomia política, econômica e ambiental por meio da implantação da Empresa Agrícola Comunitária; colaborar para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais; lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, por uma sociedade socialista sem oprimidos e sem opressores. Observamos que o movimento tem uma preocupação de cada vez mais estreitar os laços entre o campo e a cidade, como forma de alcançar um projeto que vai além da constituição de assentamentos, ou seja, o movimento tem uma característica política de cunho socialista. Ao perguntar qual a visão que tinha de reforma agrária.

A reforma agrária pra mim perpassa como um instrumento de mobilização popular, além de discutir as principais políticas públicas. A perspectivas de uma vida digna no campo, a participação geral dos trabalhadores em comum ressonância... A reforma agrária não vai caminhar sozinha só com o homem do campo, caminha também com o homem da cidade e vice e versa.

Minha visão é marxista [...] a reforma agrária tem uma dimensão maior do que foi pensando para ela, por ser uma coisa complexa [...] tem a possibilidade de desenvolver um processo político diferente de qualquer outra ação que tenha no Brasil. Você tem um espaço que tem uma intervenção direta dos movimentos sociais, das organizações classistas, identidades formadores de opinião, pensadores [...] se a gente for ver as revoluções, as movimentações, as manifestações populares, as grandes pressões começaram através do campo, você pega o Brasil colônia, o avanço da cana, depois a crise da relação capital-trabalho, o surgimento das ligas camponesas, as transformações e o sindicalismo rural e depois você tem os movimentos sociais, o MST e os outros movimentos, isso na verdade sempre incomodou o regime [...] o regime político que na verdade, não interessa em hipótese alguma, que você possa ta discutindo além das questões produtivas, o processo e discutir com isso dentro do processo a geração da renda, produção e consciência política. Então é assim as debilidades que a gente tem hoje, as perspectivas de avançar hoje na discussão da reforma agrária se deram certo ou não, se fez avançar muito ou pouco. Alencar todos os fatores, mas (a reforma agrária) sempre foi fruto da movimentação dos trabalhadores. Claro que dentro de todo esse processo, tem uma coisa q interessante hoje, que é uma coisa geral, que os movimentos sociais hoje pararam, tem q fazer uma autocrítica, de estarem assumindo a sua parcela de culpa.⁹⁷

Quando o entrevistado responde que sua visão é marxista, entendemos que o movimento mantém uma formação política de cunho marxista, buscando desenvolver um profissional militante crítico. Em decorrência disso, sua posição ideológica é de extrema esquerda, ao lutar por uma reforma agrária, visando ao início de uma transformação política. Ainda, segundo Mitidiero (p.161), para atingir seus objetivos, o MLST tem como eixo de ação:

Desapropriação de todos os latifúndios existentes; assentamento de todos os trabalhadores que precisam de terra para morar e trabalhar; expropriação das terras

⁹⁷ Fala de um dos militantes do MLST em Alagoas.

que estão nas mãos de multinacionais; expropriação das terras que estão a serviço do narcotráfico; expropriação das terras onde haja trabalho escravo; punição de mandantes e pistoleiros de crimes cometidos contra os trabalhadores; política agrícola que atenda os assentados e pequenos produtores rurais; assentamentos de famílias nas suas regiões de origem; unidade dos trabalhadores rurais e urbanos; combate a todas as formas de exploração infantil; combate a todas as formas de degradação ambiental e a defesa de uma agricultura baseada em tecnologias ecológicamente aplicadas;

A participação popular na luta pela reforma agrária além de denotar o caráter de movimento de massa, mostra-nos também uma participação democrática, articulando-se com diferentes organizações que lutam por uma sociedade mais justa e se contrapõem a exploração capitalista. O movimento, ao acreditar na importância da mística para o desenvolvimento de seu trabalho-organizativo, definiu seus símbolos: a logomarca, a bandeira e um hino no primeiro encontro nacional. O movimento está sempre atento ao processo de desenvolvimento de uma nova subjetividade em seus militantes para que possam se assimilar como agentes coletivos de um grande processo de mudança social: a reforma agrária e a construção de uma sociedade igualitária. Para isso, o trabalho junto à população – trabalho de base- é essencial para desenvolver uma identidade coletiva para o grupo. Inicialmente, esse trabalho é desenvolvido semelhantemente a outros movimentos sociais, com um “líder” à frente da capacitação, seria um tipo de intelectual orgânico, tanto podendo ser um representante progressista da igreja, como membro de algum partido de esquerda, ou nascer do próprio meio, a exemplo do entrevistado, ao perguntar sua origem.

Como já dizia Darci Ribeiro, o povo brasileiro é uma mistura, meus avôs maternos eram descendentes de índios e paterno de imigrantes da África, de negros. Minha mãe nasceu numa aldeia indígena, meu pai nasceu em Maceió, mas cabloco, de origem africana. Então me orgulho muito de manter minhas raízes. E pra fazer parte do movimento se tem critérios, tem que ter raízes com a terra e eu faço parte de família de agricultores. Meus avôs, minha mãe ainda hoje cultiva suas origens. Eu antes de fazer parte do movimento, passei por um processo, já trabalhei no campo, em usinas de açúcar. Então eu cortei cana, cortei mato, trabalhei em usina, trabalhei na AGRISA, em Joaquim Gomes, na minha região, ali na usina agrisa e peixe foi meu pólo de convivência na minha adolescência e foi de lá que sai pro movimento e continuo até hoje. Então eu com muito jovem do campo passei algumas dificuldades, mas hoje faço parte dessa grande família do Brasil chamada sem terra.⁹⁸

O perfil do líder que atualmente milita no MLST é crucial para o compreendermos como um tipo de intelectual orgânico, oriundo de sua base. A importância desses intelectuais orgânicos, além de contribuírem para uma nova subjetividade dos envolvidos na luta, sua capacidade está em reunir grande número de grupos subalternos em torno de um novo projeto

⁹⁸ Idem.

de vida. As ocupações das ruas, dos prédios públicos, e das fazendas improdutivas é o momento de se reconhecerem como protagonistas de suas vidas. Nesse sentido, a mudança é inerente à humanidade, é a força histórica, que possibilita a criação de um novo homem e de novas relações sociais.

Conforme Oliveira (2006), atualmente o movimento está organizado em 10 estados com cerca de 50 mil famílias espalhadas nos diversos assentamentos e acampamentos. O movimento se diz autônomo de qualquer partido político, governo, ou qualquer outra organização, embora reconheça que mantém relações de respeito mútuo com todas as organizações que lutam em defesa dos trabalhadores e oprimidos.

Em Alagoas o MLST se expandiu a partir do final da década de 90, e um dos fatores que colaborou com essa expansão foram os desentendimentos políticos internos entre as lideranças do MST no Estado, o que levou uma das lideranças mais expressivas do movimento a migrar para o MLST. Assim nos certificamos de que a saída de um dos líderes do MST representou uma das causas da força política do MLST no Estado, além de “arrebancar” outros integrantes do MST e também a maior parte dos assentamentos rurais em Maragogi. Segundo informações de um dos coordenadores do movimento no Estado, o MLST mantém uma média de 66 acampamentos. Em Maragogi, dos 20 assentamentos mantém, ligação política com 14, e mantém 6 acampamentos.

Na entrevista, ao perguntar os motivos que o levou a sair do MST para o MLST:

Esse entendimento de olhar, de ver que o movimento cresceu muito no Brasil - o MST - foi surgindo a necessidade de se ter outros movimentos, eu sai por questão ideológica, respeito o MST, fiz parte 12 anos do movimento, mas antes de fazer parte do movimento, fui parte de movimento de igreja, ajudei a contribuir no movimento partidário, eu faço parte do PT desde 88, entrei no movimento em 91 e com o MST, admiro e respeito , não tem vinculação com partido [...] o MST que decide. Tanto a CPT, como MST, como o MLST, MTL, tem vínculo partidário, mas quem manda e quem define sua política é o movimento. Eu acho que o partido é importante pra fortalecer a luta, mas não pra mandar em movimento. Eu me afastei do MST, fiquei dois anos sem movimento, mas eu não perdi meus contatos com as lideranças e nem com as bases, recebi convite desse movimento, e acabei aceitando o convite do MLST que tem uma proposta, mas comunitária de acompanhamento da produção, que acha [...] viável hoje é que muitos professores, debatedores, os sociólogos, essas pessoas que faz a intermediação entre o campo e a cidade, entre os intelectuais e o agricultor, esse conhecimento é importante, por que o movimento não tem proposta pra só ocupar terra, mas sim pro campo, melhorar a agricultora familiar, de avançar no grão na mesa do brasileiro...que o trabalhador não só plante e venda no mercado, mas que ele industrialize ali a sua produção, desde macaxeira a vácuo, como também de tudo...doce, cachaça...enfim. Porque o processo de industrialização dá mais valor a mercadoria. Então tou ai no MLST desde 2002, há 6 anos, onde tou muito bem. Me orgulho que faço parte da coordenação do estado que

eu tou, e com certeza vou ficar muito tempo no movimento. Eu faço parte da coordenação estadual do MLST aqui em Alagoas. Aqui em Alagoas tem um núcleo dirigente, entre eles eu sou um dos coordenadores do Estado e também dou a minha contribuição a nível nacional.⁹⁹

A saída do MST por questões ideológicas foram às justificativas mais usadas entre os integrantes do MLST nas entrevistas. Entendemos essa resposta como uma expressão bastante complexa além de vaga que poderá esconder outras questões de cunho mais pessoal e também omitir múltiplas dimensões das relações políticas entrelaçadas entre a liderança com outros líderes do movimento. Mitidiero ressalta a importância de analisar o papel do indivíduo no que chama de “micro-histórias” que se desenvolvem dentro de uma dimensão maior a luta pela reforma agrária- e, neste caso, particularmente dos assentamentos rurais e seus “grupos de mediadores”. O autor (2002, p. 108) analisa como um tipo de **personalização das divergências**

quando os profissionais da luta pela terra entram em oposição com outras lideranças que atuam juntos ou com um grupo de famílias, ou ainda, com os princípios e estratégias do movimento, este, geralmente, saem ou são expulsos do movimento anexando-se a outro ou formando um novo movimento social ao arrebanhar famílias sem terra a partir do seu discurso, das suas posições ideológicas e dos seus contatos e relações políticas, personalizando a divergência.

O geográfico afirma que as decisões centralizadas e personalismos são uma constante na maioria dos movimentos sociais, principalmente nos novos movimentos sociais do campo, surgidos na década de 90, a partir das disjunções e rachas entre alguns líderes do MST.

Contudo, ao reconhecer a importância do MST em sua formação de militante¹⁰⁰, revela-nos uma ética interna entre os movimentos sociais em Alagoas. Ao menos publicamente, demonstra certo nível de equilíbrio entre eles, em proveito de um objetivo maior que é a luta pela terra e a reprodução dos assentamentos. Nesse sentido, compreendemos como uma correlação de forças necessárias em diferentes momentos da conjuntura alagoana. Um dos exemplos mais recentes foi a “carta aberta à sociedade”, em nome da CPT, MST, MLST e MMC. Esses movimentos conjuntamente ocuparam a fazenda Campo Verde a 65 km da Capital Alagoana, no município de Branquinha, requerendo a vistoria pelos órgãos competentes, resultando na desapropriação das terras¹⁰¹.

⁹⁹ Fala de um dos coordenadores do MLST em Alagoas.

¹⁰⁰ Refiro a fala acima de um dos coordenadores estaduais do MLST e ex-militante do MST.

¹⁰¹ O proprietário das áreas é um conhecido empresário de usinas no Estado e ex-Deputado Federal. Essa ocupação foi realizada precisamente na madrugada de março de 2009, conforme as informações dadas pela direção do MST e MLST em Alagoas. Um dado interessante é que a ocupação foi realizada apenas por mulheres, cerca de 1500. A carta se encontra na íntegra nos anexos.

A forma como essa atividade econômica (se refere a monocultura da cana de açúcar) vem sendo desenvolvida fere o artigo 186 da Constituição Federal que reza que a terra tem que cumprir a sua função social. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho. Apoiados no que determina a Constituição Federal, em nome da natureza que “gema”, e da memória dos índios e negros que foram mortos e dos canavieiros explorados, os movimentos sociais do campo (MST, CPT, MLST e MMC) ocuparam nesta madrugada a fazenda Campo Verde em Branquinha de “propriedade” do grupo João Lyra e cobram a desapropriação do imóvel por não cumprir a sua função social. O grupo João Lyra foi notificado no ano passado por prática de trabalho escravo, na ocasião o grupo móvel do Ministério do Trabalho libertou 61 trabalhadores em áreas da usina Laginha. Continuaremos a nossa luta em defesa da reforma agrária e cobraremos que o art. 184 da Constituição Federal que diz que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, seja cumprido e que o imóvel seja desapropriado para fins de reforma agrária. Substituir a lavoura da cana destinada a produção de açúcar e etanol por alimentos é o objetivo da ocupação, garantindo a soberania alimentar e levando alimentos limpos e diversificados para a mesa dos mais pobres.

Nesse caso, compreendemos os diversos atores envolvidos, como orgânicos, pois estes se aderem, se aliam, num processo político apto a modificar a correlação de forças sociais- “as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal” (Gramsci, 1999, p.245). O indivíduo não pode ser pensando fora das relações sociais, e sim como historicamente determinados (Gramsci 2002 b, p.240). Nesse sentido compreendemos um novo tipo de individualismo, que não se ampare nas manifestações da subjetividade capitalista e nem na construção de suas próprias peculiaridades individuais.

A COPEAGRO, localizada em Maragogi, é uma cooperativa organizada por freiras. Segundo informação local, as irmãs vieram da Itália e fundaram a cooperativa que auxilia no processo produtivo de determinadas parcelas dos assentamentos (não o assentamento como um todo) e não mantém relações política com os movimentos sociais locais.

Antes, a gente tinha dificuldade para produzir. Eu mesmo só plantava macaxeira. Hoje, depois do Peagro e da Copeagro, tenho assistência técnica e produzo vários tipos de frutas, que são vendidas. Não perdemos mais nada. “Os assentados que fazem parte da associação têm, hoje, uma larga clientela”¹⁰²

De acordo com uma das missionárias, a cooperativa além de dar assistência técnica, também trabalha com a comercialização de polpa de frutas, vendas de mel de abelha. A comercialização é feita num espaço próprio, num galpão localizado à margem da AL 101, em

¹⁰² Fala de um dos assentados, assistidos pela COPEAGRO.

Maragogi, além da feira livre dos assentados, organizada pela cooperativa. A COPEAGRO faz um tipo de trabalho mais assistencialista, mas que não deixa de ter sua importância junto aos assentados, no sentido de ajudá-los na produção das parcelas.

Diante do que apresentamos, a eficácia da constituição dos assentamentos no município se deve à pressão dos movimentos sociais, contudo as famílias foram jogadas literalmente nos assentamentos, sem nenhum tipo de infra-estrutura. Há área de conflito com mais de 10 anos de ocupação, onde os despejos são uma constante. A exemplo de Samba e Aquidabã, algumas famílias estão assentadas e outras não, por falta de regularização fundiária. Em Buenos Aires, há conflitos entre os próprios movimentos que dividem a área, o MLT e MLST.

Mesmo diante das dificuldades e desafios políticos dos assentamentos rurais em Maragogi, a análise dos dados da pesquisa nos aponta que as redes de relações que se constituíram entre os assentamentos, organizações governamentais e não governamentais vêm provocando mudanças, mesmo que moleculares nos assentamentos e na vida dos assentados, principalmente se comparar a vida anterior que os assentados tinham com a atual. Assim, concluímos que a “reforma agrária” não seria apenas uma política econômica, mas também social, até pelo fato de se viver numa sociedade, e principalmente num Estado marcado historicamente pela desigualdade social do campo (e também das zonas urbanas) e relações sociais nem sempre democráticas. Trata-se também de fazer justiça social numa região em que a igualdade de direitos, nitidamente ambíguos (na prática), sempre correu o risco de não ser efetivada.

Desse modo, a política de assentamentos rurais, decorrente da reforma agrária, oferece mecanismos de reintegração social e possibilidades de mudanças de vida, sob uma perspectiva de democratização da terra, mas isso não significa que a emancipação dos pobres diz respeito unicamente à propriedade da terra. Sabemos que a sociedade brasileira, historicamente, traz arraigadas marcas de mecanismos sociais, econômicos e políticos que marginalizaram grande parte da população, e isso principalmente é uma causa, de muitos serem atraídos para projetos políticos dos outros (que não têm origem necessariamente de sua própria adversidade), nesse caso, os movimentos sociais de luta pela terra. Contudo, esses movimentos têm um papel crucial nas transformações sociais, só que não devemos esquecer que são feitos de homens e mulheres que vivem num mundo impregnado pelo egoísmo e que, muitas vezes, seus interesses pessoais poderão subjugar o interesse da coletividade.

4 ASSENTAMENTO ITABAIANA: UMA PERSPECTIVA DE “EMANCIPAÇÃO” A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

“Quanto mais se amplia a socialização da política, tanto mais se desenvolve, em consequência, a sociedade civil, o que significa que os processos sociais serão cada vez mais determinados pela teleologia (pela “vontade coletiva”) e cada vez menos será coercitiva a causalidade automática da economia” (Coutinho, 2003, p. 79).

Neste capítulo, privilegiaremos questões relacionadas à participação política do assentamento Itabaiana e buscaremos identificar o papel dos “grupos de mediadores”, em especial dos movimentos sociais na execução de políticas públicas. Procuraremos compreender, dentro desse contexto, as implicações de uma efetiva participação política ou não, baseada a partir das variáveis: mudanças sociais e políticas e mudanças subjetivas na vida dos assentados e/ou do assentamento.

Trataremos da instalação, organização e reprodução do assentamento pesquisado, avaliando em que as mudanças políticas influenciaram ou não na reprodução do assentamento e/ou na vida dos assentados. E, por último, analisaremos tais mudanças à luz do conceito de emancipação (humana) e política nos moldes gramscianos. Entretanto não compreendemos o conceito de emancipação humana como algo acabado, e sim como um processo inacabável, sempre passível de ser reelaborado. Assim sendo, por final, faremos uma reflexão das possibilidades e limites da emancipação do assentamento dentro da ordem vigente, através ou não de sua participação política.

Contudo, iremos abordar algumas hipóteses que nortearão a análise de tais mudanças: as especificidades e origens dos assentados, que podem ou não acentuar as dificuldades estruturais que se impõem tanto na reprodução do assentamento quanto na organização política deste. As questões observadas no assentamento têm como base a pouca participação política nas decisões que afetam na reprodução do assentamento. Para tal, buscamos responder tais questões: são agricultores familiares? Qual o perfil e origem dos assentados? Qual o papel dos protagonistas que emergem com a constituição do assentamento? Qual a relação e/ou mediação política que existe ou que ainda persiste entre o movimento que estava na vanguarda da ocupação? O que o INCRA compreende por emancipação do assentamento? Para verificar tais questões, trataremos da “formação objetiva dos grupos sociais subalternos, pelo desenvolvimento e pelas transformações que se verificam no mundo da produção econômica” (Gramsci, 2005, p 130), nesse caso, da origem do campesinato no Brasil e

especificamente em Alagoas. E, por último, faremos uma reflexão sobre o sentido de emancipação humana possível dentro da ordem vigente.

4.1 Impasses sociais e políticos: De quem estamos falando, agricultores familiares? Campesinato? Qual o perfil e origem dos assentados?

Conforme explicitamos anteriormente, a origem social¹⁰³ do assentado é crucial para compreender a questão agrária como questão social. Estamos de acordo com Martins (2002, p.11), quando afirma que é essencial para a “compreensão sociológica do horizonte, das ações e da mentalidade dos protagonistas da luta pela reforma agrária e também a concretização da reforma agrária” estudar a gênese do sujeito social, nesse caso das origens dos assentados, pois são eles quem de fato a personificam e a vivência no cotidiano do assentamento. A experiência em ouvir as pessoas que vivência o cotidiano do assentamento estabelece uma relação dialética entre a produção do conhecimento e a vida real.

Gramsci, na posição de encarcerado lembra que a falta de contato direto com as pessoas “se transforma em dificuldade cognitiva [...], devido à distância da “impressão imediata, direta, viva, da vida de Pedro, de Paulo, de João, de específicas pessoas reais, sem entender as quais não é possível compreender o que é universalizado e generalizado” (Gramsci, 1996, p. 222).

Na interpretação de Semeraro¹⁰⁴ sobre tal afirmativa.

A ciência recorre a representações e teorias para se expressar e as representações são produtos humanos, construções históricas que nascem de práticas científicas, sociais, e de interesses políticos. As categorias e os conceitos utilizados são criados, organizados, transformados e aplicados dentro da visão, dos valores e das relações que os grupos sociais estabelecem entre si. Então, não é a ciência, por si só, automaticamente, que estabelece a objetividade do real, mas é o próprio homem, são os interesses de classe que designam o que é comum, elaboram os métodos, modificam os instrumentos e definem as metas, quer dizer, o que está por trás da ciência é a cultura, são as relações entre os homens, a concepção de mundo predominante em um momento histórico dado.”

Para Semeraro, trata-se de considerar o papel da ideologia, já que para o autor italiano, o pesquisador é portador consciente ou não. É interessante observar que o desafio de tal

¹⁰³ Justificamos como questão social, porque entendemos que uma massa de desvalidos urbanos, desempregados, enfim todos aqueles que, de uma forma ou outra, estão à margem da sociedade, ou ainda trabalhadores (as) do campo expulsos, desempregados, pequenos proprietários, veem no horizonte da reforma agrária uma forma de se reintegrar socialmente.

¹⁰⁴ Não tem referência do ano em que foi lançado o texto.

compreensão e também da opção de um modelo teórico que se julga mais adequado para a explicação da realidade se encaixa no que Gramsci diz sobre a ideologia quando se torna ciência. Quando se encarrega de constituir uma “hipótese científica de caráter educativo energético” (GRAMSCI, 1977, p. 507). O autor se reporta à teoria de Maquiavel, o que destaca o fato pelo qual a ciência e política estão intrinsecamente relacionadas. Assim entendemos que o poder, a ciência, e a política são inseparáveis, para depreender melhor o movimento levado a efeito na sustentação do conhecimento. A sustentação do conhecimento, ou a sua defesa são executadas por um conjunto de intelectuais e suas respectivas teorias, que, por intermédio destas irão construir paradigmas com os quais, além de buscar explicar a realidade, irão justificar sua visão de mundo.

Além desses aspectos cumpre, não esquecer que, para responder, ou pelo menos tentar, as questões propostas, lançaremos mão de um paradigma que justifica e defende sua posição sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo relacionado com o campesinato e a agricultura familiar. Contudo, afirmamos que a opção por um determinado paradigma é por entendermos que a questão agrária é inerente ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo.

O termo agricultor familiar e o seu papel vêm sendo discutido com mais ênfase, a partir da década de 90, devido às profundas mudanças inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Está sujeito a apresentar-se sob diferentes ângulos e por condicionantes históricos. Em vista disso, é pertinente conceituar o que compreendemos por agricultor familiar. Há, na literatura brasileira, diversos estudos com diferentes paradigmas de explicação da realidade, nesse caso, do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, entretanto, iremos abordar brevemente duas concepções: o paradigma do capitalismo agrário, que defende a tese, em que a única alternativa que resta para a sobrevivência do camponês é se transformar em agricultor familiar. No Brasil, as obras mais citadas no assunto dizem respeito à tese de doutorado de Abramovay (1998). O autor se refere às obras do próprio Marx, Lênin e Kautsky, para argumentar que não existe uma teoria marxiana e nem marxista rigorosa da questão agrária. “Nem um nem outro examinou a fundo o funcionamento deste organismo particular que é a família camponesa” (p. 250). Isto é, por intermédio dessas obras, não é possível, de forma nítida, definir o camponês no interior do marxismo, visto que, em última análise,

qualquer categoria social não imediatamente incorporada às duas classes básicas¹⁰⁵, só possuirá uma existência social fugaz, inócua de certa maneira. A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo o conduz fatalmente à autonegação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia do seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende basicamente da exploração do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente a sua extinção (p.52).

O autor entende que, dentro do capitalismo, o mercado além de ser o elemento principal de mediação das relações sociais, também é o elemento de tal compreensão. Portanto, faz uma distinção sobrepondo à análise econômica, “no qual a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social” (p.104).

Ao analisar a agricultura familiar nos países centrais, sustenta que o Estado teve um papel fundamental em seu desenvolvimento, sendo uma condição do desenvolvimento do capitalismo urbano, ou seja, eram necessárias políticas públicas que barateassem o peso da alimentação na estrutura de “consumo dos assalariados [...] e, portanto, que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis [...]” (p.22). O Estado buscou incutir na agricultura familiar um lugar estratégico na reprodução social. Nesse sentido, é importante assinalar que os conceitos de agricultor familiar e de camponês são distintos, em dois aspectos: primeiro, o camponês no mundo capitalista é incompatível com o ambiente econômico onde as relações mercantis prevalecem. Isso nos indica a natureza incompleta da sua racionalidade econômica, “são, sobretudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato” (p.130). Por isso, o camponês tende a desaparecer, no meio no qual desenvolve a agricultura familiar, despindo-se de suas características constitutivas convertendo-se em agricultor familiar. O sistema econômico concomitante reduz fatalmente o camponês, funda a agricultura familiar como seu principal alicerce social de desenvolvimento, ou seja, a agricultura familiar é importante e necessária.

Na outra concepção, o paradigma da questão agrária compreende que há dois modelos de desenvolvimento para o campo em oposição: o campesinato e o latifúndio e agronegócio. Adotamos, em diferentes momentos do trabalho, mesmo que implicitamente, o paradigma da questão agrária por entendermos, conforme mencionamos no segundo capítulo, que as lutas dos movimentos sociais do campo e a reforma agrária são resultados do desenvolvimento

¹⁰⁵ O autor se refere aos assalariados e aos donos dos meios de produção.

desigual e contraditório do capitalismo no campo. Contudo, é importante ressaltar que ambos os modelos teóricos reconhecem a importância da agricultura de base familiar e que o trabalho assalariado não é majoritário no campo com o desenvolvimento do capitalismo. No Brasil, os trabalhos científicos de Fernandes (1996, 1999, 2000, 2001) e de Oliveira (1986, 1988, 1991, 2004) se posicionam em uma análise que priorizam o conflito no campo, enfatizando a luta como uma forma de sobrevivência do campesinato.

Assim, o paradigma da questão agrária¹⁰⁶

analisa o campo a partir da teoria marxista e o eixo central de discussão é a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação do campesinato, o conflito e as conseqüências negativas ao campesinato decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. [...] o desenvolvimento da agricultura camponesa depende da solução desses problemas, o que requer ir contra as leis gerais do capitalismo (p.1).

Não pretendemos fazer uma discussão teórica sobre ambos os paradigmas, pois os estudos clássicos sobre o respectivo tema são conhecidos o suficiente o que nos exime da necessidade de retomá-los. Contudo, entendemos, de acordo com o paradigma da questão agrária, que não existe diferença entre camponês e agricultor familiar, pois essa diferença tende a homogeneizar distintas formas possíveis de o campesinato se reproduzir socialmente. Mas reconhecemos que a agricultura de base familiar precisa ter uma atenção especial do Estado que possibilite o seu desenvolvimento, respeitando as diversidades culturais e produtivas das regiões nas quais se insere. A agricultura familiar é uma “instituição de reprodução da família cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola” (MARTINS, 2003, p. 161). Aqui compreendido em sua concepção antropológica e histórica, isto é, além de ser um núcleo de reprodução social da família, e ligada por “laços comunitários locais e vínculos de natureza personalizada”¹⁰⁷.

as estratégias de reprodução não se limitam a reproduzir [...]. Elas dão conta das novas necessidades e novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais. Seu marco de referência não é fixo, nem puramente interno. O seu marco é a situação cambiante da sociedade na qual a família se insere (MARTINS, p.161 e 162).

O assentamento Itabaiana é um exemplo das “novas necessidades e novos desafios gerados pelas transformações econômicas e sociais”. É exemplo de resistência do campesinato e de sua capacidade de se recriar em diversos momentos da história e, nesse sentido, usamos o termo de agricultura familiar em seu significado histórico. A análise do assentamento rural Itabaiana e das políticas estruturais com ele relacionadas, está sujeita a

¹⁰⁶ Atlas da Questão Agrária Brasileira. Disponível: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>

¹⁰⁷ Nesse ponto concordamos com Abramovay.

uma compreensão do quadro histórico a que esse tema se propõe. Mas, como diz o autor, “as considerações de natureza histórica dizem respeito à história do presente¹⁰⁸, à temporalidade ainda aberta de impasses históricos propostos, mas não inteiramente resolvidos” (p.164). O autor se refere a um processo não acabado, de um ciclo não cumprido, de contradições ainda abertas.

Cabe destacarmos que, apesar de o capitalismo ser um sistema econômico político e social predominante, principalmente com a era da globalização, não podemos ignorar as especificidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, conforme explicitamos no segundo capítulo. E muito menos ignorar as peculiaridades políticas e culturais de cada região do país. Dessa forma, ao analisar a questão agrária e, principalmente os assentamentos rurais e, especificamente, o assentamento rural de Itabaiana, em virtude do que mencionamos, iremos discernir o que, na formação social, tem de singular no processo do desenvolvimento capitalista.

As particularidades socioculturais do campesinato brasileiro nos ajudam a compreender sua situação atual, suas lutas, seus impasses, suas contradições, enfim suas derrotas e vitórias. No caso brasileiro, o campesinato é uma base extremamente diversificada, diferentemente dos nossos vizinhos sul americanos, que têm um perfil étnico e histórico ligado à origem indígena. No Brasil, o perfil do campesinato e sua origem, além de serem diversificados apresentam traços regionais singulares, ou seja, situações históricas distintas entre si.

Índios aculturados que foram libertados da servidão no século XVIII e mantidos no círculo de dependentes do poder pessoal dos potentados rurais, mestiços de índias e brancos que têm vagado pelo território sem *status* social definido desde os tempos coloniais; descendentes de colonos estrangeiros imigrados a partir do século XIX; brancos pobres ou empobrecidos que desde a colônia devotam-se à agricultura de subsistência; negros libertos que se tornaram sitiante. [...] e muitos cruzamentos que resultaram do encontro desses diferentes grupos (MARTINS, 2003, p. 198).

A história diversificada da origem do campesinato no Brasil, conforme exposto antes, tem seus pilares na lógica do desenvolvimento capitalista de forma desigual e contraditória, isto é, entendemos que o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz de forma heterogênea e complexa. Contraditório porque, concomitantemente, atua na expansão do trabalho assalariado no campo, em diferentes culturas e áreas do país, como ocorre a exemplo da monocultura de cana de açúcar em Alagoas. Por outro ângulo, desdobra-se de forma

¹⁰⁸ Mas também a história pretérita.

contraditória a reprodução camponesa, isto é, o camponês não está fora do capitalismo, decerto que é um sujeito social em seu seio, que vai se transformando, como forma de se reproduzir. Como exemplo das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, apontamos, conforme mencionamos a luta do campesinato.

As revoltas dos camponeses, trabalhadores escravizados ou ex-escravos, contra sua exploração fazem parte da trajetória de luta desde o século XVI (Palácios, 2004). Contestado, Trombas e Formoso são exemplos, e mais tarde as ligas camponesas e, por último, os movimentos sociais ligados a terra. Mesmo que em tempos, espaços e especificidades diferentes, todos lutam por um mesmo ideal, o de ficar na terra, ou lutar por uma.

Wanderley (1996, p.8) “trabalha com a hipótese que toda grande propriedade dominante em toda a sua história se impôs como modelo socialmente reconhecido, foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução”. Daí a justificação da autora quanto ao papel secundário e da subalternidade da agricultura familiar na sociedade brasileira, o que impossibilitou o desenvolvimento das potencialidades de um grupo social específico. Portanto, a história do campesinato no Brasil, de acordo com que expomos, é uma trajetória de luta não só para se reproduzir socialmente, mas de ser reconhecido, o que implica buscar espaço próprio na sociedade.

A origem do campesinato em Alagoas remete à história da formação econômica do Estado. De acordo com Lindoso (2000, p. 40), a ocupação e formação social do espaço norte do território alagoano – Porto Calvo – contém aspectos físicos que levaram a desenvolver um tipo de economia diferente da sociedade colonial penedense.

A sociedade colonial penedense surge com alguns elementos socialmente democráticos em razão da ausência de mão-de-obra escrava africana. A sociedade colonial porto-calvense surge sem nenhum elemento democrático em razão da presença de mão-de-obra escrava africana e da presença da aristocracia agrária de brancos possuidora de fortes instrumentos de violência social.

Alagoas desenvolve-se, como vimos anteriormente, dentro de uma economia que tem suas histórias profundamente influenciadas pela cultura da cana-de-açúcar. Assim sendo, é impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de “interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário” (Freire, 2004, p. 38). Em face do que afirma o autor, a economia do açúcar se estruturou no chamado *plantation*, fundamentada em três elementos essenciais: latifúndio, monocultura e trabalho escravo.

Conforme Lindoso (p.112 e 113), a formação do proto campesinato alagoano se deu sob duas formas, a primeira, ligada à economia de subsistência dos negros fugidos e a concessão ou usufruto de lotes para cultivos de subsistência aos escravos não domésticos. Em relação à segunda,

A concessão ou usufruto para culturas de subsistência trabalhadas por escravos não-domésticos no interior da *plantation* decorria, a nosso ver, da própria racionalidade econômica da empresa agrária escravista de exportação. Desse modo, a concessão ou usufruto de lotes minimizava o custo de manutenção e de reprodução da força-de-trabalho escrava. Por sua vez a existência de um sistema de parceria nas terras não agricultadas, mantido por moradores e lavradores pobres ou remediados, era indiferente à concessão ou usufruto de lotes aos escravos não-domésticos. A “brecha camponesa” que atuava no interior das empresas agrícolas de modelo *plantation* não chegou a interferir nas relações de produção macroeconômicas dos engenhos de açúcar, ao ponto, pelo menos, de desestabilizá-los.

Nessa perspectiva, como demonstramos no terceiro capítulo, a cultura da cana, simultaneamente ao seu desenvolvimento e também por ser uma cultura mais antiga preservou, no interior das grandes fazendas, uma grande massa de moradores trabalhadores, de origem africana, indígenas e mestiços de índios com brancos. Ao serem libertos, ficaram sob a proteção e tutela de seus antigos senhores, cultivando, nas terras marginais não exploradas pela cana, os produtos de sua própria subsistência. Com a cessão do tráfico de africanos, os preços dos escravos se elevaram resultando o tráfico de escravos entre as províncias. Os fazendeiros do açúcar vendiam seus escravos para o Sudeste do país, substituindo-os pelos moradores livres, o que contribuiu com a disseminação da relação de trabalho da cana-de-açúcar que, conforme Martins (2003), permaneceu a do morador até meados dos anos 50 do século XX. Entretanto, até meados da década de 90, em Alagoas, essa situação ainda persistia nas grandes fazendas que forneciam cana-de-açúcar para as grandes Usinas da região, especialmente constatada no município de Maragogi. Concessão de sítios aos moradores, segundo Palmeira (1997), representava, sem dúvida, uma dádiva do senhor do engenho, pois significava poder plantar e estar ligado permanentemente à propriedade.

No Nordeste, ao contrário do Sul do país, a crise da escravidão assumiu outro aspecto. Nesse caso a nosso ver, o sentido da análise de Wanderley (1996) sobre as “fragilidades do sistema de produção” camponesa chamaria a atenção, principalmente para as circunstâncias críticas encontradas para desenvolver as potencialidades de uma agricultura diversificada, devido ao papel secundário a que o sistema econômico do país submeteu a agricultura, absorvido pela grande lavoura.

capacidade que tem de acompanhar fluxos e demandas próprias inerentes às mudanças e ao desenvolvimento da sociedade. Contudo a sociedade apresenta alguns mecanismos que resistem em manter a estrutura cultural.

Baseando-nos nessa perspectiva, pensamos que a civilização do açúcar, como difusora de uma manifestação de cultura peculiar, deixou marcas de grandes contrastes sociais, assegurando a alguns o direito de desfrutarem dos recursos naturais, ao passo que para a maioria dos alagoanos, principalmente os do campo não foi assegurado o mínimo a sua subsistência. A definição apresentada por Freire (1969, p. 219 e 220) nos aponta para essa questão.

A monocultura da cana no Nordeste acabou separando o homem das próprias águas dos rios; separando-o dos próprios animais [...] Com a destruição das matas para a cana dominar sozinha [...] a natureza do Nordeste deixou de ser um todo harmonioso na sua interdependência para se desenvolverem relações de extrema ou exagerada subordinação: de umas pessoas a outras, de umas plantas a outras, de uns animais a outros; da massa inteira da vegetação à cana imperial e todo-poderosa; de toda a variedade de vida humana e animal o pequeno grupo de homens brancos.

Ainda o autor salienta que a civilização do açúcar (2004, p.171) teve um sistema social de relações dos homens com a terra e com a mata que, em grande parte, “foi maior aqui do que em outras regiões do Brasil, as influências, desfavoráveis ao homem, da cultura da cana-de-açúcar, quando realizada como se realizou entre nós: a exclusão de culturas de subsistências; pelo latifúndio; pela escravidão; pelo patriarcalismo monossexual, ao mesmo tempo que monocultor.”

O Assentamento Itabaiana reflete a maior parte dos assentamentos da região, no que diz respeito à origem das famílias assentadas.

[...] uma parte é morador que já moravam na fazenda, a mais de 10 e 15 anos e os outros foram acampados de Maragogi, de Porto Calvo que foram beneficiados com esse processo da luta.

Em Itabaiana as famílias são de Matriz, Porto Calvo, Porto de Pedras de Maragogi, também de Barreiros e de São José da Coroa Grande, que fica próximo da divisa.¹⁰⁹

[...] a maioria dos assentados hoje, eram moradores da usina, eram assalariados rurais, de repente tornaram-se assentados, é assim, agricultores individuais, eles eram acostumados a uma cultura de repente a vida deles mudaram completamente, deixaram de ter patrão para ser patrão, ganharam um pedaço de terra e começaram a administrar, de uma hora pra outra eles começaram...mudaram a vida deles.¹¹⁰

¹⁰⁹ Líder de um dos coordenadores do MLST no Estado.

¹¹⁰ Presidente da associação do Assentamento Itabaiana.

Diante do exposto, percebe-se que a estrutura populacional do assentamento Itabaiana são populações residuais, como apontamos antes, e descartadas das velhas relações de trabalho agrícola, essencialmente as relacionadas à monocultura da cana-de-açúcar, a exemplo dos “trabalhadores moradores” que já residiam na fazenda antes de se tornarem assentados. “Moravam lá em torno de 30 moradores. A usina já tinha falido. A fazenda Itabaiana, não só Itabaiana, como os outros pólos de assentamentos em Maragogi”.¹¹¹ A origem dos assentados de Itabaiana tem se mostrado um desses desafios citados por Martins (2002), cuja influência da monocultura, até certo ponto, tem dificultado a nova vida do assentado.

O processo de esgotamento do sistema de moradia iniciado nos 50 e consolidado em meados dos anos 90, expropriaram o camponês das características de um modo de vida e organização social peculiar marcada pelo que Albuquerque (2009) chama de uma cultura de protetorado da dádiva e do patrimonialismo¹¹². O esgotamento do sistema de moradia, além de representar a superação de um modelo organizacional nas relações econômicas, advindas com as transformações do capitalismo no campo, não significou necessariamente mudanças radicais na cultura local, que, por sua vez, tem se mostrado persistente nas relações do cotidiano.

Entretanto não podemos pensar as questões culturais que marcam os assentados de Itabaiana como determinantes quanto aos aspectos estruturais. Entendemos que, apesar de a herança cultural ser um fator considerável na reprodução do assentamento Itabaiana, é necessário identificar que junto com as mudanças econômicas dos engenhos, as usinas, as mudanças nas relações sociais vêm junto, de escravos a morador de condição, a trabalhador assalariado e, no caso dos assentamentos rurais, agricultores familiares. É nessas mudanças de relações sociais de trabalho, que podemos identificar alterações nas relações sociais que se cristalizam nas relações de dominação e persistência, o que podem surgir novas alternativas para se reproduzir socialmente. Das 76 famílias beneficiadas, 30 já eram moradores da fazenda, e as outras restantes são oriundas da própria região da parte Norte do Estado, mas quase todos trabalhadores residuais da monocultura da cana¹¹³.

¹¹¹ Fala de um dos coordenadores do MLST no Estado, participou das ocupações e acampamento, na época pertencia o MST, conforme já explicitamos anteriormente.

¹¹² Como expomos no primeiro capítulo, vários estudos apontam para essa afirmação.

¹¹³ Com exceção de duas famílias, uma tem origem urbana, mas já militava no movimento e a outra era empregada doméstica, mas de família de agricultores.

Dessa forma, entendemos que falar dos assentados de Itabaiana é falar de uma clientela oriunda de um longo, lento e complexo processo de “desagregação da velha economia de origem colonial e escravista” (MARTINS, 2003, p. 30). Populações residuais que persistem em se reproduzir e ser conhecida socialmente, como agricultores familiares. Mas o perfil e as mudanças dessa categoria são inerentes a uma dada época específica de sua história e os desafios que se impõem diante deles. Assim sendo, concordamos com Carvalho (2005), ao afirmar que, no Brasil, por ser um país tão diverso culturalmente, é impossível pensar o agricultor familiar ou o camponês de forma homogênea. Assim sendo, o camponês é diverso por natureza, principalmente pelas profundas mudanças regionais do país. E as próprias mudanças a que eles têm que se “adaptar”, concomitante ao desenvolvimento do capitalismo no campo. São essas mudanças que se apresentam sobre o destino da vida de homens e mulheres do e no campo, principalmente no que se refere à exclusão ou a redução da pobreza. Logo, o termo de agricultor familiar é um conceito “genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares” (WANDERLEY, 1996, p.1).

4.2 Instalação e reprodução do Assentamento Itabaiana e os “grupos de mediadores”

Conforme dados do INCRA, no início do governo de Fernando Henrique, estabeleceram-se metas direcionadas para a reforma agrária. Entre o período de 1995 a 1999 foram assentadas 280 mil famílias e lançadas às bases da proposta do chamado “novo mundo rural”¹¹⁴, o que reuniu o programa de reforma agrária com o PRONAF sob a direção do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quanto aos aspectos quantitativos, a reforma agrária representou um número de famílias assentadas considerável: entre 1970 – 1980, a média de assentamentos foi de 11.870

¹¹⁴ Conforme Cunha (2007) “trata-se da proposta de política pública divulgada no documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”. O documento é de 16/03/1999. No segundo capítulo tratamos da reforma agrária sob a orientação do Banco Mundial, que se enquadrou como parte de uma proposta mais ampla: a construção de um “Novo Mundo Rural”.

A proposta do “novo mundo rural” defende a revalorização do mundo rural baseando-se num novo conceito do desenvolvimento sócio-econômico, isto é sob a perspectiva de que o rural não deve confundir-se com agrícola, e a visão do setorial deveria ser substituída sob uma perspectiva territorial. Em síntese o elemento central dessa nova ótica de perceber o mundo rural estaria nas potencialidades específicas locais, valorizadas pela dinâmica global, a partir de quatro dimensões: do espaço produtivo, dominante agrícola e agro-industrial, mas com crescentes opções de múltiplas atividades; do espaço de residência, tanto para os agricultores como para trabalhadores urbanos que optam por um padrão de moradia diferenciado no cotidiano ou nos fins-de-semana; A de espaço de serviços, inclusive os de lazer, turismo, etc.

por ano; entre 1985-1994, de 15.013 famílias por ano e entre 1995 -1999, uma média de 14.644 famílias assentadas por ano.¹¹⁵

Pensar em emancipação dentro da perspectiva do INCRA (2006) significa dizer que os assentamentos, de uma forma geral, não precisam mais da tutela da autarquia para se reproduzirem. Para a instituição, emancipação se reduz à execução dos serviços topográficos, condições habitacionais satisfatórias, abertura de estradas e crédito de instalação.¹¹⁶

Crédito-Instalação - esta modalidade de crédito teve seus valores individuais ampliados para R\$ 4,5 mil por família e está assim caracterizado: apoio à instalação, no valor de até R\$ 1,5 mil por família assentada (para aquisição de alimentos, insumos e ferramentas necessárias ao início da atividade produtiva) e aquisição de material de construção, no valor de até R\$ 3 mil por família assentada.

As ocupações foram intensas nesse período e a Fazenda Itabaiana não foge a regra. O Assentamento foi um antigo engenho, datado precisamente do fim do século XIX¹¹⁷. E por último, tornou-se uma antiga fazenda que pertencia à Usina Central Barreiros, cuja monocultura da cana de açúcar predominava. Contudo, verificamos, no assentamento, em algumas parcelas resquícios da cultura de coco. Sobre essa constatação, Andrade (2005, p.139) confirma que a Usina Central Barreiros “possuía um departamento destinado a supervisionar e tratar do coqueiral de sua propriedade, que correspondia a cerca de 100.000 pés.”

Localização geográfica¹¹⁸ do Assentamento Itabaiana:

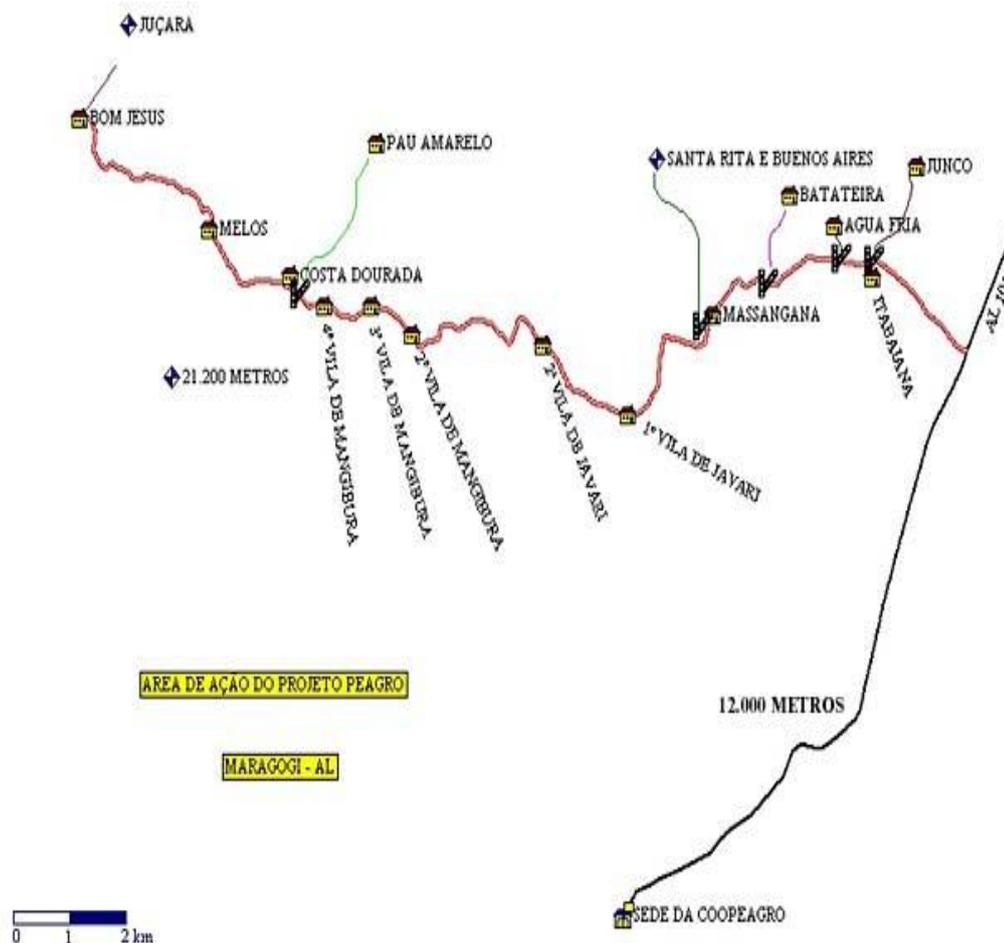
¹¹⁵ Principais ações do INCRA, segundo o MDA (2006).

¹¹⁶ “A concessão de Crédito Instalação permite o suporte inicial aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA). O benefício deve garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos projetos localizados no Semi-Árido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água; e a aplicação em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, etc.) para a geração de renda.

O Crédito Instalação vem sendo concedido desde 1985, sendo um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. “Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e manutenção das famílias na parcela rural.” http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=40&Itemid=70.

¹¹⁷ Ver no terceiro capítulo.

¹¹⁸ Fonte: <http://www.coopeagro.org/realidade.htm>



O assentamento Itabaiana está localizado a cerca de 2 km da AL 101, no município de Maragogi. A fazenda Itabaiana foi a terceira de muitas ocupações lideradas pelo MST na região. No mês de setembro do ano de 1996, lideradas pelo movimento, cerca de 90 a 120 famílias ocuparam a fazenda- “lá se encontravam os moradores, não houve rejeição”.¹¹⁹ Ao perguntar sobre a ocupação do assentamento, um dos líderes do MLST em Alagoas e ex-militante do MST respondeu:

Foi em torno de 4 ou 5 horas da tarde, próxima a sede da fazenda, uma semana depois teve ordem de despejo, nós tivemos que recuar, depois retornamos a ocupação. Foi um processo que depois da ocupação durou 6 meses, mesmo assim foi considerado rápido, por que temos processos de ocupação que tem 3,4 ,5 anos que ainda não saiu. Tem acampamentos com 10 anos de acampados.

Segundo dados do INCRA (2006), a fazenda tem uma área de 505, 2960 hectares e foram assentadas 76 famílias. Com a intervenção pública sobre o conflito, mediante regularização, a fazenda foi desapropriada em 23 de setembro de 1997 e o assentamento criado em 26 de junho de 1998. O movimento social que estava à frente da luta mudou o

¹¹⁹ Fala de um dos líderes do movimento que estava presente nas ocupações.

nome do assentamento Itabaiana para assentamento Dandara. A mudança de nome tem uma conotação simbólica de luta. Ao mesmo tempo em que o movimento homenageia personagens da História, os elegem como símbolo de luta dos grupos subalternos. Assim podemos afirmar, na mesma direção de Leite (2004)¹²⁰, que a constituição do assentamento Itabaiana seguiu a lógica da maior parte da criação dos assentamentos rurais no Brasil: intervenções pontuais do poder público em áreas de conflitos.

Do ponto de vista político, assentar significa reconhecer uma situação de conflito, trazendo novas demandas para a esfera do direito o que representa uma ruptura de uma situação anterior, isto é, a constituição do assentamento nos indica o resultado de relações de poder. É um dos primeiros impactos do assentamento, sob uma perspectiva política. Desse ponto de vista, o assentamento representa uma ruptura com uma situação anterior e aparece, como resultado de relações de poder (Medeiros e Leite, 1998). Após a resolução do conflito, a permanência na terra, sob o ponto de vista legal e também político se torna estável diante de uma situação de instabilidade. Contudo, o processo de instalação, organização e reprodução do assentamento Itabaiana é revelador no sentido de compreender muitos dos problemas estruturais que ainda afligem a maioria dos assentados e um dos motivos pelo quais muitos abandonaram as terras ou ainda as “venderam”. A “imposição” de formas de organizações, em agrovilas, ou a construção das moradias nas próprias parcelas, a obtenção de assistência técnica, as deficiências com educação, energia elétrica, são temas que trazem aos assentados para uma nova rede de relações sociais. Devido a essas demandas que se inauguram com sua constituição, podemos afirmar que o assentamento, ao mesmo tempo em que se torna um lugar de chegada, ao conquistar um pedaço de terra, se torna um lugar de partida de novas reivindicações.

Ao ser constituído oficialmente o assentamento Itabaiana, o MST optou junto com o INCRA por uma organização interna que possibilitasse a criação de laços comunitários. Para o INCRA, essa forma de organização interna diminui os custos com a infra-estrutura. Então, o assentamento Itabaiana foi organizado num formato de uma agrovila. Para alguns, essa forma de organização interna pode ser também um dos motivos de desânimo por parte dos assentados, já que o acesso nem sempre é fácil para parte das parcelas.

Essa organização dos assentamentos em Agrovila, não facilita o convívio social? Quando se vai falar na agenda social do assentamento, quanto a interação das famílias, a agrovila seria o mais interessante, a facilidade que tem que colocar água

¹²⁰ Ver segundo capítulo.

nas casas, energia elétrica, toda uma praticidade aí. Quando se vai fazer saneamento facilita. Mas se pensando em produzir mesmo, a gente tem experiência prática, de visita de campo, onde os agricultores pregam. Eu concordo por que a idéia de agrovila não é mais a interessante.

Quem decide a construção da agrovila? Do órgão que assenta, nesse caso aqui o INCRA. Na verdade, existe um pouco de quem tem o poder, a gente sabe que em todo seu processo de formação do assentamento existem muitas discussões levantadas e uma delas é o tipo de organização interna do assentamento. Mas aí tem que ver que um posto de saúde da agrovila vai assistir e favorecer mais do que um morador que mora lá na outra extremidade.

A agrovila fica longe da parcela? Geralmente sim. Tem agrovilas que ficam longe, mas no caso de Itabaiana, boa parte fica perto, e outros têm parcelas bem distantes, nesse caso dificulta.¹²¹

Ora, se por um lado a organização interna em Agrovila poderá facilitar o acesso aos serviços básicos, por outro, pode se tornar um obstáculo. No assentamento Itabaiana, a maioria das famílias vive na agrovila, mas muitos manifestam seu desejo de morar no lote. A produção é organizada de forma individual, isto é, cada família produz em seu próprio lote, responsável por todas as etapas da produção, desde a preparação do solo até a comercialização do produto. No assentamento Itabaiana, não foi verificado nenhum tipo de forma cooperada de produção ou comercialização, mesmo no início das ocupações, acampamentos, e antes da vistoria.

Entendemos que uma das potencialidades do desenvolvimento da agricultura familiar está relacionada à moradia perto do trabalho, ou seja, poderá desenvolver-se melhor perto do trabalho, pois lotes distantes da agrovila pedem longas caminhadas e perda de tempo, principalmente em longos períodos de chuvas, o que dificulta ainda mais o percurso - “A dificuldade existe, só da minha casa pra minha parcela gastamos 30 minutos pra chegar, o custo é alto, pra escoar os alimentos¹²²”. Outra implicação de não morar no lote é a inviabilização da criação de animais domésticos de pequeno porte, hortas e fruticulturas tropicais, enfim, aquela pequena produção de quintal, o que poderá ser uma alternativa de renda complementar.

Ao se implantarem, o INCRA disponibilizou o crédito de instalação, porém a falta de energia elétrica, de assistência técnica, e o processo de vistoria foram questões estruturais que influenciaram consideravelmente na reprodução do assentamento. Quanto ao processo de vistoria do INCRA, as famílias acampadas, já tinham iniciado o cultivo da terra para o seu sustento, e mesmo que não fosse oficial, cada família já se sentia no direito a terra cultivada,

¹²¹ Fala de um dos membros da COATS.

¹²² Fala de uma das assentadas de Itabaiana.

ou seja, não havia o uso coletivo da terra antes da vistoria, mas o uso individual por família. De todas as famílias que ainda vivem no assentamento desde a sua constituição, todas foram unânimes em reclamar da infra-estrutura após a sua desapropriação e mesmo depois da sua criação.

Itabaiana tinha energia elétrica? Não tinha muito difícil de uma hora para outra você ter uma atividade e você mudar sem nenhuma orientação [...], e também Itabaiana já tinha 4 anos e ninguém sabia onde era o pedaço de seu lote. Depois de 4 anos que teve o serviço de topografia e muita gente perdeu a lavoura toda pra uma pessoa que nem trabalhou nela.¹²³

Então 50% das famílias assentadas voltaram ao trabalho do corte da cana? 40% com certeza, mas não é por que eles gostem disso não, por que é oportunidade que eles não têm.

A atividade a que a entrevistada se refere é a atividade do corte da cana-de-açúcar, que ainda é uma das alternativas de renda fora do assentamento, o que remete ao conceito de história em Marx¹²⁴, e nos permite afirmar que o assentamento não é apenas concebido como uma nova realidade, sem vínculos com o passado, mas um lugar que, por meio dos homens e mulheres considerados sujeitos de sua própria história, mas em condições historicamente determinadas, buscam se reproduzir socialmente. As condições existentes em períodos passados e transmitidos às gerações, envolvendo, a vida pretérita, a vida presente e a vida futura, permeiam a vida dos assentados.

[...] hoje Itabaiana é uma área com uma base social que praticamente se divide, mas como o processo de reforma agrária no Brasil tem ainda muita dificuldade, uma reforma agrária de fato bem feita, bem elaborada, bem encaminhada. Então Itabaiana sofre com isso, em torno de 40% das famílias que são assentadas, que já tem as casas e que já pegaram os recursos, ainda vivem dependendo de buscar sua sobrevivência fora do assentamento. 40% tanto do corte da cana, como em outras culturas da região para poder aumentar, sua renda, mesmo assim ainda é um avanço, pra você ver que de 76 famílias, umas 50 mais ou menos moram no dia a dia no assentamento e vivem da roça.¹²⁵

Sendo assim, reconhecemos o assentamento como espaço social em processo inacabado, em continuada construção, onde as experiências do passado e as ações do sujeito no presente estão inter-relacionadas e sob circunstâncias determinadas. Portanto, quando o

¹²³ Fala da presidenta da associação.

¹²⁴ Em Ideologia Alemã, Marx e Engels, definiu um novo conceito de história que rompeu com a interpretação dos filósofos alemães. Conforme essa nova concepção: [...]... A história não termina dissolvendo-se na "autoconsciência" como espírito do "espírito", mas em cada uma de suas fases encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte; uma soma de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescreve a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial. [...] Portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os fazem as circunstâncias. (p.56).

¹²⁵ Fala de um dos líderes do MLST em Alagoas.

entrevistado afirma que o Assentamento Itabaiana “é uma área de base social que praticamente se divide,” entendemos que, por motivos diversos, e de acordo com as experiências de vida, há aqueles assentados que ascenderam socialmente, outros que abandonaram os lotes ou ainda aqueles que se utilizaram de métodos não condizentes com o objetivo da reforma agrária e “venderam” os lotes.

Outra questão que a presidente da associação ressaltou foi do suporte técnico no manejo da terra e dos recursos recebidos, onde muitos, desde esse período, se encontram inadimplentes. A política de infra-estrutura para o assentamento Itabaiana foi deficitária, principalmente nas áreas de habitação, eletrificação e de assistência técnica foram lentas, descontínuas e incompletas.

Já liberava recursos de investimentos pra os assentamentos e o pessoal pegava o dinheiro e não sabia administrar, acabava gastando esse dinheiro e no final das contas tai todo mundo inadimplente.¹²⁶ Por que levou tanto tempo pra separar os lotes? Por que eu costumo, que uma parte da reforma agrária em alagoas, principalmente Maragogi foi à época de Fernando Henrique Cardoso, com aquela forma dele cruel de lidar com o homem e a mulher do campo, sem nenhum respeito pela reforma agrária e sem querer que acontecesse de fato. De repente a gente com a nossa rebeldia necessária vamos ocupar o mundo, então o que ele fez? Sem contar que desde esse período ele

Ainda que não tenha sido possível acompanhar a aplicação do crédito instalação, pelas agências de mediações, nesse caso do INCRA e por que não também do MST, poderia ter sido possível, a partir de discussões planejadas, nortear os princípios pelos quais poderiam decidir se as casas iam ser construídas em agrovilas ou em parcelas, e facilitar a resolução da questão das terras já trabalhadas antes mesmo do serviço de topografia com a participação dos assentados. Apesar de o assentamento Itabaiana ter uma média de vida considerável, quase 11 anos de existência, os problemas estruturais de um passado recente ainda persistem. Esses componentes de infra-estrutura provocaram um dos mais graves problemas sobre as condições sociais e produtivas do assentamento, dentre conforme demonstramos o abandono do lote. Outros voltaram para o corte da cana e ainda outros buscam trabalhos de “bicos” para o sustento da família.

O assentamento Itabaiana, ao ser constituído, foi contemplado com o programa de emancipação, contudo a presidenta da associação afirma que, durante o governo de Fernando Henrique, apesar dos recursos liberados para fins de reprodução do assentamento, não houve orientação suficiente por parte do INCRA e dos movimentos sociais, nesse caso o MST, que

¹²⁶ Fala da presidenta da associação do assentamento pesquisado.

estava à frente das mediações. A inadimplência tem sido uma das dificuldades para as famílias assentadas, refletindo-se de forma negativa na reprodução ou no desenvolvimento do assentamento pesquisado, pois, sem crédito agrícola para a aquisição do custeio das safras restam poucas alternativas de se trabalhar na produção das parcelas.

Inicialmente mencionamos que o movimento social que estava na vanguarda das ocupações e na constituição dos assentamentos rurais em Maragogi era o MST, inclusive no assentamento Itabaiana. Afirmamos também que divergências internas no movimento levaram a rachas, o que originou a saída de um dos líderes do movimento aqui em Alagoas. Como visto, o MLST se fortaleceu na região do assentamento pesquisado. E o assentamento Itabaiana, representado pela pessoa jurídica, nesse caso, a associação mantém ligações políticas com o movimento, ressaltando que a presidenta da associação, do assentamento e também presidenta da associação das mulheres artesãs é ex-militante do MST e atualmente milita no MLST.

Quanto tempo você ta nesse movimento? Nove anos. Eu comecei no MST. Eu fui assistir a um jogo de futebol, não conhecia, ignorava nunca me interessei por que tinha medo e essa era uma coisa que tinha, por que os via com facão, naquele grito de ordem, pega não pega. Eu tinha medo. Então fui à partida de futebol, antes eu passava pelo acampamento e a turma que me convidaram era acampada também, e eu cheguei lá e me trataram muito bem, era um acampamento muito limpo e organizando, no “mundo novo”. Ainda não saiu esse assentamento, ta em discussão, 9 anos já..perto de água fria...já tinha 2 anos...O pessoal me trataram muito bem, e eu gostei...Comia peixinho do rio...Na outra semana já voltei e pronto e fui viver...Trabalhava como doméstica...Meus pais não, mas meus avós sim...Meu pai morava na fazenda, mas era administrador...Ele produzia, mas pagava alguém pra plantar, mas meus avós eram da roça.¹²⁷

Ao perguntar o motivo que a levou a sair do MST, respondeu:

Você hoje pertence a qual movimento? Hoje sou do MLST.

Por que você saiu e agora ta no MLST? Sai por questão política... Me candidatei na época pelo PT, fundamos o PT em Maragogi...eu na época admirava muito a Heloisa Helena...e eu aceitei a candidatura...mas até hoje continuo no PT apesar dos defeitos...

E o MLST? Eu me afastei na época do MST, [...] fiquei com raiva do movimento de algumas ações. Eu tenho o maior respeito por qualquer movimento... Me afastei do movimento, porque eles falaram que era proibido usar o boné e a camisa do movimento no período eleitoral, eu simplesmente me afastei do MST definitivamente. Por esse motivo, até porque nasci aqui em Maragogi, e conheço bem a política daqui e sei muito bem o que é melhor pra mim e o que não é. E me afastei. E de repente o movimento (MLST) veio aqui na minha gestão e eu abracei o movimento, a gente não ficar sem movimento, a gente tem que participar, tem que ter o movimento junto ao assentamento para nos ajudar. Por que tem coisas que só vai com o movimento mesmo. Quando se vai a algum banco em grupo ou se vai

¹²⁷ Idem.

resolver outra coisa junto com o governo, perguntam logo a que movimento a gente pertence. É mais uma bandeira que defende o projeto, o movimento é parceiro, cresceu muito aqui no estado de Alagoas.

Você sabe dizer por que essa perda de espaço do MST nessa região de Maragogi? Eu falo por mim, pelas atitudes de algumas pessoas do movimento, que mexe... Que não é o que a gente quer... Se você tá dentro de uma coisa e vê que não tá dando certo é melhor que você se afaste do que você se prejudicar. Então eu me afastei por que eu vi que se pregava uma coisa e fazia outra.

Você acha que ele perdeu seu foco? Sim, prega uma coisa e faz outra. Isso foi uma das coisas que conseguiu enxergar. Eu agradeço muito ao movimento por que tive uma formação. Há 10 anos... 12 anos atrás eu olhava pra você e mal sabia o meu nome, eu não sabia chegar nos cantos, tinha medo, não conseguia me soltar, então graças a DEUS eu tive essa formação junto com eles (MST). Nesse aspecto não tenho do que reclamar, mas eu tinha que me afastar depois do que aconteceu. O movimento aqui em Alagoas fez muita coisa, há de se reconhecer. Quanto sangue derramado, quanta opressão o movimento, as pessoas que participaram não sofreram. O Antonio (o companheiro dela) veio de uma região, flecheira, tava falando que já foi até obrigado a arrancar um “defunto” companheiro pra enterrar, por que os outros não queriam enterrar com terra (sem caixão). Então foi muita coisa que já passou, e hoje damos uma resposta, o movimento é mais respeitado, então o movimento fez isso.

Fica evidente a importância dos movimentos sociais, não só antes da desapropriação, mas também após a constituição do assentamento. A *mancha* do assentamento pesquisado foi resultado de um processo de luta pela terra, o que implicou certo nível de organização e constituição de lideranças políticas. Assim sendo, do ponto de vista de identidade política, de mobilização, organização e constituição, o assentamento pesquisado sofreu influência de sua entidade de representação, nesse caso o MST, e do INCRA. Ambos envolvidos no processo de assentamento e determinantes na sua conformação. A presidenta da associação é uma delas. Apesar de reconhecer a desconexão do MST, após a constituição do assentamento, não desconhece a importância do movimento na luta pela reforma agrária e em sua formação, não só política, mas também como sujeito social. Essa constatação nos permite confirmar o papel dos movimentos sociais, nesse caso do MST, como principal ator no papel de uma nova subjetividade, já observada ao longo do trabalho.

No momento não existe vinculação entre o MST e o assentamento pesquisado e, pelos motivos já expressados anteriormente, o MLST mantém vínculos políticos com a associação, pessoa jurídica e representante oficial das demandas dos assentados, que, por sua vez - o MLST - mantém ligações com a COATS, como também já observamos. Ao perguntar a diferença entre o MST e o MLST, em relação ao assentamento, um dos coordenadores respondeu:

[...] MLST que tem uma proposta mais comunitária de acompanhamento da produção, que acha que é viável hoje, é que muitos professores, debatedores, os sociólogos, essas pessoas que faz a intermediação entre o campo e a cidade, entre os

intelectuais e o agricultor, esse conhecimento é importante, por que o movimento não tem proposta pra só ocupar terra, mas sim pro campo, melhorar a agricultora familiar, de avançar no grão na mesa do brasileiro...que o trabalhador não só plante e venda no mercado, mas que ele industrialize ali a sua produção, desde macaxeira a vácuo, como também de tudo...doce, cachaça...enfim.Porque o processo de industrialização dá mais valor a mercadoria.¹²⁸

O MLST e a associação do assentamento pesquisado apoiaram, na última eleição, o prefeito atual do município. Isso implica dizer que o assentamento Itabaiana entende a importância da correlação de forças para lutar pela demandas do mesmo. Ao perguntar sobre a participação política do assentamento na última eleição municipal.

Vocês apoiaram, participaram da política local aqui?Oficialmente, ganhou o candidato que vocês apoiaram?O prefeito sim, mas vereador não.

Você se candidatou dessa vez? Não, pelo PT nós lançamos dois candidatos representando a agricultura familiar, inclusive um deles é assentado num dos nossos assentamentos, mas a gente só teve 270 votos.

Vocês trabalharam diretamente com os assentados na eleição?Sim, então fizemos campanha, arregaçamos a manga, infelizmente não fizemos nenhum vereador, mas a gente não vai descansar, a agente vai continuar lutando, por que parar... Não.

E o prefeito quais são as expectativas? O prefeito até que esse... Se a gente for comparar com os que já passaram, não tem muito que reclamar, mas é aquela coisa precisamos de representantes mais que nos ajude, mas só prefeito em si,precisamos de representante na câmara, por que temos projetos pra serem votados, aprovados.

Quais são os projetos? São muitos projetos voltados a saúde, educação, a gente luta por uma educação diferenciada, a gente luta por isso muito tempo, os nossos filhos só podem estudar no assentamento até a 4ªsérie, depois tem que ir pra Maragogi.

Não tem fundamental maior? Não, lá no outro pólo de costa dourada em Mangibura tem o colégio que faz ate a oitava, mas aqui nessa região só até a quarta série.

E pra deslocar? Tem os ônibus.

Vem pra cá? Vem, mas não é aquilo que a gente quer uma criança com 10 anos já ta terminando, ai chega a Maragogi um mundo de criança pela praça, ai nossa preocupação de mãe é muito grande, e assim também tem aquela outra questão, pela luta de diferenciar nosso ensino dos nossos filhos, o conteúdo que tem uma escola do menino do campo, tem lá na cidade, por que é muito diferente, por que estamos lutando para essa mudança de ensino de diferenciada.¹²⁹

Anteriormente destacamos que, apesar de o eleitorado do município se elevar com a proliferação de assentamento rural no município, ou seja, mais de 50 % do eleitorado pertencer à zona rural, não se conseguiu eleger sequer um representante na câmara de vereadores, ao mesmo tempo em que as necessidades dos assentados nesse período são resolvidas pelos próprios meios da dominação cultural, arraigada no patrimonialismo e clientelismo. Muitas vezes fica evidente a “função política das dificuldades [...] Dificuldades

¹²⁸ Idem

¹²⁹ Idem.

que se erguem para concretizar o atendimento de necessidades” (MARTINS, 2003, p. 149), como a da escola, como inadimplência, enfim necessidades essenciais para suprir o cotidiano, que não pode esperar para depois. No assentamento pesquisado, constatamos que a maior parte das parcelas do assentamento se encontra inadimplente, dificultando a produção da unidade familiar. O desenvolvimento da pluriatividade das atividades não agrícolas no assentamento Itabaiana visa à reprodução social das famílias assentadas, como uma alternativa de renda, devido à inadimplência.

Tem muitos assentamentos inadimplentes? Todos, na verdade só devem ter uns 50, por que vinte e poucos que já não existem mais, alguns faleceram, outros foram embora, outros desistiram do lote, mas tem umas 50 pessoas assim nessa situação, tem mais de 50 ainda, isso é mesmo nacional, onde você for você encontra essa inadimplência. Todos aqui estão inadimplentes? Aqui em Itabaiana todos, desde 2001 que estão assim. A gente foi bater em Brasília e não conseguiu, é por que a bancada daqui, lá é muito dinheiro lá dentro, pra defender a classe usineira, mas o pobre... A maioria é quem leva a melhor e nós infelizmente é a minoria. Eu culpo a falta de conhecimento político nosso, o nosso povo precisa poder votar, que é muito difícil, a gente quando vê as eleições se aproximando já começa a preocupação, porque a política em sim influencia muita coisa, tudo nesse mundo é política.

Tem desistência de famílias aqui em Itabaiana? Têm, muitos desistiram muitos se acham com as mãos atadas sem poder fazer nada.

E como ficam os lotes? Já ouve muita venda de lote, infelizmente já houve muito isso, é crime, mas...¹³⁰

A impressão que tivemos, ao longo das entrevistas, foi de que, na implementação das políticas públicas no assentamento Itabaiana, conforme exposto, denota uma precária constituição da infraestrutura social e uma atuação inconsistente de diversas agências estatais, e do próprio movimento social logo após a sua constituição. Quanto à “venda” de algumas parcelas, mostra-nos a dimensão da força da renda da terra, não é nada surpreendente, visto que é motivada pelo própria cultura econômica à qual pertencemos.

É nesse ponto que concordamos com Martins (2002), e Navarro (2003)¹³¹. O primeiro nos indica criticamente as diferentes formas pelas quais a reforma agrária é pensada e praticada pelos seus atores, em que incluímos “os agentes de mediação”, nesse caso, os movimentos sociais, o governo, representado pelo INCRA e a cliente-la da reforma agrária- os agricultores familiares dos assentamentos. Os primeiros nos indicam a falha e ineficiência dos “grupos de mediadores” quando tomam para si todas as decisões que vão influenciar decisivamente na reprodução do assentamento. Segundo as informações obtidas, em nenhum

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Entretanto com as devidas ressalvas, explicitadas no capítulo anterior.

momento, as famílias foram ouvidas quanto à organização interna do assentamento em agrovilas. A partir daí, podemos ver que houve, por um lado, os grupos, sobretudo, de inspiração religiosa - o MST- quando optou pela organização interna em agrovila, baseado numa utopia comunitária, apesar da contradição de sua ideologia de cunho leninista. É nesse quadro que os “agentes de mediação” da reforma agrária, sem ouvir os assentados, acrescentam suas concepções do que julga melhor para assentamento, o que muitas vezes agrava em vez de melhorar a situação de vida dos assentados.

Apesar de reconhecermos anteriormente como louvável à história do MST, à luz de alguns ângulos, principalmente no que diz respeito à democratização da terra, o que mudou consideravelmente a correlação de forças no campo, faz-se necessário adotarmos uma postura mais cautelosa e menos romântica. Mais uma vez, recorremos a Navarro (2008), quando adverte que são visíveis os procedimentos não democráticos (2008) quanto às decisões que afetam não só o movimento, mas também na organização interna dos assentamentos rurais. Sendo assim, torna-os cada vez mais distanciados das demandas de sua base social, nesse caso dos assentados.

Destacamos anteriormente que a questão da reforma agrária, apesar de ser uma questão histórica, tornou-se oficialmente discutida no país, a partir dos anos 50, com o advento da industrialização e por parte dos partidos políticos, principalmente o Partido Comunista do Brasil e a ala progressista da Igreja Católica. Assim entendemos que a reivindicação da “reforma agrária”, feita pelos atores citados¹³², surge até certo ponto alheia das próprias reivindicações dos trabalhadores rurais, pois a natureza das reivindicações desses atores, vistos pelo autor como grupos de medidores ou agentes de mediação, desde sua origem, aparecendo mais como um propósito de cunho partidário e ideológico da esquerda. É nesse sentido que o autor nos chama a atenção de que a reivindicação da reforma agrária por eles surge mais como um objetivo ideológico, reveladora de injustiças, do que necessariamente de uma real tentativa de transformação social. Ainda, conforme o autor, os diversos atores envolvidos nessa questão, limita seus discursos relativos à reforma agrária ao campo dos embates entre pensamentos e desígnios partidários e não políticos mais abrangentes.

¹³² Sem ignorar as lutas sociais no campo desde há muito, e também sem ignorar a importância dos mesmos como já mencionamos.

Nesse sentido, apontamos para a maneira como os “agentes de mediadores” constroem o próprio conhecimento sobre a reforma agrária, principalmente, relativa à cultura dos assentados. E estes têm sua própria maneira de pensar sobre o mundo e suas transformações. A pesquisa nos mostrou que a afirmação de Martins é pertinente, pois, ao mesmo tempo em que eles, os assentados, querem se inserir ao mundo capitalista, obviamente que isso é inevitável, para se reproduzir no mesmo, eles têm em mente manter seus valores tradicionais, baseados num modo de vida que conserva os valores da família, da terra, do trabalho. É nessas utopias do modo de viver apontado pelo autor que se encontram as limitações para a reprodução do capital. Assim sendo, é necessário que os diversos atores envolvidos na reforma agrária se aproximem desse conhecimento elaborado pelos homens e mulheres do campo.

Sabemos que o Estado brasileiro historicamente acabou por proporcionar e criar políticas sociais que, muitas vezes, não levou em consideração a construção de uma cidadania crítica e participativa. As políticas sociais dirigidas aos assentamentos, embora tenham o objetivo de proporcionar a emancipação¹³³, têm se mostrado insuficiente, quando estas, ao serem formuladas e executadas, reduzem a participação de poucos.

Independentemente da posição ideológica, qualquer decisão política atingirá a todos em maior ou menor grau. Quanto a essa questão, mais uma vez nos baseamos em Gramsci (1976) que se apóia em Maquiavel para destacar o fato de que o método para fazer política parte da consciência para tentar ter uma maior compreensão da participação nas tomadas de decisão. Para o autor um dos fatores mais relevantes da política está no ato de tomar as decisões. É nesse momento que se amplia o conhecimento, desenvolve a personalidade e tem um domínio mais abrangente e mais racional da sociedade e das organizações sociais. Contudo nos que apenas sofrem as decisões políticas poucas são as condições de desenvolver-se e ampliar criticamente sua visão de mundo, inserção e possibilidades como ser social.

Para desenvolver uma consciência e identidade de classe, de assentados ou de agricultores familiares é necessário participar ativamente na organização e reprodução do assentamento. Entendemos a participação como autocontrole, autogestão e auto realização. Conforme Gramsci (1977), a emancipação perpassa incondicionalmente por uma dimensão política. Então, a formação da autonomia se dá no campo e na ação política, representação

¹³³ Nos moldes do INCRA.

ativa na construção de um projeto popular de democracia. Nessa perspectiva, a participação de fato é um campo privilegiado para a formação de novos líderes.

Conforme explicitamos no primeiro capítulo, o autor relacionava a política com a totalidade social, assim sendo, a cidadania pode ser um instrumento de estratégia política, o que pode conter em si horizontes de um projeto mais amplo. O ato de participar das decisões políticas desenvolve uma prática que proporciona um aprendizado que o faz evoluir do senso comum a uma cultura mais elaborada.

A questão tratada é vista por Martins¹³⁴ como um quadro de anomia, que também

resulta de um lento e longo processo de desenraizamento [...] de sucessivas perdas de referências sociais e perdas culturais. [...] Quando se pensa em anomia deve-se pensar não só no desencontro entre normas e situações, mas também no amplo e não raro demorado drama anômico. É compreensível, portanto, que ao longo dessas demoras sejam muitas as desistências e os descartes, os muitos que desistem e se vão. E, também, a desorientação e a aceitação meramente parcial das metas estabelecidas politicamente (p.79 e 83).

Se por um lado a anomia é resultado de um lento processo de desenraizamento, cumpre não esquecer que está dentro de um processo mais amplo – a modernidade. Esta produziu modos de vida que nos fizeram romper se não totalmente, mas parcialmente com todos os tipos tradicionais de ordem social, em extensão com a globalização dos mercados e, mais especificamente, alterando características próprias do cotidiano. Nesse sentido, compreendemos o assentamento pesquisado em sua realidade histórica, de sujeitos com vínculos com seu passado, mas envolvendo as condições estruturais e as relacionadas às ações dos envolvidos. São essas irracionalidades que demarcam o início da reprodução do assentamento Itabaiana, e nos mostra que o ato de assentar e do acesso a terra não flui automaticamente, ao mesmo tempo em que aparenta que tudo conspira contra a reforma agrária. A desconexão entre o INCRA, assentamento e o MST foi percebida no conjunto de toda ou quase toda a infra-estrutura do assentamento Itabaiana logo após a sua criação.

Além desses aspectos, outro ponto que merece destaque é quando a entrevistada nos indica que muitos dos assentados buscam sua reprodução fora do assentamento, por não “conseguir” se reproduzir dentro dele. Na reprodução do assentamento Itabaiana, além da produção agrícola há outras formas de alternativas econômicas, isto é, alternativa de ganho do sustento da família, que não é necessariamente ligado a produção agrícola. A própria criação de animais domésticos, e também a cultura de frutas tropicais, que não exige cuidados

¹³⁴ Martins analisa os dados de pesquisa de campo em três assentamentos rurais, localizados no Sul do país.

maiores, como a banana, a manga, e a graviola, constatada em boa parte dos quintais das casas dos assentados, já conviria levar em conta que a agricultura tradicional não é estritamente agrícola, fora as atividades artesanais também constatadas no assentamento. Os subsídios compartilhados pela família, a bolsa escola, também contribuem nos ganhos complementares.

Martins, ao analisar (2003 p. 161) as transformações ocorridas nas últimas décadas no meio agrário brasileiro, principalmente em relação à agricultura familiar com a proliferação de assentamentos rurais, aponta que ela “não constitui uma economia reduzida ao rural”. No assentamento Itabaiana, a agricultura familiar não se reduz ao rural e nem ao agrícola, a associação de artesanato das mulheres – Dandararte - vem comprovar a pluriatividade¹³⁵ da agricultura familiar, desembocando como numa alternativa de renda para as mulheres.

A Dandararte trabalha com a fibra da bananeira, de cuja matéria prima se produz desde acessórios, como bolsas, a objetos de uso domésticos. A Dandararte fica localizada na própria associação do assentamento, e a maior parte de mão de obra é composta por mulheres. Apesar de a produção artesanal ser um dos complementos e/ou alternativas de renda da agricultura familiar, a estrutura é bastante deficitária, por falta de investimentos na produção.

E a associação Dandararte, quando foi fundada? A Dandararte tem oito anos já, que a gente ta trabalhando nesse projeto.

Tem ajuda do governo? Não, a participação é pouca, temos ajuda do SEBRAE, como parceiro, a prefeitura, [...] a gente ta trabalhando, nesse curso que estamos executando lá em São José da Coroa Grande. A primeira cidade aqui do litoral de Pernambuco, tem gente que vai como ouvinte. É um curso voltado para faixa etária de jovem entre 16 anos a 25 anos, mas tem senhoras lá, são ouvintes. Tem até psicólogas, eu falando que esse trabalho era um terapia e ela tava rindo, ai depois começamos a conversar e descobrimos que é psicóloga, ela participa. Se fosse uma coisa que as pessoas não respeitassem, não participavam e a gente ta vendo esse respeito também e também estamos divulgando e além disso temos pessoas capacitadas, na Dandararte que possam ta dando esses cursos de capacitação, ensinando um pouco do que a gente aprende [...] a gente já produzia essa banana, [...] do estado de Alagoas Maragogi é o município que mais produz a banana comprida, então muita coisa era desperdiçada, por que hoje você compra uma banana aqui no assentamento a 0,05 centavos, um cacho desse de banana se custa muito é 5 reais, eu faço uma peça dessa no mínimo por 8 reais, vai depender da minha criatividade e para quem tou vendendo. Aqui eu ganho mais dinheiro, então trabalhamos com o tronco, então transformamos em arte, quando termino de fazer, fico assim olhando, meu deus fui eu que fiz.¹³⁶

¹³⁵ A noção de pluriatividade conforme Carneiro (2005) serve para designar um conjunto de atividades não agrícolas realizada por um ou mais membros da família ou ainda diz respeito a combinação da atividade agrícola com o trabalho não agrícola dentro de uma mesma família.

¹³⁶ Fala de uma das assentadas de Itabaiana.

O reconhecimento da Dandararte além das fronteiras do assentamento, participando de cursos de capacitação e também na participação em feiras e eventos estaduais¹³⁷, tem uma dimensão além de econômica, subjetiva na vida dos assentados. Do ponto de vista de inserção social, é importante ressaltar que, na fala acima, fica implícita a importância do reconhecimento de sua condição social de assentado e do seu trabalho diante do outro, que está fora do assentamento. O reconhecimento econômico e político do assentado (e ainda acrescento social), como indica Neves (1995, p.202), “ demonstra que a vitória do jogo de concorrência pela aplicação da política de reforma agrária é de quem nele se empenha e procura fazer crer seus efeitos; é de quem politicamente é capaz de relativizar a distância entre as intenções e as realizações”.

Voltando à questão das alternativas de renda, existe algo crucial para entendermos melhor a situação do assentado em Itabaiana: se a unidade familiar produz ou produz escassamente, e por isso vai buscar um complemento de ganho, ou se nada produz e, por nada produzir, pelos problemas estruturais explicitados anteriormente, vão buscar uma alternativa de reprodução fora da parcela. Shneider (2005) considera que a combinação de atividades, agrícolas e não agrícolas, pode se dar em duas circunstâncias, a primeira pode ser um recurso que a família utiliza para garantir sua reprodução social, e a segunda pode se revelar como uma ação individual dos membros que compõem a unidade familiar. E ainda, conforme o mesmo autor as características da pluriatividade variam de acordo com o membro da família que a exerce, e também das condições sociais e econômicas locais ou do contexto em que ocorre tal pluriatividade. Nesse sentido, variáveis exógenas à unidade familiar, tais como a infra-estrutura do assentamento, ou o mercado do trabalho, como exemplos, podem ser fatores cruciais para o desenvolvimento da pluriatividade não agrícola. A importância desta está nas potencialidades de geração de emprego e renda que acarreta. Além da Dandararte, destaca-se a apicultura entre as pluriatividades não agrícolas, em uma das parcelas.

A comunicação telefônica é outro exemplo do descaso público, que somente veio chegar após alguns anos de sua criação. “E quando chegou esse orelhão aqui? esse orelhão chegou depois de 5 a 6 anos”. É pertinente destacar que é o único orelhão que existe no assentamento e a comunicação através do aparelho móvel, quando funciona, é de forma precária.

¹³⁷ Tivemos a oportunidade de visitar algumas feiras na Capital Alagoana que a Dandararte participou.

Em relação à educação, a única escola que há no assentamento já existia antes de sua implantação e atende não só as crianças do assentamento, mas também moradores das adjacências. Contudo, a escola somente atende até o quinto ano do ensino fundamental, antiga quarta série e não existe uma educação diferenciada para as crianças do campo, como ressalta a presidenta da associação.

A gente luta por uma educação diferenciada, a gente luta por isso muito tempo, os nossos filhos só podem estudar no assentamento até a 4ªsérie, depois tem q ir pra Maragogi.

Não tem fundamental maior? Não, lá no outro pólo de costa dourada em mangibura tem o colégio que faz ate a oitava, mas aqui nessa região só até a quarta série.

E pra deslocar? Tem os ônibus.

Vem pra cá? Vem, mas não é aquilo que a gente quer, uma criança com 10 anos já ta terminando, ai chega em Maragogi um mundo de criança pela praça, ai nossa preocupação de mãe é muito grande, e assim também tem aquela outra questão, pela luta de diferenciar nosso ensino dos nosso filhos, o conteúdo que tem uma escola do menino do campo, tem lá na cidade, porque é muito diferente, porque estamos lutando para essa mudança de ensino de diferenciada.

Dentre as muitas necessidades do assentamento Itabaiana, a educação diferenciada está entre elas. Compreendemos que a falta de uma educação voltada para o campo além de poder comprometer a continuidade das lutas, limita as possibilidades de identificação com os valores e vivências do mundo rural no qual as crianças e jovens estão inseridos. Assim, a educação tradicional desrespeita o universo simbólico dos trabalhadores do campo, dos novos sujeitos sociais, com a proliferação dos assentamentos rurais oriundos da luta pela terra. Quanto a esse aspecto, os movimentos sociais, principalmente o MST, vêm lutando por uma educação que, em contraponto com a educação tradicional, tem uma preocupação de pensar em novas práticas pedagógicas direcionadas aos trabalhadores rurais. Entendemos que a educação escolar deve ser condizente com as diversidades étnicas e culturais, cuja reprodução existencial, no caso, dos assentamentos rurais, está ligada ao contato direto ou indireto com a natureza.

Ficou evidenciado anteriormente o papel das comunidades eclesiais de base, e posteriormente, da CPT e dos movimentos sociais, como um tipo de intelectual coletivo¹³⁸. Neste contexto da luta pela terra, ambos foram cruciais como sujeitos coletivos, na vanguarda de luta por uma educação diferenciada para o campo. É importante lembrar a influência da Teologia da Libertação, em sua opção pelos pobres e, posteriormente, na criação da CPT, torna-se clara a influência de uma educação diferenciada, não formal, nos espaços dos

¹³⁸ Ver primeiro e segundo capítulo.

encontros de formações e assembleias. Fica nítido, durante o processo de conscientização política da luta pela terra e mais tarde durante as ocupações, o que Gramsci (1977) já nos alertava quanto à relevância do papel dos intelectuais, na formação das pessoas comuns. O autor, em sua obra, deixa claro que um dos pontos principais para se chegar ao poder, se referia à classe operária- o papel do intelectual e do Partido. Para ele todo intelectual orgânico é o que participa ativamente em todas as esferas da vida, deve participar do governo, por exemplo, como parlamentar, enfim o papel do intelectual é participar na totalidade, porque todo o processo de luta pela hegemonia atravessa pela representação política.

Quando expusemos anteriormente a nova subjetividade relacionada ao devir, quisemos dizer também que, mesmo reconhecendo as limitações de uma emancipação humana aos moldes gramscianos, dentro do sistema vigente, possivelmente uma educação diferenciada poderá aumentar as potencialidades dessa emancipação, daí a importância de uma educação escolar diferenciada. É nesse sentido que entendemos a influência do pensamento crítico do autor italiano no processo de formação de uma nova prática pedagógica, ou seja, trata-se de uma nova concepção de mundo como alternativa ao senso comum, disseminado e produzido acriticamente, que traz em seu seio relações sociais permeadas de visões de mundo conformistas e dogmáticas.

Em relação à infra-estrutura viária, verificamos um quadro de precariedade, no que se refere à estrada do assentamento pesquisado, que leva à rodovia principal do município. O assentado, quando não vai a pé para a rodovia principal que o leva ao município, tem que pagar dois reais no moto táxi. Este é o meio de transporte mais utilizado devido ao menor custo que apresenta em relação aos outros. Em geral importa aqui destacar que tais dados apontam uma presença deficitária do poder público o que vem sendo constatado na maior parte dos assentamentos do Brasil, acarretando uma das principais causas de evasão do assentamento Itabaiana. Assim quando se fala em emancipação dos assentamentos, do ponto de vista do INCRA, nem sempre a própria instituição contribui para que aconteça de fato, mas contribui para a desistência das parcelas pelos assentados.

Conforme visto no terceiro capítulo, o município foi contemplado dentro do programa Território da Cidadania, contudo as propostas¹³⁹ direcionadas ao município, até o momento, não foram concretizadas. Em relação à estrada que leva ao assentamento pesquisado até a AL 101 indagou-se. “Mas tem previsão de asfaltamento dessas estradas? Já

¹³⁹ Ver no terceiro capítulo as propostas direcionadas ao município de Maragogi.

foi feita a medição das estradas e o pessoal disse que ia iniciar em 2009, já estamos em março, não sei como é que ta nessa altura, mas ta prevista pra esse ano”.

Portanto, tudo isso nos faz pensar na ineficiência e falta de gerenciamento político das “agências de mediação”. O que importa aqui é como superar essa “desorganização” diante das dificuldades que enfrentam, e principalmente, do modo como as interpretam. Contudo, ao falar ao longo da pesquisa com diversos assentados, percebe-se que querem ser considerados como “homens e mulheres de bem.

4.3 O assentamento como condição de acesso a uma nova vida

Os assentamentos rurais, por serem criados no âmbito das políticas públicas do governo com vistas a regularizar áreas ocupadas, acarretam uma gama de ações desde a desapropriação até a sua conformação. Pensar em impactos políticos dos assentamentos rurais implica considerar as mudanças moleculares ou não, sentidas ou percebidas a partir da participação do assentamento nas decisões que afetarão a sua reprodução. Consideramos que o primeiro impacto político se configurou na constituição do assentamento, o que teve como resultado a participação de todos¹⁴⁰, desde os acampamentos, ocupações até a sua consolidação. Entendemos que, mesmo diante das dificuldades expostas, ao ouvir os assentados, tais dados dão sinais de que suas vidas mudaram para melhor.

O senhor acha q sua vida melhorou depois de assentado?Da época em que o senhor cortava cana. E hoje?

Pra mim eu acho que melhorou primeiro melhorou nas casas, eu morava a vista hoje num chiqueiro e hoje a gente tem a terra pra mode a gente trabalhar, quando era usina a gente trabalhava naquele pedacinho que ela dava.

A usina dava terra pra você trabalhar?

Era pra gente plantar pra comer, dava um pedacinho pra gente plantar a lavoura pra ir comendo.

O senhor vive do que produz? Ou de outra fonte de renda?

Eu hoje adoeci uma doença muito grave e entrei em benefício.

E o lote?

¹⁴⁰ Contudo, afirmamos que cerca de 30 moradores já viviam na fazenda, e eles não participaram dos acampamentos e ocupações.

O lote tem meus meninos que trabalham.

Sua família que trabalha lá? No lote vocês produzem nele, plantam?

A gente planta pra sobreviver mesmo, não existe sobra.

Mas você não vende?

Vende e come.

Vocês vendem onde?

A gente vende em barreiros, aqui em Maragogi.

Plantam o que?

Bananeira, coqueiro, macaxeira

Dessa forma, a criação do assentamento e a obtenção de certa forma do *status* de agricultor familiar permitiram o acesso, mesmo que precário, a um segmento de benefícios dos quais anteriormente os assentados estavam completamente excluídos. Os recursos de crédito rural, além de impulsionar a atividade econômica do assentado, dão um incremento a um conjunto de atividades locais do município, o que aumenta a circulação monetária. O acesso a terra permitiu que as famílias beneficiadas do assentamento Itabaiana tivessem melhor qualidade de vida em comparação com a sua situação anterior. O alimento produzido na maior parte das parcelas contribui para o sustento de suas famílias e comercialização do excedente. No que se refere à moradia, em função da oportunidade do crédito habitação, as casas dos assentados passaram por uma reforma ao longo desses quase 11 anos de existência. Em relação a bens de consumo, a associação afirmou que todos os assentados possuem algum eletrodoméstico.

Outro aspecto importante é com relação aos serviços básicos de saúde. Apesar de existir um posto, o atendimento médico não é diário e fica bem limitado, além de não ter condições de infra estrutura o suficiente para atender questões mais urgentes, ressaltando que o Programa de Saúde da Família é atuante no assentamento e de suma importância na prevenção de doenças. Tais informações nos dão a impressão de que os assentados apenas satisfazem suas necessidades básicas de sobrevivência, contudo o assentamento tem alcançado um patamar de consumo e de qualidade de vida considerável, se compararmos com a vida pretérita dos assentados, até pelo fato de que muitos têm rendas complementares, como

a bolsa família e a bolsa escola.

Apesar de considerarmos a presença do Estado deficitária no assentamento, e o engajamento político dos assentados quase inexistente, a presidenta da associação demonstrou que a reforma agrária, com todas as deficiências constatadas no assentamento, é uma realidade. Ao perguntar se, mesmo com todas as precariedades, desistências e vendas de lotes, a reforma agrária, seria viável ou se de fato existia, respondeu:

Existe, eu faço parte dessa herança, dessa historia, existe e acredito, mas precisa mudar, estamos lutando a luta não pára. Lembre-se que quando chegar na terra, tem outros passos pra dá, nós estamos dando, hoje nós temos energia elétrica, projeto de água potável, hoje temos orelhão, que antes era uma dificuldade pra fazer uma ligação, íamos pra peroba ou Maragogi. [...] Aqui em Itabaiana temos plantação de palmito, temos criação de peixe. A nossa vida é isso aqui e a gente vive disso aqui. A dificuldade existe, [...] o custo é alto, pra escoar os alimentos, mas produzimos muita macaxeira, vendemos em São José e em Maragogi, macaxeira é cara, é ouro em Maragogi.

Mencionamos anteriormente (MARX, 1984, p. 56), “que são as circunstâncias que fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias”. A entrevista acima é permeada de otimismo e não se deixa abater pelo pessimismo diante das dificuldades que se impõem no seu cotidiano, isto é, a vontade de mudar as coisas faz a diferença, o que pode ocasionar uma efetiva modificação. Sobre esse recorte de entrevista, persistimos na relevância de Gramsci, não como político militante, mas como filósofo. O autor é contundente ao falar que o “homem [...] é vontade concreta, isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam esta vontade” (CC, 1, 406). Essa frase é mais do que um simples preceito expresso em forma de sentença, mas também um novo modo de tentar conciliar a razão, a crítica com a vontade de mudar, ou seja, debruçar-nos sobre os processos sociais reais do mundo. Obviamente que a frase de Marx sobre o conceito de história é vital para compreendermos que os limites objetivos (criados pelas circunstâncias) se impõem perante nós, mas, dentro desses limites, podemos dispor da nossa vontade de transformar a nossa personalidade e, interagindo com os outros, transformar o nosso mundo externo. É sempre pertinente lembrarmos, que para o autor, não é sem propósito a ênfase a política como parte da totalidade do ser social- “[...] o homem é essencialmente “político”, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os outros homens realiza a sua “humanidade”, a sua “natureza humana” (CC, 1, 406-7). Cerroni¹⁴¹, em sua interpretação sobre tal assunto, opina:

¹⁴¹ <http://www.acessa.com/gramsci/?id=656&page=visualizar>

“Em primeiro lugar, Gramsci busca concentrar a atenção no elo que reúne passado e futuro, isto é, no presente. Rejeita, tanto na teoria quanto na prática, o estilo de “sonhar de olhos abertos e de fantasiar”, que é um estilo altamente consolatório. Para tal estilo, “tudo é fácil. Pode-se tudo aquilo que se quer e se quer toda uma série de coisas que não se possui no presente. No fundo, é o presente invertido que se projeta no futuro. Tudo o que é reprimido se desencadeia. “É preciso, ao contrário, dirigir violentamente a atenção para o presente assim como é, se quer transformá-lo”. Mas o presente também é, precisamente, o passado tal como se cristalizou seja nas relações e nas instituições sociais, seja na psicologia dos indivíduos. Daí a necessidade, para quem quer que queira mudar o presente, de estudar o passado. Este estudo ilumina as raízes do presente, sua complexidade e sua “resistência”, e assinala, por isso, a dificuldade da tarefa de transformá-lo. De certo modo, a vontade de mudar escapa ao indivíduo e, por assim dizer, objetiva-se e racionaliza-se identificando os processos históricos que devem ser mudados para que o presente mude e para que os indivíduos mudem. “Este é o momento do “pessimismo da razão”, a qual não simplifica, mas, pelo contrário, complica a ação, mostrando a espessura do problema a ser resolvido”.

Os que vivem no assentamento, mesmo diante das dificuldades, são unânimes em falar que as condições de suas vidas mudaram para melhor.

Mas diante das dificuldades, quais são os avanços a seu ver ao longo desses 11 anos? A gente tem avanços sim, hoje à gente pode falar com orgulho até, eu como assentada e como mãe, eu tenho um filho na escola agrotécnica em Barreiros. Hoje na verdade temos 50 alunos, eles tem pelo projeto PRONERA, que o INCRA está custeando, com o custeio de 3500 por aluno/ano, o meu filho, a filha de Quitéria foram um dos contemplados, a minha filha com 17 anos está fazendo faculdade, ta fazendo escola de fábrica aqui em Maragogi, dentro do projeto do governo federal. Tudo isso é avanço, se eu tivesse na periferia, não sei como seria a minha vida e a vida de meus filhos, agradeço a Deus cada momento de minha vida. É por isso que eu luto ainda hoje... Eu luto e trabalho nessa formação de grupo, de jovens, de mulheres, mesmo aqui nesse artesanato das mulheres a gente vê a dificuldade, que muitas vezes os filhos querem sair, por que aqui não dá dinheiro, mas não é verdade por que a onde você for você vai ter que fazer alguma coisa. Então eu acho que aqui a gente pode fazer, e viver com dignidade, sem fugir das raízes. Por isso que a gente luta por uma educação diferenciada, para que os jovens, filhos de agricultores se orgulhem de serem agricultor e filho de agricultor. Por que pra mim a agricultora familiar no Brasil representa 70% da alimentação do brasileiro, então pra nós é honra e orgulho. Então a gente ta a frente dessa luta, não é por brincadeira, por que eu acho que uma mãe de família agricultora, não vai sair daqui pra uma praça pra passar pelo que a gente passa, passa fome, a gente não tem um banheiro digno, a gente passa por esse tipo de coisa por que estamos reivindicando nossos direitos.

Importa aqui ressaltar uma das dimensões dos efeitos do assentamento pesquisado - de uma forma geral, a mudança de vida, de uma situação anterior para a atual significou inclusão e reconhecimento social a direitos antes inexistentes, o que trouxe mudanças aos aspectos objetivos, acesso à moradia, saúde, educação, e uma perspectiva de uma vida razoavelmente estável. Em relação aos aspectos subjetivos, observamos que o fato de serem assentados de reforma agrária, trouxe certa dignidade, o que contribuiu para o aumento da auto-estima dos homens e mulheres do campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo intentou atender a quatro objetivos principais, explícitos ou subentendidos, nos respectivos capítulos. Primeiramente, depreendemos que a sociedade civil se manifesta sob diversas formas, e muitas são as interpretações. Contudo, concordamos que a sociedade civil poder ser entendida como lugar da política, onde se confrontam e se disputam diversos interesses: uns para questões mais individualizadas e imediatas; outros se organizam, desenvolvem e defendem politicamente projetos de vida alternativos. Nestes se enquadram os movimentos sociais ligados à luta pela terra, considerados mais um dos atores da sociedade civil, com vistas à construção de uma nova sociabilidade. Reconhecemos de suma importância e insistimos nessa afirmação- o papel dos movimentos sociais que lutam pela terra, pois estes trouxeram para o cenário político grupos subalternos, antes esquecidos pelo poder público. Consideramos que os movimentos sociais no cenário das lutas, especificamente da luta pela reforma agrária, nos indicou para uma nova concepção de cidadania, presente no debate brasileiro, a partir da reabertura política nos anos 80. Já nos anos 90, identificamos um refluxo dos movimentos sociais, tendência caracterizada pela conjuntura política e econômica, esta, consequência da reestruturação produtiva. Decerto, que, nesse período, os movimentos sociais ligados à luta pela terra se expandem no país, principalmente o MST fruto do desenvolvimento desigual do capitalismo no campo.

Pensamos também que a emancipação política é limitada¹⁴², todavia pactuamos com Gramsci, quando nos aponta a relação dialética entre sociedade civil e sociedade política, isto é, o potencial mobilizador da sociedade civil aumenta concomitante à ação política dos setores populares. Nesse sentido, percebemos que o termo cidadania, apesar de encobrir as desigualdades sociais cristalizadas na vida econômica, pode nos apontar para uma nova prática na vida cotidiana, isto é, pode ser usada como arma para se lutar contra qualquer tipo de opressão. Logo, não tem que necessariamente encobrir as contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista, pelo contrário. Assim sendo, usamos o termo de emancipação humana no sentido do devir, algo que pode vir a ser, na construção de novos sujeitos históricos, o que implica pensar num projeto de vida não subordinado e nem baseado nos projetos dos outros, alheios, mas elaborar sua própria visão de mundo. Sob esse ângulo,

¹⁴² Conforme Marx, ver primeiro capítulo.

concordamos mais uma vez com Gramsci, quando afirma que toda ordem social é uma progressiva produção humana, a existência de qualquer ordem social é exclusivamente produto da atividade humana.

Em segundo lugar, concluímos que a reforma Agrária no Brasil nas últimas décadas, tornou-se parte do debate político nacional, e trouxe novos atores para a luta política. Principalmente com a constituição dos assentamentos rurais, se tornou evidente o debate para a formação e implementação de políticas públicas com vistas a oferecer condições ou aumentar as potencialidades de reprodução dos assentamentos.

Em terceiro lugar, reputamos que a proliferação de assentamentos rurais no Município de Maragogi se deve a um conjunto de fatores conjugados, já que os movimentos sociais tiveram um papel indiscutível nas ocupações, nos acampamentos, o que desembocou na intervenção do poder público sobre o conflito e na constituição desses. Pensamos que a proliferação de assentamentos rurais no município segue a lógica da maior parte do Brasil, intervenções pontuais em áreas de conflitos, sem um planejamento prévio do poder público.

Concluímos que a implantação de assentamentos rurais no Município de Maragogi possibilitou o acesso a terra a cerca de 1500 famílias. Estas, em sua maioria, viviam na própria região trabalhando a terra nas propriedades rurais, ou no corte da cana-de-açúcar, nas fazendas que abasteciam a Central Barreiros. Com a constituição dos assentamentos no município, novos atores surgem como agentes de mediações na implantação de políticas públicas.

Por outro lado, observamos que as dificuldades encontradas referentes à reprodução do assentamento Itabaiana estão imbricadas não apenas a uma questão, mas a outras conjugadas. Tal como a cultura local que ainda influencia a persistência de tipo de atuação política mínima, o que faz com que os políticos locais acabem por mediar à solução das demandas dos assentados, o que, por vezes, reproduz as formas tradicionais de exercício do poder, já exposto no primeiro capítulo. Entendemos que a origem dos assentados, seu passado marcado pelo que Albuquerque¹⁴³ nos indica como “Cultura da Dádiva”, até certo ponto dificulta a participação política do assentamento como forma de lutar pela sua reprodução. É relevante ressaltar que essa questão se cristaliza quando os assentados, no convívio diário, se deparam com problemas estruturais, buscando, nas velhas práticas, a solução imediata.

¹⁴³ Disponível em: <http://palavramundo.frm.edu.br/index.php/mundo/article/viewFile/1/5>.

Observamos que as mediações políticas nem sempre respeitam a forma como os assentados percebem o mundo, ou desejam se reproduzir nos assentamentos, principalmente as agências governamentais, a exemplo do INCRA e também os movimentos sociais, estes, principalmente, impõem sua visão de mundo, o que se torna distante de sua base, causando dissonância entre ambos. Dessa forma, a ineficiência da implantação de diversos programas da reforma agrária no assentamento, desde a vistoria, crédito de instalação ao crédito para trabalhar na terra, são motivos que levam muitos assentados e parte de suas famílias a desistirem do lote, ou vão buscar no corte da cana de açúcar o seu sustento. Mas boa parte das famílias assentadas, cerca de 50, ainda persiste viver no assentamento, mesmo diante das dificuldades, levando-nos a pensar o assentamento Itabaiana como espaço não homogêneo.

Em face das dificuldades expostas, a qualidade de vida atual dos assentados, em relação à passada, modificou substancialmente. Essa constatação fica explícita ao expressarem satisfação em morar no assentamento e tirarem dele o sustento da terra que agora lhes pertence. Os dados de pesquisa nos permitem afirmar que, apesar dos problemas estruturais enfrentados pelas famílias assentadas, a nova condição de assentado representa uma considerável transformação em suas vidas, no que diz respeito às condições sociais e econômicas- o acesso à moradia, escola, água potável, energia elétrica. O que antes era uma impossibilidade agora é uma realidade.

Nessa perspectiva, pensar emancipação humana dentro da ordem vigente implica uma continuada luta, que requer a participação política de todos aqueles que se sentem oprimidos ou à margem do que a sociedade produz, ou ainda, quando tem acesso de forma precária. Apesar de reconhecermos como louvável o protagonismo dos movimentos sociais, na luta pela terra, reafirmamos que estes precisam estar mais perto da base, isto é, ouvir, discutir coletivamente as decisões que afetarão a vida de todos aqueles que eles dizem representar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

- ALAGOAS, Gazeta web, 2005. **Associação Italiana também colabora com doações para manutenção do Peagro.** Disponível em:
 <http://gazetaweb.globo.com/v2/gazetadealagoas/texto_completo.php?cod=64729&ass=11&d_ata=2005-03-27>. Acesso em junho de 2009.>
- ALAGOAS, Governo de Plano Estadual da Agricultura Familiar. **Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.** 2008.
- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. **A cana de açúcar e sua contribuição para a formação social de Alagoas e do Nordeste Brasileiro – Um breve ensaio.** Disponível em:
 <<http://palavramundo.frm.edu.br/index.php/mundo/article/viewFile/1/5>>. Acesso em outubro de 2009.
- ANDRADE, Patrícia. **À beira do abismo Alagoas usa o dinheiro dos precatórios para pagar empreiteiras, o funcionalismo não tem salário e o governador pode sofrer impeachment.**
 <<http://www.terra.com.br/istoe/politica/143130.htm>>. Acesso em setembro de 2009.
- ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. Disponível em:
 <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>. Acesso em outubro de 2009.
- BENASSI, Sérgio. Qual Cidadania? Disponível em:
 <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=42&cod_not=703>. Acesso em julho de 2009.
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de Classes.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CALDART, Roseli Salette. **A educação em Movimento: formação de educadores e Educadoras no MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARVALHO, Horácio Martins, “**A emancipação do movimento no movimento de “Emancipação social continuada”.** In Santos, Boaventura de Souza (org.). Produzir para Viver. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.
- CARVALHO, C. P. O. **Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008).** **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 3, p. 70-90, 2008.
- CARNEIRO, Maria José. **Camponeses agricultores e pluriatividades. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração.** Disponível em:
 <www.permacultura-bahia.org.br/.../Agricultura%20familiar%20e%20pluriatividades.doc>. Acesso em agosto de 2009.
- CERRONI, Humberto. **Otimismo e Pessimismo.** Disponível em
 <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=656&page=visualizar>>. Acesso em setembro de 2009.
- “Complexo Agrisa /Peixe: plantar sementes de um empreendimento socialmente justo e ambientalmente responsável”. **Texto para discussão no dia 11 de Setembro de 2007 no Instituto de Reforma Agrária do Estado de Alagoas.** Disponível em:
 <www.planejamento.al.gov.br/.../complexo-agrisa-peixe>. Último acesso em Junho de 2009.

Último acesso: Junho de 2009.

CONSTITUIÇÃO. **República Federativa do Brasil. Senado Federal.** Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Emancipação Território, Desenvolvimento Territorial e o “Novo Mundo Rural”**. Disponível em: <www.revista2.uepg.br> Acesso em agosto de 2009.

-DAGNINO, Evelina. **Para retomar a reinvenção democrática: qual cidadania, qual participação?** Disponível em

<www.muieresdelsur.org.uy/agenda_pos/pdf/6a_edicao/evelina_dagnino_port.pdf> Acesso em junho 2008.

_____. **Org. Anos 90-Política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIRCEU, Lindoso. **Formação de Alagoas Boreal.** São Paulo: Catavento. 2000.

DURIGUEO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia.** Um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

DUARTE, Flávia. **Propriedade do complexo Agrisa-Peixe está avaliado em R\$ 65 milhões.**

Alagoas24horas. Março, 2006. Disponível em :

<<http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vEditoria=Interior&vCod=10448>> Último acesso: 19 de junho de 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano, **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **MST: Formação e Territorização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1999.

FREIRE, Gilberto. Nordeste. **Aspectos da Influência da Cana sobre a vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil.** 7ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 1 – Introdução ao Estudo da Filosofia.; A Filosofia de Benedito Croce.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 (Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques).

_____. (1996) *Lettere del Carcere.* Ed. A. Santucci. Palermo: Ed. Sellerio, 2 v.

_____. Q 12, 1513 E 1516.

_____. **Quaderni del Carcere.** Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana, ed. Einaudi, Torino, 1997.

_____. **Cadernos do Cárcere. Vol. 1.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere, 6 vols.** Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1999-2002.

_____. **Quaderni del cárcere – v. 4.** Torino: Einaudi. Edição, 1975.

Einaudi. Edição crítica de Valentino Gerratana.

_____. **Lettere dal carcere – v. 2.** Palermo: Sellerio, 1996.

_____. **Poder, Política e Partido.** SADER, Emir (Org.). São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

_____. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere**, vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Volume 1: “Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce”.** Edição de Carlos Nelson Coutinho, em colaboração com Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Orelha de Joseph A. Buttigieg. Quarta capa de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494p.

GONH, Maria da Glória. **Os sem terra, ONGs e cidadania.** São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

_____. **História dos movimentos sociais e lutas sociais. A construção da cidadania dos Brasileiros.** São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26 ed. Companhia das Letras, 1995.

IBGE, Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>
Acesso em fevereiro de 2009.

LEITE, Sérgio. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais.** 1998. Disponível em
<<http://www.nead.gov.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=27>> Acesso em agosto de 2009.

LESSA, Golbery. **Uma Alagoas é possível. Compreender a formação social alagoana é entender nosso atraso exemplar e as extremas mazelas do capitalismo colonial.**

Disponível em: <www.novoirisalagoense.blogspot.com/> Acesso em agosto de 2009.

JUSTO, MARCELO GOMES – **Capim na Fresta do Asfalto: Conflito pela Terra em Conde, Zona da Mata Paraibana.** São Paulo: Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas boreal**. Maceió: Edição Catavento. Maceió, 2000.

MARQUES, MARTA I. MEDEIROS – **De Sem Terra a “Posseiro”, A Luta pela Terra e a Construção do Território Camponês no Espaço da Reforma Agrária: O Caso dos Assentados nas Fazendas Retiro e Velha – GO**. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos** São Paulo: . Ed. Martin Claret, 2004.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. 2 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MAURO, Luis Iasi. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Martins, José de Souza. **Revisando a questão agrária**. **Jornal Sem Terra**. N.º 160, julho de 1996.

_____. **Reforma Agrária: O impossível Dialógo**. São Paulo: Ied. Edusp, 2004.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

_____. **Camponeses e a Políticas no Brasil**. Editora: 5ª Ed. São Paulo: Vozes, 2003.

_____. (Org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Complexo rural agrário: relações entre movimentos sociais e o poder público em Alagoas**. Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPE, Recife-PE. 2007.

_____. **Reestruturação Produtiva na Atividade Canavieira: Ação Sindical e dos Movimentos Sociais Rurais em Alagoas a partir de 1995**. Tese de Doutorado-2002. Universidade Federal de Pernambuco.

MEDEIROS, L e Leite, S. **Perspectivas para análise das relações entre assentamentos rurais e região**. In: Teixeira, F.C., Costa, L.F. Santos, R.N. (orgs) **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: campus, 1998.

MEDEIROS, L.S. e LEITE, S. (orgs). **Assentamentos Rurais, Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

MEDEIROS, L.S. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável**. 2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional do Crédito Fundiário**.

Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/pncf/>. Acesso em junho de 2008.

MORISSAWA, M. (2001). **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão

Popular.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. Revista Lua Nova, nº 17, São Paulo: CEDEC, 1989.

Mitidiero, Marco Antonio Junior. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra no Brasil e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil**. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2002.

NORDER, L.C. **Políticas de Assentamento e Localidade**. Universidade de Wageningen, 2004.

NAVARRO, Zander. **“Mobilização sem emancipação”- as lutas sociais dos sem terra no Brasil**. Publicado em SANTOS, Boaventura de Souza (org). Produzir para viver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Carlão. **Resposta do MLST**. 10/06/2006. Disponível em: <http://carlaoliveira.zip.net/arch2006-06-04_2006-06-10.html> Acesso em setembro de 2009.

ORGANI. Expressão Popular. STA, José Henrique Carvalho. O debate sobre a centralidade do trabalho. 1 São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ORTIZ, Renato. **Ciências Sociais e Trabalho Intelectual**. São Paulo: Olho d'água, 2002.

PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e Historiografia no Brasil; comentários sobre algumas obras notáveis**. BIB/ANPOCS, R. Janeiro, 1993.

_____ **Campesinato e escravidão no Brasil; uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres do Nordeste oriental do Brasil; 1700-1875**. Dados, Revista de Ciências Sociais, R. Janeiro, 1987.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A reforma agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil: da panacéia à agonia?**.2007. Disponível em <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article31>> Acesso em janeiro de 2008.

REIS, Elisa. **Coronelismo, enxada e voto**. 2ª Ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1998. "Mudança e continuidade na política rural brasileira". Disponível em <www.anpocs.org.br/portal/...00.../rbc25_02.htm> Acesso em maio de 2009.

SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio Mendes. **A “Reforma Agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=525.2005>> Acesso em junho de 2008.

SALES, Tereza. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbc25_02/rbc25_02.htm> Acesso em maio de 2009.

SEMERARO, Giovanni. **Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci**. Disponível: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv181.htm>> Acesso em julho de 2009.

STEDILE, João Pedro. (org.) **A questão Agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500-1960**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____ **O debate na esquerda: 1960-1980.v.2** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____ **Programas de reforma agrária: 1946-2003.v.3** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____ **História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964.** v.4. São Paulo: expressão popular, 2006.

_____ Mendonça, Sônia Regina. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento-1964-1990.**v.5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Sistemas de Informações Territoriais que disponibiliza dados sobre os Territórios Rurais, organizados por tema, tais como: **Demografia e Aspectos Populacionais, Economia, Saúde, Educação e Outros.** Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1>.> Acesso em fevereiro de 2009.

Sociedade Civil e Espaço Global. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/direitoglobais/cidadaniaglobal/cid_global3.html.>
Acesso em abril de 2009(autor desconhecido).

SOUZA, Dilson de. Reforma Agrária: **as experiências em Alagoas (1980/2000).** Universidade Federal de Alagoas. Centro de Ciências Aplicadas. Departamento de Economia. Curso de Ciências Econômicas. Maceió. 2001.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente. **A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro de 1996. Disponível em: <www.territoriosdacidadania.gov.br/.../content-view?>
Acesso em Maio de 2009.

ANEXOS

Entrevista com o Secretário de Articulação política de Maragogi.

M: Por que melhorou muito, o governo pecava demais porque fazia assentamento, e não criava nenhuma infra-estrutura, todos ainda, todos ainda é responsabilidade federal, todos os assentamentos quanto não forem emancipados são responsabilidade do governo federal.

C.C. Mas o assentamento já tem 10 anos. Em relação à qualidade de vida houve melhora? Qual o objetivo do assentamento? Quais os resultados?

M. 10 anos... Ai você passa mais ou menos.

Oito anos do governo FHC... Sem estrutura nenhuma, não existia energia elétrica, a maioria, só com o programa luz para todos que a energia veio chegar o assentamento. Antes do governo lula a maioria não tinha energia elétrica, se você for pensar para que se crie uma estrutura de assentamento, quando você vai fazer um loteamento, qual a exigência básica?

C.: infra-estrutura?

M.: Pois é. Assenta-se sem estrutura. E acredito que não tá muito diferente não... Carla: hoje?...Marcos: é. Assenta-se e vai se criando a estrutura, pra ser assentada deveria primeiro se construir casa, energia e água, o básico do básico, não é feito assim. Eu acho se você quiser se aprofundar mais seu trabalho, para que tenha uma visão crítica, deveria visitar também os assentamentos que não tem estrutura nenhuma, é simplório do INCRA dizer que prefeitura tal não cumpriu, primeiro é obrigação do INCRA, o INCRA não tem condições operacional, tem um quadro restrito, o INCRA não fiscaliza, não cumpre seu papel de fiscalizar hoje, porque se o INCRA fiscalizasse as prefeituras teriam cumprido, não é verdade? Essa coisa de jogar.

C.C. Ficar jogando responsabilidade?

M. Ficar jogando responsabilidade nos outros, é muito simples, aparenta que não ta tudo bem porque a prefeitura de “Coité de Noia” não cumpriu na realidade.

C.C. Quando fui ao INCRA, souber da historia das ocupações daqui, falou que não houve conflito, mas eu soube que houve conflito nessas ocupações, áreas na década de 90.

M. Olha em Maragogi da década de 90, o que tenho conhecimento... Lula ta há cinco anos no governo, inúmeros conflitos nesses cinco anos existiram.

C.C. Falo especificamente dessas terras, que produziam pra central de barreiros.

M. Essas terras mesmas,

Carla: mas já não tinham sido assentadas essas terras?

M. Não todas

C.C. Sabem me informar quantas famílias assentadas?

M. No início do governo lula tinham 13 assentamentos, hoje existem 22, Aquidabã é uma área de conflito de despejo que é recente, Aquidabã, samba, houve conflito não foi nada pacífico não, e aqui no município há 5 anos trás o que existia de despejo, era uma coisa absurda. Ainda existem áreas em samba que não ta resolvida ainda, por inércia do governo do estado, não é culpa do governo Téo vilela, é dos governos...

C. C. Já está assentado o pessoal do samba?

M. Parte ta assentada, parte como não existia uma regularização fundiária, tem uma parte lá que a terra não é de ninguém,

C.C. Também produzia pra Central Barreiros?

M. Toda essa área produzia pra Central Barreiros, inclusive fazendas particulares, que foi desapropriada posteriormente, viviam da produção de cana, que produzia pra central barreiros.

C.C. Fechou quando essa Usina, em que ano?

M. Ai o marrom te responde melhor.

C.C. Se não me engano foi na década de 90

M. É na década de 90? Dizer que não houve conflito, quem foi que disse q não houve conflito?

C.C. Ele (a pessoa que me atendeu no INCRA) falou que especificamente na década de 90, quando o INCRA começou a fazer vistoria nas terras pra desapropriar, que não houve foi conflito. Aqui não era uma área ainda ocupada, veio ser ocupada, quando os movimentos souberam que ia haver desapropriação começou as ocupações, mas houve problemas sim.

M. Você conversou com marrom sobre isso?

C.C. Conversei sim, houve conflito sim, ele me contou uma historia e o INCRA outra (a pessoa q me respondeu do INCRA). Eu ainda perguntei, tem certeza que não houve conflito?(ao INCRA)

M. A própria historia dos movimentos é uma historia de conflitos, a grande verdade que o INCRA funcionava a passos de tartarugas até o Governo Lula, pra se ter uma idéia desde 2003, foram assentadas cerca de 130 famílias, se você fizer um levantamento de 2003, uma coisa interessante pra se assentar, você pode adquirir áreas pela forma 233 e pode adquirir área pela desapropriação, o que é adquirir, é identificar as áreas pra fazer a desapropriação, tem que apontá-las, esse é o papel do INCRA e não dos movimentos, mas ele chega à frente, o INCRA que deveria,

C.C. Não existe uma reforma agrária de fato?

M. Existe um remendo de reforma agrária.

C.C. É como se fosse a reforma agrária os resultados das demandas dos movimentos sociais, mas uma reforma agrária de fato planejada pelo governo.

M. Não existe.

C.C: Essa discussão é feita entre os próprios estudiosos do tema, tens uns pesquisadores diz que há reforma agrária e os movimentos dizem que é o resultado da intervenção mesmo dos movimentos sociais. De suas demandas.

M.: Em alagoas hoje se vê um quadro bem diferente, quando saímos do INCRA, deixamos inclusive a Agrisa como aquisição, que saiu agora no ano passado, que ainda não tem vistoria do INCRA.

C.C: O meu interesse é só aqui nessa região.

M.: Como você pode fazer um trabalho dada uma magnitude dessas, visitando apenas um assentamento?

C.C: Porque eu tenho infelizmente, tenho bolsa pra pesquisar da FAPEAL, a gente trabalha com resultados, tempo, prazo pra pesquisar, se fosse pra pesquisar todos os assentamentos teria que passar no mínimo 15 dias em Maragogi, teria que passar muito tempo aqui, são vários assentamentos.

M.: quer ver uma área de conflito recente?Bueno Aires é tão conflituoso, que tem conflito até entre os movimentos.

C.C: Quem é que ta lá, qual movimento?

M.: Parte MLT E MLST, são dois movimentos lá, eles dividiram a área.

C.C: É um caldeirão, não é uma coisa simplista Marcos: na verdade não existe política pública pra assentamento, não existe um plano, isso ai vai acontecendo por acaso...

C.C: E os programas do governo?A nível federal, exemplo do mais recente “Território da Cidadania”.

M.: Foi criado agora, olha avançou muito. Pra você ter uma idéia, a assistência técnica não existia. Não existia infra-estrutura, energia, água. Você não tinha assistência técnica, você não tinha estradas. O que se fazia? Você pegava o povo e jogava numa área e que não tinha condições nem de escoar.

C.C: E as demandas dos assentamentos, as necessidades?Como eram mediadas?

M.: Foi empurrada para debaixo do tapete.

C.C: E a mediação política local?Como isso é feito, através dos movimentos sociais?

M.: Olha prefeitura nenhuma, principalmente uma prefeitura como Maragogi tem condições financeiras de programar políticas públicas nos assentamentos, dez anos de assentamentos é de repente.

C.C: Mas já não da pra sentir algum impacto?

M.: Estou falando de fazer uma coisa verdadeira, qual município tem recursos pra se acrescentar em sua população mais de 10 mil pessoas.

C.C: 10 mil pessoas, de onde vieram essas pessoas?

M.: Veio gente de tudo que é lugar, gente de outros estados, de Penedo, de Piaçabussu, tem um assentamento chamado bom Jesus que, por sinal em produção é um dos melhores e é um dos menores em área, maior em produção e em menor em área. Lá existe uma forma em que os movimentos recusam a discutir principalmente o MST que é o sistema semi-coletivo do uso da terra, como é uma área menor, não daria pra assentar todos eles concordaram em uma

área semi coletiva pra que fosse assentados todos, produz muita graviola, muito maracujá, muita acerola, já vendem poupa, eles tem uma casa de resfriamento que é uma política do governo federal, mas é muito difícil trabalhar, o município de Maragogi é deficitário. Na questão do transporte escolar, pra se ter uma idéia existe assentamentos aqui há 46 km, de estradas vicinais, o custo de você dá transporte escolar.

C.C: Todas as estradas são de barros?

M.: Todas de barro, agora com o território da cidadania, a gente vai fazer uma discussão pra que se asfalto uma estrada mãe, pra chegar com mais facilidade, a produção seja mais bem escoada, você não sabe qual a produção verdadeira dos assentamentos, se produz muita banana, se produz muito maracujá, eu já vi várias vezes, era bom que se fizesse um censo, a maior parte do que é produzido aqui é consumido em recife.

C.C: Consumido em Recife, na capital?

M.: Na capital, aqui abastece, mas existe excedente.

C.C: E Maceió?

Você tá 125 km a de Maceió e 125 km de Recife, na metade, ainda têm mais coisa, parte da estrada pra recife é duplicada, onde tá o maior centro consumidor? Onde é mais fácil vender banana? Maceió ou em Recife? Então você vai pra onde, é bom você salientar em seu trabalho que não existe um plano.

C.C: que plano?

M.: que seja uma coisa operacional, que seja uma coisa racional.

C.C: Como a reforma agrária? Se não existe um plano de Reforma Agrária.

M.: Você pode lançar planos até planos, mas coisas que só ficam no papel, você não têm aqui como deveria ter, você tem até a divisão no INCRA, mas não tem um setor no INCRA pra trabalhar com aquisição, pra que saia assentamentos você tem que ter um banco de terras. Para que você saiba, ali não. Aqui você trabalha na demanda dos movimentos sociais, é a verdade, o movimento social é quem indica as áreas.

C.C: Então não existe uma reforma agrária de fato, planejada de fato? São resultados da demandas dos movimentos sócias?

M.: Com toda certeza, pergunte ao INCRA que identifique as áreas que apontou pra reforma agrária q que passaram pros movimentos sociais?

C.C: Mas o INCRA disse que essas áreas de Maragogi, antes dos movimentos chegarem lá, já iam ser desapropriadas pelo INCRA

M.: Mentira, as áreas foram ocupadas, agora quando você ocupa uma área, tinha uma ocupação em areias belas ai (bem em frente onde estávamos conversando) pra você ver, o problema de areias belas, ai o INCRA vem com os movimentos e descobre uma área em areias pretas, ai pra você resolver o problema de areias belas, assenta em areias pretas, foi demanda de quem? Você provocou pra que o INCRA.

C.C: Há uma provocação?

M.: Eu conheço os dois lados dessa coisa, conheço o lado dos movimentos sociais. Fui diretor administrativo do INCRA, estou na prefeitura de Maragogi e conheço todas as áreas daqui, não só daqui como do Estado todo, conheço a historia, e olha, olha só, se essas áreas já estavam pra ser desapropriadas, porque se demorou tanto tempo pra desapropriar, as outras 7, alias as outras 7 não, nove, porque? Se existia disponibilidade porque se deixou passar tantos anos? Se isso não foi demanda dos movimentos sociais?

C.C: Inicialmente há 10 anos foram quantos assentamentos?

M.: Daqui que se comece o processo de vistoria, de avaliação, na mesma época nem todo o tempo não é o mês mesmo pra todas as áreas, agora você falar que as áreas não foram zonas de conflitos de pressão é um absurdo, quando não é, não é reforma agrária é colonização, quem te falou ta pecando nisso, quando não existe conflito você ta colonizando uma área.

C.C: Quando é reforma agrária?

M.: Quando você planeja, teoricamente não se deveria comprar, nas idéias da intelectualidade, o que seria reforma agrária? O confisco de terra se confisca a terra e pega aquele excedente de trabalhadores e assenta.

C.C: Basta assentar?

M.: Se assenta com condições, só veio ter assistência técnica depois do governo lula, que era uma coisa esporádica, só depois do governo lula e agora e inclusive o MDA reaparelhando e investindo no governo do estado pra pesquisa, como você quer que melhore a vida do homem

no campo se não se investe em pesquisa, como vai se conhecer o campo se não existe pesquisa?

C.C: É uma série de demandas dos assentamentos, questão da educação, saúde, quando uma família ou varias famílias são assentadas existem uma serie de necessidades.

M.: Cultura não existe, o governo federal peca nisso na área cultural, não tem aquela música que diz assim, a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte, não é verdade? Parece que a sociedade ta jogando debaixo do tapete, o que acha que é incomodo.

C.C: Houve algum impacto na cidade em relação a esses assentamentos?

M.: Houve impacto na produção de alimentos, positivo.

C.C: Eleitoral houve?

M.: Com certeza.

C.C: Na questão eleitoral, por que são novos e muitos eleitores que de certa forma, o prefeito não deveria ter mais atenção com essas áreas?

M.: Atenção ele tem muita, o que não consegue é viabilizar tudo, o que nós estamos tentando fazer? Já existe uma cooperativa aqui que é das irmãs, a COPEAGRO, que ela recebe a produção de um grupo de assentados e comercializa. O governo federal através do MDA ta liberando, está aprovado para liberar uma casa para servir de venda, semelhante à COPEAGRO, um balcão de vendas, para os agricultores venderem seu produto, é um absurdo, você não tem uma coisa regular, ainda não existe uma coisa padronizada.

C.C: Em questão de qualidade de vida dos assentados?

M.: Eu acho que melhorou muito, acho que os assentamentos inclusive, se você pensar, ele barateia muito, se você conhece um pouco da historia agrária desse estado, se você verificar que há 20 anos, foram expulsos 50 mil, nem chega 20 anos, há 15 anos, nesses últimos 20 anos, foram destruídas 50 mil casas e as famílias foram expulsas, elas vão pra onde? Elas vão sem qualificação, sem perspectiva pra cidade, veja o que é Maceió hoje, eu lembro Maceió como uma cidade bem bucólicazinha, a gente ia pra praça do rex, ficava a vontade passeando, tomando sorvete depois de assistir um filme, essa não é a causa da violência, mas também é,

quando você expulsa uma massa desqualificada, sem perspectiva e reúne numa condição subumana em Maceió, aí vamos ver se for verificar a maioria dessas pessoas que foram assentadas, se você puxar quem foi sua mãe, seu avô, você vai ver que a maioria das pessoas foi expulsa do campo, aí você reduz os gastos com segurança com segurança, que é necessário, mas não resolve. A força nacional está em Maceió, resolve a questão da violência? O que é que resolve a questão da violência? Saúde e educação e trabalho, eu tou pressupondo que a educação gere emprego, gere renda. Hoje a prefeitura já tem um convênio com a COATS (cooperativa), que inclui meninos dos assentamentos .

C.C: O que é a COATS?

M.: Cooperativa que fica em barreiros, é bom você conversar com Claudio que é o presidente da COATS, o interessante que ela funciona no prédio da central barreiro.

C.C: Porque em Pernambuco?

M.: Diz-me uma coisa quando você tá numa área de fronteira, tem uma propaganda na TV que tem “amor a América”, tem uma árvore, que aqui é o Chile e aqui é Argentina, quando você tá numa área de fronteira, existe área de fronteira porque foi criada área de fronteira, mas na cabeça de quem vive, você acha q tá cruzando a fronteira toda hora? E tem uma coisa, temos que respeitar o princípio federativo.

C.C: Mas a COATS, ela é de onde então?

M.: Ela é de Pernambuco com atuação em Alagoas, a CPT, onde é a sede da CPT?

C.C: Mas a CPT atua em nível nacional

M.: Mas onde é a sede da CPT?

C.C: São Paulo?

M.: Não, Paraíba,

C.C: Aqui, não sabia.

M.: Ela atua a nível nacional não por ocupação.

C.C: Até porque a CPT não se diz movimento, ela faz, agora, não sei como é isso.

M: Ela ocupa, ela recebe dinheiro do governo federal.

C.C: Não sei como é isso, é uma ambigüidade.

M.: A CPT recebe dinheiro do governo federal, essa questão de sede não tem nada a ver, a Central Barreiros não era de Alagoas.

C.C: Mas não estou pesquisando, não a Central Barreiros, mas sobre os assentamentos em Maragogi q pertenciam ou produzia para Central Barreiros

M.: Mas a Central Barreiros tinha terras em outras regiões, não é específico de Maragogi, Barreiros e Maragogi

C.C: Mas Maragogi se sobressai, por conta da “mancha” que existe de assentamentos aqui em Alagoas. Mancha é o número de assentamentos. É grande aqui, se você for olhar em relação.

M.: É um dos três maiores do Brasil, se você for ver proporcionalmente é o maior, eu acho que aqui o governo federal peca demais, porque como é concentrado, o governo federal deveria olhar isso aqui com outros olhos, devia questionar o Gilberto porque nunca veio ministro aqui, o ministro da reforma agrária vem aqui e não visita Maragogi, como é que existe um plano, que identifica a reunião de maior assentamento e não tem prioridade? A questão da logística se torna mais fácil, porque não se tem um plano de tomar Maragogi como um projeto piloto? Pra irradiar pra outros municípios? Pra você ter idéia, Maragogi é piloto em turismo, Maragogi está entre as 65 cidades no Brasil indutoras de turismo, conseguiu agora no governo Lula, significa que tudo é prioridade em Maragogi, toda estrutura urbana e rural é prioridade. Porque foi feita um levantamento pela fundação Getulio Vargas, todas as demandas existentes para serem solucionadas, Maragogi nós vamos ter um aeroporto numa área de assentamento.

C.C: E essas famílias vão pra onde?

M.: Elas não vão ser desajoladas, uma perde a parte de um lote e outra perde também, vão ser remanejadas, são 3 famílias..

C.C: Existe uma preocupação por parte do governo federal em relação às famílias assentadas?

M.: Eu acho muito insipiente, eu acho que o governo brinca de fazer reforma agrária e o movimento brinca de que tá sendo feita, eu acho que os movimentos que me perdoe à ausência do Marron, os movimentos na verdade não querem reforma agrária.

C.C: Por quê?

M.: Como vai existir movimento com reforma agrária?

C.C: O que é interessante aqui em Maragogi que são vários movimentos que fazem a mediação política.

M.: Aqui você tem o MST, o MTL e o MLST.

C.C: O MLST tem 14 assentamentos.

C.C: Você acredita então que essas pessoas q lutam pela terra, servem como massa de manobra?

M.: Não, uma grande maioria dos assentados necessitava de terra.

C.C: Não estou questionando isso, estou questionando em relação aos movimentos sociais, de certa forma esses assentados não serviriam assim, em relação à disputa de poder?

M.: A principio eles não podem ter a compreensão.

C.C: Eu estou falando dos dirigentes dos movimentos sociais, se você falou que eles não têm interesse em reforma agrária.

M.: Eu falo sempre do MST.

C.C: Você ta falando especificamente do MST?

M.: Sim, mas isso pode se reproduzir em outros movimentos.

C.C: É como se os movimentos tivessem perdido o caminho?

M.: Eles sabem que essa reforma agrária do jeito que é posta, não vai pra lugar nenhum, você simplesmente jogar uma família. Se ta até tentando retomar essa questão da consciência política, o que falo, sempre digo a eles, você ser assentado é apenas uma etapa, você vai começar na verdade uma etapa, que você pensou que foi difícil acampar, você vai começar a etapa mais difícil a partir de agora.

C.C: É como se terminasse um caminho que é de conquistar a terra e o outro caminho é de permanecer nela.

M.: Isso... Que é mais difícil de conquistar. E o preconceito que existe com assentado, na visão do INCRA de alguns funcionários, extremamente preconceituosos, que você não pode

ser universitário. Tem funcionários que questiona Gilberto não tem essa visão, mas o pessoal de carreira de alguns, onde a lei não proíbe que você faça concurso público. Não existe isso, você tá ali exatamente pra que você ascende. Tanto é que com o aumento da família viver num lote de reforma agrária. Se você verificar é um pedaço de terra interessante, mas também não da pra fazer um grande negocio. Se você for analisar friamente a situação do assentado... A direita questiona muito, você pega uma área improdutiva de latifundiários e joga na mão de "100" famílias, que passa a ser um minifúndio improdutivo. Eu acho q é nisso que o movimento peca que não joga essa força política com mais ênfase pra que se realmente estabeleça uma coisa que dê resultado... Mais também existe uma linha de pensamento. Mas também não podemos cobrar..primeiro temos que perguntar qual o papel da reforma agrária? Que é realmente pegar alguns hectares de terras e fazer desapropriação e resolver uma questão social de moradia?

C.C: Então tem q definir realmente o que é reforma agrária?

M: Claro, tem q definir o que realmente se quer da reforma agrária. Porque se for moradia, porque todos passam a ter uma vida com melhor qualidade, não tenho dúvida, porque você mora em casa de taipa, em barraco, você mora em favelas, de repente você tem uma casa com energia elétrica, vamos falar da realidade agora, não adianta você ficar remoendo o passado o tempo todo. Você tem energia elétrica, você tem financiamento de banco pra financiar a produção, você não tinha linha de crédito, você não tinha linha de crédito nem pra comprar um radinho de pilha. E de repente é muito interessante também esse lado do papel social, você dá uma nova perspectiva pra famílias, você tem casa, água. A questão não é nem o acampamento, o acampamento é muito mais um teatro, olha não estou dizendo que não tenha miseráveis, o que estou dizendo q muito pior do que o acampamento é onde vive a maioria das pessoas do acampamento.

C.C: Muitas têm casas?

M.: Algumas têm, muita gente sai da favela, sai da miséria, muitas vezes são trabalhadores de corte de cana, q mora nas favelas e cortavam cana. Então acho que por trás do acampamento é até pior, mesmo que você tenha casa, uma casinha, mesmo que você pague um barraco.

C.C: O interessante que em Maceió cada dia que se passa é mais gente morando na rua... Crianças pedindo

M.: Se você não tem expectativa nenhum no campo. É isso que tou dizendo

C.C: A demanda é grande por terra em alagoas?

M.: Se você for vê, foram expulsas 50 mil famílias nesses 20 anos, e em 20 anos essas famílias se reproduziram e até numa velocidade, que você acha. Se assentam mil, 2000 mil famílias, 3000mil, como é que você vai solucionar,deveria pelo menos assentar 50 mil famílias para empatar.50 mil famílias você não tem em toda a historia do INCRA

C.C: Não tem 50 mil famílias assentadas aqui em alagoas?

M.: Longe disso, então pra empatar com aquele número de 20 anos atrás, teria que assentar 50 mil.

C.C: Eu passo pelo sinal de carro. Isso me incomoda

M.: Incomoda qualquer um

C.C: Olho assim é criança pedindo, os meninos já nascem aprendendo a pedir, não sei de onde vem tanta gente.

M.: Existe a política pública q tem essa visão, o INCRA hoje tem que cobrar, porque a universidade federal também tinha um projeto e não cumpriu o interessante que caiu em minhas mãos.

C.C: Qual foi o projeto? Educação de jovens e adultos

M.: Sim, a gente colocou a UFAL como se apropriação indébita por não cumprir, a FUNDEP deu problema com outra gestão, a questão não é essa e sim cobrar.

C.C: Nesses último 10 anos você tem como vê pra mim a implementação das políticas públicas aplicadas nessas mediações? A prefeitura deve ter arquivado

M.: Tem

C.C: Todos os assentamentos têm escola?

M.: Não todos. A escola de costa dourada, escola bem estruturada, bem planejada...

C.C: Só atende esse assentamento?

M.: Não. É um pólo, porque tem vários assentamentos que são vizinhos, tem transporte escolar. Se você for ver o que o governo federal repassa e a demanda. É pouco pra um município, todo município tem zona rural.

C.C: Eu pensei q fosse por número de aluno que o município recebe a verba da educação.

M.: É pela população. Você recebe verba para uma coisa, mas você não recebe verba destinada. Como você tem uma zona dessas, tem um número de assentamentos, não pensa nessa questão?

C.C: Só o município sozinho não da conta?

M.: Nenhum município da conta

C.: Nesse caso principalmente?

M.: Aqui e em Geral do Ponciano tem muitos assentamentos, isso aqui é uma zona de reforma agrária. Se você pegar essa zona rural todinha. Eu acho q falta do governo federal, estadual, municipal pra reunir e colocar a reforma agrária como prioridade.

C.C: É questão de vontade política?

M.: Não é nem vontade política falta de planejamento. Mas é lindo você pega um assentamento

C.C: Porque tanto interesse em desenvolver Maragogi na área de turismo e dos assentamentos não?

M.: Também incluem o governo federal os assentamentos, turismo rural. Aqui a tendência é desenvolver porque Maragogi foi agraciada com um CEFET, que vai começar a ser construído em 2009, são quatro cidades, piranhas, Arapiraca Penedo e Maragogi. Já pensou o impacto que vai ter o CEFET aqui? Avalie daqui a dez anos.

C.C: Mas a questão do CEFET é também vestibular NE?

M.: Sim, mas você cria cotas, a gente não criou cotas em barreiros? Os alunos aqui não têm cotas pra barreiros?!

C.C: É? Mas aluno de escola pública ou assentada?

M.: São assentados, sim existe a Escola Técnica Agrotécnica Federal em barreiros e através da COATS, através do MLST e da prefeitura e agora o INCRA ta chegando.

Obs.: chegam outras pessoas ligadas ao movimento social MLST. E o marcos diz:

M.: Se pressupõe q se saiba de todas as vertentes e o governo federal e governo nenhum têm a reforma agrária como prioridade. Existe uma cota para alunos filhos de assentados, através do estado, do MLST e a COATS q presta assistência, tem convenio com a prefeitura e o INCRA ainda está chegando, não é verdade Val (um das lideranças do MLST)? O INCRA esta a reboque, agora que vai colocar dinheiro do PRONERA pra isso, existe uma cota... Quantos alunos existem Marrom (coordenador do movimento no estado)?

Val: 38 anos alunos.

M: A universidade federal também não cumpriu convênio, o INCRA não tem capacidade técnica, não tem. Quantidade de... De conseguir pelo menos. Quantos assentamentos existem em alagoas marrom? Quando chegamos ao INCRA pra se ter uma idéia, existia sessenta e poucos assentamentos, no governo lula tiveram com mais com qualidade do que com FHC. Mas é muito aquém, você joga e não da prioridade, é um pecado dos movimentos, a maioria não mantém a luta do assentado, não e verdade marrom? Inerente de o próprio ser - humano: quando conquistou a terra, aquele lote, ele ta independente, ele acha q já ta emancipado, já virou um minifundiario, que ele não precisa mais do movimento, se você cresce cria associações, imagina quando você é micro. Existe uma espécie de sindicato de usineiro e você acha q quando for assentado não vai mais precisar... Acho que se peca na formação.

V.: Tem q se fazer uma avaliação do que realmente é fazer uma reforma agrária,

C.C: Realmente é um assunto complexo...

V.: Primeiro que você tem que pegar que a reforma agrária ela é na verdade uma política pública.

M.: Eu vou ser mais crente que ele, deveria ser uma política pública, mas não é. Políticas Públicas se pressupõem outras coisas

V.: Tem que ver os avanços.

M.: Qual visão que você tem (pergunta pro Val)?

V.: Minha visão é marxista. Para se ter uma ação mais prática, quando eu digo que ela é uma política pública, porque, quando você discute reforma agrária e política pública você tá falando em geração social. Porque na verdade a relação, a reforma agrária tem uma dimensão maior do que foi pensando para ela, por ser uma coisa complexa. E que não que ela tenha o poder, o potencial o poder de afetar e tem a possibilidade de desenvolver um processo político diferente de qualquer outra ação que tenha no Brasil. Você tem um espaço que tem uma intervenção direta dos movimentos sociais, das organizações classistas, identidades formadores de opinião, pensadores, intelectuais e isso na verdade sempre gerou uma espécie de não um tabu, mas de receio porque você na verdade as propostas de mudanças tanto de enfrentamento com o capital, tem essa relação, criou barreira. então tudo que foi desenvolvido de da um pouco e não deixar muita coisa. Se a gente for ver as revoluções, as movimentações, as manifestações populares, as grandes pressões começaram através do campo, você pega o Brasil colônia, o avanço da cana, depois a crise da relação capital-trabalho, o surgimento das ligas camponesas, as transformações e o sindicalismo rural e depois você tem os movimentos sociais, o MST e os outros movimentos, isso na verdade sempre incomodou o regime q a gente no país, o regime político que na verdade, não interessa em hipótese alguma você. Onde, que você possa a ta discutindo além das questões produtivas, o processo e discutir com isso dentro do processo a geração da renda, produção e consciência política. Então é assim as debilidades que a gente tem hoje... As perspectivas de avançar hoje na discussão da reforma agrária se deu certo ou não, se fez avançar muito ou pouco. Alencar todos os fatores, mas sempre foi fruto da movimentação dos trabalhadores. Claro que dentro de todo esse processo,

tem uma coisa q interessante hoje, que é uma coisa geral, que os movimentos sociais hoje pararam, tem q fazer uma auto crítica, de estarem assumindo a sua parcela de culpa...É por isso que hoje há uma dinâmica diferente.

C.C: O que seria reforma agrária?

V.: A reforma agrária pra mim perpassa como um instrumento de mobilização popular, além de discutir as principais políticas públicas. A perspectiva de uma vida digna no campo, a participação geral dos trabalhadores em comum ressonância. A reforma agrária não vai caminhar sozinha só com o homem do campo, caminha também com o homem da cidade e vice e versa

C.C: Qual a mediação, qual a participação de vocês enquanto movimento, pós- assentamento? Pois as demandas são grandes.

V.: As demandas são grandes e elas são meio que rotativas além de mudar... Eu acho que o papel dos movimentos sociais após as transformações das áreas ocupadas em assentamentos justamente é a discussão de viabilidades de projetos que sejam capaz de desenvolver projetos a partir da produção agrícola, da parceria com as instituições, mediação campo-cidade. Agregação de valores e participação da universidade

C.C: Você tem quantos assentamentos aqui, vocês fazem alguma mediação política?

V: A nossa perspectiva é a seguinte, toda área que é coordenada pelo MLST, tem uma intervenção política nossa em comum acordo juntamente com os trabalhadores, claro que tem algumas regiões que se avançam mais, outras menos, outras q ta em processo embrionário, mas é comum se área que for desapropriada e a bandeira que ta lá é do movimento... Fazemos a discussão com os trabalhadores assentados, fazem parte do movimento ta discutindo, a partir do processo organizativo, as suas coordenações até a mediação.

C.C: vocês são os mediadores políticos? Com a prefeitura, com o governo federal só com o programa luz para todos que a energia veio chegar. Antes do governo Lula não tinha energia. No governo Lula. Se você for pensar para que se crie uma estrutura de assentamento, quando você vai fazer um loteamento qual a exigência básica, se assenta sem estrutura... Acredito que hoje não é muito diferente, pra ser assentada deveria se construir primeiro o básico do básico. se quiserem aprofundar mais seu trabalho, deveria visitar outros assentamentos que não tem estrutura nenhuma, é simplório do INCRA dizer que prefeitura tal não cumpriu tal convenio, primeiro é obrigação do INCRA. O INCRA não condições operacionais. Tem um quadro restrito não fiscaliza, se o INCRA fiscaliza, não cumpre seu papel de fiscaliza. Essa coisa de jogar responsabilidade é muito simplória. Aparenta que tá tudo bem e que a prefeitura de “Coité do Noia” não cumpre. Eu tenho conhecimento, que há cinco anos do governo lula teve inúmeros conflitos, no inicio do governo Lula..Aquidabá é uma área de conflito, samba. E aqui no município há 5 anos existia muitos despejos, ainda existe no samba .

C.C. Toda essa área produzia pra Central Barreiros? Marcos dizer que não houve conflito é brincadeira. No inicio do governo Lula existia 13 assentamentos, hoje existe 22, nada foi pacífico. Ainda existem áreas em samba que não foi assentada,

M.:O INCRA não tem capacidade técnica, não tem quantidade técnica para conseguir pelo menos 10% cento da demanda dos assentamentos quando chegamos no INCRA existia cerca de sessenta e poucos assentamentos em Alagoas,entretanto no governo lula teve uma

assistência com mais qualidade do que o governo FHC, não tou falando do FHC, mas não sou cego, apesar que é muito aquém, você joga e não tem uma. É um pecado dos movimentos que não mantém a luta dos assentados, inerente do próprio ser - humano, que acha que quando conquistou a terra, que ele ta independente, ele acha que já ta emancipado, já virou um mini-fundiário, que ele não precisa mais do movimento que é um erro, se você é grande cria associações, imagine quando é pequeno, então você acha que quando ta assentado não vai precisar.

V: Para que se possa ter uma avaliação do que vem ser a reforma agrária, a reforma agrária ela é uma política pública.

M: Deveria ter uma política pública, mas não é política pública se pressupõe outras coisas.

M: Maragogi não conhece Maragogi, às vezes falta incentivo para que se conheça também...

C.C: Será que existe certo preconceito com os assentamentos rurais?

M: Também entra, mas só se vence o preconceito se enfrentá-lo, muitos acham que os assentamentos retiram recursos da cidade.

C.C: Será que os assentamentos têm consciência do poder que eles têm? São muitos eleitores dos assentamentos em Maragogi.

C.C: Qual o papel do movimento?

M: O marrom já tentou ser candidato em Joaquim Gomes, o preconceito “come solto” ele nasceu índio, negro e sem terra, ele é o supra sumo do preconceito só faltava nascer mulher, não é verdade, porque se fosse negra, índia e sem terra mulher?!

C.C: A questão que até os próprios negros tem preconceito, mas isso é acredito que seja por conta da própria formação que o ensinaram a ter preconceito de si mesmos.

C.C: O nosso presidente não chegou a pau de arara do nordeste.

Entrou na conversar um português que no momento se instalou em Maragogi e tava divulgando um evento, “cavalgada”

Desconhecido: é uma forma de socializar diversas classes sociais, vem gente de todo lugar da região. Por exemplo, vem um dono de umas aras, e um Zé ninguém que não tem nada teoricamente, é uma forma de entrosar a comunidade e ver que todos são iguais.

M: você tem terra aqui?

Desconhecido: Sim, iremos misturar todas as classes sociais, mistura aquele q tem aras e aquele agricultor que tem seu cavalo

Português: fala sobre uma barreira que tava pra cair, e as pessoas estavam colocando a culpa no poder público, mas nada faziam.

Português: A barreira já estava lá, a vegetação já tava lá, a barreira ta caindo porque alguém foi lá desmatou a vegetação, por isso que ta caindo e não culpa do poder público.

M: A preservação ambiental, se você for hoje a qualquer movimento tem um setor ambiental, qualquer movimento tem um setor de mulheres, qualquer movimento hoje tem setor de jovens, é uma coisa falha ainda é, mas é o inicio, não é verdade, você (com o português) tá começando a modificar, é fácil você cortar madeira e vender? Não é fácil não... A natureza foi quem produziu, eu não aguei, não fiz nada. Você sabe daquele movimento do MLST. Sabe uma vez estavam acampados lá na Praça Sinimbu e fiz todos esses questionamentos.

C.C: Fala para o português. As pessoas acham que é porque é da África tem que ser negro né (ele é branco).

Entrevista com um assentado de Itabaiana, ele morava na fazenda antes da ocupação.

C.C: E ai vocês apoiaram a ocupação? Na época qual era o movimento, o MST? Na época você tinha consciência do que era o MST?

F: Eu era cortador de cana, eu era morador da fazenda.

C.C: O senhor era morador da fazenda?!O senhor recebia salário na época?Eu não recebia porque a usina tinha falido e tava parada.

C.C: Isso aqui era terra arrendada, ou era da usina mesmo?

F: Essa pertencia à usina mesmo

C.C: Quanto tempo o senhor ficou sem receber salário?

F: Quase 1 ano ou mais.

C.C: Como o senhor sobrevivia nesse período?

F: Com plantação, plantando

C.C: O senhor participou do acampamento ou ficou aqui?

F: Fiquei aqui e morava numa casinha de taipa

C.C: O governo federal quando fez a vistoria para desocupar, depois q fizeram a desapropriação governo federal deu verba para construir a casa?

M.: Foram 6 meses de ocupação e mais 6 meses...O governo da credito para construir as casas,comprar comida.

C.C: Quanto era na época?

F: 1400 reais

C.C: Pra construir a casa?

M.: Pra comprar ferramentas, comprar alimentos, chamado crédito de apoio, 1800(acho q foi pra construir as casas). Depois de 10, ano passado o governo reformou.

C.C: E energia elétrica, já tinha? Quando tempo depois de assentado e esse programa do governo “luz para todos”?Foi antes ou depois

F: antes só aqui na fazenda e não no assentamento todo.

C.C: E essas casas todas tinham energia? Na agrovila, assim que fizeram o assentamento já tinha energia?

F: Não tinha energia depois do assentamento que veio a ter, demorou cerca de 3 anos.

C.C: O senhor acha q sua vida melhorou depois de assentado? Da época em que o senhor cortava cana. E hoje?

F: Pra mim eu acho que melhorou primeiro melhorou nas casas, eu morava a vista hoje num chiqueiro e hoje a gente tem a terra pra mode a gente trabalhar, quando era usina a gente trabalhava naquele pedacinho que ela dava.

C.C: A usina dava terra pra vocês trabalharem nela?

F: Era pra gente plantar pra comer, dava um pedacinho pra gente plantar a lavoura pra ir comendo.

C.C: O senhor vive do que produz? Ou de outra fonte de renda?

F: Eu hoje adoeci. Uma doença muito grave, entrei em benefício.

C.C: E o lote?

F: O Lote tem meus meninos que trabalham.

C.C: Sua família q trabalha lá? No lote vocês produzem nele, plantam?

F: A gente planta pra sobreviver mesmo, não existe sobra.

C.C: Mas vocês não vendem?

F: Vende e come.

C.C: Vocês vendem onde?

F: A gente vende em Barreiros, aqui em Maragogi.

C.C: Plantam o que?

F.: Bananeira, coqueiro, macaxeira.

C.C: Existe algum incentivo, crédito, porque pra plantar tem que ter dinheiro.

Entrevista com um dos líderes do MLST. Faz parte também da COATS.

Por que saiu do MST?

-Na verdade não foi um racha, mas a gente que faz parte de movimento popular, agente procura aquilo que prioritário por que a questão prioritária é a qualidade de vida das famílias e quando a gente percebe que alguns movimentos não tava procurando esses interesses e sim pessoais, fui pra um movimento que me identificasse quanto militante, quanto pessoa e, quanto a questão da qualidade de vida das pessoas. Então não é um racha de pular de sigla pra sigla, mas um racha pensando na qualidade de vida das pessoas. É uma questão ideológica, política, então a gente imagina que o MLST tem uma ideologia diferenciada dentro do Estado.

-De onde é o MLST? Se não me engano foi fundado em Pernambuco. Eu era do MST e agora tou no MLST.

Há quantos anos se encontra no movimento? Faz 3 ano e meio.

-Quando fui pesquisar naquela região, pensei que era o MST que coordenava.

A COATS é ligada ao MLST?

É ligada ao movimento MLST que vem prestando assessoria aos assentamentos praticamente há cinco anos, que damos assessoria técnica.

-Por que fica localizada em Barreiros em não em Maragogi? Pela Escola Agrotécnica ser situada em barreiros, a mão de obra de profissionais que se tem é bem maior, porque se tem acesso melhor a mão de obra da localidade. Ali se localiza vários assentamentos tanto em Pernambuco como Alagoas. É apenas uma ponte que divide, são vários assentamentos de reforma agrária que prestamos assessoria. Trabalhamos toda a parte Norte e também sertão do estado.

Em quais áreas atua a COATS, somente na parte de produção?

-na parte de produção, de artesanato, comercialização. A cooperativa é multidisciplinar, com muitos profissionais.

(Entrevista a um dos coordenadores do MLST em Alagoas, e ex-lider do MST).

Como se desdobrou as ocupações em Maragogi e em que período, especialmente no assentamento Itabaiana.

Como foi sua história de vida, e, como chegou ao movimento?

-Pra mim é um prazer imenso está conversando com parte dos estudantes, que estudam sobre os movimentos sociais no Brasil e especial da luta pela terra e pela reforma agrária porque a luta pela terra tem dois processos, porque a luta terra que são os pequenos proprietários que lutam, os sem terra, o outro processo que é mais amplo é o da reforma agrária. Por que o nosso conceito de reforma agrária não é só distribuição de terra e sim ter um projeto de desenvolvimento para cada estado. Cada região, realmente para o País. A minha participação desse processo na luta pela terra em Alagoas e no Brasil, eu tive o privilégio de percorrer vários estados do Brasil, no começo dos anos 90 pelos membros do MST, eu morava na cidade de Joaquim Gomes para ingressar no movimento. Teve uma reunião na paróquia de Joaquim Gomes e como eu filho de agricultor não tinha condições de ter acesso a terra a não ser lutando por ela, me ingressei no movimento. Isso nunca vou esquecer, sei até a data, no dia

19 de fevereiro de 1991, onde ocupei com meus companheiros e outras famílias a fazenda caldeirões no município de Flexeiras.

C.: Foi à primeira ocupação do MST em Alagoas?

M.: Não, foi a primeira que participei, o MST existe desde 1987 e eu comecei no movimento em 91, praticamente 4 anos depois e de lá pra cá eu comecei a participar do movimento, onde comecei a fazer vários cursos em alagoas, no ceará, no rio grande do sul...eu fui para ter uma terra pra mim e até hoje eu não tenho um lote de terra, porque eu ingressei no movimento e comecei a andar pelo Brasil na luta pela terra e pela reforma agrária e passei 12 anos no MST, onde perdi até a conta de registro e ocupações que fiz pelo todo Brasil ajudando o movimento na luta.

C.:E na região de Maragogi?

M.:Em Maragogi eu fui um dos pioneiros no processo no início dos anos 96 quando o movimento começou a avançar na região de Branquinha e Atalaia e, em seguida começamos em Maragogi, com o aumento crise da usina em alagoas e em Pernambuco no nordeste o movimento conseguiu expandir, por exemplo, branquinha tinha usina, Atalaia, Usina Uricuri e Maragogi pegava a usina central barreiros e em 96 o movimento conseguiu fazer a primeira ocupação na fazenda Junco, em seguida pau amarelo e depois conseguimos ocupar a fazenda Itabaiana e fazenda Massangana no mesmo dia numa ocupação.

C.:Sabe exatamente o dia da ocupação de Itabaiana?

M.: Não estou lembrado exatamente o dia, por que foram tantas ocupações, mas eu sei que foi em 1996, meados de 1996, em setembro conseguimos fazer Itabaiana, numa ocupação de 90 a 120 famílias que ocuparam essa fazenda. Lá se encontravam os moradores, não houve rejeição.

C.: Quantos moradores encontravam-se na Fazenda antes da ocupação?

M.: Moravam lá em torno de 30 moradores. A usina já tinha falido. A fazenda Itabaiana, não só Itabaiana, como os outros, o pólo de assentamentos em Maragogi. O INCRA em 1995 já tinha iniciado um processo de negociação, mas o movimento fez ocupação para pressionar e toda fazenda livre na região de Maragogi foram ocupada, na época era o MST. O MST iniciou as ocupações e depois o MT, que hoje é MTL fez algumas ocupações naquela região. Houve na fazenda Junco, mas praticamente em todas as ocupações houve despejo, porque era o início

praticamente da crise da usina, ocupou e forçou o INCRA a fazer, houve conflito, mas não conflito de trocar bala, mas teve despejo por parte judicial, naquela região, foi numa época que alagoas passava por um momento tenso, na época de Suruagy, depois Manuel Gomes de Barro, quem manda na região no começo das ocupações era ex-Coronel Cavalcante, era um clima tenso,foi ele que assumiu o quartel em Maragogi, era o quartel da policia militar na região de Maragogi, isso quem mandava era o coronel Cavalcante na época, mas graças as ocupações,graças ao processo que estava passando o estado, houve uma intervenção com a caída de Suruagy, com a queda e por sorte nossa de trabalhadores quem assumiu a região,foi um coronel do exército chamado Walter, que assumia as negociações com os sem terra e isso evitou conflitos fortes, mas houve desejo da fazenda Itabaiana, houve despejo da fazenda pau amarelo, do próprio junco do samba, enfim houve despejos e depois retornamos as ocupações na época eu tive ordem de prisão, eu e o Pacheco que era do movimento MST na época, o doutor juiz na época, Tenório, que deu ordem de prisão,passei uns 30 dias, longe da região, fui pra outro estado até conseguir revogar a ordem de prisão e retornando. Hoje Maragogi um terço do município é pra reforma agrária,então isso é um avanço grande, se você perceber hoje a economia e a feira do município melhorou,existe dificuldade. Mas a fazenda Itabaiana é um exemplo de luta,de resistência,pelas lideranças que lá tem, como a Laudicéia e outras pessoas, uns que eram moradores que contribuíram no processo, outros que vieram pras ocupações,por exemplo naquela região,como Itabaiana e Massangana e Junco as famílias que tão lá assentadas,a maioria eram famílias que moravam em matriz,de porto calvo,de Maragogi mesmo com exceção as que moravam na fazenda tinham medo de fazer ocupação,quando foram desocupando uma,três áreas,as famílias de Maragogi foram entrando no processo,mas no começo não iam com medo da usina,com medo de repressão e hoje 1 terço do município de Maragogi é pela reforma agrária, é dos sem terra,mas de 1500 famílias são beneficiadas.

C.: São quantos assentamentos em Maragogi?

M.: São vinte, desses vinte, quatorze são do MLST, outra parte do MTL (3) e outra parte e 3 MST.Hoje temos uma pareceria com uma cooperativa de técnicos da região,que acompanham e dão assistência técnica, mesmo com algumas dificuldade tem parceria com o INCRA e também com a prefeitura, mas assim nós hoje,a respeito de Itabaiana,que fica num pólo central,que fica entre junco, água fria e Massangana e ali tem hoje 76 famílias beneficiadas, uma parte é morador que já moravam na fazenda ,a mais de 10 e 15 anos e os outros foram acampados de Maragogi, de porto calvo que foram beneficiados com esse processo da luta, lá em Itabaiana o assentamento é organizado em núcleo de família, lá tem uma associação do

assentamento e tem associação de mulheres que trabalham com o artesanato, com o apoio do SEBRAE e da prefeitura que vem mostrando com toda a dificuldade do processo de reforma agrária, que vem avançando e contribuindo com o processo social das famílias que antes vivia praticamente marginalizada com o corte da cana.

C.: Como ocorreu a ocupação a ocupação de Itabaiana?

M.: Foi em torno de quatro ou cinco horas da tarde, próxima a sede da fazenda, uma semana depois teve ordem de despejo, nós tivemos que recuar, depois retornou a ocupação. Foi um processo que depois da ocupação durou 6 meses, mesmo assim foi considerado rápido, porque temos processos de ocupação que tem 3,4,5 anos que ainda não saiu. Tem acampamentos com 10 anos de acampados. Então hoje Itabaiana é uma área base social que praticamente se divide, mas como o processo de reforma agrária no Brasil tem ainda muita dificuldade. Uma reforma agrária de fato bem feita, bem elaborada, bem encaminhada. Então Itabaiana sofre com isso, em torno de 40 % das famílias que são assentadas, que já tem as casas e que já pegaram os recursos, ainda vivem dependendo de buscar sua sobrevivência fora do assentamento. 40% tanto do corte da cana, como em outras culturas da região para poder aumentar, sua renda, mesmo assim ainda é um avanço, pra você ver que de 76 famílias, umas 50 mais ou menos moram no dia a dia no assentamento e vivem da roça.

C.: E a energia elétrica em Itabaiana? Olha esse processo de conseguir infra estrutura pro assentamento é o segundo passo, depois da posse da terra, como aconteceu em Itabaiana, nos governos anteriores, de FHC, levava de 3 a 4 anos pra poder o assentamentos ter uma estruturazinha, como casa, energia. Hoje graças ao avanço da luta, ao processo do governo Lula que investiu mais nas áreas sociais, quando o INCRA desapropria a terra, que vira assentamento e se constrói as casas, com certeza com a parceria do “luz para todos” chega junto com o término das casas.

C.: Em Itabaiana a energia elétrica chegou ao governo Lula ou já tinha antes?

M.: No final do governo de FHC, com a pressão do movimento conseguimos colocar energia em Itabaiana. No governo Lula melhorou, porque tinha apenas energia apenas nas agrovilas e hoje nos lotes tem energia, com o programa luz para todos conseguiu atingir toda a família que mora e vive no assentamento, morando na agrovila ou morando em seus lotes.

As famílias são oriundas da própria fazenda e da região?(Itabaiana).

M.: Em Itabaiana as famílias São de Matriz, Porto Calvo, Porto de Pedras de Maragogi, também de Barreiros e de São José da coroa grande, que fica próximo da divisa.

C.: Qual é sua origem?

M.: Como já dizia Darci Ribeiro, o povo brasileiro é uma mistura, meus avôs maternos eram descendentes de índios e paterno de imigrantes da África, de negros. Minha mãe nasceu numa aldeia indígena, meu pai nasceu em Maceió, mas cabloco, mas de origem africana. Então me orgulho muito de manter minhas raízes. E pra fazer parte do movimento se tem critérios, tem que ter raízes com a terra e eu faço parte de família de agricultores. Meus avôs, minha mãe ainda hoje cultiva suas origens. Eu antes de fazer parte do movimento, passei por um processo, já trabalhei no campo, em usinas de açúcar. Então eu cortei cana, cortei mato, trabalhei em usina, trabalhei na AGRISA, em Joaquim Gomes, na minha região, ali na usina AGRISA e peixe foi meu pólo de convivência na minha adolescência e foi de lá que sai pro movimento e continuo até hoje. Então eu com muito jovem do campo passei algumas dificuldades, mas hoje faço parte dessa grande família do Brasil chamada sem terra.

C.: Por que você saiu do MST e foi pro MLST?

M.: Esse entendimento de olhar. De ver que o movimento cresceu muito no Brasil, o MST, foi surgindo a necessidade de se ter outros movimentos, eu por questão ideológica, respeito o MST, fiz parte 12 anos do movimento, mas antes de fazer parte do movimento, fui parte de movimento de igreja, ajudei a contribuir no movimento partidário, eu faço parte do PT desde 88, entrei no movimento em 91 e com o MST, admiro e respeito, não tem vinculação com partido, que partido que decide, o MST que decide. Tanto a CPT, como MST, como o MLST, MTL, tem vínculo partidário, mas quem manda e quem define sua política é o movimento. Eu acho que o partido é importante pra fortalecer a luta, mas não pra mandar em movimento. Eu me afastei do MST, fiquei dois anos sem movimento, mas eu não perdi meus contatos com as lideranças e nem com as bases, recebi convite desse movimento, e acabei aceitando o convite do MLST que tem uma proposta, mas comunitária de acompanhamento da produção, que acha que muito importante viável hoje é que muito professores debatedores, os sociólogos, essas pessoas que faz a intermediação entre o campo e a cidade, entre os intelectuais e o agricultor, esse conhecimento é importante, porque o movimento não tem proposta pra só ocupar terra, mas sim pro campo, melhorar a agricultora familiar, de avançar no grão na mesa do brasileiro. Que o trabalhador não só plante e venda no mercado, mas que ele industrialize ali a sua produção, desde macaxeira a vácuo, como também de tudo, doce, cachaça, enfim.

Porque o processo de industrialização dá mais valor à mercadoria. Então estou ai no MLST desde 2002, a 6 anos, onde estou muito bem. Orgulho-me de fazer parte da coordenação do estado que eu estou, e com certeza vou ficar muito tempo no movimento. Eu faço parte da coordenação estadual do MLST aqui em Alagoas. Aqui em Alagoas tem um núcleo dirigente, entre eles eu sou um dos coordenadores do Estado e também dou a minha contribuição a nível nacional.

Entrevista a presidenta da associação do assentamento de Itabaiana e da associação das mulheres (Dandararte).

C.: Você já ouviu falar no programa território da cidadania?

L.:Esse programa do governo federal tem como objetivos diminuir as desigualdades regionais, Maragogi está dentro do programa, por ser uma região de baixo desenvolvimento humano (IDH),e como também é uma área que abarca muitos assentamentos rurais,também se insere dentro do programa,e um das metas desse programa é construir estradas,asfaltá-las que leve até a estrada principal,você já ouviu falar nesse projeto? Esse projeto é composto com 12 municípios, acho que é esse projeto que você ta falando, teve até lançamento. Esse projeto das estradas, na verdade esse projeta a gente luta, e Maragogi faz parte, e dentro desses projetos tem o “terra sol”, que é o projeto dentro do território, juntamente com o INCRA, nós fomos contemplados com esse projeto. E até aprovado, por que já está aprovado.

C.: Mas tem previsão de asfaltamento dessas estradas?

L.: Já foi feita a medição das estradas e o pessoal disse que ia iniciar em 2009, já estamos em março, o sei como é que ta nessa altura, Mas está previsto pra esse ano.

C.:Aqui em Maragogi vai construir um aeroporto?

L.: O aeroporto é no assentamento Junco.

C.: Você ta há quanto tempo na associação?

L.: Estou há, dois anos.

C.: Foi eleição direta?

L.:Não, não teve eleição. Só que não tinha outra chapa.

C.:Tem quantas famílias assentadas?

L.:72 famílias.

C.:Todas vivem da agricultura familiar, você tem idéia de quantos vivem da agricultura diretamente? Acredito que 40%, infelizmente.

C.: Você sabe me responder por quê?

L.: Tem aquela questão que ainda estão inadimplentes com o projeto de custo do Banco do Brasil e não podem acessar nenhum tipo de crédito e eles alegam (assentados) que ninguém ta trabalhando. Logo eles vão buscar alternativa no corte da cana.

C.:Então a maioria trabalha no corte da cana? Então qual o objetivo de assentar essas famílias?

L.: Na verdade Itabaiana, nessa região foi um dos primeiros na região de Maragogi, vamos completar 11 anos. E assim a maioria dos assentados hoje, eram moradores da usina, eram assalariados rurais, de repente tornaram-se assentados, é assim, agricultores individuais, eles eram acostumados a uma cultura de repente a vida deles mudou completamente, deixaram de ter patrão para ser patrão, ganharam um pedaço de terra e começaram a administrar,de uma hora pra outra eles começaram, mudaram a vida deles.

C.: Então você acha que a cultura, o modo de vida que eles tinham antes influenciou diretamente, por que de repente eles estavam acostumados com salários e de repente tiveram que lidar com uma nova realidade?

L.: Na época, sem nenhuma capacitação, não tinha nenhuma orientação. Itabaiana foi um dos assentamentos que não teve é acompanhamento técnico.

C.: Itabaiana tinha energia elétrica?

L.: Não tinha muito difícil de uma hora pra outra você ter uma atividade e você mudar sem nenhuma orientação, você vai ter que. E também Itabaiana já tinha quatro anos. E ninguém sabia onde era o pedaço de seu lote. Depois de 4 anos que teve o serviço de topografia e muita gente perdeu a lavora toda pra uma pessoa que nem trabalhou nela.

C.: Por que levou tanto tempo pra separar os lotes?

L.: Porque eu costume, que uma parte da reforma agrária em alagoas, principalmente Maragogi foi à época de Fernando Henrique Cardoso, com aquela forma dele cruel de lidar com o homem e a mulher do campo, sem nenhum respeito pela reforma agrária e sem querer que acontecesse de fato. De repente a gente com a nossa rebeldia necessária vamos ocupar o mundo, então o que ele fez? Sem contar que desde esse período ele já liberava recursos de investimentos pra os assentamentos e o pessoal pegava o dinheiro e não sabia administrar, acabava gastando esse dinheiro e no final das contas tai todo mundo inadimplente, todo mundo devendo, sem nenhuma condições de crédito, querendo fazer as coisas, mas sem poder fazer as coisas e continuando cortando cana.

C.: Então 50% das famílias assentadas voltaram ao trabalho do corte da cana?

L.: 40 % com certeza, mas não é por que eles gostem disso não, por que é oportunidade que eles não têm.

C.: Todos aqui estão inadimplentes?

L.: Aqui em Itabaiana todos, desde 2001 que estão assim. A gente foi bater em Brasília e não consegui, é por que a bancada daqui lá é muito dinheiro lá dentro, pra defender a classe usineira, mas o pobre. A maioria é quem leva a melhor e nós infelizmente é a minoria. Eu culpo a falta de conhecimento político nosso, o nosso povo precisa poder votar, que é muito difícil, a gente quando vê as eleições se aproximando já começa a preocupação, porque a política em sim influencia muita coisa, tudo nesse mundo é política.

C.: Vocês apoiaram, participaram da política local aqui? Oficialmente, ganhou o candidato que vocês apoiaram?

L.: O prefeito sim, mas vereador não.

C.: Você se candidatou dessa vez? Não, pelo PT nós lançamos dois candidatos representando a agricultura familiar, inclusive um deles é assentado num dos nossos assentamentos, mas a gente só teve 270 votos.

C.: Explica-me uma coisa, Maragogi é hoje uma das maiores áreas de assentamentos rurais, como pode os assentados não ganhar representação na câmara Municipal?

L.: Você falou um terço, mas na verdade hoje em Maragogi, nós representamos 56% dos votos de Maragogi, vem da zona rural. Vamos dizer que os candidatos copa de mundo que só

aparecem de 4 em 4 anos, ai vem compra um bujão, paga a energia de outro. Infelizmente não tem um decreto uma lei, um pai de família preso um mês, para eles aprenderem, como eu vejo passar 4 anos, ninguém vem em minha casa, ninguém me conhece, dá os votos de minha família, isso não aceito, mas assim infelizmente é uma realidade.

C.: Vocês trabalharam diretamente com os assentados na eleição?

L.: Sim, então fizemos campanha, arregaçamos a manga, infelizmente não fizemos nenhum vereador, mas a gente não vai descansar, a agente vai continuar lutando, por que parar não.

C.: E o prefeito quais são as expectativas?

L.: O prefeito até que esse. Se a gente for comparar com os que já passaram, não tem muito o que reclamar, mas é aquela coisa precisamos de representantes mais que nos ajude, mas só prefeito em si, precisamos de representante na câmara, por que temos projetos pra serem votados, aprovados.

C.: Quais são os projetos?

L.: são muitos projetos voltados à saúde, educação, a gente luta por uma educação diferenciada, a gente luta por isso muito tempo, os nossos filhos só podem estudar no assentamento até a 4ª série, depois tem q ir pra Maragogi.

C.: Não tem fundamental maior?

L.: Não, lá no outro pólo de costa dourada em Mangibura tem o colégio que faz ate a oitava, mas aqui nessa região só até a quarta série.

C.: E pra deslocar?

L.: Tem os ônibus.

C.: Vem pra cá?

L.: Vem, mas não é aquilo que a gente quer uma criança com 10 anos já ta terminando, ai chega a Maragogi um mundo de criança pela praça, ai nossa preocupação de mãe é muito grande, e assim também tem aquela outra questão, pela luta de diferenciar nosso ensino dos nossos filhos, o conteúdo que tem uma escola do menino do campo, tem lá na cidade, porque é muito diferente, por que estamos lutando para essa mudança de ensino de diferenciada.

C.: O governo federal vai construir uma escola aqui em Maragogi?

L.: É um CEFET.

C.: Mais diante das dificuldades, quais são os avanços ao longo desses 11 anos?

L.: A gente tem avanços sim, hoje a gente pode falar com orgulho até, eu como assentada e como mãe, eu tenho um filho na Escola Agrotécnica em Barreiros. Hoje na verdade temos 50 alunos, eles tem pelo projeto PRONERA, que o INCRA está custeando, com o custeio de 3500 por aluno/ano, o meu filho, a filha de Quitéria foram um dos contemplados, a minha filha com 17 anos está fazendo faculdade, tá fazendo escola de fábrica aqui em Maragogi, dentro do projeto do governo federal. Tudo isso é avanço, talvez se eu tivesse na periferia, não sei como seria a minha vida e a vida de meus filhos, agradeço a DEUS cada momento de minha vida. É por isso que eu luto ainda hoje. Eu luto e trabalho nessa formação de grupo, de jovens, de mulheres, mesmo aqui nesse artesanato das mulheres a gente vê a dificuldade, que muitas vezes os filhos querem sair, por que aqui não dá dinheiro, mas não é verdade por que a onde você for você vai ter que fazer alguma coisa. Então eu acho que aqui a gente pode fazer, e viver com dignidade, sem fugir das raízes, por isso que a gente luta por uma educação diferenciada, para que os jovens, filhos de agricultores se orgulhem de serem agricultor e filho de agricultor. Por que pra mim a agricultora familiar no Brasil representa 70% da alimentação do brasileiro, então pra nós é honra e orgulho. Então a gente tá a frente dessa luta, não é por brincadeira, por que eu acho que uma mãe de família agricultora, não vai sair daqui pra uma praça pra passar pelo que a gente passa, passa fome, a gente não tem um banheiro digno, a gente passa por esse tipo de coisa por que estamos reivindicando nossos direitos.

C.: Quanto tempo você tá nesse movimento?

L.: 9 anos. Eu comecei no MST. Eu fui assistir a um jogo de futebol, não conhecia, ignorava nunca me interessei por que tinha medo e essa era uma coisa que tinha, porque os via com facão, naquele grito de ordem, pega não pega. Eu tinha medo. Então fui à partida de futebol, antes eu passava pelo acampamento e turma que me convidaram eram acampados também, e eu cheguei lá e me trataram muito bem, era um acampamento muito limpo e organizando, no “mundo novo” (nome). Ainda não saiu esse assentamento, tá em discussão, 9 anos já, perto de água fria. Já tinha 2 anos. O pessoal me trataram muito bem, E eu gostei. Comia peixinho do rio. Na outra semana já voltei e pronto e fui viver. Trabalhava como doméstica. Meus pais

não, mas meus avós sim. Meu pai morava na fazenda, mas era administrador. Ele produzia, mas pagava alguém pra plantar, mas meus avôs eram da roça.

C.: Como você chegou aqui no assentamento e por que essa mudança de nome, de Itabaiana para Dandara?

L.: Eu cheguei através de uma amiga, que era do movimento, eu trabalhava em mundo novo como agente de saúde, eu vim porque tinha que passar uma semana num acampamento, em meu local de trabalho, em mundo novo que era acampamento, e era difícil pra mim. Ainda não tão assentadas. Ainda tão no processo de pré- assentamento.

C.: Ainda existem outros acampamentos?

L.: Sim, queimadas, cana brava, Utinga.

C.: Desde aquela época?

L.: Não daquela época não. Dessa época só tem mundo novo, já saiu Buenos Aires, Santa Rita, já saíram muitos, hoje já são 20. E por que Dandara é uma revolucionaria. O movimento tem muito isso de homenagear os lutadores, em homenagem a Dandara, mudaram o nome. Eu vim, porque já participava do movimento, quando eu cheguei aqui já tinham construído as casas, na verdade não vim pra ficar, eu vim por que era acampada em mundo novo, mas surgiram duas vagas.

C.: Quantas famílias já moravam aqui?

L.: 45 famílias já eram moradores. Eu cheguei já tinha 3 anos de assentados, e eu vim mesmo só pra aguardar por que tava perto de meu trabalho. Eu trabalhava na regional, eu trabalhava com o grupo de mulheres fazendo projetos de hortas medicinais, tinha o coletivo de mulheres e eu fazia parte desse coletivo. E aqui ficava mais fácil o trabalho e surgiram essas duas vagas..na verdade foram 4, duas aqui e duas em Massangana.

C.: Tem desistência de famílias aqui em Itabaiana?

L.: Tem. Muitos desistiram muitos se acham com as mãos atadas sem poder fazer nada

C.: E como ficam os lotes? Já ouviu muita venda de lote, infelizmente já houve muito isso. É crime, mas...

C.: Quantas famílias já se desfizeram das parcelas, lotes?

L.: Acho que uns 20. Mas é proibida por lei.

C.: Mas de certa forma não é melhor dá as parcelas pra quem de fato quer trabalhar nela?

L.: A lei é bem clara. O INCRA tem que retomar quando as pessoas não querem mais fazer parte do projeto. O INCRA tem o direito de retomar.

C.: Mas as pessoas compram mesmo sabendo que é ilegal?

L.: Eles sabem. Eles pagam, na verdade não é uma venda de lote, e sim pagam pelo benefício do lote, mas até por que a terra é do governo. A terra não é de ninguém. É crime...

C.: Não existe nenhum tipo de fiscalização?

L.: na verdade o maior fiscal somos nós.

C.: E a associação, qual o papel da associação nesse sentido?

L.: É realmente informar pra eles a verdade, aqui graças a DEUS, não tem ninguém por inocente, nós temos documentos que o INCRA dá... Explicando como é Lei. Explicando tudo direitinho, ninguém aqui vai nada por engano, mas também não é uma questão que o INCRA. Tem culpa. Mas tem um parágrafo lá que de qualquer forma não faz muito medo comprar. Porque diz quem compra, quer dizer não é compra, mas quem adquire. “Por exemplo, quem “vende” o lote ta com o nome sujo, mas quem “compra”. Entra lá com o nome limpo, então não tem nada que faça essa pessoa tenha medo, a não ser que, que tenha uma certeza de uma denuncia séria. Que aquela pessoa tava sabendo de tudo e comprou o lote, mas aqui é difícil aparecer, aqui em Massangana. Tem uma pessoa que tinha 15 lotes. Ele comprava as parcelas e botava no nome de um e de outro, no nome de mulher. Por ai vai. Mas o INCRA fez uma grande retomada de Lotes. Tomou muito lote aqui na região. Por isso que digo que não tem muita vista grossa não. Acho que a equipe é pequena, do INCRA, pra conta de tanta coisa. Hoje ta mais difícil fazer esse tipo de coisa, de comprar e vender lote, não é muito simples assim, quanto parece.

C.: Tem posto de saúde aqui?

L.: Sim, e funciona. A semana toda, aqui é um pólo. São 3 pólos, cada um tem um posto de saúde desse porte.

C.: Cada pólo tem quantos assentamentos?

L.: Depende. Aqui a gente são 9, que esse posto atende, agora tem alguns que não são assentamentos, atendem também povoados. O posto atende como todo, as comunidades também

C.: E a associação Dandararte, quando foi fundada?

L.: A Dandarte tem 8 anos já que a gente tá trabalhando nesse projeto.

C.: Tem ajuda do governo?

L.: Não. A participação é pouca. Temos ajuda do SEBRAE, como parceiro, a prefeitura, mas assim...a gente tá trabalhando, nesse curso que estamos executando lá em São José da Coroa Grande, a primeira cidade aqui do litoral de Pernambuco, tem gente que vai como ouvinte...é um curso voltado para faixa etária de jovem entre 16 anos a 25 anos, mas tem senhoras lá, são ouvintes, tem até psicólogas, eu falando que esse trabalho era um terapia e ela tava rindo, aí depois começamos a conversar e descobrimos que é psicóloga. Ela participa. Se fosse uma coisa que as pessoas não respeitassem, não participavam e a gente tá vendo esse respeito também e também estamos divulgando e, além disso, temos pessoas capacitadas, na Dandararte que possam tá dando esses cursos de capacitação, ensinando um pouco do que a gente aprende e também como você tava falando de outra renda que não querem ir pra roça. Eu nem vejo muito assim, a gente já produzia essa banana, Maragogi é a terceira cidade do país que tem maior quantidade de assentamento, vai perder pra Agrisa que tá chegando com muita terra, com muito assentamento. E do estado de Alagoas Maragogi é o município que mais produz a banana comprida. Então muita coisa era desperdiçada, por que hoje você compra uma banana aqui no assentamento a 0,05 centavos, um cacho desse de banana se custa muito é 5 reais, eu faço uma peça dessa no mínimo por 8 reais, vai depender da minha criatividade e para quem tou vendendo. Aqui eu ganho mais dinheiro. Então trabalhamos com o tronco, então transformamos em arte, quando termino de fazer, fico assim olhando, meu deus fui eu que fiz.

C.: Qual a sua opinião sobre o período de governo de FHC e do governo Lula, alguma diferença relativas às políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais, teve alguma diferença, se teve, quais?

L.: Eu acredito que tive, a maioria dos movimentos apóiam o governo Lula, mas assim eu falei no começo, que a agricultura, a reforma agrária foi muito bagunçada na gestão de Fernando Henrique Cardoso, tem muita coisa que o Lula não podia mais fazer nada, ele não

podia mais fazer muita coisa, no nosso caso foram tantas emendas já e até agora a gente não conseguiu ainda resolver os problemas junto ao banco. Eu quero meu nome limpo não é pra fazer dívida não, pra eu exibir meu documento, meu CPF, aonde eu chegar, passar meu cartão de credito sem nenhuma vergonha. Porque é muito constrangedor pra nós, quando vamos a uma loja, eu já passei por esse momento. Quando passa o CPF, olha minha filha você não pode comprar não!

C.: Quer dizer que o nome fica sujo, sem poder acessar a nenhum tipo de crédito?

L.: Nenhum, nem se você precisar comprar uma tesoura dessas, hoje não tou com o dinheiro de comprar umas linhas, vai fazer um carnezinho, leva o documento chega lá não passa, por que seu nome ta sujo. Hoje eu já tenho meu cartão de credito e quem não tem, mas tem muita gente que não tem. Então eu creio que tem que fazer alguma coisa.

C.: Tem muitos assentamentos inadimplentes?

L.: Todos, na verdade só devem ter uns 50, porque vinte e poucos que já não existem mais, alguns faleceram, outros foram embora, outros desistiram do lote, mas tem umas 50 pessoas assim nessa situação, tem mais de 50 ainda, isso é mesmo nacional, onde você for você encontra essa inadimplência.

C.: Isso afeta diretamente no assentamento, na produção?

L.: Isso afeta mesmo, a gente não tem como comprar implementos agrícolas, nada, nada. Tem coisas que a gente não tem como comprar diretamente a vista, a agente não tem como comprar, tem que ter crédito pra fazer algum tipo de investimento. Agora tem os dos usineiros que lutam pra não pagar impostos, tem lá à bancada que defende.

C.: E o governo do Estado?

L.: Eu não gosto muito dele não, desde a primeira reunião dos APL, ele não veio e mandou o vice e mandou dizer que se sobrasse dinheiro do fundo. Mas que não via o artesanato como fonte de renda e nem como prioridade. Se sobrasse alguma coisa, avisaria, foi a primeira reunião e a primeira impressão é a que fica.

C.: Você hoje pertence a algum movimento?

L.: Hoje sou do MLST.

C.: Por que você saiu e agora já ta no MLST?

L.: Sai por questão política. Me candidatei na época pelo PT, fundamos o PT em Maragogi. Eu na época admirava muito a Heloisa Helena. E eu aceitei a candidatura. Mas até hoje continuo no PT apesar dos defeitos.

C.: E o MLST?

L.: Eu me afastei na época do MST, fiquei doente por um tempo dependia de remédios, tive uma depressão muito grande, fiquei com raiva do movimento de algumas ações. Eu tenho o maior respeito por qualquer movimento. Me afastei do movimento, porque eles falaram que era proibido usar o boné e a camisa do movimento no período eleitoral, eu simplesmente me afastei do MST definitivamente por esse motivo, até por que nasci aqui em Maragogi, e conheço bem a política daqui e sei muito bem o que é melhor pra mim e o que não é. E me afastei. E de repente o movimento (MLST) veio aqui na minha gestão e eu abracei o movimento, a gente não ficar sem movimento, a gente tem que participar, tem que ter o movimento junto ao assentamento para nos ajudar. Por que tem coisas que só vai com o movimento mesmo. Quando se vai a algum banco em grupo ou se vai resolver outra coisa junto com o governo, perguntam logo a que movimento a gente pertence. É mais uma bandeira que defende o projeto, o movimento é parceiro, cresceu muito aqui no estado de alagoas.

C.: Você sabe dizer por que essa perda de espaço do MST nessa região de Maragogi?

L.: Eu falo por mim, pelas atitudes de algumas pessoas do movimento, que mexe... Que não é o que a gente quer. Se você ta dentro de uma coisa e vê que não ta dando certo é melhor que você se afaste do que você se prejudicar. Então eu me afastei por que eu vi que se pregava uma coisa e fazia outra.

C.: Será que ele perdeu seu foco?

L.: Sim. Isso foi uma das coisas que conseguiu enxergar. Eu agradeço muito ao movimento por que tive uma formação. Há 10 anos... 12 anos atrás eu olhava pra você e mal sabia o meu nome, eu não sabia chegar nos cantos, tinha medo, não conseguia me soltar, então graças a Deus eu tive essa formação junto com eles (MST). Nesse aspecto não tenho do que reclamar, mas eu tinha que me afastar depois do que aconteceu. O movimento aqui em alagoas fez muita coisa, há de se reconhecer. Quanto sangue derramado, quanta opressão o movimento, as

pessoas que participaram não sofreram. O Antonio (o companheiro dela) veio de uma região, flecheira, tava falando que já foi até obrigado a arrancar um “defunto” companheiro pra enterrar, por que os outros não queriam enterrar com terra (sem caixão). Então foi muita coisa que já passou, e hoje damos uma resposta, o movimento é mais respeitado, então o movimento fez isso.

C.: Como presidente da associação do assentamento Dandara, você já sentiu pressionada?

L.: Não, apenas na época que eu era militante e não assentada. O dono da usina... Ou um dos donos botou um pistoleiro atrás de mim, fui pra fora de Maragogi porque tavam me perseguindo, porque dos 14 assentamentos, eram terras das usinas. A gente via aquelas terras e os trabalhadores precisando trabalhar, então ocupamos. Foram muitas ocupações, muitas vezes eu ia sozinha de mulher na madrugada fazer as ocupações, eu chamava as mulheres e elas tinham medo, eu falava eu tenho que ir por que não tem outro jeito de ganhar a terra. E por conta dessa rebeldia necessária pra fazer a reforma agrária, que a gente tem que ter eu sofri algumas ameaças.

C.: Você acha que de fato a reforma agrária existe?

L.: Existe, eu faço parte dessa herança, dessa historia, existe e acredito, mas precisa mudar, estamos lutando a luta não pára. Lembre-se que quando chegar à terra, tem outros passos pra dá, nós estamos dando, hoje nós temos energia elétrica, projeto de água potável, hoje temos orelhão, que antes era uma dificuldade pra fazer uma ligação, íamos pra peroba ou Maragogi.

C.: E quando chegou esse orelhão aqui?

L.: Esse orelhão chegou depois de 5 a 6 anos, então a energia chegou depois de 3 anos. Quando eu cheguei aqui ainda não tinha energia, primeiro veio na agrovila, depois nas parcelas. Aqui em Itabaiana temos plantação de palmito, temos criação de peixe. A nossa vida é isso aqui e a gente vive disso aqui. A dificuldade existe, só da minha casa pra minha parcela gastamos 30 minutos pra chegar, o custo é alto, pra escoar os alimentos, mas produzimos muita macaxeira, vendemos em São José e em Maragogi, macaxeira é cara, é ouro em Maragogi.

Entrevista a COATS.

C.: O que é a COATS?

- A COATS é uma cooperativa agrícola, de assistência técnica e serviço, foi fundada em 2000, formada por técnicos, formada por pessoal de barreiros, que militavam e já trabalhavam com o movimento, no passado MST, no caso de Claudio, Julho e Eraldo e os meninos tiveram a idéia de montar uma cooperativa e partir daí começaram os trabalhos em Maragogi, nos assentamentos, onde já fizeram trabalho junto a COPEAGRO, a cooperativa que tem lá de produção também, ai surgiu. Em 2004 fizemos o convênio de ATES, pelo INCRA, assessoria técnica e ambiental do INCRA, é um convênio celebrado juntos as empresas de assessoria técnica junto com o movimentos sociais, no caso o MLST, um movimento parceiro nosso. Firmou um convênio de três anos, começou em 2004 e se encerrou em 31 de dezembro de 2007, a gente dava assessoramento a 1428 famílias. A gente dava assessoria em Maragogi, em 12 assentamentos inicialmente, depois ampliamos o número de assentamentos e família.

A COATS tem ligação com algum movimento?

-Nós ligados ao MLST, Movimento de Libertação dos Sem Terra.

E você faz parte do movimento?

- Eu sou técnico da COATS também, faço parte do conselho... (não entendi) e também sou do movimento, porque a nossa parceria a gente tem um todo um elo, uma ligação, a gente faz parte e representa a bandeira do Movimento onde a gente está, onde tem um técnico da COATS tem o movimento, representado nas nossas ações, trabalhando diretamente com as famílias. Ai é assim, o trabalho que a gente desenvolve no campo é..com a ATES, que trabalha a assessoria técnica e ambiental, ele tá voltado pra o acompanhamento da família como todo. Não só a parte produtiva do campo, mas também o jovem, a mulher, como eu posso dizer, em todo o seu convívio da família, em todo o momento, a cooperativa ta participando, por que o quadro é formado por profissionais de diversos seguimentos sociais, assistência social, temos engenheiro florestal, enfim se trabalha uma diversidade muito grande ações dentro do assentamento com os assentados, não só voltada pra a produção, e também pra questão social. O Dandararte mesmo é uma das coisas que a gente fomentou, desde o inicio com a laudicéia em Maragogi e ta ai despontado com o artesanato da fibra da bananeira é as meninas já tão pensando na gastronomia da bananeira também no Dandararte lá em Itabaiana. E lá no Bom Jesus que tem famílias vivendo da apicultura, trabalhando com apicultura lá e com algumas cadeias... (não entendi), como o maracujá e a graviola e outros.

C. : Você falou que inicialmente era ligado ao movimento MST...

- No início no passado, era ligado ao MST, mas mudou a conjuntura política no Estado, surgiu o MLST... (não entendi). Ai surgiu o MLST através do Marron, ai depois veio o Valter, na articulação nacional, o Marron na Estadual e também o Claudio que faz parte da coordenação estadual e ai surgiu à parceria pra gente ta trabalhando nesse convênio com o INCRA, nesse caso a assessoria da ATES, trabalhando desde 2003 e ai a gente vem acompanhando as famílias em Maragogi e outros municípios como Jacuípe, Matriz de Camaragibi, Porto Calvo também, a gente trabalha em porto de pedras.

C.:A COATS, trabalha com determinadas parcelas ou com o assentamento como todo?

- Trabalha o assentamento como todo, quando a gente celebra convênio com o INCRA trabalhamos com todas as famílias. O convênio é pra gente trabalhar o conjunto de assentamentos, se, por exemplo, a gente celebrar em Maragogi determinadas áreas de Itabaina, no Bom Jesus, em Massagana e outras.

C.: O trabalho de vocês é diretamente com a associação ou diretamente com as parcelas?

-A gente trabalha com a associação que é a pessoa jurídica, por que tem os momentos de reunião, tem todas as articulações que se faz dentro de uma associação de assentamento, nesse caso, mas trabalha diretamente com as famílias, com as visitas lá em *locus* na propriedade, pra isso temos a equipe técnica de campo, que visita, que orienta toda a produção, que orienta as famílias, no caso dos benefícios dos benefícios (não entendi), que tem nossas políticas e que existem. Ai é assim a gente trabalha o conjunto como todo, tanto a associação, porque a associação são as pessoas no caso, a gente com eles na organização da associação, no sentido de gerir, de gestão mesmo, com capacitação, a gente vem trabalhando com o PLANTEC-Alagoas.

C.: É o que?

- Plano Nacional de Qualificação, vem trabalhando com ele, principalmente em Maragogi desde o início do convênio que a gente vem trabalhando já, todo ano a gente concorre os editais, sempre dando capacitação, em áreas como cooperativismo, associativismo, nas cadeias produtivas de fruticultura, apicultura.

C.: Percebi em visita ao assentamento, que muitos ainda trabalham no corte da cana.

-Na verdade quando os assentamentos rurais, foram constituídos, como a gente vem a constatar, existem algumas exceções dentro do assentamento, o pessoal veio oriundo da cana,

indústria canavieira, do trabalho, de ser trabalhador rural e não na agricultura. No início, não foi tão eficaz talvez como tenha sido agora, a assistência técnica que os movimentos sociais vêm dando agora, principalmente o MLST que a partir do momento, que entrou nas áreas vem pra fazer esse trabalho com a COATS, eles ainda ficaram naquela dependência (da cana) e muitos deles não migraram para serem agricultores e foram desassistidos naquele momento, continuaram, outros por que tinham aquele vício de serem empregados... (não entendi). Existe um percentual daqueles assentamentos mais próximo das rodovias, o pessoal encontra outros caminhos de se ta trabalhando, no caso de Itabaiana. Você vai num assentamento como Bom Jesus, você já vê outro perfil. Existem pessoas ainda trabalhando na cana de açúcar é uma situação é... E hoje quem ta tentando acertar e muitas vezes não tem condições de da um passo a frente, porque não encontra no conjunto aquele impulso, aquela injeção de recurso talvez de uma forma mais organizada agora. Mas existem, aquelas agricultores de raízes que independente de recurso tão batalhando La na terra, tão trabalhando, cultivando aproveitando tudo que se pode ter do básico de lá. Como em todo processo,na reforma agrária também tem aquelas pessoas que abandonam, passam por um processo de desistência pela terra, existe pessoas que não são idôneas. Aí a gente problema de evasão no assentamento. Ai o órgão responsável, que nesse caso é o INCRA, tem trabalhado e a gente tem trabalhado junto ao INCRA nesse processo, de reinserção de famílias que estejam determinadas em explorar a terra economicamente como agricultor familiar, tirar o sustento dali, então é assim nesse processo de assentamento, de reforma agrária existem também as evasões, existem pessoas, até um número expressivo, não só por falta de políticas públicas, porque a gente sabe que existe ai, mas por que são pessoas ali... (não entendi), depois que saíram os créditos ficou endividado então conseguiram da outros passos e também foram orientados nesse processo.

C.: Em relação à qualidade de vida deles a 10 anos atrás e hoje?

-Naqueles assentamentos todos era engenhos de açúcar, aquela região sucroalcooleira, nesse caso Maragogi, tem essas características, era engenho de açúcar mesmo. Hoje ainda existem ali próximo as usinas canavieiras, que ainda exploram,existem assentamentos que a cana de açúcar ta sendo uma atividade trabalhada, não o caso de Itabaiana, mas em Maragogi, as usinas têm até financiado a extensão de cana de açúcar. Eles financiavam através de aval, coisas que o banco não faz mais, porque o pessoal da endividado, não tem mais acesso enquanto não renegociar, pelas regras do PRONAF, o pessoal não ta em condições, mas a usina no sentido de ter produção, tem algumas usinas ali, em Pernambuco tem santo André que ainda explora, tem a Santa Maria, tem usinas ali próximas que ainda fazem esse trabalho.

Como você tinha perguntado antes, qual é a diferença do antes, pra o momento atual. Existe a diferença enorme, quando você olha pra um produtor, onde tem bem próximo em Itabaiana, quando a gente vê que ele tá sobrevivendo do lote com a agricultora familiar, antes tinha uma vida mais escravizada no sentido de ser empregado da cana de açúcar e hoje ele tem a liberdade de produzir na sua terra, de viver com sua família, conseguir o básico de habitação, alimentação, da determinada qualidade de vida aos seus filhos e viver como homem do campo com dignidade. Existe também o outro lado, que podemos chamar o outro lado da moeda que é aquele agricultor que não absorveu o conceito de ser agricultor familiar, por dificuldades adversas, você sabe que existiam muitas, e hoje ele se encontra na situação de não migrar pra agricultura, aquele que não migrou, outros que não encontrou caminhos, tá lá muitas vezes... (não entendi) E com isso a família sofre, e com isso existe o êxodo rural, a gente sabe que tem acontecido muito isso lá naquela região e outros migram pras capitais, e aí acontece o abandono do lote, mas a diferença existe sim.

C.: Ainda acontece isso (abandono de lote)?

-Acontece sim, ainda acontece, por que existem famílias e agora num percentual bem menor, por contas de algumas normas que saiu do governo. Por exemplo, uma família que pegou o lote, depois o crédito e foi embora, essa leva a dívida vinculada ao seu nome, por que a dívida é vinculada ao cadastro de pessoa física. Então isso tá acontecendo menos, essa pessoal tá retraindo mais. Às vezes com tudo isso, existem pessoas que deixam, vai tentar fora, vão com a ilusão que vão ter uma vida melhor, muitos retornam. Mas no geral pode-se dizer que a agricultura familiar, a reforma agrária tem o seu “q” positivo, tem o aspecto positivo, que o homem do campo descobrir, que da terra dele, ele vai tirar o seu sustento, como tem o Dandararte com as mulheres em Itabaiana, que viram na fibra da bananeira uma opção, de se inserir no mercado de uma forma econômica e também social, o artesanato da “cara” diferente, até no assentamento, e na região. Então é assim, existe todo um trabalho voltado para a reforma agrária naquela região, em Maragogi, feita não só pelos movimentos sociais, mas pelas... (não entendi) Existe uma dificuldade muito grande, o Índice de Desenvolvimento Humano ainda é baixo naquela região lá, está dentro do território da cidadania por conta do IDH, programa do governo, então vai entrar recursos muito grandes, no território do litoral norte de Alagoas, através do território, mas ainda tem as despesas maiores que são a ausência de algumas políticas públicas dentro do assentamento. É assim, esses trabalhos que estão sendo feitos com a assessoria técnica pela COATS, mas especificamente com a ATES, que a assessoria técnica social e ambiental desde 2001, tem resultados positivos, de alguns

contratos, por que já pegamos o agricultor endividado. E conseguimos renegociar algumas dívidas, que eram ao todo 9 milhões e baixamos para 2 milhões a inadimplência e a gente tá tentando renegociar desse pessoal aí.

C.: É a COATS que faz essas negociações?

-É, como é a entidade que tá no campo pra organizar, os agricultores no sentido da produção, do acompanhamento técnico social e ambiental, a gente tem o papel, e também a ligação com o movimento social e reorganizar os agricultores para a renegociação, nos aditivos, nos encaminhamentos para os bancos, nas mobilizações, nas reuniões que a gente tem que tá colocando lá tecnicamente e até como movimento politicamente, na política do movimento dentro dos assentamentos de acordo com a necessidade dos agricultores para com os bancos e as mobilizações tem acontecido muitas, por que os juros são altíssimos e nem sempre as negociações vão contemplar os agricultores e aí a gente tem sempre discutido, sentado com as lideranças dos assentamentos, os presidentes, os líderes comunitários, pra discutir com os agentes financiadores, no caso os bancos, menores taxas de negociação e aí tem que conseguir dentro da lei renegociar boa parcela no caso de Maragogi onde baixou a inadimplência de 9 pra 2 milhões.

C.: Houve impacto no colégio eleitoral em Maragogi?

-Sim, podemos dizer que 54% dos votos estão na zona rural, os votos do município estão na zona rural, assim uma fatia dos votos na zona rural. Um município ruralizado pela questão dos assentamentos da reforma agrária.

C.: Você é filiado a algum partido?

-Sou filiado ao PT

C.: O partido tem algum projeto naquela região?

-O partido tem e mais agora que estamos vivendo esse momento histórico aí do governo Lula. O PT, sempre suas lideranças, a maior parte são ligadas ao campo, uma grande parcela, dirigentes do PT são ligados a zona rural e temos projetos voltados para a zona rural, inclusive grande parte dos eleitores, agricultores da zona rural, eles tem uma identidade muito grande, com essas lideranças, que hoje brigam por projetos de infra estrutura, da melhoria de qualidade de vida desse pessoal lá, saneamento básico escola, água, tudo que ainda existe déficit de assentamentos.

C.: E o Estado de Alagoas?

-O Estado tem participado em algumas ações em parceria com a prefeitura de Maragogi, estão voltadas mais para a zona urbana, tem ligação com a zona rural, por é questão de saúde, educação, o governo tem participado nesse sentido ai, mas nesse governo, temos conversado com a secretaria de agricultura, através das lideranças e tentado alguns elos, realizamos uma feira, no qual participou a secretaria de agricultura.

C.: Existe um senso pra saber o que realmente se produz em Maragogi?

-Na verdade o município peca contra esses dados, que deveria ter dados nesse sentido, já que é uma região muito produtiva, quando se vai falar, se comparar com outras, pelo número de assentamentos que tem. Porque têm alguns assentamentos que são referências como o próprio Bom Jesus, produz Maracujá, produz Graviola, produz abacaxi.

C.: Pra onde vai essa produção?

-O mercado local absorve uma parte, a COPEAGRO absorve outra parte, transformam em polpa, no caso as frutas, outra parte vem pro CEASA, em Maceió. A COATS, como empresa técnica, alguns dados mais técnicos devem ser exigidos... (não entendi). E de seis em seis meses a gente tá atualizando.

C.: E Itabaiana?

-Trabalha na produção do que já tinha coco, a gente tem um déficit em Itabaiana de produção. Itabaiana tem 72 famílias. Em torno de 40% estão trabalhando assiduamente na terra. A gente tem problema com assentamentos que são próximo a zona urbana, nesse sentido de trabalhar. Por quê? Ai volto a repetir por que os assentamentos próximos a zona urbana, as pessoas vão pro muito pra cidade e começam a desenvolver atividades mais urbanas e o pessoal que ta distante da cidade, ele ta num convívio ali, num ambiente ali, mais propício para atividades rurais, por que ele sabe que distante do centro da cidade, influencia, uma das coisas que influencia. Outra coisa que influencia, no caso um diferencial, talvez, um assentamento não só a questão cultural, a miséria do agricultor, mas a forma em que foi dividido o assentamento, por que foi construído as casas, a maior parte dos assentamento estão em agrovilas. O Bom Jesus é um dos únicos, em Maragogi, que as casas são construídas nas parcelas, isso facilita também para o agricultor.

C.: Essa organização dos assentamentos em Agrovila, não facilita o convívio social?

-Quando se vai falar na agenda social do assentamento, quanto à interação das famílias, a agrovila seria o mais interessante, a facilidade que tem que colocar água nas casas, energia elétrica, toda uma praticidade ai. Quando se vai fazer saneamento facilita. Mas se pensando em produzir mesmo, a gente tem experiência prática, de visita de campo, onde os agricultores pregam. Eu concordo por que a idéia de agrovila não é mais a interessante.

C.: Quem decide a construção da agrovila?

-Do órgão que assenta nesse caso aqui o INCRA. Na verdade, existe um pouco de quem tem o poder, a gente sabe que em todo seu processo de formação do assentamento existem muitas discussões levantadas e uma delas é que... (não entendi). Mas ai tem que ver que um posto de saúde da agrovila vai assistir e favorecer mais do que um morador que mora La na outra extremidade.

C.: A agrovila fica longe da parcela?

-Geralmente sim. Tem agrovilas que ficam longe, mas no caso de Itabaiana, boa parte ficam perto, outros tem parcelas bem distante, nesse caso dificulta. O assentado tem um papel importante, por que ele é uma pessoa que já tem a terra, tem um desafio muito grande em explorar economicamente e com viabilidade aquela terra e trabalhar o contexto familiar dentro do assentamento também, ele tem muitos desafios. Então é assim, o que vem a somar é as parcerias, a luta dos movimentos sociais, essas entidades que são comprometidos com a reforma agrária e a seriedade dessas entidades, desses representantes do povo da grande massa... (não entendi). O que vem a somar e dá um fôlego em muitos momentos. Aquele que envolve atividades em questões muito deles... (não entendi). Existem assentamentos hoje, muita falta de orientação, de direitos que a família tem, não só a parte produtiva, a parte social mesmo, o direito a aposentadoria, o auxilio doença, o beneficio da previdência social que nem todos eles têm. Então assim, o acesso a esses serviços hoje ainda é muito, existe a precariedade. Então faltam, então eles quem ele esse tipo de informação, o assentado é muito carente de informação. Então são essas informações que nós procuramos dá, quanto a produção, que consiga movimentar de mercado mesmo, informações de novas políticas públicas que o governo tem ai pra agricultura familiar que vem beneficiar a eles. Então existe toda uma necessidade, todo um desafio em torno de assentamentos de reforma agrária.

C.: Necessariamente o assentamento tem que produzir?

-Necessariamente ele tem que produzir, por que da produção que vive o agricultor. Você não pode imaginar um agricultor com um lote, não é obrigado por lei. Mas na verdade agricultura familiar é um conjunto de atividade, onde a família tá envolvida.

C.: Você já viveu em assentamento?

- Sim, já vivi.

Você participou de ocupação?

- Sim, participei de ocupação no Bom Jesus, no ano de 1998.

Que idade você tem?

- 22 anos.

-Particpei com meus pais e outros familiares. Meus pais são de Penedo. Existe todo um, como eu posso dizer, todo um trabalho já refeito daquele tempo, mas a gente uma historia de luta, de gente sofrida, mas Graças a Deus.

C.: Por que você ta morando em Barreiros?

-Existe todo um histórico, eu conheci a COATS através do Claudio, fui pra COATS em 2003. A partir daí comecei a conhecer a COATS, participar de algumas reuniões e me interessei. Daí, fui incentivado pra fazer a Escola Agrotécnica de Barreiros, inclusive uma das melhores do Nordeste, fiz o processo de seleção e passei.